

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

VÍTOR EDUARDO VERAS DE SANDES FREITAS

**A LÓGICA DA FORMAÇÃO DE GOVERNOS NO ESTADO DO PIAUÍ
DE 1987 A 2007**

TERESINA-PI

2010

VÍTOR EDUARDO VERAS DE SANDES FREITAS

**A LÓGICA DA FORMAÇÃO DE GOVERNOS NO ESTADO DO PIAUÍ
DE 1987 A 2007**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientação: Prof. Dr. Cleber de Deus Pereira da Silva.

TERESINA-PI

2010

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

F866l Freitas, Vítor Eduardo Veras de Sandes.
A lógica da formação de governos no Estado do Piauí de
1987 a 2007 [manuscrito] / Vítor Eduardo Veras de Sandes
Freitas. – 2010.
162 f.

Impresso por computador (printout).
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí,
Coordenação do Curso de Mestrado em Ciência Política, 2010.
“Orientação: Prof. Dr. Cleber de Deus Pereira da Silva”.

1. Partidos Políticos - Piauí. 2. Política Piauiense.
3. Processo Político - Piauí. 4. Governos Estaduais. I. Título.

CDD 324.209 812 2

VÍTOR EDUARDO VERAS DE SANDES FREITAS

**A LÓGICA DA FORMAÇÃO DE GOVERNOS NO ESTADO DO PIAUÍ
DE 1987 A 2007**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em 09 de abril de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof^o Dr. Cleber de Deus Pereira da Silva (Orientador)
Programa de Mestrado em Ciência Política - UFPI

Prof^o Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior
Programa de Mestrado em Ciência Política - UFPI

Prof^o Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - UNICAMP

*A meus pais,
José Maria e Glória.*

AGRADECIMENTOS

Diversas pessoas e instituições, de forma direta e indireta, colaboraram decisivamente para a consecução desta pesquisa. Agradeço a cada uma delas.

Ao orientador desta dissertação, Professor Dr. Cleber de Deus Pereira da Silva, que foi imprescindível no processo de formulação e desenvolvimento da pesquisa. Agradeço-lhe pelas críticas e sugestões, além do apoio, confiança e amizade. Acima de tudo, agradeço-lhe por ter me despertado para o estudo mais diligente das questões metodológicas, fundamentais para qualquer empreendimento científico.

Ao Professor Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior, pela coragem e convicção de que seria possível montar um Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Piauí (UFPI), mesmo quando muitos não acreditavam nesta possibilidade. E, ainda, por ser uma das principais influências intelectuais de minha trajetória acadêmica, por compartilhar dos mesmos projetos profissionais e, sobretudo, pela amizade.

Aos demais professores do Programa de Mestrado em Ciência Política da UFPI: Dr^a. Ana Beatriz Seraine, Dr. Francisco Veloso, Dr^a. Guiomar Passos, Dr. Márcio Grijó, Dr. Nelson Juliano, Dr. Ricardo Alaggio e Dr. Rodrigo Passos. Ao Professor Dr. Valeriano Costa (Unicamp). Agradeço, também, ao secretário da Coordenação do Programa, Amaury Assunção.

Ao Programa de Fomento à Pós-Graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROF/CAPES), pelo apoio financeiro durante esses dois anos, o qual possibilitou minha dedicação exclusiva às atividades do Mestrado.

Ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio Janeiro (Iuperj), por ter sido “minha casa” durante o primeiro semestre de 2009, período no qual pude participar, como aluno especial, das disciplinas Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais e Introdução à Análise de Dados e de outras atividades acadêmicas. Aos professores da Instituição que contribuíram com sugestões ao desenho desta pesquisa: Dr. Jairo Nicolau, Dr. Cesar Zucco e Dr^a. Argelina Figueiredo.

Aos professores que participaram do Exame de Qualificação do projeto desta pesquisa: Dr^a. Arleth Santos Borges (UFMA) e Dr. Ricardo Arraes (UFPI), pelo incentivo, críticas e sugestões.

À assistente desta pesquisa, Adriana Nunes, pelo esforço e dedicação.

Ao Zózimo Tavares, pelas informações cedidas.

Às instituições que colaboraram diretamente com o provimento de dados que fundamentaram empiricamente esta dissertação: o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI), por ter disponibilizado os bancos de dados eleitorais e informações relativas à filiação partidária dos secretários (ao Jairo, Ananias Junior, Isael e Rosemberg); o Cerimonial do Governo do Estado do Piauí, na figura de Mara Beatriz Raulino e de Milton Filho, por ter disponibilizado as atas de posse dos secretários; o Arquivo Público, por disponibilizar os Diários Oficiais do Estado; e os Diretórios Estaduais do DEM (Democratas) e do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), por cederem informações não encontradas nos documentos oficiais pesquisados.

Aos amigos e amigas que me acompanharam nesta trajetória: Demerval Daniel, Patrícia Brasil, Daniel Rommel, Naiana Sandes, Joana Campos, Rosalina Freitas, Elthon Rabêlo, Alexandre Marques e Sara Epitácio. Aos amigos no Rio de Janeiro, cuja saudade não tem fim: Natalia Maciel, Lilian Paula, Marcelo Vieira, Paula Pimenta, Rodrigo Ribeiro, Julia Stadler e Luiz Fernando.

A meu pai, José Maria Freitas, por acreditar no projeto acadêmico que delinee para minha vida. À minha mãe, Glória Sandes, pelo apoio e revisão crítica desta dissertação. A meus irmãos – Lorena, Tainá, André Luís e Mariana – e a minha madrasta, Ana Maria Gomes, que sempre estão a meu lado nas dificuldades e nas vitórias. A meu tio e padrinho Goethe Sandes, *in memoriam*. À minha avó – Maria da Graça Sandes –, a meus tios, tias, sobrinho, sobrinhas, primos, primas e demais familiares.

À Teresa Raquel, pelo apoio e carinho e, principalmente, por estar próxima nos momentos precisos.

Aos que não foram diretamente lembrados aqui, mas que também são co-responsáveis por esta conquista. Enfim, à força superior, que chamo de Deus, sem o qual nenhuma realização seria possível.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a lógica, ou padrões, de formação de governos no estado do Piauí no período 1987-2007. Para esta pesquisa, tomou-se como base o pressuposto de que o impacto do processo de redemocratização no Brasil foi capaz de dinamizar a competição político-eleitoral no país, inclusive nas unidades subnacionais. O aparato institucional-legal engendrado (eleições diretas e livres e multipartidarismo num contexto federalista), em meados da década de 1980, no Brasil, possibilitou a inserção de novos atores no cenário político estadual. A herança política permitiu que os atores tradicionais ainda permanecessem à frente da máquina estadual, mesmo no novo contexto democrático. A alteração no quadro político estadual ocorreu apenas com a ampliação da força política de novos partidos políticos e o consequente enfraquecimento dos atores políticos tradicionais durante a década de 1990. Para a análise da formação dos governos no estado, consideraram-se os cargos eletivos (chefes do Executivo e as bancadas eleitas do Legislativo estadual) e não-eletivos (nomeados para as Secretarias de Estado), para verificar como se deu o apoio partidário aos governos estaduais. Chegou-se a duas conclusões: 1) o processo de composição partidária da Assembleia Legislativa depende diretamente do desempenho dos partidos na disputa para o Executivo estadual, sendo que partidos governistas tendem a possuir melhor desempenho eleitoral do que os partidos de oposição; 2) o chefe do Executivo estadual eleito busca a formação de um governo que assegure a participação dos partidos aliados. Isso se dá na composição dos quadros político-administrativos do governo. Todavia, diante das prerrogativas atribuídas ao governador, observou-se que este tende a nomear a grande maioria do seu secretariado (gabinete) com filiados ao seu partido. Enfim, constatou-se que a alteração no cenário político do estado foi motivada pela entrada de novos atores políticos no estado no momento eleitoral, principalmente nas disputas para o Governo do Estado, que por ser o centro de gravidade da política estadual, tem influenciado decisivamente na organização dos atores políticos no estado.

Palavras-chave: redemocratização; formação de governos estaduais; política piauiense; e partidos no governo.

ABSTRACT

The dissertation aims to analyze the logic, or patterns, of formation of governments in the state of Piauí in the period of 1987-2007. For this research, it was taken as the basis assumption that the impact of the democratization process in Brazil was able to boost the political-electoral competition in the country, including subnational units. The legal-institutional apparatus engendered (free and direct elections and multipartidarism in the context Federalist), in the middle of 1980s in Brazil, allowed the inclusion of new actors in the political state. The political inheritance allowed the traditional actors still stay ahead of machine state, even in the new democratic context. The change in the political state framework came only with the expansion of political force of new political parties and, consequently, weakening of the traditional political actors during the 1990s. For the analysis of the formation of governments in the state were considered the elected positions (chief executives and benches elected from the State Legislature) and non-elective (named for Secretaries of State), to see how it came to the party support governments. It has come to two conclusions: 1) the process of party composition of the Legislative Assembly is directly dependent on the performance of parties in dispute to the state executive. Governing parties tend to have better performance than the opposition parties, 2) the head of state Executive elected seeks the formation of a government that ensures participation of allied parties. This occurs in the composition of political-administration government offices. However, in front of the prerogatives assigned to the governor, it can notice there was this tends to appoint the majority of secretariat (Cabinet) with members of his party. Finally, it was noticed that change the political scene of the state was motivated by the entry of new political actors in state at the election, especially in disputes to the State Government, which for being the center of gravity of state politics, has decisively influenced the organization of political actors in the state.

Keywords: democratization; formation of state governments; policy of Piauí; and political parties in the government.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 3.1	Eleições 1945 e 1947: votação para Presidente, Governador e Deputado Estadual – Piauí.	64
Gráfico 3.2	Eleições de 1966 a 1978: proporção de cadeiras conquistadas pelos partidos na Assembleia Legislativa do Piauí (%).	70
Gráfico 3.3	Eleições 1982: número de cadeiras obtidos pelos partidos no Legislativo – Piauí.	78
Gráfico 4.1	Eleições de 1986 a 2006: principais partidos com representação na Assembleia Legislativa do Piauí.	85
Gráfico 4.2	Taxas de Renovação Bruta e Líquida na Composição das Assembleias Legislativas – Piauí, Nordeste e Brasil (1986-2006).	91
Quadro 4.1	Classificação das Secretarias de Estado por área.	98
Quadro 4.2	Composição partidária do primeiro gabinete nomeado no Governo Alberto Silva (1987).	101
Quadro 4.3	Composição partidária do primeiro gabinete nomeado no Governo Freitas Neto (1991).	104
Quadro 4.4	Composição partidária do primeiro gabinete nomeado no Governo Guilherme Melo (1994).	107
Quadro 4.5	Composição partidária do primeiro gabinete nomeado no Governo Mão Santa (1995).	111
Quadro 4.6	Composição partidária do primeiro gabinete nomeado no segundo Governo Mão Santa (1999).	116
Quadro 4.7	Composição partidária do primeiro gabinete nomeado no Governo Hugo Napoleão (2001).	118
Quadro 4.8	Composição partidária do primeiro gabinete nomeado no Governo Wellington Dias (2003).	122
Quadro 4.9	Composição partidária do primeiro gabinete nomeado no Governo Wellington Dias (2007).	128
Gráfico 4.3	Filiação partidária dos secretários estaduais do primeiro gabinete nomeado – Piauí (1987-2007).	131
Gráfico 4.4	Proporção entre o peso dos partidos governistas nos primeiros gabinetes nomeados por governo e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido.	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1	Evolução do Número Efetivo de Partidos (N) na Câmara dos Deputados – Brasil – 1982-2006.	25
Tabela 3.1	Eleições de 1982: proporção de cadeiras obtidas pelos partidos na Câmara dos Deputados – Brasil (%).	75
Tabela 3.2	Eleições de 1982: número de cadeiras obtidas pelos partidos no Senado – Brasil.	76
Tabela 3.3	Eleições de 1982: número de governadores eleitos nas regiões por partido – Brasil.	76
Tabela 3.4	Eleições de 1982: proporção de cadeiras obtidas pelos partidos nas assembleias legislativas – Brasil (%).	77
Tabela 4.1	Eleições de 1986 a 2006: evolução do Número de Cadeiras obtidas pelos Partidos na Assembleia Legislativa do Piauí.	84
Tabela 4.2	Índice de competitividade eleitoral na disputa para as Assembleias Legislativas (AL) e Câmara dos Deputados (CD) – Piauí, Nordeste e Brasil (1986-2006).	87
Tabela 4.3	Evolução do Número Efetivo de Partidos (NE) e do Número de Partidos Parlamentares (NP) nas Assembleias Legislativas – Piauí, Estados do Nordeste e do Brasil (1986-2006).	89
Tabela 4.4	Proporção entre composição partidária do primeiro gabinete nomeado por Alberto Silva e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido (1987).	102
Tabela 4.5	Proporção entre composição partidária do primeiro gabinete nomeado por Freitas Neto e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido (1991).	104
Tabela 4.6	Proporção entre composição partidária do primeiro gabinete nomeado por Guilherme Melo e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido (1994).	108
Tabela 4.7	Proporção entre composição partidária do primeiro gabinete nomeado no Primeiro Governo Mão Santa e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido (1995).	113
Tabela 4.8	Proporção entre composição partidária do primeiro gabinete nomeado por Mão Santa e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido (1999).	117
Tabela 4.9	Proporção entre composição partidária do primeiro gabinete nomeado por Hugo Napoleão e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido (2001).	119
Tabela 4.10	Proporção entre composição partidária do primeiro gabinete nomeado por Wellington Dias e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido (2003).	124

Tabela 4.11 Proporção entre composição partidária do primeiro gabinete nomeado por Wellington Dias e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido (2007). 129

LISTA DE SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional
LEEX-UCAM – Laboratório de Estudos Experimentais da Universidade Cândido Mendes
MDB – Movimento Democrático Brasileira
PAN - Partido dos Aposentados da Nação
PC – Partido Comunista
PCB/PPS – Partido Comunista Brasileiro / Partido Popular Socialista
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS/PPB/PPR/PP – Partido Democrático Social/ Partido Progressista Brasileiro/
Partido Progressista Reformador/ Partido Progressista
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL/ DEM – Partido da Frente Liberal/ Democratas
PL/PR – Partido Liberal/ Partido da República
PMB – Partido Municipalista Brasileiro
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PPS – Partido Popular Socialista
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PRP – Partido da Representação Nacional
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialista e Liberdade
PST – Partido Social Trabalhista
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PTR – Partido Trabalhista Renovador
PV – Partido Verde
TRE-PI – Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	FORMAÇÃO DE GOVERNOS NO BRASIL PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO: PADRÕES E TENDÊNCIAS	19
2.1	SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO NA NOVA INSTITUCIONALIDADE: PARTIDOS POLÍTICOS, REGRAS ELEITORAIS E ESTRUTURAÇÃO DA COMPETIÇÃO.....	20
2.2	FEDERALISMO E ESTRUTURAÇÃO DOS SUBSISTEMAS PARTIDÁRIOS ESTADUAIS.....	28
2.3	GOVERNOS DE COALIZÃO E PARTIDOS NO GOVERNO.....	35
3	ARRANJOS E REARRANJOS DOS ATORES POLÍTICOS NO ESTADO DO PIAUÍ	47
3.1	IMPACTOS DA FORMAÇÃO POLÍTICA NO SUBSISTEMA POLÍTICO ESTADUAL.....	49
3.2	BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO.....	52
3.3	POLÍTICA PIAUIENSE NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO DE 1945 A 1964.....	61
3.4	GOVERNOS MILITARES E O CONTEXTO POLÍTICO PIAUIENSE PÓS-1964..	67
3.5	ATORES POLÍTICOS ESTADUAIS NO NOVO CONTEXTO MULTIPARTIDÁRIO.....	72
4	COMPOSIÇÃO DOS GOVERNOS ESTADUAIS PIAUIENSES NO PERÍODO 1987-2007: QUAL RACIONALIDADE?	81
4.1	DESEMPENHO ELEITORAL DOS ATORES POLÍTICOS ESTADUAIS NA FORMAÇÃO DAS BANCADAS ESTADUAIS.....	83
4.2	FORMAÇÃO DE GOVERNOS NO PIAUÍ: DA ARENA ELEITORAL À ARENA GOVERNAMENTAL.....	96
4.2.1	<i>GOVERNO ALBERTO SILVA (1987-1991)</i>	98
4.2.2	<i>GOVERNO FREITAS NETO (1991-1994)</i>	102

4.2.3 GOVERNO GUILHERME MELO (1994).....	106
4.2.4 PRIMEIRO GOVERNO MÃO SANTA (1995-1998).....	109
4.2.5 SEGUNDO GOVERNO MÃO SANTA (1999-2001).....	114
4.2.6 GOVERNO HUGO NAPOLEÃO (2001-2002).....	118
4.2.7 PRIMEIRO GOVERNO WELLINGTON DIAS (2003-2006).....	120
4.2.8 SEGUNDO GOVERNO WELLINGTON DIAS (2007).....	125
4.3 DESENVOLVIMENTO PARTIDÁRIO E DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS NO EXECUTIVO ESTADUAL: COMO OS PARTIDOS PARTICIPAM DOS GOVERNOS?.....	130
5 CONCLUSÃO	134
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICES	145
ANEXOS	154

1 INTRODUÇÃO

A Ciência Política brasileira tem se preocupado, detidamente, na análise do sistema partidário brasileiro no período pós-redemocratização, a partir da década de 1980. Dentro dessa área de estudos, há a necessidade, cada vez maior, de se compreender a dinâmica e as diferenciações existentes entre os subsistemas políticos estaduais brasileiros. Uma série de estudos tem tido essa preocupação, dentre eles os trabalhos de Olavo Brasil de Lima Júnior (1983; 1997), que atribuem as diferenciações entre os subsistemas partidários às distintas “racionalidades políticas contextuais” existentes nos estados.¹

O autor constatou que os estados podem ter diferenciadas formas de manifestação eleitoral e partidária. Segundo ele, não se pode atribuir apenas ao arranjo federativo e multipartidário brasileiro a diversidade de formatos partidários no plano estadual, pois o marco institucional legal é uma constante, já que a legislação eleitoral perpassa todos os três entes federados. Conforme Lima Júnior, isso deve ser atribuído às condições contextuais dos estados, “que cercam o processo eleitoral, que, resumidamente, podem ser apreendidas como a correlação de forças prevalecente, tanto em sua expressão partidária, quanto em sua versão eleitoral, sobre a distribuição das preferências eleitorais” (1997, p. 304).

O arranjo institucional não determinou, mas possibilitou a emergência de novos atores políticos nas unidades federativas, fragmentando, conseqüentemente, os legislativos estaduais. A diversificação da representação nos legislativos foi o indício do surgimento de novas agremiações partidárias, que deram vazão a diferentes alianças e articulações entre atores políticos (tradicionais ou não). Se, por um lado, as diferenciações entre os estados não são ocasionadas pelo marco institucional legal, e sim pelas variáveis contextuais, por outro, foi o arranjo federativo e multipartidário que permitiu a existência de diferenciados contextos políticos entre os estados.

O formato institucional, dessa maneira, estrutura o modo como se formam as alianças nos cenários políticos estaduais. As instituições, acima de tudo, estabelecem as regras que moldam a atividade política, mas não a determinam de forma completa. Isso decorre do fato de os atores se articularem, estrategicamente, visando à conquista de espaços de poder. E,

¹ O primeiro trabalho de Lima Júnior (1983) discorre sobre o período democrático brasileiro de 1945 a 1964. Em outra obra, Lima Júnior (1997) reuniu artigos que analisam os subsistemas políticos estaduais no atual período democrático brasileiro. Outro estudo clássico sobre a temática é de Fernando Abrucio (1998), que analisa o poder dos governadores em quinze estados brasileiros, no período 1991-1994. Sobre a relação entre Executivo e Legislativo nos estados, pode-se destacar a obra organizada por Fabiano Santos (2001).

em cada contexto, os políticos operarem racionalidades próprias, dentro dos limites das regras impostas pelas instituições.

Para a compreensão das diferenciações internas existentes no sistema partidário brasileiro, verifica-se a necessidade de se buscar tendências históricas estabelecidas ao longo do tempo, que podem dar origem a distintas dinâmicas político-eleitorais nos estados. O peso dos partidos varia entre as unidades federativas brasileiras, podendo gerar, inclusive, circunstâncias políticas contrastantes.²

As trajetórias político-eleitorais dos partidos surgidos durante a redemocratização foram fortemente influenciadas pela força que estes possuíam em cada contexto. Se no início deste processo havia atores políticos suficientemente fortes, que já detinham o poderio numa dada localidade, muito provavelmente estes teriam maiores chances de manter sua dominância no estado. Assim sendo, a formação política de cada localidade, ou seja, as tendências históricas estabelecidas ao longo do tempo podem explicar, em grande parte, a força dos partidos e de seus líderes no momento da montagem de candidaturas nos pleitos eleitorais.

No caso do Piauí, um grupo restrito de atores dominava a cena política estadual até meados da década de 1980, vinculados principalmente ao PDS (antiga ARENA).³ Contudo, o novo formato institucional, que possibilitou a criação de outras agremiações partidárias e a formação de alianças eleitorais, permitiu a desconcentração do poder, diversificando, gradualmente, a composição dos quadros políticos do estado. Partidos pequenos estabeleceram alianças com partidos maiores. Com isso, as pequenas agremiações puderam, aos poucos, conquistar espaços de poder no estado, seja na ocupação de cadeiras no Legislativo ou na indicação para cargos da máquina pública estadual e aspirar à alternância de poder no Executivo.

Para a compreensão da dinâmica política pós-redemocratização no Piauí, faz-se necessário analisar tanto a composição dos cargos eletivos no Executivo e Legislativo estadual, quanto a composição dos cargos de primeiro escalão do Governo do Estado. Examinar conjuntamente estes dois pontos é essencial para a análise mais sistemática das correlações de poder estabelecidas no novo contexto democrático.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de formação de governos no estado do Piauí, do período de 1987 a 2007. Buscou-se verificar,

² No início da década de 1980, por exemplo, o PDS possuía boa parte de sua força política centrada nos estados nordestinos. O PMDB, por outro lado, tinha maior dominância na região Sudeste.

³ Ver terceiro capítulo.

especificamente, a composição política no cenário estadual, de modo a perceber o declínio e o surgimento de novos atores no estado. Para isso, faz-se mister entender a dinâmica das correlações de forças surgidas ao longo do período. O recorte temporal selecionado é justificado por marcar o retorno ao regime democrático, desde o momento em que novas agremiações partidárias surgiram e, conseqüentemente, o poder político começou a se tornar mais difuso.

O pressuposto básico desta pesquisa é de que o aparato institucional-legal engendrado a partir de meados da década de 1980, no Brasil, foi capaz de gerar comportamentos e práticas que ampliaram a competição política, inserindo novos atores políticos no cenário estadual. Contudo, a abertura não significou necessariamente uma mudança abrupta, mas possibilitou a formatação de um sistema baseado na difusão do poder entre diversos grupos. As alterações no cenário político estadual começaram quando novos atores passaram a ocupar espaços antes destinados às lideranças tradicionais, alterando a correlação de forças no estado.

Se o formato institucional adquirido pela democracia brasileira teve, de fato, capacidade de democratizar o sistema político como um todo, faz-se necessário analisar, de forma sistemática, qual foi a dinâmica desse processo no Piauí, uma vez que, havia, no cenário político estadual, uma tendência histórica de restrição do acesso aos espaços de poder. Ao focar no caso piauiense, por um lado, perde-se a capacidade de generalizar os achados para as outras unidades federativas, mas, por outro lado, ganha-se em precisão sobre o caso.

Os poucos estudos acadêmicos que tratam sobre a composição dos quadros políticos piauienses têm se preocupado demasiadamente em reafirmar o caráter oligárquico da composição dos cargos eletivos no estado.⁴ Em contraposição a essa abordagem, os achados desta pesquisa apontam para a existência de uma dinâmica de livre competição político-eleitoral no estado e de alta fragmentação partidária no Legislativo estadual, o que gerou o surgimento de diferentes correlações de força nesse breve período.

Esta dissertação analisa, de forma pormenorizada, o curso estabelecido pelo regime democrático no Piauí, no período 1987-2007, procurando compreender o complexo processo de mudança política no estado. Para isso, o estudo teve como foco o levantamento de inferências descritivas, como forma de identificar padrões na formação de governos no estado.

⁴ Nesta abordagem, destacam-se a tese de Roberto John da Silva (1999) e a dissertação de Manoel Ricardo Arraes Filho (2000), além dos artigos de Washington Bonfim e Raimundo dos Santos Junior (1995) e de Washington Bonfim e Irismar Silva (2003).

Para o levantamento dessas inferências foram utilizados dois tipos de fontes de pesquisa. No primeiro momento da pesquisa, foram levantadas fontes secundárias sobre a história política piauiense, fundamentais para o entendimento da dinâmica das articulações políticas entre os atores que dominaram o cenário estadual ao longo do século XX.⁵ No segundo momento da pesquisa, foram levantados dados primários, relativos à composição do Legislativo e do Executivo estadual, incluindo a participação de filiados na formação do secretariado (gabinete) do Governo do Estado do Piauí, no período em análise.

A partir dos dados levantados foi possível verificar que o desenvolvimento partidário está atrelado ao relacionamento junto ao Estado. Partidos governistas tendem a melhorar seus desempenhos eleitorais, principalmente o partido do governador, já que ocupam a maior parte das Secretarias de Estado, inclusive as pastas consideradas estratégicas. O governador tem as prerrogativas legais necessárias para nomear partidários de sua agremiação para o gabinete estadual, o que permite a ampliação do capital político dos indicados, fundamental para a estratégia eleitoral do partido.

O processo de mudança política no estado foi delineado pelas disputas eleitorais realizadas para o Governo estadual, principalmente devido à importância política do chefe do Executivo. Com isso, os partidos buscam, cada vez mais, formar alianças fortes que possam alavancar a candidatura de sua chapa. A conquista do Executivo estadual representa, para o partido, a chance de melhorar a performance eleitoral de seus candidatos nas eleições posteriores.

Observou-se, também, que os partidos foram centrais no processo de composição de coligações e alianças, no momento eleitoral, e, posteriormente, participaram ativamente da formação de governos estaduais. A participação no governo, para os partidos, foi e continua a ser vital para sua existência e desenvolvimento enquanto organização política. Portanto, o florescimento das agremiações partidárias foi, antes de tudo, essencial para a diversificação da composição política no estado.

Partindo desse preâmbulo, dividiu-se a dissertação em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução e o último a conclusão. No primeiro capítulo posterior à introdução (segundo capítulo) são apresentadas as bases teóricas sobre formação de governos nos estados brasileiros, discutindo os pontos centrais da pesquisa. O primeiro é sobre o sistema político brasileiro e as regras que estruturam a competição político-eleitoral no país, no novo contexto democrático, desde o retorno ao multipartidarismo em 1979. O segundo é quanto ao impacto

⁵ A discussão relativa a esse tópico está contemplada no terceiro capítulo da dissertação.

do arranjo federativo nos subsistemas políticos brasileiros, possibilitando o surgimento de diferentes “racionalidades políticas contextuais”. O terceiro é relativo à formação de coalizões no Brasil e de como as agremiações passam a compor os cargos político-administrativos na arena governamental.

O capítulo seguinte (terceiro) tem como objetivo traçar breve panorama sobre dinâmica política piauiense, desde os primórdios da colonização do estado. A ideia é mostrar como o cenário estadual foi composto por poucos atores políticos até meados da década de 1980. A pouca diversificação dos grupos que estavam à frente da máquina pública estadual levou à restrição do acesso ao poder, mesmo como o retorno ao multipartidarismo. O foco do capítulo, portanto, é explicitar o impacto da formação política no subsistema político estadual pós-redemocratização.

O quarto capítulo concentra a análise empírica da pesquisa, que trata especificamente da formação de governos piauienses no período pós-redemocratização. Primeiramente, será examinada a dinâmica da composição no Legislativo estadual, das eleições de 1986 a 2006, ressaltando-se o desempenho dos partidos políticos na formação das bancadas estaduais. Num segundo momento, trata-se da formação dos oito governos piauienses do período 1987-2007, explicitando a composição do secretariado (gabinete) de cada um, de modo a observar a força política dos partidos nos governos.⁶ Por fim, sintetizam-se os dados expostos, de forma a verificar qual o padrão ou a lógica estabelecida nos governos formados no Piauí.

À luz da discussão realizada nesses capítulos, são tecidas algumas conclusões sobre o caso piauiense, destacando algumas considerações sobre a principal indagação que norteia o presente trabalho, ou seja, qual a lógica de formação de governos no estado do Piauí no período pós-redemocratização? Certamente os achados desta pesquisa estão longe de esgotar a questão levantada, mas espera-se que, no mínimo, contribuam para melhor compreensão da intrincada política piauiense.

⁶ Os governos estaduais no período em estudo são: Alberto Silva (1987-1991), Freitas Neto (1991-1994), Guilherme Melo (1994), Mão Santa (1995-1998 e 1999-2001), Hugo Napoleão (2001-2002), Wellington Dias (2003-2006 e 2007, que foi o primeiro ano do segundo governo e último da pesquisa).

2 FORMAÇÃO DE GOVERNOS NOS ESTADOS BRASILEIROS PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO: PADRÕES E TENDÊNCIAS

Explicações que tendem a enfatizar o caráter oligárquico da política no Nordeste deixam de analisar a política como resultado de um processo mais complexo, que inclui a compreensão da relação entre o arranjo institucional e sua influência na composição política dos estados. Análises redutoras podem dificultar a compreensão da dinâmica de mudança política nos estados nordestinos, levando a erros de análise. Como afirma De Deus (2006, p. 16), “o mais corriqueiro é ignorar as nuances de um sistema político extremamente heterodoxo como o brasileiro”.

Um tratamento mais apurado dessas dinâmicas faz-se necessário para afastar análises com escassa fundamentação empírica. Para isso, deve-se considerar as variações internas existentes no sistema político brasileiro, de modo a perceber como funciona o processo político nas unidades subnacionais. Isso se deve ao fato de que processos como a democratização têm frequentemente efeitos variados nas subunidades de um sistema político. Focando nestes casos, torna-se mais precisa a descrição do processo, o que permite melhor teorização sobre a realidade política (SNYDER, 2001).

O arranjo institucional estabelecido durante a década de 1980 no Brasil proporcionou maior rotatividade nos cenários políticos estaduais. Com isso, ampliou-se a competitividade nas eleições, principalmente com o advento do multipartidarismo e a introdução de novos atores políticos nos cargos eletivos. Ao contrário do que comumente se pensa, as alterações do quadro político no estado do Piauí começaram a ocorrer antes da entrada do PT no Executivo estadual em 2002. Ademais, vale destacar que as mudanças paulatinas que vêm ocorrendo no estado, desde o período da redemocratização, foram baseadas no estabelecimento de amplas alianças na arena eleitoral e na arena governamental.

Constata-se que as mesmas regras podem operar de forma diferenciada, dependendo do contexto social e político. A nova institucionalidade política e administrativa – de caráter multipartidário e federativo – baliza tanto o padrão de diversificação nos contextos políticos, com a entrada de novos atores, quanto pode permitir a continuidade de determinados grupos. A análise do caso piauiense poderá trazer elementos para se compreender os limites à mudança política em contextos estaduais pós-redemocratização.

Tendo como ponto de partida essa breve reflexão, esta pesquisa tem o intuito de analisar a formação de governos no estado do Piauí pós-1986, focando, principalmente, na

formação de bancadas no Legislativo estadual e na composição dos cargos de primeiro escalão do Governo estadual. Para isso, faz-se necessário, antes de tudo, discutir como é estruturado o sistema partidário brasileiro contemporâneo, verificando suas variações internas. Como isso poderia influenciar a composição de cargos políticos nos Brasil?

O aparato teórico-metodológico desenvolvido nesta pesquisa fornecerá elementos para futuros estudos que tenham como meta analisar, de forma comparativa, as dinâmicas políticas dos estados brasileiros, verificando as causas da baixa ou alta circulação de grupos políticos nos estados.

Esse capítulo apresentará, inicialmente, uma discussão sobre a estrutura e a dinâmica de formação de governos nos estados brasileiros pós-redemocratização, partindo do debate sobre o sistema partidário do país. A partir disso, discutir-se-á o impacto do federalismo nas conjunturas políticas estaduais e como estas podem se distinguir, mesmo que tenham sido constituídas dentro de um mesmo arranjo institucional. E, por fim, será apresentado o debate acerca da formação de governos de coalizão no Brasil e de como os partidos passam a integrar a arena governamental.

2.1 SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO NA NOVA INSTITUCIONALIDADE: PARTIDOS POLÍTICOS, REGRAS ELEITORAIS E ESTRUTURAÇÃO DA COMPETIÇÃO

A redemocratização brasileira, iniciada com o processo de abertura política do final da década de 1970 até meados da década de 1980, construiu um sistema eleitoral que impede, em muitos casos, de o eleitorado estabelecer identificação direta com os partidos políticos. Um dos pontos a serem destacados no sistema eleitoral estabelecido é que, com o advento do multipartidarismo, em 1979, foram muitas as siglas partidárias criadas, dificultando a percepção pelo eleitorado das diferenças ideológicas entre os partidos.

Além disso, ressalta-se que, mesmo com o retorno à democracia, a relação estabelecida entre representantes e representados ainda passou a ser baseado em trocas clientelísticas, favorecido pelo sistema que se baseia na relação eleitor-candidato. O sistema eleitoral favorece, portanto, a escolha de candidatos em detrimento dos partidos, predominando o personalismo no plano das relações políticas. A sociedade, dessa forma,

continua distanciada do processo decisório, reforçando os vínculos junto aos políticos e não propriamente aos partidos.

Com esse cenário, algumas críticas surgiram ao sistema partidário brasileiro, principalmente quanto ao seu baixo grau de institucionalização⁷ e quanto às altas taxas de volatilidade eleitoral⁸. Isso indicaria que, mesmo com o transcorrer de mais de duas décadas de funcionamento e consolidação das instituições democráticas no Brasil, o país ainda viveria num clima de instabilidade institucional ao ponto de colocar em risco o funcionamento da própria democracia. O sistema partidário brasileiro, além disso, possui alto grau de fragmentação, tendo como agravantes as baixas taxas de identificação partidária e de confiança nos partidos (SARTORI, 1982 e 1986; MAINWARING, 1993 e 2001). O país, assim, não possui partidos fortes e capazes de agregar e canalizar as demandas da população, aproximando o cidadão das decisões públicas. Segundo Maria do Socorro Braga, para essa vertente da literatura,

[...] no sistema político brasileiro, o arranjo eleitoral de representação proporcional, baseado em lista aberta, incentivaria a competição intrapartidária e a construção de reputações individuais, dificultando a estruturação dos partidos e a inteligibilidade da disputa eleitoral. Em consequência desse fato, teríamos partidos com frágil coesão interna, indisciplinados, políticos com baixa fidelidade partidária e uma competição partidária altamente instável. Esse quadro redundaria em um ambiente com baixa ou nenhuma identificação partidária, de fraca representatividade das organizações partidárias e de ampla dificuldade para a formação e coordenação de maiorias congressuais estáveis de apoio aos programas do poder Executivo, o que comprometeria as condições de governabilidade e, finalmente, poderia culminar com instabilidade do próprio regime democrático (2007, p. 56-57).

Nessa perspectiva, o sistema político brasileiro, diante de uma série de fragilidades apresentadas no seu desenho institucional, apresentaria grande propensão à ingovernabilidade. Os partidos teriam poucas possibilidades de enraizamento e de condução da representatividade, em decorrência das reduzidas chances de estabelecer maiorias no Congresso. Isso estaria representado pelo baixo grau de institucionalização alcançado pelas organizações e resultaria, por fim, no comprometimento do próprio funcionamento das instituições democráticas.

⁷ Institucionalização, em princípio, é entendida como o processo em que as organizações políticas e os procedimentos se tornam bem estabelecidos e amplamente enraizados (LIMONGI, 1999 e MAINWARING; TORCAL, 2005).

⁸ A volatilidade eleitoral é um índice utilizado em estudos eleitorais para mensurar os padrões de mudança eleitoral agregada entre dois pleitos consecutivos (NICOLAU, 1997 e BOHN; PAIVA, 2009).

A história política brasileira poderia explicar em muito a ausência de partidos fortes no país. Experiências políticas autoritárias interromperam a trajetória democrática estabelecida no Brasil em 1945. No primeiro período democrático (1945-1964), havia uma quantidade razoável de partidos disputando as eleições, sendo os principais o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN), o que garantia certa competitividade, porém, com baixa inclusividade, principalmente em decorrência dos limites estabelecidos à participação do eleitorado, que em sua maioria era analfabeta.

Após dezenove anos de democracia, o golpe militar de 1964 deu início ao período autoritário, na qual houve forte restrição das liberdades civis e políticas. O sistema partidário brasileiro passou a ser centrado em dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Contudo, a criação artificial dos partidos pelo regime autoritário não representava os anseios da maioria da sociedade, que demandava transparência e participação na gestão pública.

No final da década de 1970, houve a flexibilização do regime e o regresso do multipartidarismo. Em 1985, foi restabelecido as eleições diretas para presidente, prefeitos das capitais, estâncias hidrominerais e áreas de segurança nacional. Durante esse período, foram muitos os partidos criados, e a maioria deles não representava diretamente uma classe ou grupo social, com exceção do Partido dos Trabalhadores (PT), oriundo do movimento sindical e de segmentos populares apoiados por uma parcela do clero (MENEGUELLO, 1989).

Como afirma Carlos Ranulfo Melo, as organizações partidárias no Brasil, “na maioria das vezes criadas de cima para baixo, lançaram-se ao mercado político com precário lastro social” (2007, p. 269). Diante disso, formaram-se com estruturas organizacionais frágeis, perfis programáticos pouco diferenciados, tendo baixa capacidade de agregar as preferências do eleitorado. Entretanto, segundo o autor, a realização de eleições livres e competitivas, a lisura nos pleitos e a presença de instituições que garantem a alternância de representantes no poder são indicativos do fortalecimento da democracia no país, contrariando os diagnósticos mais pessimistas sobre o sistema partidário brasileiro.

Quando se trata de sistema partidário brasileiro, há uma tendência a compará-lo a outras democracias já consolidadas. Segundo Melo, os partidos no Brasil têm tomado um trajeto diverso em relação aos casos europeus, que possuem organizações políticas institucionalizadas com amplo lastro social.

Contrariando essa análise, a dinâmica política na Europa tem mudado nas últimas décadas. Os partidos, que tinham a base eleitoral focada em um público específico, têm agora um eleitorado cada vez mais heterogêneo, em consequência da modernização social e política (DALTON, 2002; DALTON; WATTENBERG, 2002). Além disso, alguns partidos passam a atuar dentro das esferas governamentais, influenciando decisivamente as decisões políticas, participando da indicação e da ocupação de cargos na burocracia, do acesso a mecanismos de patronagem, do recebimento de fundos públicos de financiamento dos partidos e de campanhas eleitorais, em alguns casos (KATZ; MAIR, 1995). Com essas mudanças, a competição eleitoral tem se tornado, cada vez mais, personalista, devido ao forte declínio da identificação partidária, e os partidos têm tido atuação cada vez mais dependente do Estado.⁹

Os partidos no Brasil, como aponta uma vertente da literatura nacional, participam do jogo democrático, não na relação direta com o eleitorado, e sim na articulação política no âmbito do Legislativo federal (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, 2007; SANTOS, 2003; NICOLAU, 2009). Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (1999) afirmam que a atuação dos partidos está centrada no Congresso, onde estes controlam os recursos para a estruturação do jogo político, dando base de sustentação aos governos, seja na aprovação de medidas, na formação de coalizões ou na constituição dos gabinetes.¹⁰

Partidos, nessa visão, não representam apenas a estrutura legal para que candidatos agreguem as preferências do eleitorado, mas têm uma função essencial dentro do funcionamento da democracia representativa brasileira:

Partidos são organizações fundamentais, porque eles participam dos três momentos decisivos do sistema representativo. São a unidade decisiva no momento eleitoral, desde que políticos devem pertencer a um deles a fim de poderem concorrer a um cargo. São fundamentais na organização do trabalho legislativo e dos cargos do Executivo (ministérios/secretarias). E, por último, controlam a parte da burocracia responsável por implementar políticas (NICOLAU, 2009, p. 3, tradução nossa).

Dentro dessa lógica, os partidos políticos no Brasil têm função primordial na estruturação da representação, desde a candidatura e a escolha dos representantes até às decisões no Legislativo, além de influenciar diretamente na formação dos gabinetes do Executivo. No Legislativo, as lideranças partidárias indicam que tipo de postura o partido

⁹ A participação dos partidos na formação de governos será melhor abordada na última parte deste capítulo.

¹⁰ Utilizando a definição de gabinete presidencial de Octávio Amorim Neto (2000), entende-se este como “o conjunto de assessores do presidente com *status* ministerial”.

deve seguir quanto às decisões políticas. Assim, como afirma Melo (2007), a estruturação dos partidos dentro do Congresso indica a presença de comportamento disciplinado das bancadas em plenário, já que um deputado individualmente não consegue influenciar de forma significativa a agenda legislativa. Com isso, o melhor a ser feito é seguir o líder do partido ou da bancada. O comportamento disciplinado no Congresso, dessa forma, representa uma taxa de sucesso de cerca de 70% na aprovação da agenda presidencial, refutando a tese de uma parcela da literatura que considera o país ingovernável.¹¹

Ressalte-se que nessa arena são muitos os partidos considerados irrelevantes, por ter pouco peso na definição de políticas ou por representar pequena fração do eleitorado.¹² Como argumenta Jairo Nicolau (2009), há dificuldade de se definir a relevância de partidos políticos no Brasil, devido ao arranjo institucional presidencialista e federalista, que prevê outros níveis ou esferas de competição eleitoral. Os eleitores escolhem seus representantes em três níveis: no nível local (Câmara de Vereadores e Prefeitura), no estadual (Assembleia Legislativa e Governo) e no federal (Senado, Câmara dos Deputados e Presidente). Os partidos, portanto, podem ter maior relevância num nível e menos em outro. Ou serem, num mesmo nível, fortes no Legislativo e fracos no Executivo, ou vice-versa.

Daí pergunta-se: o que seria um partido institucionalizado e relevante? Nicolau (2009) utiliza o critério de Rose e Mackie, que considera um partido como institucionalizado aquele que disputa mais do que três eleições para a Câmara dos Deputados e eleitoralmente relevante aquele que tem conseguido um mínimo de 1% dos votos ao menos nas últimas três eleições para a Câmara dos Deputados. Assim, segundo esse critério, no Brasil, apenas onze partidos seriam relevantes: PMDB, PT, PP (ex-PDS, ex-PPR e ex-PPB), PTB, PDT, PR (ex-PL), PSB, DEM (ex-PFL), PPS (ex-PCB), PCdoB e PSDB (NICOLAU, 2009, p. 7).

A grande quantidade de partidos presentes no cenário político nacional indica alta fragmentação partidária na representação no Legislativo.¹³ Segundo Nicolau, isso é

¹¹ Segundo Mainwaring (1993) e Ames (2003), a ingovernabilidade no Brasil seria originária do desenho das instituições políticas, que combina presidencialismo com representação proporcional de lista aberta, personalizando a política e enfraquecendo o controle dos partidos sobre os políticos.

¹² O critério usado por Klaus von Beyme (1987) prima por estabelecer uma porcentagem arbitrária, em que define a relevância de um partido. No seu estudo sobre sistemas partidários de países europeus, o autor estabelece que sejam relevantes os partidos que obtêm mais que 2% dos votos. Já Giovanni Sartori (1982), utiliza um critério puramente quantitativo para identificar a relevância de um partido. Porém, deve-se verificar o contexto em que está incluso o partido, se ele é potencialmente capaz de formar governos de coalizão, ou se eles afetam a natureza da competição (NICOLAU, 2009).

¹³ Até fevereiro de 2010, o Brasil possuía 27 partidos registrados junto ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE (ver em <http://www.tse.gov.br/internet/partidos/index.htm>)

comprovado quando se mede o número efetivo de partidos (N) na Câmara dos Deputados no período 1986-2006 (ver Tabela 2.1).¹⁴

Tabela 2.1 – Evolução do Número Efetivo de Partidos (N) na Câmara dos Deputados – Brasil – 1982-2006.

Ano	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006
N*	2,4	2,8	2,7	8,2	7,1	8,5	9,3

Fontes: Melo (2007) e Nicolau (2009).

Observa-se, na tabela, nos três primeiros anos, que o padrão do índice oscilou entre 2,4 e 2,8 partidos, indicando baixa quantidade de partidos, mesmo com o retorno ao multipartidarismo. Somente em 1994 observa-se crescimento substancial do índice para 8,2, mantendo o padrão entre 7 e 9, com pequenas alterações até 2006.

Melo (2007), partindo desses dados, analisa a trajetória do atual sistema partidário brasileiro, destacando a existência de fases distintas. Primeiramente, com o retorno do multipartidarismo, cinco partidos são criados (PMDB, PDS, PDT, PTB e PT). PDS e PMDB conquistaram 90% das cadeiras na Câmara em 1982 e 97% das cadeiras no Senado, aproveitando-se da herança da estrutura organizacional da ARENA e do MDB, respectivamente.

Já em 1986, tinham sido criados outros partidos, como o PFL (formado por parcela de políticos do PDS), PSB, PL, PPS, PCdoB e PDC. Com a aliança PFL e PMDB – dando base para a vitória de Tancredo Neves e o consequente apoio ao governo de José Sarney – o PMDB conquistou 53% das cadeiras na Câmara e 77,5% no Senado, elegendo 96% dos governadores nos estados. Contudo, com os sucessivos fracassos nas políticas econômicas implementadas pelo governo e com as cisões do partido nas votações na Assembleia Constituinte houve uma desestabilização do PMDB.

Em 1988, com as diferentes vertentes dentro do PMDB, houve a criação, por uma parte dos parlamentares do partido, do PSDB. Outros partidos foram criados e, em 1990, a configuração do sistema partidário brasileiro já apresentava outro padrão. O número efetivo de partidos subiu de 2,8 para 8,7 na Câmara dos Deputados, devido ao crescimento eleitoral de partidos como o PT, PTB, PDT, PSDB e o declínio do número de cadeiras conquistadas pelo PMDB (de 51,4% em 1986 para 21,5% em 1990).

¹⁴ O Número Efetivo de Partidos juntamente com o índice de Fracionalização dos partidos são medidas que visam calcular o grau de dispersão e concentração do poder partidário num determinado pleito ou na composição do Legislativo (NICOLAU, 2004, p. 103).

A partir de 1994, observa-se evidente estabilização no número efetivo de partidos na Câmara, apesar de uma clara variação na força dos partidos, “o que é compatível com o grau de porosidade e de competitividade do sistema eleitoral” (MELO, 2007, p. 279). Para se compreender essas variações, deve-se observar a sequência das eleições presidenciais. Geralmente são estas que delineiam os pleitos no Legislativo federal e também nos níveis subnacionais. Segundo Melo (2007, p. 280),

ao contrário do que vem acontecendo em países como Venezuela, Peru, Equador, Bolívia, Colômbia, no Brasil têm sido os partidos, e não os movimentos criados em torno dos candidatos, os atores responsáveis pela condução do processo sucessório para a Presidência da República. Dessa forma a dinâmica presidencial vem gerando um efeito estruturante sobre o sistema partidário. À exceção da eleição de 1989, quando 21 partidos lançaram nomes à disputa, e o número efetivo de candidatos chegou a 5,7, nas quatro disputas seguintes o pleito foi polarizado por dois blocos, à frente dos quais se destacavam o PT e o PSDB. O número efetivo de candidatos caiu para 2,7 [...], e os dois partidos se firmaram como alternativas de polices perante o eleitorado nacional, aumentando sua presença nos órgãos representativos e equiparando-se ao PMDB e ao PFL (MELO, 2007, p. 280).

Desse modo, a eleição para a presidência teve a capacidade de polarizar a competição político-eleitoral no país, delineando o crescimento ou a retração da força dos partidos. Na Câmara, observa-se a expansão do PSDB ao longo da presidência de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e uma queda quando Lula (PT) vence o pleito em 2002. O PT, por sua vez, teve considerável aumento do número de cadeiras conquistadas na Câmara.

Percebe-se que os partidos com maior êxito nas disputas eleitorais para a presidência conseguem alavancar candidaturas também para outros cargos. Por outro lado, o sistema partidário brasileiro, mesmo tendo alcançado certo grau de institucionalização, permite variações na força eleitoral dos partidos de acordo com a conjuntura política dos pleitos, principalmente com o desempenho do partido nas eleições para a presidência ou na formação de alguma coalizão que possibilite ao partido conquistar cargos de relevância junto ao gabinete presidencial.

Pode-se afirmar, então, que o eleitorado brasileiro é influenciado por dois fatores: o arranjo institucional implementado durante a década de 1980, que estrutura o sistema representativo brasileiro e a relação representante-representado; e o grau de estruturação do sistema partidário brasileiro (MELO, 2007; SARTORI, 1996).

Não é demais afirmar que o sistema eleitoral brasileiro favorece a criação de laços entre o eleitorado e o candidato e não propriamente com os partidos.¹⁵ O sistema se faz competitivo, pelo grau de abertura à participação eleitoral, mas é altamente personalizado. A lista aberta, nesse contexto, favorece a criação de incentivos ao voto no candidato. Os atributos pessoais, em geral, são enfatizados na disputa eleitoral em detrimento da trajetória ideológico-partidária do candidato; e as coligações dificultam ainda mais a identificação do eleitorado com os partidos. O arranjo institucional, portanto, contribui para o estreitamento das relações entre representante e representado, pois incentiva os políticos a adotarem estratégias que valorizem suas qualidades pessoais em detrimento das suas vinculações com os partidos.

Diante do exposto, verifica-se a existência de duas dinâmicas no sistema representativo brasileiro: 1) a relação entre o eleitorado e os candidatos e partidos e 2) a atuação dos partidos dentro da arena do Legislativo e Executivo. Quanto à primeira dinâmica, percebe-se que os eleitores escolhem candidatos em vez de partidos. Os candidatos, por sua vez, detêm uma base eleitoral com a qual, na maioria das vezes, estabelecem relação de proximidade. Já os partidos, no momento eleitoral, servem apenas de apoio organizacional para que os candidatos possam se credenciar na disputa, possuindo, dessa forma, pouca ascendência sobre os eleitores.

Quanto à segunda dinâmica, percebe-se, dentro do Legislativo, atuação mais coesa dos partidos. Os deputados seguem orientações dos líderes partidários, pois não possuem capital político necessário para barganhar individualmente. Os partidos, além disso, possuem importante atuação na indicação de cargos para o Executivo. Dessa forma, passam a existir com mais força no âmbito do Legislativo, sobrepondo-se aos atributos pessoais dos parlamentares.

Sendo assim, o cenário político no Legislativo altera a configuração estabelecida na arena eleitoral, pois incentiva maior atuação dos partidos em detrimento da consecução de projetos eminentemente pessoais. “A comparação entre os dois cenários permite chegar à conclusão de que o eleitor acaba sendo levado a designar o agente *errado* na defesa de seus interesses” (MELO, 2007, p. 293).

Outro importante aspecto para que se compreenda a organização e institucionalização dos partidos brasileiros é que estes apresentam diferentes formas de estruturação nos cenários políticos subnacionais. A combinação do sistema proporcional com

¹⁵ Nicolau (2002), analisando o caso da eleição para a Câmara dos Deputados, afirma que apenas uma pequena parcela de eleitores se orienta partidariamente na escolha de um candidato.

o federalismo proporciona alta fragmentação e competitividade. Isto é percebido pela presença de poucos partidos fortes em todo o território nacional, gerando, por consequência, arenas políticas estaduais e locais com tipos diversos de competição eleitoral e de ação dos partidos no cenário político brasileiro. Quanto maior a proximidade do nível local, mais se percebe a existência de diferentes dinâmicas político-partidárias. O desempenho dos partidos, com isso, distinguem-se significativamente, dependendo dos estados e dos municípios em análise.¹⁶

Os partidos possuem dificuldades de manter a força política de modo homogêneo no Brasil como um todo, sendo isto, por consequência, um obstáculo à sua institucionalização. Essas variações se devem ao impacto do sistema federalista num cenário político multipartidário, que acarreta menor interiorização dos partidos no nível estadual e, principalmente, municipal.¹⁷

Partindo desse diagnóstico sobre o sistema partidário brasileiro, faz-se necessário discutir o impacto do federalismo na organização dos subsistemas partidários no país e como isso pode gerar contextos políticos diferenciados nas unidades subnacionais.

2.2 FEDERALISMO E ESTRUTURAÇÃO DOS SUBSISTEMAS PARTIDÁRIOS ESTADUAIS

O poder político-partidário no Brasil tem apresentado diferentes dinâmicas entre os estados brasileiros. O governo de um estado pode ter composições partidárias específicas, de acordo com seu contexto político. O surgimento de diferenciadas formas de correlação de poder pode ser explicado, em grande parte, pelo arranjo federativo brasileiro.¹⁸ Portanto, faz-se necessário compreender o impacto do federalismo na formação de governos nos estados brasileiros. Observe-se a definição de Márcia Soares:

¹⁶ Um indicativo da existência de diferentes estruturas políticas nos estados brasileiros é que no Senado – em que as unidades da federação são representadas igualmente em número – é observada alta fragmentação no período entre 1990 e 2006, tendo o número efetivo de partidos um valor médio de 5,8 (MELO, 2007, p. 277).

¹⁷ É válido afirmar que partidos como PMDB, DEM (ex-PFL), PT e PSDB possuem estrutura organizacional relativamente interiorizada em todo o território nacional, o que possibilita a eleição de maior número de representantes.

¹⁸ O federalismo no Brasil foi implantado na Constituição de 1891, tendo sido mantido nas constituições subsequentes.

O federalismo é uma forma de organização do Estado nacional caracterizada pela dupla autonomia territorial do poder político, ou seja, na qual se distinguem duas esferas autônomas de poder: uma nacional, que constitui o governo central, e outra subnacional, que constitui os governos-membro, sendo que ambas têm poderes únicos e concorrentes para governar sobre o mesmo território e as mesmas pessoas (2007, p. 32).

A possibilidade da existência de, pelo menos, duas esferas autônomas de poder num mesmo Estado nacional possibilita o surgimento de diferenciadas dinâmicas político-eleitorais. Além desse critério mínimo, Soares destaca a existência de três condições necessárias para que se caracterize um Estado como federativo: 1) Executivo e Legislativo presentes em pelo menos dois níveis territoriais; 2) autonomia de cada unidade territorial para escolher o chefe do seu Executivo e os membros do seu Legislativo; 3) representação das unidades constituintes do Estado-Nação no legislativo nacional, o que pode ser feito através de uma Segunda Câmara Legislativa (Senado) (2007, p. 34). O caso brasileiro se enquadra dentro dessas condições.

Esse sistema favorece a representação política das unidades territoriais. No Brasil, a autonomia político-eleitoral das unidades subnacionais permitiu o surgimento de diferentes arranjos de poder dentro da federação. Esse tipo de arranjo institucional possibilitou o surgimento de interesses regionais construídos de acordo com as circunstâncias políticas regionais. Por isso, o sistema político brasileiro, para melhor compreensão, deve ser também analisado a partir do nível estadual.

O sistema federativo tem se aprofundado cada vez mais no país. Com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, ampliou-se o caráter descentralizante do federalismo brasileiro, principalmente quanto aos aspectos políticos, fiscais e administrativos. Conforme Celina Souza, a descentralização contribuiu para a consolidação da democracia no país, “porque as transformações políticas e institucionais promoveram a emergência de novos atores políticos” (2003, p. 157, tradução nossa).

A descentralização das políticas públicas no Brasil veio para contrapor-se ao formato de administração existente durante o período militar. Com a nova Constituição, buscou-se maior acesso do poder local aos processos decisórios. O novo modelo delega maiores responsabilidades aos níveis estaduais e municipais. É o que constata Cleber De Deus:

Diferenciando-se do regime anterior, a Constituição Federal brasileira, oficialmente em vigor a partir de 1988, trouxe modificações fundamentais ao pacto federativo do país, seja em seu aspecto administrativo, econômico ou político. Uma das mudanças de maior impacto está relacionada ao seu

caráter profundamente descentralizante. O exercício do poder passou a ser, desde então, compartilhado pelos três entes formadores da República: União, Estados e Municípios (2006, p. 24).

O arranjo federativo brasileiro, no novo contexto democrático, tende a reforçar politicamente os níveis subnacionais, pois delega atribuições antes exclusivas ao poder central. Com isso, os estados e municípios passam a ter maior poder e autonomia quanto à administração de recursos públicos.¹⁹ Com a redemocratização e a maior capacidade administrativa das unidades subnacionais, surgiram novos grupos de poder, que passaram a disputar os espaços políticos nos estados e municípios.

O surgimento de novos grupos e de diferenciadas conjunturas políticas presentes no país levou a ampliação das formas de competição entre os atores políticos nas unidades federativas brasileiras. No caso específico dos estados, é importante perceber como se dá a composição dos governos estaduais, após o advento da redemocratização, procurando compreender como é estabelecida a correlação de forças entre os grupos políticos estaduais, para verificar como se processou a manutenção ou a modificação dos padrões de reprodução das elites.

Importante aspecto a ser destacado é que, com o advento da redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, o Legislativo ganhou mais poderes no sentido de ter maior capacidade decisória e de fiscalização do Executivo. Contudo, segundo Fernando Abrucio (1998), as mudanças no Legislativo praticamente ficaram circunscritas ao nível federal. Nos estados, em vez de haver equilíbrio entre os poderes, houve uma hipertrofia do Executivo, emergindo o que o autor denominou de *ultrapresidencialismo estadual*.

Abrucio percebeu esse fenômeno ao analisar a atuação do Poder Público nos estados brasileiros, no período 1991-1994, observando as seguintes características: 1) o governador é o principal agente em todas as etapas do processo de governo, relegando a Assembleia Legislativa a um plano secundário; e 2) os mecanismos de controle do Poder Público são pouco efetivos, tornando “o sistema político estadual um presidencialismo sem *check and balances*” (ABRUCIO, 1998, p. 87).

No caso do presidente, este possui prerrogativas legislativas e concentra o controle de recursos públicos. Além disso, ele conta com poder de definição de agenda,

¹⁹ Celina Souza (2003) apresenta o rol de atribuições assumidas pelos níveis subnacionais, a partir de 1988. Entre estas, houve o aumento da transferência de vários impostos federais para os estados brasileiros, que possibilitaram a ampliação de suas bases tributárias (ex: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de Serviços de Transporte e Comunicação - ICMS). Além disso, houve o incremento da porcentagem dos fundos de participação, beneficiando os estados e os municípios economicamente mais frágeis.

demonstrado pelas altas taxas de sucesso e de domínio na produção legal nacional. No caso estadual, o Executivo também detém grande poder frente ao Legislativo, reafirmando o argumento de que a ascendência do Executivo sobre o Legislativo perpassa todas as esferas da federação. Contudo, diferenças existem na relação Executivo-Legislativo nos diferentes níveis de governo.²⁰ Dessa forma, pode-se afirmar que os governadores, guardadas as proporções, possuem poderes semelhantes aos do Executivo federal, inclusive na definição da agenda legislativa estadual, exceto no caso de proposição de medidas provisórias, que é restrita ao nível federal.

No nível estadual, com isso, há preponderância do Executivo frente ao Legislativo, em proporção bem maior do que ocorre no nível federal. Entretanto, a princípio, são observados nos estados brasileiros padrões políticos bem distintos quando se comparam os casos entre si.²¹ Na obra organizada por Fabiano Santos (2001), analisando de forma comparada a atuação do Legislativo nos estados brasileiros, observa-se que o participação deste, no conjunto da produção legal, é expressivo na maioria dos casos analisados (considerando as prerrogativas constitucionais dadas às Assembleias Legislativas). Em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo é expressivo, enquanto no Ceará e Rio Grande do Sul o fenômeno não se repete.

Para se compreender a relação Legislativo e Executivo, quanto à produção de leis nos estados, faz-se necessário avaliar a natureza das leis que têm origem nas duas instâncias. Enquanto as leis de iniciativa do Legislativo, na sua maioria, possuem pouca relevância (estabelecendo datas comemorativas ou homenagens, bem como denominando repartições do estado, como escolas), as leis propostas pelo Executivo têm o propósito de regulamentar as estruturas administrativas e econômicas do estado.

A influência do governador na definição da agenda, dessa forma, obedece à lógica das políticas econômicas implementadas pelo Governo Federal. Quanto à definição da agenda do Legislativo, o Executivo estadual possui, em geral, alta taxa de sucesso, o que

²⁰ Apesar do fortalecimento dos governos subnacionais, os estados possuem limites quanto à adoção de políticas próprias. Isso ocorre devido à pouca autonomia das Assembleias Legislativas quanto ao poder de legislar sobre questões básicas (por exemplo: energia elétrica, trânsito, tráfico, minas, recursos minerais e educação), dependendo, dessa forma, da legislação federal (SOUZA, 2003, p. 170).

²¹ Segundo Celina Souza e Paulo Fábio Dantas (2006) existem dois tipos de interpretação sobre o funcionamento dos governos e das políticas estaduais. O primeiro tipo afirma que a política estadual é movida somente por práticas e lógicas clientelistas e de manutenção do *status quo*, sendo que as políticas públicas seriam sustentadas por recursos públicos federais e estaduais. Já o segundo enfoque percebe que as políticas públicas implementadas nesses territórios podem ter diversas lógicas, o que permite dizer que as práticas políticas nos estados não seriam apenas motivadas pelo clientelismo e por práticas fisiológicas. Acredita-se que o segundo enfoque seja mais adequado para compreender as diversas trajetórias tomadas pelos estados brasileiros, pois considera as diferentes motivações das elites políticas estaduais diante da formulação e da implementação de políticas públicas.

indica considerável semelhança com o que ocorre no nível federal. Nos estados, observa-se, porém, que o Legislativo possui capacidade maior de reverter os vetos do Executivo se comparado ao Congresso Nacional.²²

A combinação do sistema presidencialista de governo com a organização federativa do Estado, acompanhada da significativa variedade de sistemas partidários de cada estado e região, resulta numa faceta peculiar à democracia brasileira. No Brasil, portanto, existem diversas formas de relacionamento entre o Executivo e o Legislativo e também de evolução do sistema partidário. A composição desse quadro político permite afirmar-se que, nos últimos anos, foi estruturado de um arranjo institucional bastante complexo.

Verifica-se, a partir dos estudos de caso que constam na obra de Santos (2001), que instituições semelhantes podem gerar resultados diferentes, dependendo do contexto político em que se encontram. Assim, cada Assembleia Legislativa operaria de forma diversa. As análises presentes na obra tentaram compreender o funcionamento do Legislativo estadual sob o enfoque de duas variáveis: a estrutura e organização interna, e o poder de agenda do governador. Partindo disso, foi possível concluir que as múltiplas formas como as Assembleias são organizadas e as relações estabelecidas entre Executivo e Legislativo, somadas aos diferentes sistemas partidários estaduais, geram distintos cenários políticos nos estados brasileiros.

Seguindo esse argumento, Olavo Brasil de Lima Júnior (1983), analisando a experiência democrática brasileira do período 1945-1964, empregou a ideia de “racionalidade política contextual”, para explicar a existência de distintos subsistemas partidários estaduais no país. A ideia subjacente à racionalidade contextual explica a existência de diferenciações internas dentro do regime político brasileiro, já que, segundo as evidências apresentadas pelo autor, haveria lógicas competitivas próprias de cada contexto regional. A formação de arranjos políticos específicos nos níveis estaduais seria o indicativo desse tipo de racionalidade destacada pelo autor.²³

Mais recentemente, Lima Junior (1997) mostrou, no mesmo sentido, a existência de uma variedade de formas políticas estabelecidas no país, propondo análise, caso a caso, dos sistemas partidários em diferentes estados (Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul). Para a empreitada, foram utilizados alguns índices (volatilidade eleitoral, fragmentação partidária eleitoral e parlamentar, número efetivo de partidos nas

²² No estado do Espírito Santo, um terço dos vetos do Executivo é rejeitado, apesar de a Assembleia Legislativa do estado possuir alto índice de fragmentação partidária (SANTOS, 2003).

²³ A ideia de “racionalidade política contextual” está diretamente ligada à abordagem desenvolvida nesta pesquisa e voltará a ser explorada no próximo tópico.

eleições e nas bancadas), de forma a expor o impacto do sistema eleitoral na competição política. O resultado foi a percepção de trajetórias singulares percorridas pelos estados no processo de transição democrática, decorrentes da interação estrutural e estratégica que os atores desenvolveram entre si diante da nova institucionalidade, a qual demarca os mecanismos reguladores das disputas.

Lima Júnior aponta para distinções significativas quanto ao ritmo e ao grau com que o multipartidarismo tem se implantado nos estados brasileiros. A variedade institucional no Brasil seria fruto do próprio projeto de país implantado durante a década de 1980. Dessa forma, é evidente, para a análise aqui desenvolvida, a influência do sistema eleitoral sobre a configuração do sistema partidário, ou seja, sobre o padrão de competição entre os atores políticos e de formação de governos, bem como no desenho dos cenários políticos no Legislativo no estado do Piauí. Entretanto, os índices que medem competitividade serão úteis somente se acompanhados de análise descritiva dos processos políticos, o que permitiria uma visão acurada de como se processam as mudanças políticas no estado.

É patente, portanto, a necessidade de se construírem modelos explicativos que sejam eficientes na compreensão das diferentes trajetórias dos estados na formação dos governos e na própria relação construída entre o Legislativo e o Executivo. Um estudo comparado entre todos os estados brasileiros seria essencial para aprofundamento sobre as razões dessa variedade de trajetórias políticas dos estados pós-redemocratização, entretanto não cabe no escopo da presente pesquisa.

Razões conjunturais poderiam explicar as formas assumidas pelos subsistemas partidários brasileiros. Contudo, o novo arcabouço institucional – arranjo federalista e regime multipartidário, descrito ao longo do capítulo – pode ter resultado em modificações no contexto oligárquico tradicional presente na composição dos governos dos estados, especificamente no estado do Piauí.

Conforme Wanderley Guilherme dos Santos (2007), o atraso econômico não impediria o acirramento da competitividade nos estados, ou seja, a possibilidade de entrada de novos atores políticos. As evidências dos estudos realizados pelo autor, relativos ao período 1945-2006, apontam para o fato de que regiões não desenvolvidas podem ter altos índices de competitividade, como no caso da Região Norte, que, nas eleições para a Assembleia Legislativa, apresentou maior índice de competitividade, no recorte temporal analisado, quando comparado à Região Sul (respectivamente 4,4 e 1,1).

Portanto, não se poderia afirmar que o atraso econômico conduza a uma baixa competição entre os atores políticos em estados como o Piauí. Para Santos, “uma eventual

redução do número de opções oferecidas ao eleitor deve-se a decisões dos comandos partidários e ao interesse individual de cada candidato” (SANTOS, 2007, p. 55), ou seja, o delineamento da competição é fortemente influenciado pelas estruturas políticas estaduais.

O arranjo institucional implementado durante a década de 1980 propiciou a ampliação da competição, por favorecer a entrada de novos atores no jogo político. As eleições nos estados passaram a ser quase ou totalmente competitivas nos pleitos pós-1990. O eleitorado expandiu-se, aumentando a inclusividade. A competição, antes confinada ao âmbito das lideranças tradicionais, diversificou-se e ampliou-se durante os últimos vinte anos. A lógica do sistema eleitoral-partidário brasileiro teria passado de oligárquico a poliárquico, configurando o sentido da democracia no país. E nesse percurso,

o desvio-padrão das oligarquias às poliarquias seria *relativamente constante* ou *cadente*, na hipótese de trajetórias rota-dependentes (*path-dependents*). [...] Ou seja, morte e ressurreição democráticas não seriam (como não são) o resultado de qualquer probabilidade *ex ante*, mas *oscilações singulares* a configurar, *ex post*, ciclos competitivos rota-dependentes (SANTOS, 2007, p. 59).

Assim, a edificação poliárquica constituída, a partir do período pós-ditadura, tem possibilitado a ampliação gradual da competição. O processo de democratização no Brasil tem se consolidado com o tempo, permitindo a existência de um ciclo competitivo de rota-dependente, ou seja, de ampliação contínua das prerrogativas democráticas e da possibilidade de maior acirramento e de rotatividade entre os atores políticos.²⁴ Contudo, Santos (2007, p. 61) percebe que a possibilidade de instabilidade nos quadros do sistema eleitoral-partidário brasileiro vigente encontra-se na competição estadual. O desvio-padrão médio encontrado nos índices de competitividade das Assembleias legislativas é superior a 60% à média do desvio da Câmara dos Deputados.

Os diferentes padrões estabelecidos pelos partidos políticos nas unidades subnacionais estabelecem desvios percebidos entre os estados, como mostrou Santos. Dessa forma, pergunta-se: quais variáveis seriam capazes de explicar essas diferenciações nas trajetórias políticas estabelecidas entre os estados brasileiros?

Qualquer abordagem que pretenda elucidar os padrões e as tendências dos processos de democratização nos estados brasileiros primeiro deve explicitar como as instituições são afetadas pela trajetória histórica e pelo contexto social. A história, desse

²⁴ *Path-dependence* ou “dependência de trajetória” é a relação de dependência criada na rota de desenvolvimento em contextos sociais e políticos cujas trajetórias são difíceis de ser retrocedidas, pois os custos de reverter o trajeto se tornam altos (FERNANDES, 2002).

modo, importa. Esta se faz relevante face ao entendimento de que o presente e o futuro estão conectados ao passado pela continuidade das instituições. Conforme Douglass North (1990), o passado só pode ser construído de forma inteligível através da história da evolução institucional.

As trajetórias políticas, porém, não determinam a dinâmica do presente, mas influenciam o jogo entre os atores políticos, já que as elites são formadas ao longo do tempo. No entanto, o novo arranjo possibilita mudanças no cenário político estabelecido. É na conjugação destes aspectos que será possível uma análise dos estados brasileiros. Contudo, para compreender o processo de mudança política, em cada caso, é necessária a identificação das variáveis que seriam relevantes para o entendimento das diferentes formas de rotatividade de elites nos estados.

Antes da análise específica do caso piauiense, ressalta-se novamente que as variações internas presentes no sistema político brasileiro indicam a presença de diferentes correlações de força nas subunidades da federação. Um elemento comum a todos os casos, como já foi enfatizado, é que o chefe do Executivo – o governador – tem a preponderância na escolha do secretariado. Contudo, os partidos da base de apoio ao governo geralmente conquistam algumas pastas, como forma de garantir apoio à agenda do Executivo, mantendo a condição de governabilidade.

Dessa forma, a análise da lógica das alianças e, conseqüentemente, das coalizões estabelecidas no Brasil fornecerá elementos teóricos fundamentais para a compreensão do caso piauiense. No próximo tópico, portanto, tratar-se-á especificamente da formação de coalizões no Brasil.

2.3 GOVERNOS DE COALIZÃO E PARTIDOS NO GOVERNO

A partir de 1979, com o advento do multipartidarismo, houve a proliferação de inúmeras siglas partidárias no país. Aliado a isso, a instituição da nova ordem constitucional, a partir de 1988, permitiu a consolidação das regras e dos valores que norteariam a evolução democrática brasileira. O período de transição democrática no país começou, portanto, em 1979, e se concretizou em 1988. Uma das características do regime democrático instalado foi a possibilidade que a legislação brasileira deu de se formarem coligações eleitorais.

As coligações foram legalmente instituídas pela Lei nº 7.454, de 30 de dezembro de 1985, que deu ao Código Eleitoral sua redação atual. Já havia a possibilidade do estabelecimento de associações partidárias no Código Eleitoral de 1950, sob o nome de alianças. Durante o período militar, com o Código Eleitoral de 1965, houve a proibição das alianças eleitorais. Somente em 1985, ocorreu o restabelecimento da possibilidade de montagem de associações partidárias para as eleições proporcionais, sob o nome de coligações (SCHMITT, 2005, p. 11-12).

As alianças ou coligações são formadas com o intuito de maximizar o suporte eleitoral dos partidos. Esse seria o primeiro momento na composição dos arranjos políticos que darão, posteriormente, sustentação aos governos. Segundo Sérgio Abranches, a constituição da aliança eleitoral “requer negociação em torno de diretivas programáticas mínimas, usualmente amplas e pouco específicas, e de princípios a serem obedecidos na formação do governo, após a vitória eleitoral” (1988, p. 27).

O estabelecimento de alianças e coligações amplia substancialmente o leque de opções no campo das escolhas eleitorais, tendo diferenciações regionais devido à “racionalidade política contextual”. A lógica geral das coligações, independentemente das variações internas do sistema político brasileiro, objetiva, primeiramente, a entrada de partidos que sozinhos não teriam a capacidade de eleger representantes para o Legislativo, devido à sua baixa densidade eleitoral. Por outro lado, as coligações fortalecem, ainda mais, a força eleitoral dos partidos com alta densidade eleitoral. Além disso, fortificam os laços entre os grupos, além dos limites das siglas partidárias, possibilitando a eleição de maior quantidade de partidos, elevando, por consequência, a fragmentação partidária.

A formação de alianças e coligações, no momento eleitoral, é o primeiro passo para a constituição de um governo de coalizão. O segundo passo seria o momento da constituição do governo, na qual se dá a disputa por cargos e o estabelecimento de compromissos relativos a um programa mínimo de governo. E, por fim, o último passo seria a transformação da aliança em coalizão efetivamente governante, na qual governos e aliados irão negociar a formulação e implementação de políticas (ABRANCHES, 1988, p. 28).

A democracia brasileira, conforme Abranches, permite e estimula o uso do recurso da coalizão interpartidária para a formação do Executivo (gabinete), assim como ocorre com outras democracias no mundo, mas possui uma singularidade: um sistema que combina proporcionalidade e multipartidarismo, juntamente com um presidencialismo que dá amplos poderes ao chefe do Executivo (presidente, governadores e prefeitos). Assim, o

Executivo brasileiro passa a ser formado em torno de coalizões, dando origem ao chamado “presidencialismo de coalizão” (1988, p. 20-22).

O centro de gravidade do regime político brasileiro se concentra, portanto, no Poder Executivo. Como afirma Octávio Amorim Neto, “a Constituição de 1988, assim como todas as outras Constituições republicanas que teve o país, confere ao chefe do Executivo amplos poderes sobre a administração pública” (2007, p. 132). A prerrogativa de nomeação e demissão de ministros/secretários é exclusiva do presidente/governador. Porém, sabe-se que a sustentabilidade de um governo passa pela composição de governos com razoável base de apoio parlamentar.

Em conformidade com Fernando Limongi, o presidente – mesmo com os poderes concedidos pela Constituição, inclusive o poder de agenda – tem força insuficiente para garantir sua predominância e sucesso no Legislativo, “mesmo na sua versão mais extrema, o poder de alterar unilateralmente o *status quo* legal via Medida Provisória” (2006, p. 245). O autor afirma que a formação da maioria é necessária para que o chefe do Executivo implemente sua agenda. Mesmo as Medidas Provisórias só se tornam leis se forem aprovadas no Congresso. “Sem o apoio da maioria, presidentes, simplesmente, não governam” (2006, p. 245).

O presidente, ao indicar aqueles que irão compor os ministérios, considera, portanto, a necessidade da formação de uma maioria. Para isso, a ação do chefe do Executivo deve transcender a formação de maiorias parlamentares. Conforme Abranches, a composição do gabinete, no nível federal, obedece a dois eixos: o partidário e o regional. Neste nível, a sustentação política não requer apenas a consideração da variável partidária, mas também da variável regional, pois é esta que dá sustentação política aos governos. A equação utilizada pelo governo para a montagem da coalizão leva em conta não apenas a conquista da maioria numérica no parlamento, mas, também, qualificada, possibilitando, assim, maior controle das votações no âmbito do Legislativo. Por isso, há necessidade de se levar em conta o aspecto partidário e regional.

Analisando o período democrático de 1946 a 1964, Abranches observou que no governo de Kubitschek houve a formação de apenas um gabinete, embora tenha havido mudanças dos titulares de diferentes pastas. “A substituição de ministros manteve rigorosamente o controle partidário original dos ministérios, alterando-se apenas o estado de origem dos titulares” (1988, p. 22). Vê-se, nesse caso, a necessidade da composição de maiorias qualificadas, obedecendo tanto aos aspectos partidários e regionais na composição do ministério.

As pastas ministeriais no período foram dominados, quanto ao aspecto partidário, pelas agremiações que davam base ao governo (PSD e PTB). E, quanto ao aspecto regional, nota-se a preponderância dos estados da nação que tinham dominância econômica e política no país (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) e aqueles que detinham a liderança nos blocos regionais do sistema político (Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Ceará) (ABRANCHES, 1999, p. 25).

No caso da atual experiência democrática, Amorim Neto (2007) mostra a preponderância dos partidos que dão base ao governo na composição dos gabinetes, seguindo a lógica do período democrático anterior, ou seja, 1946-1964. Quanto ao aspecto regional, destaca-se a força dos oito maiores estados na Câmara dos Deputados (Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo) na formação dos gabinetes.

Contudo, há diferenciações na formação dos governos de coalizão nos níveis subnacionais, principalmente quanto ao critério regional. No nível estadual, a consideração do aspecto regional na nomeação dos secretários é de difícil mensuração, devido à dificuldade de se vincular os nomeados a regiões e municípios específicos do estado. Por isso, a dimensão partidária – variável decisiva na formação das coalizões no nível federal – é ainda mais importante quando se analisam os casos subnacionais.²⁵

A equação realizada para a montagem do governo tem uma lógica diferente do que a da simples transposição da força dos partidos da base no Congresso. A busca por maiorias qualificadas gera diferenciações entre o peso dos partidos no gabinete e a porcentagem de cadeiras conquistadas no Legislativo. Amorim Neto (2007), verificando os governos federais formados pós-redemocratização, observou grande variação no tamanho legislativo do governo, confirmando a hipótese de que nem sempre há correspondência do peso dos partidos no Congresso na formação dos gabinetes. Essa variação obedece, em linhas gerais, a dois fatores: 1) o partido do governo, geralmente, tem maior peso na conquista das pastas dos ministérios; 2) e os ministérios possuem valores políticos diferentes entre si.

A diferenciação no peso dos ministérios ocupados pelos atores políticos pode colaborar na percepção da força dos partidos na coalizão formada pelo governo. Trazer aliados para a composição do gabinete pode ser alternativa viável para consolidar o apoio das

²⁵ A ênfase na escolha dos secretários nos estados parece ser eminentemente partidária, porém, não exclusivamente. Pode haver, entretanto, a presença de lideranças de diversas regiões do estado no gabinete estadual. Acredita-se que o critério regional é mais marcante no nível federal, devido à necessidade de se representar os estados mais fortes politicamente e economicamente, resultado da desigualdade estabelecida pelo regime federativo brasileiro. No caso da análise da formação de governos no estado do Piauí, adotou-se apenas o critério partidário, conforme se pode verificar no capítulo 4.

lideranças partidárias do Congresso. Dessa forma, é importante analisar as siglas partidárias que compõem os ministérios secundários.

Na medida em que ministérios menos estratégicos tornam-se jurisdições mais ou menos cativas de partidos ou estados, abre-se a possibilidade de que as lideranças políticas criem redes ou conexões burocrático-clientelistas que elevem os “prêmios” (*pay-offs*) associados a ministérios secundários (ABRANCHES, 1988, p. 25).

Outro aspecto importante a ser considerado para a análise da formação de governos é a consideração de que nem todos os ministérios são formados por filiados a partidos. Nas palavras de Amorim Neto, “no Brasil, como em vários outros regimes presidenciais, os ministérios não são totalmente partidarizados” (2007, p. 133). Segundo o autor, os ministros apartidários seriam especialistas que passam a compor o Executivo com o intuito de conduzir, de forma técnica, as pastas que exigem este tipo de conhecimento. O chefe do Executivo nomearia técnicos competentes de forma a elevar a capacidade gerencial do governo.

Para Amorim Neto, a excessiva partidarização do primeiro escalão da administração federal comprometeu seriamente a gestão do primeiro governo Lula e dos dois ministérios do governo Sarney (2007, p. 133). Contudo, ressalvas devem ser feitas a esse argumento, pois a qualidade gerencial de um ministério não pode ser medida exclusivamente pela presença de técnicos no gabinete. Além disso, não se pode afirmar que os ministros sem filiação partidária são necessariamente desvinculados de partidos políticos, assim como também não se pode afirmar que os ministros filiados a partidos não tenham capacidade técnica para a condução da pasta.

A formação dos gabinetes do governo é altamente partidarizada, principalmente pelo papel que os partidos têm tomado nas democracias contemporâneas. Dentro das coalizões, os partidos têm competido entre si para a ocupação dos cargos governamentais. Os partidos, dessa forma, participam diretamente da indicação daqueles que ocuparão os cargos de relevância no governo, de forma a influir na produção de políticas públicas. Essa é a forma que os partidos se viabilizam enquanto organização.

Seguindo este argumento, Richard Katz e Peter Mair (1995) afirmam que há, cada vez mais, a presença de uma relação simbiótica entre Estado e partido. A evidência disso seria a atuação estreita dos partidos junto ao governo, ao parlamento e à burocracia estatal. Para os autores, a indicação é de que esteja emergindo um novo modelo de partido que estaria

se transformando em cartel, a partir da interpenetração com o Estado (*cartel party*). A atuação dos partidos estaria centrada, principalmente, nas arenas decisórias do governo.

Os partidos brasileiros têm intensificado sua atuação na atividade governamental, desde a escolha dos cargos à implementação de políticas. Segundo Rachel Meneguello, no Brasil, os partidos são agentes centrais do processo democrático, sendo elementos necessários à organização e ao funcionamento dos governos. Da dinâmica governamental, os partidos se utilizam dos recursos para seu próprio desenvolvimento (1998, p. 20).

Analisando o perfil dos gabinetes formados de 1985 a 1997, Meneguello observa que os partidos exercem papel central na organização e funcionamento do Executivo, sendo fundamental a composição das pastas para o estabelecimento das coalizões governamentais. A lógica da formação dos gabinetes tem certa coerência com a base partidário-parlamentar do governo. Dessa forma, a autonomia do chefe do Executivo encontra limites de atuação na força dos partidos no Legislativo. Além disso, a autora constatou que “a proximidade com a arena governamental constitui para os partidos um poderoso meio de desenvolvimento” (MENEGUELLO, 1998, p. 166).

A arena eleitoral influencia decisivamente na força dos partidos na arena governamental. Esta, por sua vez, permite o acúmulo de capital político fundamental para o fortalecimento da organização partidária, que, conseqüentemente, pode resultar em bons resultados nos pleitos eleitorais. Os partidos brasileiros, acima de tudo, importam na composição e na condução da máquina pública. Não são, pois, meras siglas as quais os políticos se vinculam, mas estruturas organizacionais básicas na formação e na condução de governos e no estabelecimento do equilíbrio entre o Executivo e o Legislativo. A relação estabelecida no momento da formação de governos leva em conta a proximidade de interesses e atuação entre os partidos que irão compor a coalizão política.

Além disso, como afirmam Ian Budge e Hans Keman (1990), partido nem sempre deve ser tomado como uma organização unida internamente, pois, muitas vezes, há a presença de interesses diversos dentro da organização. Por isso, um mesmo partido pode atuar de diferentes formas dependendo da circunstância política. Dessa maneira, no momento da formação e condução dos governos, as articulações internas do partido e a percepção do jogo político podem alterar o modo de atuação das lideranças partidárias.

O comportamento partidário é dinâmico e diferenciado internamente. No caso brasileiro, por exemplo, os partidos tendem a mudar o posicionamento ideológico quando assumem o poder, por assumirem a agenda política do governo. Além disso, há diferenciações

organizacionais e de desempenho eleitoral dos partidos nos estados brasileiros. Os partidos, portanto, podem variar o posicionamento no espectro ideológico. A verificação da consistência ideológica da coalizão deve ser coerente com o posicionamento dos partidos na conjuntura política em análise.²⁶ Isso se deve às diferenciações internas do sistema partidário brasileiro, permitindo inconsistências entre as alianças estabelecidas no nível nacional e nos níveis subnacionais.

Segundo Jairo Nicolau (1996), o distanciamento ideológico dos partidos existente entre o nível estadual e o nacional se deve a divisões políticas específicas nos estados e aos diferentes posicionamentos das seções estaduais dos partidos no eixo direita-esquerda que produzem alinhamentos ideológicos diferenciados nas unidades federativas. Quanto à questão organizacional e eleitoral, as diferenciações do peso dos partidos entre os estados se dão devido aos diversos ritmos de organização e de desempenho eleitoral, que levam a formação de distintos subsistemas partidários no país.

As variações existentes entre as alianças partidárias no nível nacional e estadual podem ser explicadas pela ideia de “racionalidade política contextual”. Conforme Lima Júnior, a análise do comportamento partidário deve ser contextualizada. Analisando o período 1945-1964, o autor afirma que o comportamento partidário em torno da formação de alianças foram racionais, porque tinham como meta a maximização do apoio eleitoral e foram contextuais porque eram tomadas localmente e não seguiam a estratégia partidária nacional. O processo de formação de alianças refletia, naquele período, decisões tomadas pelas lideranças locais dos partidos (1983, p. 76-77).

Os governos estaduais, atualmente, tendem a constituir maiorias eleitorais partidárias diferentes da maioria produzida para o governo central. Entretanto, pode haver a coincidência entre as maiorias constituídas no nível federal e estadual (MENEGUELLO, 1998, p. 45). Isto depende das estratégias estabelecidas pelos partidos no nível estadual, já que a dinâmica das alianças eleitorais, muitas vezes, não acompanha às do nível nacional.

A diferenciação do comportamento partidário nos estados se deve aos pesos que os partidos possuem no Brasil, o que possibilita a formação de variados tipos de alianças. A dinâmica de competição tende a ser, ao mesmo tempo, estadual e nacional, e os partidos

²⁶ Sobre isso, Rogério Schmitt observou, no âmbito federal, que as coligações eleitorais contemporâneas têm, em sua maioria, consistência ideológica. A consistência é maior na direita do que na esquerda, onde o autor percebe diferenças mais pronunciadas entre os partidos que a compõem (2005, p. 23).

políticos, conseqüentemente, elaboram estratégias de sobrevivência em cada um desses níveis de disputa (BRAGA, 2006, p. 243).²⁷

Independentemente dos diferentes tipos de alianças políticas formadas no país, a lógica da formação de alianças tem em vista os retornos eleitorais. Posteriormente ao momento eleitoral, o governo deve compor uma coalizão partidária levando em conta, primeiramente, a condição de governabilidade, ou seja, a capacidade governativa estabelecida, com o apoio das alianças com as lideranças e partidos, buscando a sustentação da agenda do governo. Por isso, o governo busca garantir a maioria numérica e qualificada no Legislativo. A negociação de cargos de gabinete com a base aliada é central para a sustentabilidade de uma coalizão.

A lógica seria de que os partidos que recebem postos no governo (ministérios/secretarias) passariam a apoiar as propostas do governo no Legislativo. Analisando a composição dos ministérios, Limongi afirma que se faz necessário, antes de tudo, “identificar a coalizão formada e testar se esta, de fato, dá suporte ao governo nas votações nominais²⁸” (2006, p. 246). Analisando as coalizões nacionais e as votações nominais no Congresso do período 1988 a 2004, o autor chegou a duas conclusões: 1) as lideranças partidárias tendem a seguir a orientação do líder do governo nas votações; e 2) os parlamentares tendem a ser, em grande parte, fiéis à orientação dos líderes de seus partidos.

Portanto, o governo negocia diretamente com os partidos e seus líderes. O governo é, antes de tudo, um governo partidário. Os partidos que compõem cargos ministeriais tendem a formar a base de apoio ao governo no Legislativo. Assim, pode-se afirmar que:

Partidos políticos são atores decisivos no interior do processo legislativo brasileiro. O processo decisório está longe de ser caótico ou ser governado por interesses individuais. O plenário é altamente previsível. Se as posições dos líderes partidários são conhecidas, é possível antecipar os resultados das votações nominais. O governo não é derrotado por revoltas do plenário ou pela indisciplina da sua base. Derrotas tendem a ocorrer quando o governo

²⁷ Em 2002 foi instituída, pelo Tribunal Superior Eleitoral, a verticalização das coligações partidárias, impondo maior simetria entre as alianças partidárias para Presidente de República e as coligações proporcionais. A intenção era inibir a formação de “coligações esdrúxulas”. O efeito não foi o esperado. Nas eleições de 2002 e 2006, observou-se o florescimento das coligações informais. Nos casos estaduais, por exemplo, os acordos se baseiam, muito mais, nos interesses pessoais e regionais do que na imposição da coligação no nível nacional, o que reafirma a lógica diferenciada existente entre a dinâmica político-eleitoral no nível federal e estadual (SOUSA, 2006; FLEISCHER, 2006, 2007).

²⁸ “As decisões mais importantes e controversas do ponto de vista político tendem a provocar votações nominais. Isto porque esse modo de votação é obrigatório em matérias cuja aprovação exige quórum qualificado, como é o caso das emendas constitucionais e das leis complementares. Quando a aprovação da matéria depende de apoio de maioria simples, votações nominais ocorrem somente quando solicitadas pelos líderes partidários” (LIMONGI, 2006, p. 248).

não conta com o apoio da maioria, quando acordos não são fechados partidariamente (LIMONGI, 2006, p. 249).

Os partidos, dessa forma, importam na formação e condução de governos. Sem a constituição de maiorias partidárias, os chefes do Executivo no Brasil não governam. Por isso, a maior preocupação existente no “presidencialismo de coalizão” é quanto à necessidade de se manter a governabilidade, evitando, conseqüentemente, paralisia decisória e crises políticas.

O estabelecimento das condições de governabilidade, através de negociações com as lideranças partidárias, é ponto vital para a estabilidade dos governos. Segundo Abranches, a formação de um governo estável é, antes de tudo, “um processo de negociação e conflito, no qual os partidos na coalizão se enfrentam em manobras calculadas para obter cargos e influência decisória” (1988, p. 28). O resultado desses arranjos delimita a influência dos partidos no funcionamento do governo, consolidando a “fisionomia do governo”. A estabilidade da coalizão e o êxito da gestão governamental dependem do cumprimento dos acordos e compromissos estabelecidos pelo governo junto aos partidos e lideranças aliadas.

Uma coalizão pode ser rompida se houver desequilíbrio entre as forças políticas que dão sustentação ao governo. Segundo Abranches, isso pode ocorrer por dois motivos: 1) ou pelo abandono dos parceiros menores, situação na qual o presidente passa a contar apenas com seu partido; 2) ou se o chefe do Executivo romper com seu partido, mantendo o apoio apenas nos partidos minoritários.

A recomposição da coalizão é um aspecto essencial para a manutenção da governabilidade e, conseqüentemente, para a estabilidade do governo. “A ruptura da aliança, no presidencialismo de coalizão, desestabiliza a própria autoridade presidencial” (ABRANCHES, 1988, p. 31). Conforme Abranches, este seria o atual dilema institucional do sistema presidencialista brasileiro.

O regime multipartidário e a possibilidade de se fazer alianças eleitorais elevam as taxas de fragmentação parlamentar, elevando os custos para a constituição de uma coalizão estável. Amorim Neto afirma que “o Brasil tem um dos parlamentos mais fragmentados do mundo” (2007, p. 132). A governabilidade, nesse caso, é garantida com base na formação de alianças que mantenham o equilíbrio do sistema político nacional.

O sistema político brasileiro, porém, não é menos democrático e, nem muito menos, instável por ser um presidencialismo sustentado por coalizões. Assim como os regimes parlamentaristas, o “presidencialismo de coalizão” é baseado em negociações políticas que garantem a aprovação da agenda do governo. Limongi ressalta que “estamos

diante de um governo de coalizão em seus moldes clássicos, isto é, em que partidos organizam e garantem o apoio ao Executivo” (2006, p. 250).

No caso brasileiro, uma dificuldade existente para a análise do processo de formação de governos é quanto à mensuração da estabilidade da coalizão dos governos. Meneguello (1998) e Abranches (1988) se preocuparam em descrever os partidos e as unidades federativas que participam dos gabinetes, considerando todos os casos como coalizões. Amorim Neto (2000; 2003), por outro lado, apontou para a necessidade da aplicação mais rigorosa do conceito de governo de coalizão, pois o autor considera que pode haver a formação de coalizões sólidas ou frouxas, como pode simplesmente não haver coalizão.

Para ilustrar isso, Amorim Neto mostra que há variações na composição dos gabinetes presidenciais. Os governos Collor, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula possuem variações entre si. Conforme o autor, “no governo Collor, 60% dos ministros, em média, não tinham filiação partidária nenhuma. Como é que se pode denominar de governo de coalizão uma administração que basicamente não tem ministros partidários nos seus quadros?” (2003, p. 85)

A observação é relevante, pois, no governo Collor, constata-se a presença de poucos partidos na composição dos gabinetes. Aliado a isso, o governo não possuía o apoio da maioria no Congresso, sendo que o partido do presidente – Partido da Reconstrução Nacional (PRN) – possuía apenas 5,1% das cadeiras no Congresso. No caso do governo FHC, houve a formação de coalizão ampla, com a conquista do apoio de grande maioria do Congresso e maior participação dos partidos na composição dos gabinetes. O mesmo acontece com o governo Lula.

Dessa forma, Amorim Neto explicita a necessidade de perceber a coalizão de um governo através do cálculo da Taxa de Coalescência dos Gabinetes, também denominado pelo autor de *Gabinete*.²⁹ Com este indicador poder-se-á verificar, de forma comparativa, como os partidos se articulam na formação de governos e a relevância dos mesmos na coalizão formada. O autor parte do pressuposto de que coalizão forte deve ter alta proporcionalidade entre a quantidade de ministérios ocupados pelos partidos e a quantidade de cadeiras ocupadas pelos mesmos no Congresso. Segundo o autor, “por esse raciocínio, a proporcionalidade das

²⁹ Taxa de Coalescência do Gabinete se baseia no índice de proporcionalidade que mede a extensão do desvio da proporcionalidade entre cadeiras e votos produzidos por dada eleição. No índice *Gabinete*, ministérios e cadeiras substituem cadeiras e votos. A fórmula do indicador é a seguinte: $Gabinete = 1 - \frac{1}{2} \sum_{i=0}^n (|S_i - M_i|)$, onde, M_i é a porcentagem de ministérios recebidos pelo partido i quando o gabinete do Executivo foi nomeado; e S_i é o percentual de cadeiras ocupadas pelo partido i dentro do total de cadeiras controladas pelos partidos que integram o gabinete quando este foi nomeado (AMORIM NETO, 2000).

cotas ministeriais é uma solução de equilíbrio para os problemas de negociação que o presidente e os partidos enfrentam na partilha do poder Executivo” (AMORIM NETO, 2000).

A preocupação com a mensuração do grau de coalescência dos gabinetes leva o modelo proposto a deixar escapar alguns aspectos fundamentais para a análise da formação de governos e da composição de maiorias qualificadas, entre eles: 1) o índice não capta as diferenciações de peso existentes entre os ministérios³⁰; 2) como foi levantando anteriormente, na composição dos gabinetes se leva em conta, além do critério partidário, o critério regional, principalmente no caso do Governo Federal, variável esta não considerada no modelo; e 3) apesar de o autor utilizar o método para a análise dos gabinetes presidenciais, observa-se alguma dificuldade de aplicação do índice nos casos estaduais, devido aos limites de atuação do Legislativo e a preponderância do Executivo. A formação de uma coalizão estável nos estados pode não necessitar, portanto, de grande proporcionalidade entre os cargos ocupados pelos partidos nos gabinetes e as cadeiras conquistadas pelos mesmos na Assembleia.

No entanto, os problemas relativos ao índice não minimizam sua importância para a análise dos governos de coalizão no Brasil. As considerações tecidas por Amorim Neto, sobre a necessidade da participação dos partidos na montagem do governo para que se considere um gabinete como de coalizão, são fundamentais para a análise da composição dos gabinetes nos estados brasileiros.

Se partidos importam na arena eleitoral (nas alianças e coligações estabelecidas) e governamental (na composição dos gabinetes) no nível federal, estes também serão importantes nos casos estaduais. Entretanto, as diferenciações existentes entre os níveis federal e estadual na relação Executivo-Legislativo devem ser consideradas na avaliação da análise dos casos estaduais.

Dessa forma, as condições institucionais, ao mesmo tempo em que ditam as regras do jogo, buscando moldar a ação política, também permitem o surgimento de diversos contextos políticos no país. O arranjo institucional brasileiro, analisado neste capítulo, permite o surgimento de variações dentro do sistema partidário brasileiro. Nas unidades federativas brasileiras, a lógica das alianças políticas, coligações e a formação de governos de coalizão obedecem à “racionalidade política contextual”. Portanto, diferentes tipos de dinâmica

³⁰ Amorim Neto reconhece a diferenciação dos pesos dos ministérios, mas percebe a impossibilidade de quantificá-lo no modelo aplicado por ele, como se observa neste trecho do autor: “embora reconhecendo que o suposto de um mesmo valor político para todos os ministérios é uma solução imperfeita, sustento que é mais confiável do que qualquer tentativa de quantificar esse valor” (AMORIM NETO, 2000).

político-eleitoral podem ser detectados nos estados brasileiros, mostrando contornos políticos específicos a cada unidade federativa.

Além das questões institucionais já exploradas, percebe-se que para uma análise mais sistemática das dinâmicas políticas estaduais pós-redemocratização, deve-se compreender como se desenvolveu o rearranjo dos atores políticos que dominavam o cenário político estadual anteriormente. Isso possibilitará a percepção da influência do formato institucional na composição dos quadros políticos no caso em análise.

Nesta pesquisa, optou-se por analisar a formação de governos no estado do Piauí no período pós-1986. Assim sendo, no próximo capítulo, serão abordados os aspectos ligados à formação política do estado, fundamental para a compreensão da atual dinâmica política piauiense.

3 ARRANJOS E REARRANJOS DOS ATORES POLÍTICOS NO ESTADO DO PIAUÍ

A dinâmica do subsistema político estadual deve ser compreendida através da análise conjunta de condições históricas e institucionais. Num mesmo arranjo institucional, pode-se detectar o surgimento de diferentes correlações de força, explicadas pela existência de racionalidades políticas próprias de cada contexto. Os diversos padrões de competição e pesos assumidos pelos partidos nos estados brasileiros são evidência disso.

Para a compreensão da diversidade interna do sistema político brasileiro, dois tipos de pesquisa são possíveis: estudos comparados e estudo de caso. Estudos comparados permitem, por um lado, a compreensão das similaridades e das diferenças existentes entre os subsistemas estaduais, mas, por outro, impedem a análise mais pormenorizada dos casos, devido à quantidade limitada de variáveis selecionadas. Em contraposição, ao se focar exclusivamente num caso, pode-se colaborar para o levantamento de hipóteses, de modo a selecionar adequadamente variáveis a serem trabalhadas em futuras análises comparadas.

Para analisar os padrões de formação de governos no estado do Piauí, portanto, percebeu-se a necessidade da realização do estudo exclusivo do caso, devido à relativa escassez de estudos sistemáticos sobre política piauiense, principalmente sobre os efeitos da redemocratização na formação dos quadros políticos do estado. Dessa maneira, a análise proposta poderá contribuir para a compreensão, de forma mais apurada, da correlação de forças estabelecidas no estado no novo contexto democrático. Além disso, estudos sobre a composição dos quadros políticos dos estados são escassos e, por isso, carecem de maior sistematização metodológica.

A maioria dos estudos sobre o caso piauiense tem se preocupado eminentemente com o legado histórico de dominação de grupos familísticos, que detinham o poder econômico e político no estado.³¹ Contrariando essa visão, percebe-se que as transformações ocorridas na dinâmica político-eleitoral dependem também da alteração dos arranjos institucionais estabelecidos ao longo do tempo, principalmente com as mudanças instituídas a

³¹ Dentre os trabalhos acadêmicos de maior relevância sobre política piauiense, a tese de Roberto John Gonçalves da Silva (1999) e a dissertação de Manoel Ricardo Arraes Filho (2000) dão ênfase exclusivamente ao caráter oligárquico da composição dos quadros políticos piauienses. Outros dois artigos sobre a temática (BONFIM; SANTOS JUNIOR, 1995; BONFIM, SILVA, 2003) seguem essa mesma abordagem. Por outro lado, a tese de Cleber de Deus (2006), apesar de considerar a existência de oligarquias até o início do período democrático atual no Piauí, afirma que o novo arranjo institucional implementado foi capaz de dinamizar a competição político-eleitoral no estado. Independentemente das abordagens utilizadas, pode-se observar a escassez de trabalhos que analisem de forma sistemática a dinâmica político-eleitoral piauiense.

partir de 1979, que alterou o padrão de competição política no Brasil, com o retorno ao multipartidarismo e ao regime democrático.³²

Atribuir aos estados economicamente menos desenvolvidos, como o Piauí, a permanência contínua de grupos oligárquicos na condução dos governos parece ser uma análise apressada, senão errônea, mesmo porque, na última década, foi visível a entrada de novos atores no cenário político estadual.³³ Porém, é patente, também, a permanência de alguns dos atores que historicamente compunham o governo na ocupação de cargos públicos, o que pode indicar a existência de uma tradição oligárquica anterior que deixou marcas na construção democrática estadual.

A herança histórica, portanto, é uma variável necessária, porém não suficiente para a compreensão da dinâmica política piauiense contemporânea. A análise só será minimamente completa se for possível explicitar como o arranjo institucional possibilitou mudanças que impactaram diretamente na formação de governos nos estados. É na conjunção de fatores históricos e institucionais que se poderá entender o funcionamento dos governos estaduais.

Por isso, este capítulo tem como objetivo discorrer sobre a dinâmica de mudança política no estado do Piauí, observando como os atores políticos tradicionais se mantiveram no poder ao longo do tempo. Partir-se-á das origens do Piauí-Colônia, que delineou a força dos grupos políticos, até o período republicano, onde se observou maior disputa pelo poder, o que ocasionou, muitas vezes, instabilidade política.

Faz-se necessário, desse modo, perceber os arranjos e rearranjos dos atores políticos do estado, por permitir visualizar como o cenário estadual se modificou ao longo do tempo. Neste capítulo, assim, procurar-se-á discorrer sobre a formação política do estado e de como esta influenciou na composição dos principais cargos eletivos no nível estadual.

³² A discussão sobre as consequências da implementação do novo arranjo institucional brasileiro nos subsistemas políticos brasileiros está presente no segundo capítulo.

³³ A hipótese central da dissertação de Manoel Ricardo Arraes Filho é de que “o caráter oligárquico das composições legislativas é resultado ou influenciado pelas condições socioeconômicas e históricas estabelecidas algumas décadas atrás. Ou seja, a oligarquização do sistema político é resultante da forma como as elites dirigentes implementaram o processo de integração do estado no momento de formação do Estado nacional, especialmente a partir da década de 50” (2000, p. 16-17). Contrariando essa hipótese, as evidências mostradas por Wanderley Guilherme dos Santos (2007) indicam que o atraso econômico não impediria o acirramento da competição político-eleitoral nos estados, ou seja, a possibilidade da entrada de novos atores nos cenários políticos estaduais (ver segundo capítulo).

3.1 IMPACTO DA FORMAÇÃO POLÍTICA NO SUBSISTEMA POLÍTICO ESTADUAL PIAUIENSE

As subunidades nacionais têm suas trajetórias políticas influenciadas diretamente pela dinâmica política de períodos anteriores, já que é a partir da correlação de forças já estabelecida que novos arranjos de poder emergirão. Cada unidade possui sua história, e as instituições políticas formadas nesta se modificam de acordo com a dinâmica ali presente. Logo, o que ocorre anteriormente condiciona, de certa forma, as trajetórias políticas posteriores.

Reformas institucionais, como as ocorridas no período da redemocratização no Brasil, possibilitaram o surgimento de novos atores nos cenários estaduais. As mudanças ocorridas nesse período geraram maior acirramento da competição político-eleitoral, possibilitando mudanças na composição dos quadros políticos nos estados.

Para a análise das mudanças políticas no novo contexto democrático, não se deve considerar as reformas institucionais como único fator explicativo. O novo formato institucional introduzido não necessariamente levou imediatamente a alta rotatividade de atores políticos, mas contribuiu decisivamente. As reformas ocorridas no Brasil colaboraram na desconcentração do acesso ao capital político, incorporando “atores políticos e sociais antes marginalizados no processo decisório instituído em outras fases históricas e políticas” (DE DEUS, 2007, p. 34).

O acesso ao poder por maior número de grupos pode ser estimulada, portanto, por reformas institucionais. As instituições políticas formadas estabeleceram novas regras e procedimentos que passaram a estruturar e moldar o comportamento dos atores políticos. Ademais, acredita-se que as reformas institucionais poderão ter impactos diferenciados entre os casos subnacionais, pois as instituições são, antes de tudo, permeadas pela herança histórica, influenciando diretamente no impacto das reformas.

Para se compreender o impacto das reformas institucionais na composição dos quadros políticos dos estados, deve-se partir da ideia de tendência histórica (herança ou formação política). A herança política de cada subunidade nacional afeta e restringe as escolhas subsequentes. Dependendo da “racionalidade política contextual”, o impacto pode ser acelerado ou retardado. Para isso, faz-se necessário compreender o conceito denominado

path dependence ou “dependência de trajetória”, presente dentro do arcabouço teórico institucionalista histórico.³⁴

Path dependence pode ser definido como o processo em que o mundo social e político segue uma trajetória particular, diante de amplo número plausível de alternativas (BENNETT; ELMAN, 2006, p. 464). A concepção de *path dependence* está intimamente ligada à ideia de que a causalidade social depende da trajetória percorrida. O comportamento dos atores políticos depende de decisões tomadas anteriormente, segundo a lógica de cada contexto local. A vida política, nesse caso, depende de propriedades políticas herdadas do passado (HALL; TAYLOR, 2003, p. 200-201). Não é afirmar simplesmente que a história conta, mas sim que, ao trilhar determinada trajetória, uma unidade política tem custos de reversão muito elevados. Contudo, adiante, existirão outros pontos de escolha para a mudança (FERNANDES, 2002, p. 83).

A formação dos quadros políticos nos estados brasileiros, mesmo com a ampliação da competição político-eleitoral, depende diretamente de condições históricas passadas, que definem o peso dos atores políticos na atualidade. Dessa forma, a compreensão da dinâmica política no período pós-redemocratização necessita, antes de tudo, da análise da percepção das trajetórias dos atores estaduais. Utilizando o argumento de Paul Pierson, “uma investigação de *path dependence* pode prover a base para o desenvolvimento de importantes hipóteses sobre as fontes de estabilidade e mudança política” (2000, p. 264, tradução nossa). A herança histórica ou a formação política não determinam, mas influenciam diretamente no impacto da reforma institucional nas subunidades nacionais.

Pode-se afirmar que a formação política – ou seja, a herança histórica – interfere diretamente nas características de dada localidade. Sobre isso, Washington Bonfim e Irismar Silva (2003) afirmam que há de se considerar a relevância de três pontos ao se analisar a ideia de formação política. O primeiro é referente à categoria “atraso”, pois ela sugere o antagonismo a algo que se poderia chamar “moderno”, indicando a dualidade existente entre o tradicional e o moderno. O segundo é sobre o conceito de “herança”, que significa a transmissão para as gerações posteriores de traços e características da sociedade. O terceiro, é afirmação de que atraso e modernidade são categorias imbricadas ao processo de acúmulo

³⁴ O institucionalismo histórico é uma das correntes presentes na abordagem neo-institucionalista. Em linhas gerais, o neo-institucionalismo pressupõe que a política é estruturada pelas instituições, ou seja, o arranjo institucional influencia diretamente o comportamento dos atores políticos e, conseqüentemente, a trajetória das unidades políticas. Além da abordagem histórica, o neo-institucionalismo tem outras duas correntes: o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico. Os teóricos do institucionalismo histórico, de modo geral, procuram situar as instituições num espaço onde o contexto histórico estrutura decisões ulteriores, ou seja, não são apenas as instituições que influenciam a vida política, estas são variáveis explicativas necessárias, porém não suficientes (HALL; TAYLOR, 2003).

histórico, ou seja, uma lembrança permanente de nossa condição inicial, reafirmada na existência dos indivíduos, das sociedades e das instituições atualmente (BONFIM; SILVA, 2003, p. 110).

Considerando o caso piauiense, em geral os trabalhos acadêmicos existentes sobre a formação política do estado tendem a afirmar que há pouca variação na composição dos quadros políticos do estado, mesmo com a redemocratização. Seguindo este argumento, Bonfim e Silva concluem que há a persistência do caráter fechado e oligárquico no estado, ou seja, características ligadas ao “atraso” permeariam as instituições políticas contemporâneas.³⁵

Para os autores, os recursos de acesso ao poder continuariam, assim, concentrados nas mãos de quantidade limitada de pessoas, permitindo pouca rotatividade de atores nos cargos políticos estaduais. A presença de uma oligarquia surgiria, principalmente, pelo fato de determinado grupo político conquistar os cargos eletivos necessários para a manutenção do poder. Como afirmam Bonfim e Silva,

esse é um dos muitos sentidos em que é possível falar de oligarquia, governo caracterizado por formas de recrutamento político baseadas em critérios de adstrição, ou seja, que erguem obstáculos àqueles que desejam participar da vida pública (2003, p. 110).

O sistema político, assim, foi formatado, em suas origens, em torno de poucos atores, que limitavam o processo de abertura, indicando e interferindo diretamente na definição daqueles que deveriam ascender aos postos políticos. A participação na vida política no estado, desse modo, teria sido sempre restrita a poucos atores ligados aos grupos políticos tradicionais do estado.

Para explicar como teria ocorrido o processo de restrição do acesso de outros grupos políticos aos cargos públicos, tentar-se-á descrever a formação política piauiense desde o início do período republicano, focando principalmente nos antecedentes ao período da redemocratização pós-1985.

A composição do cenário político estadual, ao longo do tempo, privilegiou poucos grupos políticos. Quais recursos de acesso ao poder esses atores teriam frente aos outros? Era possível um ator político, desvinculado dos grupos tradicionais, ascender ao

³⁵ A baixa rotatividade de atores no cenário político estadual, no período pós-redemocratização, pode ser explicada pela consolidação de forças políticas ao longo do tempo. Isso não indica necessariamente que os atores políticos provenientes do regime anterior sejam marcados por traços “não-modernos”. Dessa forma, considera-se a dualidade atraso-moderno apenas para apresentar a argumentação de Bonfim e Silva (2006) sobre formação política, mas não serão utilizados esses conceitos para a análise do caso piauiense.

poder? Uma forma de tentar responder às questões que perpassam estes questionamentos é verificando a articulação entre as principais lideranças políticas tradicionais do estado.

3.2 BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO

A ocupação do território piauiense tem relação estreita com a formação socioeconômica no estado. Essa relação se deu no período da colonização brasileira, em que houve o início da atividade pecuária e, conseqüentemente, a interiorização mais sistemática da ocupação do território piauiense. Não só o Piauí, mas todo o Nordeste participou da expansão da pecuária. Segundo Caio Prado Júnior (2006), a pecuária teve papel fundamental na subsistência e no povoamento do Brasil, ainda colônia portuguesa e que, desde fins do século XVII, o imenso “território sertanejo” foi aproveitado para fins de criação de gado. Segundo o autor,

a vegetação pouco densa da caatinga, o que permite o estabelecimento do Homem sem trabalho preliminar algum de desbastamento; o relevo unido que se estende por largas chapadas; a presença freqüente de afloramentos salinos que fornecem ao gado os chamados “lambedouros”, onde ele se satisfaz deste alimento indispensável. [...] Todas estas vantagens que oferece o sertão não iam sem dúvida sem óbices de monta: a pobreza da forragem nativa, a falta de água... Mas, feito o balanço, e na falta de outros pontos mais favoráveis, os sertões do Norte apresentam, para os fins a que se destinaram, um ativo favorável. E isto permitiu neles o que de outra forma teria sido impossível realizar: a ocupação humana e o povoamento regular. A rapidez com que se alastraram as fazendas de gado se explica, uma parte, pelo consumo crescente do litoral e das minas, bem como pela pequena densidade econômica e baixa produtividade da indústria; mas doutro, pela facilidade incrível com que se estabelece nestes sertões uma fazenda (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 190-191).

O Piauí participou ativamente da expansão do gado na região, principalmente com o preparo da carne-seca. Durante o último quartel do século XVIII, o estado se tornou o principal fornecedor deste produto. Como afirma Prado Júnior, o Piauí contava com grandes rebanhos, os maiores e melhores do Norte, além de possuir uma via cômoda de transporte – o rio Parnaíba. Dessa forma, o estado suplantou todos os seus concorrentes, dominando o mercado colonial do produto, até perder a hegemonia, já nos fins do século, para o charque do Rio Grande do Sul (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 196).

Assim, o Piauí tem sua formação originada, em grande parte, da pecuária, que foi responsável pelo surgimento da maior parte dos núcleos de povoamento do estado. A expansão das áreas de cultivo do gado foi responsável também pelo aparecimento de latifúndios, devido ao modo extensivo como tal atividade econômica foi adotada na região, ou seja, utilizando-se de grandes espaços de terra.

Ratificando esse argumento, Washington Bonfim e Raimundo dos Santos Junior (1995) afirmam que o latifúndio surgiu como consequência direta do modo pelo o qual a pecuária foi explorada – através da utilização extensiva da terra –, o que levou à concentração de terras, “determinando uma dinâmica social pobre e um vazio demográfico recorrente” (BONFIM; SANTOS JUNIOR, 1995, p. 45).

Assim sendo, o Piauí surgiu num contexto onde a principal riqueza era a terra. Isso permitiu o estabelecimento de uma sociedade desigual desde suas origens. A terra passou a ser instrumento de dominação política por parte dos proprietários rurais. A afirmação do poder político dos proprietários rurais ocorre a partir das lutas pela independência, em meados do século XIX. É diante dessa base socioeconômica que o Piauí se desenvolveu.

A Capitania, criada em 1718, só se efetiva em 1758, contudo, os interesses de seus mandatários ainda se encontram bastante ligados aos interesses portugueses, em especial porque no território permaneciam famílias de origem lusitana, ainda que ligadas a famílias locais. A atitude da Coroa procurava respeitar tais interesses. São esses fatos que impedem que o Piauí, até 1822, possua um movimento antiportuguês expressivo e é somente após o 7 de setembro que irão se dar movimentos internos favoráveis à Independência. A conjuntura que os torna viáveis tem relação com a possibilidade de grandes proprietários piauienses constituírem um sistema político que, sob sua égide, marcaria os processos de dominação política no Estado (BONFIM; SANTOS JUNIOR, 1995, p. 46).

Durante o Império, configurou-se forte dependência das províncias em relação ao poder central. As elites políticas piauienses do período encontraram, na relação simbiótica junto ao poder público, a forma de manter a força política no estado, ou seja, “através da política clientelista de distribuição de cargos entre os aparentados e amigos das famílias que dirigiam os destinos políticos do Piauí” (BONFIM; SANTOS JUNIOR, 1995, p. 48).³⁶

Com o surgimento da República, no final do século XIX, houve um processo de descentralização do poder, o que reforçou a força política das elites locais. Este veio contrabalançar o centralismo estabelecido no período imperial. Num ambiente agrarista e

³⁶ A relação de dependência estabelecida com o poder central não é exclusiva do Piauí, mas faz-se necessário destacar este ponto por ser essencial para a contextualização da formação dos grupos dominantes no Estado.

fortemente rural, em que o Brasil se encontrava naquele período, estabeleceu-se um sistema federalista, que gerou dois processos sociais e políticos: coronelismo e “política dos governadores”.

O coronelismo surgiu com a implantação do regime federalista no Brasil, em 1891. O processo estabelecia a relação de troca de favores entre governo e coronéis (lideranças políticas regionais e locais), perdurando durante toda a Primeira República, ou seja, até 1930. Nesse sistema, o governo estadual asseguraria o poder do coronel sobre seus dependentes e rivais, além da garantia do controle dos cargos públicos, desde aqueles ligados à polícia até os relacionados ao setor administrativo das localidades. Os coronéis, por sua vez, dariam seu apoio ao governo estadual e federal, sobretudo na forma de votos. Os governadores, em contrapartida, apoiariam o presidente da República, tendo, em troca, o reconhecimento do seu domínio no estado (CARVALHO, 1997).

Durante a Primeira República, os governadores eram os chefes da política estadual. Em torno do governador, alinhavam-se as oligarquias locais, que eram representados pelos próprios coronéis, que mantiveram seu poder nas localidades durante a “política dos governadores”, implementada por Campos Sales em 1898. A lógica dessa política era proporcionar o apoio aos candidatos eleitos, de acordo com a política dominante em cada estado.³⁷

Segundo Victor Nunes Leal, coronelismo seria

resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. [...] O “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 1975, p. 20).

Na ótica de Leal, o coronelismo surgiu na confluência de aspectos políticos, de um sistema federativo em formação, com a conjuntura econômica e social do período. O

³⁷ Estados como São Paulo e Minas Gerais, cujas economias eram mais desenvolvidas, tiveram considerável força política no Brasil, durante a Primeira República, se comparados aos estados economicamente frágeis, os quais continuariam a depender quase exclusivamente dos recursos do poder central.

centralismo imperial foi substituído pelo federalismo e pelo sistema republicano.³⁸ Esse novo cenário político no nível nacional permitiu o surgimento de novos atores nos níveis estaduais e locais, que deram a base de sustentação para o governo nacional. Surgiu aí o governador de estado, passando a esfera política estadual a constituir um dos elementos centrais na política nacional, já no início do período republicano.

Sobre o contexto político do período, José Murilo de Carvalho (1997) afirma que o coronelismo foi um processo social fruto da alteração na correlação de forças entre os proprietários rurais e o governo, em que o Estado se fortalecia e os elementos rurais e agraristas sobreviviam. Conforme o autor, o momento caracterizado pela derrocada econômica dos fazendeiros acarretava, conseqüentemente, o enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus dependentes e rivais.

Para que os coronéis conseguissem manter o poder político nas localidades teriam que reforçar a presença do Estado, acarretando perda de força gradativa sobre os rumos da política local. O coronelismo, pois, segundo Carvalho, foi antes sintoma da decadência do que manifestação de vitalidade dos senhores rurais. Com o advento do federalismo e a ampliação da autonomia municipal, os coronéis conseguiram estabelecer um modo de sobrevivência e de manutenção de seu poder nas localidades.

Com o início do período republicano e a decadência do agrarismo, percebeu-se uma diminuição do privatismo e uma ampliação progressiva do poder estatal. Nesse sentido, Carvalho afirma que:

[...] a tendência era claramente no sentido de reduzir, até à eliminação, os resíduos patrimoniais da administração em favor da burocracia do Estado. Inúmeros conflitos surgidos em função do comportamento das autoridades patrimoniais, como os delegados e oficiais da Guarda, começaram já no Império a ser resolvidos pelo recurso a autoridades burocráticas, como os juízes de direito e oficiais da polícia. Na República, as tarefas de manutenção da ordem passaram todas para a burocracia, na medida em que delegados se tornaram funcionários públicos e os estados aumentaram rapidamente o efetivo de suas polícias militares que substituíram a Guarda na sua função original. A Igreja também foi separada do Estado, tendo sido instituído o registro civil (CARVALHO, 1997).

O Estado, portanto, começa a se construir como instituição burocrática, em contraposição à estrutura patrimonialista ainda presente. O coronelismo foi forjado em meio

³⁸ Segundo José Murilo de Carvalho (1997), no período imperial, o presidente de Província não tinha poder próprio, era fortemente ligado ao Ministério, podia perder o cargo a qualquer momento, e não tinha condições de construir suas bases de poder na Província e nem, conseqüentemente, legitimar o seu poder político. O cargo de presidente da Província não representava um poder sólido, servindo apenas como trampolim à eleição para deputado ou senador.

essas transformações do Estado, na qual há o avanço da burocracia e o recuo do patrimonialismo.

Contudo, o fortalecimento do Estado frente ao poder privado permitiu maior controle do processo de participação da vida política, já que esta continuou restrita àqueles que tivessem prestígio e confiança do poder central. O modo como o pacto federativo foi conduzido permitiu que alguns estados tivessem mais acesso aos recursos do poder do que outros. Nesse cenário, São Paulo tinha a hegemonia, devido à sua força econômica, seguido por Minas Gerais. “Para os demais estados, restava um relacionamento cada dia mais pautado na dependência. Sem produtos importantes para exportação, sem economias internas fortes e capazes de sobreviver de modo auto-suficiente” (BONFIM; SANTOS JUNIOR, 1995, p. 50). O Piauí encontra-se no último caso.

O cenário social, político e econômico do Piauí era marcado pela desigualdade. Apenas pequena parcela da população detinha a maior parte das terras produtivas, num cenário basicamente rural e com pouca força econômica no cenário nacional.³⁹ Durante o século XX, essa estrutura foi mantida e a organização política piauiense continuou a depender das conformações entre os grupos de poder do estado, que em geral eram ligados à força econômica primordial – a terra. No início do período republicano, duas famílias marcaram a disputa pelo controle político do estado: Freitas e Pires Ferreira. Ambas eram compostas por grandes proprietários rurais, ligados à atividade comercial (BONFIM; SANTOS JUNIOR, 1995, p. 52).

No Brasil, a “política dos governadores” e o coronelismo tiveram suas bases ainda mais ameaçadas com os movimentos surgidos durante a década de 1920. Desses movimentos relevantes, que tiveram reflexos no Piauí, pode-se citar o movimento tenentista, a Coluna Prestes e a Revolução de 1930. Destes, surgem novos atores que poderiam alterar a cena política no estado.

A Revolução de 30 marcou o fim da Primeira República. Segundo Cleber de Deus (2007), a Revolução teve entre seus principais motivos: 1) a tentativa de evitar as fraudes nos pleitos eleitorais, que durante a Primeira República ocorriam, de forma constante, em prol dos candidatos ligados aos grupos dominantes; 2) a busca pela erradicação de

³⁹ Sobre a estagnação econômica vale afirmar que “a borracha de maniçoba, a cera de carnaúba, a amêndoa de babaçu, o tucum, o caroá e a malva formaram a nova pauta de produtos com mercado no exterior, o que possibilitou retirar a economia estadual do marasmo que a caracterizou até o final do século XIX. Entre esses produtos, o de maior destaque foi certamente a borracha maniçoba, que durante os anos 10 chegou a ser responsável por 62% das receitas de exportação do Piauí (BONFIM; SANTOS JUNIOR, 1995, p. 50)”. Contudo, do ponto de vista político, as mudanças na economia piauiense não trouxeram grandes modificações na estrutura de poder no Estado.

problemas básicos relativos à educação e à saúde, que afligiam o país, problemas estes não focados pelo poder central; e 3) a tentativa de quebra do pacto da “política do café com leite”, que marcou a rotatividade no poder central de presidentes de São Paulo e de Minas Gerais que iam se sucedendo de forma contínua (2006, p. 79).

O estopim do movimento ocorreu quando o Presidente Washington Luis, representante de São Paulo, não indicou Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, de Minas Gerais, para a sua sucessão, nas eleições de 1930. O então presidente indicou o paulista Júlio Prestes, levando ao rompimento da “política do café com leite”.⁴⁰

A Revolução de 30 foi o resultado final de uma série de movimentos, como o tenentismo e a Coluna Prestes, que tiveram impacto na organização política dos estados brasileiros. No Piauí, o movimento tenentista contou com apoio de uma parcela da sociedade civil que manteve articulação com os líderes do movimento no nível nacional (BONFIM; SANTOS JUNIOR, 1995, p. 52). Contrariando a análise de parte dos historiadores que dissertam sobre o movimento tenentista no Piauí, Roberto John Silva (1999) ratifica a análise de Bonfim e Santos Junior (1995) afirmando:

Para alguns autores piauienses, o Movimento Tenentista de 1922 não recebeu apoio e muito menos repercutiu no Estado. No entanto, a criação de Comitês, a publicação de manifestos (inclusive de militares a favor de Nilo Peçanha), a realização de comícios, a punição - com transferência - de oficiais do Exército do Piauí que apoiaram a “reação republicana” para outras regiões apontam noutra direção. Pode-se deduzir que os tenentes do Piauí estavam articulados em torno da candidatura de Nilo Peçanha como uma forma de expressarem seu descontentamento com o rumo do país (SILVA, 1999, p. 63).

Em 1922, a política piauiense girou em torno do apoio a Arthur Bernardes ou Nilo Peçanha como candidato à Presidência da República. Nilo Peçanha foi candidato pelo “Movimento Reação Republicana”, em contraposição à candidatura de Arthur Bernardes. Peçanha perdeu o pleito, o que reforçou, no estado do Piauí, a facção liderada por Félix Pacheco e João Luís Ferreira.⁴¹

⁴⁰ O candidato de oposição, Getúlio Vargas (do Rio Grande do Sul), estava à frente da Aliança Liberal, que introduziu temas novos no debate político, diante das circunstâncias da República Velha. Falava-se em mudanças no sistema eleitoral, em voto secreto, em representação proporcional, em combate às fraudes eleitorais e em reformas trabalhistas (salário mínimo, diminuição da jornada de trabalho para oito horas, férias e proteção ao trabalho das mulheres e menores de idade). Apesar do discurso, Getúlio não se diferenciava socialmente do candidato do Governo – Júlio Prestes – quanto às origens, tendo sido, ambos, governadores em seus estados (CARVALHO, 2007, p. 94). Júlio Prestes foi o vencedor do pleito, mas as articulações oposicionistas levaram à revolta civil-militar de 1930 que deu ao candidato derrotado – Getúlio Vargas – a presidência.

⁴¹ “O ‘Movimento Reação Republicana’ foi formalizado no Piauí em 18 de outubro de 1921, com a assinatura de um manifesto da oposição ao Governo do Estado, dando apoio à candidatura patrocinada pelo tenentismo. Essa

O apoio a Nilo Peçanha pelos opositoristas fora patrocinado pelo tenentismo, que também influenciou as incursões da Coluna Prestes no estado – a primeira em 1925 e a segunda em 1926.⁴² Essas ações tinham em mente mais questões políticas do que militares, como suscita Silva (1999). Dessas incursões e do recuo dos opositores aos movimentos, alguns atores surgem ou se consolidam no cenário político estadual.

Além da projeção do Governador Mathias Olympio em defesa do Estado, surgem o desembargador Vaz da Costa, que organizou os batalhões patrióticos, o tenente Jacob Manuel Gayoso e Almendra que, ao combater os “revolucionários”, transforma-se em “herói”, sendo indicado e eleito deputado estadual em 1926 com expressiva votação - 7.638 votos. A pregação da Coluna Prestes fez surgir grupos políticos não orientados pelas oligarquias como, por exemplo, a família Marinho que vai fundar, em 1932, o Partido Democrata Piauiense, inspirado nas idéias tenentistas. Surgem também as lideranças vinculadas aos tenentes eleitos deputados federais pelo Estado, a partir de suas participações nas lutas e Governos revolucionários, prolongando-se após a redemocratização de 1946 (SILVA, 1999, p. 67).

No Piauí, a entrada de novos atores políticos no cenário estadual poderia ter alterado o esquema oligárquico da Primeira República. A Revolução de 30, motivada pelo descontentamento geral com a manutenção oligárquica no Brasil, motivou a ação de segmentos da classe dominante que estavam fora do poder. O confronto no estado se deu entre os Almendra Freitas, e seus aliados, contra os Pires Ferreira – famílias que dominavam o cenário político estadual no período da Primeira República.

Com a Revolução de 30, as duas famílias rompem politicamente por confrontarem-se em seus projetos de poder e não devido a divergências ideológicas quanto aos projetos políticos (DE DEUS, 2007, p. 98). Para De Deus, três fatos explicariam o movimento: “renovação das elites nacionais e locais; quebra do pacto político acertado entre as duas vertentes por ocasião da eleição do governador e a luta de terras” (2006, p. 98-99). A força política das duas famílias estava fortemente ligada ao fator terra, o que numa sociedade eminentemente rural, como a piauiense, era de extrema importância. Contudo, existiam diferenciações na composição social dos grupos que disputavam o poder no estado:

Especificamente neste caso, aprofunda-se uma diferenciação na composição política do Estado. A família Freitas, embora tenha iniciado as atividades

decisão pró Nilo Peçanha, no Piauí, fazia parte da dinâmica da disputa local, na qual a oposição sempre ficava ao lado do adversário da oligarquia circunstancialmente na ‘situação’” (SILVA, 1999, p. 61).

⁴² “A primeira invasão durou de 8 de dezembro de 1925 a 22 de janeiro de 1926; e a segunda, de 7 de julho a 20 de agosto de 1926” (SILVA, 1999, p. 64). Optou-se por utilizar o termo incursão, em vez de invasão, pois o termo parece mais adequado à natureza da passagem do movimento no estado do Piauí.

econômicas ligadas ao latifúndio, distancia-se deste para se transformar num dos maiores impérios comerciais do Médio Parnaíba através da Casa Almendra, ligada a exportações de produtos do extrativismo e importação. Do outro lado, o clã Pires Ferreira mantinha-se arraigado ao latifúndio (NASCIMENTO, 1994, p. 30).

Dessa forma, no Piauí, as mudanças dificilmente ocorreriam, principalmente pelo perfil dos grupos que pleiteavam o poder. A riqueza era controlada pelas duas famílias, que apostavam no modelo agrário exportador – fortemente impactado pela crise de 1929 – impedindo que o estado acompanhasse o desenvolvimento econômico e social que por que passava o país.

A disputa política não levou à eliminação ou, pelo menos, à minimização da força das elites políticas estaduais. “Ocorreu, na verdade, a consolidação dos costumes políticos ligados ao familismo” (DE DEUS, 2007, p. 99). O novo quadro político criado não mudara os arranjos entre as elites e as práticas daqueles que ascendiam ao poder.⁴³

O movimento de 4 de outubro de 1930 que pregava a mudança dos costumes políticos herdados da República Velha, em nada contribuiu para modificar a cultura política do Piauí “revolucionário” quanto à adoção do clientelismo e do fisiologismo como prática política, pois as disputas continuavam provocadas pelas nomeações políticas que persistiam obedecendo a critério de ordem familiar. Assiste-se ao agravamento da situação, que se tornara mais complexa devido à participação do setor militar, que era utilizado politicamente pelas *velhas raposas* do Estado, numa relação instrumental entre os dois grupos pela permanência no poder sem nenhuma identificação de ordem ideológica ou de lealdade aos princípios defendidos pelo tenentismo (SILVA, 1999, p. 145).

Os movimentos da década 1920 e 1930 no Piauí foram motivados, acima de tudo, pela disputa da hegemonia política no estado. Uma nova forma de pensar e fazer política não surgia daquela correlação de forças, levando a concluir que a luta era entre os velhos coronéis que já compunham e se revezavam na cena política do estado. Mesmo com a entrada dos Interventores – indicados pelo poder central – a partir da década de 1930, como será observado, os grupos políticos tradicionais conseguiram manter sua força política no estado.

⁴³ Havia um claro confronto entre duas facções do Partido Republicano Piauiense (PRP): uma comandada pelo governador João de Deus Pires Leal – o “Joca Pires” – e pelo marechal Pires Ferreira; a outra era liderada por Matias Olímpio de Melo e por Hugo Napoleão do Rego (NASCIMENTO, 1994, p. 99). “A situação política estava definida antes da Revolução de 30, entre duas facções do PRP que ficavam se revezando no Governo sem que houvesse possibilidade de mudança real no poder piauiense” (SILVA, 1999, p. 145). No Piauí, o movimento de 30 ficou marcado pela deposição de Joca Pires do Governo do Estado e, conseqüentemente, a queda do prestígio político da família Pires Ferreira. Em contrapartida, “ascendia a facção chefiada pelo Dr. Mathias Olympio, através do cunhado Humberto de Arêa Leão, apoiado por Hugo Napoleão do Rego e a família Almendra Freitas” (SILVA, 1999, p. 90).

Em 1930, na cena política brasileira, houve a entrada de Getúlio Vargas após o movimento civil-militar do mesmo ano, trazendo um gaúcho ao poder, depois de décadas de mando político de São Paulo e Minas Gerais à frente do Governo Federal. O governo provisório de Getúlio durou até 1934, quando este foi reconduzido no cargo para o período de 1934 a 1937.⁴⁴ Em 1937, ocorreu um golpe de Estado, no qual Getúlio continuou à frente da Presidência e estabeleceu o chamado Estado Novo.⁴⁵

No Piauí, esse período foi marcado pelo governo do interventor militar Landry Sales, entre 1931 e 1935, e da gestão, entre 1935 e 1945, de Leônidas de Castro Mello – o político que mais tempo ficou à frente da máquina estadual, consecutivamente, assim como Getúlio Vargas com relação ao país.

Landry Sales era tenente e, apesar de não ter ligações com os grupos políticos do estado, tinha forte respaldo político e militar, já que fazia parte do Clube 3 de Outubro, organização tenentista mais importante naquele momento de indefinição e crise política pela qual atravessava o país. Naquele momento, os tenentes tinham forte poder dentro das decisões do Governo Provisório de Getúlio Vargas (SILVA, 1999, p. 98).

O período foi marcado por grande controle, por parte do Governo Federal, e tentativa de alijamento das lideranças oligárquicas piauienses do processo político. Como afirma Silva, para evitar instabilidade política, o governo do Interventor “resolveu baixar duras medidas, inclusive, a censura à imprensa, e ameaçou de punição pessoas que veiculassem boatos tendenciosos em torno da administração do Estado e à situação do País” (SILVA, 1999, p. 99-100). Os cargos de primeiro escalão do governo foram ocupados por militares da confiança do Interventor, o que representou a força deste na condução da máquina estadual.

A Secretaria Geral do Governo é o órgão que vai explicitar o caráter centralizador do Governo Revolucionário e irá supervisionar as diretorias da Fazenda; Interior e Justiça; Viação e Obras Públicas; Instrução e Agricultura; Saúde Pública; e Chefatura de Polícia (SILVA, 1999, p. 99).

⁴⁴ O Governo Provisório convocou eleições para a Assembleia Constituinte, que também deveria eleger o presidente da República. As eleições ocorreram em 1933, sob novas regras eleitorais, que introduziram o voto secreto e fora criado a Justiça Eleitoral, na tentativa de diminuir as recorrentes fraudes existentes no período da Primeira República. Nessas eleições também, as mulheres ganharam o direito ao voto. Houve a representação classista, ou seja, deputados escolhidos pelos sindicatos (CARVALHO, 2007, p. 101). As eleições indiretas no âmbito da Constituinte consagraram Getúlio Vargas como vencedor. Em 1934, a nova Constituição fora aprovada, institucionalizando um modelo liberal, e também federalista como previa a Constituição anterior, de 1891, que favorecia as oligarquias regionais, em vez de reforçar o controle do Governo Federal sobre estas.

⁴⁵ No dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas dissolveu o Congresso Nacional e outorgou a nova Constituição brasileira, dando início ao período conhecido como Estado Novo. Vargas passou a ter poderes ditatoriais nos seus oito anos de governo, onde centralizou o poder político do país, diminuindo o poder dos Estados frente à União, mesmo com a continuidade do arranjo federativo.

Devido à forma centralizada com que geria a máquina pública, o Governo Landry Sales trouxe alguns ganhos ao funcionamento da máquina pública, pois iniciou mudanças na gestão administrativa do Estado, principalmente no setor da educação e da agricultura. Quem deu continuidade à gestão de Landry Sales foi Leônidas Mello, que governou o estado, de forma constitucional entre 1935 e 1937 e após o Golpe de Getúlio, como Interventor, de 1937 a 1945. Leônidas não pertencia a nenhuma família piauiense importante, como se observa nesta passagem da tese de Roberto John Silva:

O médico Leônidas de Castro Mello foi o político que mais tempo governou o Estado do Piauí em mandatos consecutivos, em um momento conturbado da vida política nacional - de 3 de maio de 1935 a 29 de outubro de 1945. O que chama a atenção é que não pertencia a família importante no Estado. Ao contrário, era filho de uma modesta família de comerciantes de Barras, no Norte do Piauí. Trata-se do típico profissional liberal que, pelas qualidades individuais, é cooptado pelo tenentismo após a Revolução de 30. A credibilidade de Leônidas Mello, junto à comunidade piauiense, deveu-se à circunstância de, depois de formado, haver chegado ao Piauí como médico assistente do deputado Armando Burlamaqui e o tê-lo acompanhado em sua excursão pelas principais cidades do Estado. Esse fato deu-lhe uma boa projeção profissional, tornando-o conhecido como médico não só em Teresina como no interior (SILVA, 1999, p. 121).

Durante os dez anos à frente do governo estadual, Leônidas Mello conduziu as contas públicas com certo rigor, apesar de ter recaído nas velhas práticas políticas ligadas à Primeira República.⁴⁶ Leônidas caiu juntamente com o Governo Vargas, que estava enfraquecido diante das pressões de segmentos políticos e militares em torno do processo de abertura e democratização.

3.3 POLÍTICA PIAUIENSE NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO DE 1945 A 1964

Nos últimos meses de vigência do Estado Novo – ainda sob o governo de Getúlio Vargas no nível federal, e dos Interventores nos níveis estaduais – o governo decretou um código eleitoral provisório (Lei nº 7.586 de 28 de maio de 1945, conhecida como “Lei

⁴⁶ Como ressalta Silva, o governador Leônidas Mello “não escapou da prática de nepotismo, ao nomear desembargador, seu irmão Eurípedes de Mello que não constava na lista indicada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, aposentando três desembargadores, fato este que quase se transforma numa crise institucional. Termina seu Governo praticamente isolado em 1945, após fundar o Partido Social Democrático por recomendação de Getúlio Vargas, de quem era um fiel seguidor” (1999, p. 146).

Agamenon”⁴⁷) que regulamentaria as eleições para a Assembleia Constituinte e para a Presidência da República. Como afirma Rogério Schmitt, foi essa Lei “que introduziu na legislação eleitoral brasileira a exigência de organização em bases nacionais para o registro de partidos políticos pelo Tribunal Superior Eleitoral” (2000, p. 12). Deveria ser concedido o registro provisório aos partidos que fossem apoiados por pelo menos dez mil eleitores distribuídos em pelo menos cinco estados.

Dessa forma, em 1945, ocorreu a primeira eleição realizada num contexto democrático e multipartidário no Brasil. Foram organizados e fundados partidos como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que foram os três maiores partidos do cenário político brasileiro no período de 1945 a 1964.⁴⁸

O PSD, formado por partidários de Getúlio Vargas, teve como presidentes eleitos o Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). Foi o mais expressivo partido desse período, elegendo as maiores bancadas no Congresso Nacional nos pleitos disputados. Foi também o único partido que conseguiu se organizar em todos os estados brasileiros. Como afirma Rogério Schmitt, “o PSD foi o único partido que conseguiu se organizar em todas as unidades da federação para a disputa das eleições de 1945, o que já mostrava a sua nítida vocação governista” (SCHMITT, 2000, p. 14).

Leônidas Mello fundou o PSD no Piauí no dia 17 de junho de 1945. O partido, com o apoio de Getúlio, teve sua estrutura organizacional amplamente difundida nos estados brasileiros, como forma de garantir apoio à candidatura do Marechal Eurico Gaspar Dutra à presidência (SILVA, 1999, p. 138). No Piauí, a agremiação partidária aglutinou grupos políticos tradicionais com os Almendra Freitas e os Gayoso e Almendra.

O PTB foi o partido criado por Getúlio, dando-lhe suporte político juntamente com o PSD. Foi o terceiro partido mais expressivo do período, tendo significativo crescimento entre as legendas partidárias, suplantando a UDN em 1962. Originalmente, foi organizado dentro da máquina estadonovista, assim como o PSD. Teve sua existência fortemente vinculada à estrutura sindical corporativa montada por Vargas na década de 1930 (SCHMITT, 2000, p. 17).

⁴⁷ O nome da Lei faz referência ao elaborador da proposta, Agamenon Magalhães, então Ministro da Justiça.

⁴⁸ Outros partidos surgiram no período, contudo, com menor expressão eleitoral: o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Republicano (PR), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Trabalhista Nacional (PTN), o Partido Libertador (PL), o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Rural Trabalhista (PRT), o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A UDN surge como oposição a Getúlio e aos partidos a ele ligados: PTB e PSD. Este foi o segundo partido mais forte do período. Sua existência derivou do “famoso Manifesto dos Mineiros (de outubro de 1943), que reivindicava a democratização das instituições políticas nacionais” (SCHMITT, 2000, p. 16). Este foi o único dos três grandes partidos nacionais que não tinham vínculos com a estrutura estadonovista.⁴⁹ O intuito era suprimir a força política de Vargas no cenário político brasileiro. Por isso, os opositoristas se uniram em torno do partido, dando um caráter heterogêneo à organização.

No Piauí, a UDN seguiu o padrão nacional, tendo em seus quadros diferentes estirpes de políticos, recebendo adesão de setores urbanos e também de lideranças ligadas às velhas oligarquias. Segundo Silva,

assinaram a Ata da Fundação da União Democrática Nacional, entre os 71 representantes dos diversos Estados, os piauienses: *Mathias Olympio de Melo, José Cândido Ferraz, Adhelmar Rocha, e Jurandyr Pires Ferreira*. Observa-se que o quadro piauiense reproduz a heterogênea composição udenista. Mathias Olympio fora um dos comandantes da revolução de 30 no Piauí e agora se debatia contra os getulistas. Dessa forma é criada a UDN piauiense aglutinando em seu interior chefes políticos tradicionais que haviam sido contrariados no Estado Novo e jovens “doutores” que retornavam ao Piauí com idéias renovadas, pertencentes a famílias políticas importantes (SILVA, 1999, p. 148).

Ao contrário do que ocorreu no cenário nacional, que teve a eleição de Dutra do PSD como presidente, no Piauí a UDN elegeu o governador José da Rocha Furtado. O Gráfico 3.1 ilustra o desempenho eleitoral do PSD e da UDN no Piauí, tendo a UDN conquistado a maioria dos votos, tanto para a Presidência quanto para o Governo do Estado. Contudo, o PSD conquistou a maioria na Assembleia Legislativa. Por isso, durante seu mandato, José da Rocha Furtado deparou-se com forte oposição do PSD, que contava com políticos vinculados ao período estadonovista, comandados pelo ex-governador Leônidas Mello (SILVA, 1999, p. 151).

⁴⁹ Segundo Edson Nunes (2003), a partir de 1945, com o retorno ao regime democrático, houve o reforço das relações clientelistas e a manutenção das relações corporativistas já impostas desde a década de 1930, com Getúlio Vargas. Isso se deveu, em grande parte, à forma como o PSD e o PTB foram criados – no interior do Estado, formando a “coalizão de fato” para a patronagem. A UDN não mostrou identidade uniforme, pois oscilava entre a política clientelista e a defesa do universalismo de procedimentos.

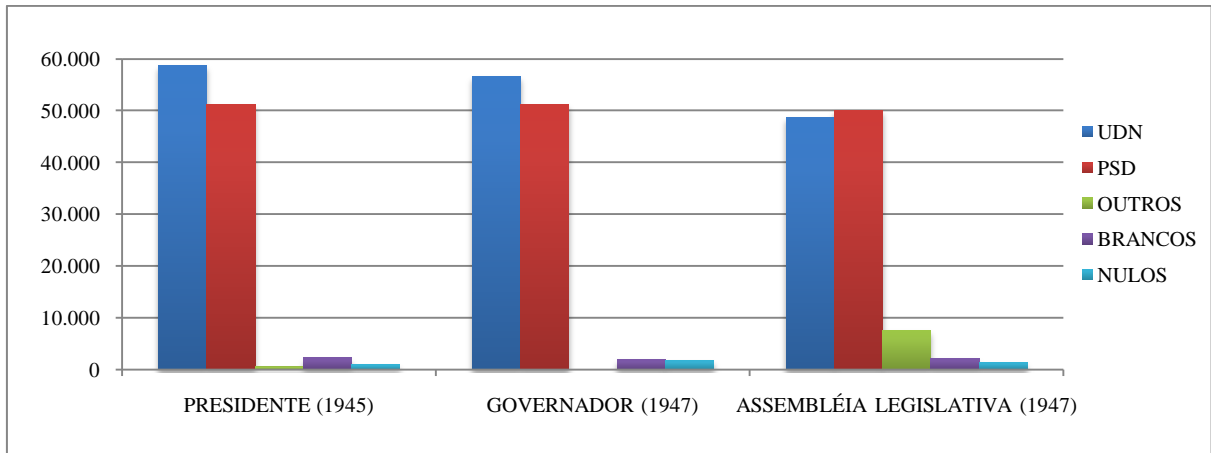


Gráfico 3.1 - Eleições 1945 e 1947: votação para Presidente, Governador e Deputado Estadual – Piauí.

Fonte: Silva (1999).

Como destaca Silva (1999, p. 154-155), das 32 cadeiras em disputa na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, o PSD conquistou 17, a UDN elegeu 14 e o PTB apenas um deputado. Além da oposição no Legislativo, o Governo estadual encontrou uma situação econômica desfavorável, pois, justamente nesse período, houve a derrocada da exportação da cera de carnaúba pelo estado. A UDN não resistiria por muito tempo à frente do controle da máquina estadual diante da conjuntura existente e da força que a oposição passou a ter ao longo do mandato.

Nas eleições de 1950, o PSD conseguiu reagir, elegendoo Governador Pedro de Almendra Freitas⁵⁰, obtendo 44,95% contra 44,15% de Eurípedes Clementino de Aguiar⁵¹ da UDN. A margem da vitória, assim, foi de apenas 0,7% dos votos, o que mostra o equilíbrio existente entre as duas forças políticas no Estado. Isto também foi notado na composição da Assembleia Legislativa, onde, das 32 cadeiras, a UDN conseguiu 15 e o PSD, um pouco menos, 14. Os outros partidos que conquistaram cadeiras foram o PTB, com duas, e o PSP com uma. Segundo Silva, os “dois últimos partidos, na prática legislativa, ora se aliam com a situação representada pelo PSD, ora com a oposição representada pela UDN” (1999, p. 173).

As eleições de 1950 no Piauí, em síntese, trouxeram novamente ao governo estadual um representante da elite tradicional agrário-exportadora do Estado, na figura de

⁵⁰ “Pedro de Almendra FREITAS é filho de José de Almendra Freitas, patriarca que dominou a região de Livramento (hoje José de Freitas) por longos anos. Tinha nível educacional básico, era um dos herdeiros de patrimônio comercial e político do pai. Entra efetivamente na política ainda no período da Aliança Liberal, auxiliando sua família na condução do jogo político em Livramento, onde dominava desde o início do século. Ele, no entanto, se identificava como comerciante, seguindo a outra atividade do pai, diferentemente dos outros irmãos que tinham atividades e formação intelectual” (SILVA, 1999, p. 170).

⁵¹ Eurípedes de Aguiar foi governador do Piauí entre 1916 e 1920 e senador de 1924 a 1930.

Pedro Freitas, do PSD. O grupo ligado ao então governador passaria a ditar o curso da política no estado.

É a partir da vitória de Pedro Freitas, como Governador do Piauí que é iniciada a hegemonia da família Almendra Freitas, constituindo-se uma nova oligarquia que perdura dominando, hegemonicamente, até os anos 90, quando tem início uma perda de poder político eleitoral. Essa família foi se consolidando e ramificando, através de casamentos com outras grandes famílias e na cooptação de jovens lideranças (SILVA, 1999, p. 176).

Em 1954, na sequência sucessória, houve a eleição do cunhado de Pedro Freitas, o Coronel Jacob Manuel Gayoso e Almendra⁵² do PTB, numa articulação com o PSD. O governador eleito conseguiu 48,03% dos votos contra 40,24% de Joaquim Lustosa Sobrinho da UDN. Na Assembleia Legislativa, o PSD elegeu 15 deputados, a UDN conseguiu 12 vagas, o PTB ficou com 04 e o PSP com apenas uma. O PSD, portanto, conquistou a maioria na Assembleia, acompanhado de perto pela UDN.

O governo Gayoso e Almendra dava, assim, continuidade ao projeto de poder iniciado por Pedro Freitas, enfraquecendo a força udenista do Estado, fortemente vinculada à capital, Teresina, que era composta por profissionais liberais e desejava mudanças em prol da “implantação de uma lógica produtiva que desencadeasse o início de um processo de industrialização no Piauí” (SILVA, 1999, p. 178).

De acordo com Silva, a força do governo pessedista seria estremecida com as eleições de 1958. Isso teria porque José Gayoso de Almendra Freitas – filho de Pedro Freitas e sobrinho do governador – estava sendo preparado para assumir o Governo do Estado. Um mal-estar foi gerado, pois o grupo petebista, bastante fortalecido depois das eleições de 1954, era um dos partidos da base de apoio do Governo. A manutenção desse sistema oligárquico perdeu a consistência e uma nova uma nova coalizão de forças passou a existir (SILVA, 1999, p. 179).

Os opositoristas ascenderam, em 1958, ao poder através da vitória de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues⁵³ (PTB) nas eleições. Os dois partidos coligados – PTB e UDN

⁵² “Jacob Manuel Gayoso e Almendra era um militar com destacado prestígio junto ao Exército, o que lhe dava status social e político. Teve participação ativa na derrota dos paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932, o que lhe rendeu um mandato de deputado estadual. Em 1947, enfrentou Rocha Furtado para Governador do Piauí quando foi derrotado. Agora, com a força do tio, conseguiu se eleger Governador do Piauí” (SILVA, 1999, p. 176-177).

⁵³ A candidatura de Chagas Rodrigues deu-se “por contingências de um acidente automobilístico que vitimou, fatalmente, o candidato a Governador da UDN, Demerval Lobão, o que levou o partido a substituí-lo por Chagas Rodrigues. A eleição de Chagas Rodrigues foi consolidada em 48 dias antes do pleito, elegendo-se o primeiro e único Governador petebista da história do Piauí. Chagas Rodrigues foi Deputado Federal pela UDN em 1951, onde permaneceu por pouco tempo, quando ingressou ainda durante o seu mandato para o PTB. Chagas

– garantiram a vitória de Chagas Rodrigues com 48,03% dos votos contra 38,10% dados a José Gayoso de Almendra Freitas. Na Assembleia Legislativa, o PSD continuou com sua força política dominante, com 13 deputados eleitos, contra 09 da UDN, 07 do PTB e 03 do PSP. O PTB aumentou consideravelmente sua bancada, enquanto PSD e UDN reduziram sua representação. A UDN e o PTB, conjuntamente, possuíam a maioria na Assembleia, o que deu condições de governabilidade ao governo petebista.

Contudo, nova vitória para os Freitas se encaminhava em 1962. Petrônio Portella⁵⁴ da UDN venceu as eleições para o Governo do Estado com o apoio do PSD, sucedendo, portanto, o governo de Chagas Rodrigues (PTB) e do vice Tibério Nunes (UDN) que acabou assumindo o governo no final do mandato.⁵⁵ Petrônio conseguiu 48,76% dos votos contra 31,59% de Constantino Pereira de Souza (PTB), conquistando, portanto, larga margem de votos sobre o adversário.

O candidato udenista venceu as eleições depois de se casar com a filha de seu ex-inimigo político Pedro Freitas (PSD). As elites políticas tradicionais do Estado voltariam, portanto, ao centro do poder da política piauiense. Sobre o que representou a vitória de Petrônio para a formação política piauiense, De Deus afirma que “Petrônio Portella foi o mentor do sistema oligárquico que só entrou em declínio em 1990” (2006, p. 100).

O PTB, naquelas eleições, elegeu a maior bancada da Assembleia, com 16 deputados, contra 13 da UDN, 08 do PSD, 04 da coalizão PSP/PST/PRT e um do PDC. No entanto, a bancada governista ficou com 26 deputados contra 13 dos opositoristas. Petrônio Portella, portanto, assumiu o poder com ampla maioria, permitindo maior governabilidade e acesso aos recursos de poder para seu grupo político.

Rodrigues havia estudando no Recife e no Rio de Janeiro e sempre tivera posições de esquerda. Rodrigues se auto-proclama ‘um social-democrata de esquerda’” (SILVA, 1999, p. 180-181).

⁵⁴ Durante o governo do Coronel Jacob Manuel Gayoso e Almendra do PSD (1955-1959), o então deputado estadual Petrônio Portella (UDN) se destacou fazendo oposição ao governo, disparando uma série de denúncias contra o mesmo.

⁵⁵ “Para candidatar-se a um cargo eletivo, o Governador Chagas Rodrigues enviou, dia 5 de julho de 1962, à Assembléia Legislativa, uma Mensagem renunciando ao cargo de Governador, de acordo com o Art. 139. IV da Constituição Federal de 1946. [...] Essa foi a primeira vez que um Governador renunciava ao seu mandato para candidatar-se ao cargo de Senador no Piauí. O Vice-Governador Tibério Nunes (UDN) assumiu o Governo do Estado no dia 6 de julho de 1962. Tratava-se de um udenista fiel a Petrônio Portella e logo que tomou posse começou a demitir todas as pessoas ligadas ao ex-Governador Chagas Rodrigues, que havia rompido com a coligação ‘Oposições Coligadas’, com a qual havia sido eleito em 1958” (SILVA, 1999, p. 196-197).

3.4 GOVERNOS MILITARES E O CONTEXTO POLÍTICO PIAUIENSE PÓS-1964

O golpe de 1964 impossibilitou a continuidade do regime democrático e pluripartidário vigente desde 1945. Segundo José Murilo de Carvalho (2007), a democracia foi a pique em 1964 devido à falta de convicção democrática das elites, tanto de esquerda quanto de direita. A corrida se tornou pelo poder e não pela representação democrática. Tanto os grupos de direita quanto os grupos de esquerda preparavam um golpe nas instituições políticas brasileiras. A direita repudiava as reformas defendidas pela esquerda e queria evitar um golpe comunista-sindicalista. A esquerda queria eliminar os obstáculos às reformas, neutralizando a direita. A conciliação, prática própria da democracia, foi abandonada em prol dos projetos de poder de ambos os grupos.

À falta de convicção democrática das elites aliou-se a ausência de organizações civis fortes e representativas capazes de atuarem como mediadores nesse processo que beirava à radicalização. João Goulart (PTB) foi deposto através do golpe militar, apoiado por organizações civis de direita e pela UDN. Contudo, os políticos da UDN “foram surpreendidos pela decisão dos militares de assumir o poder diretamente” (CARVALHO, 2007, p. 158). O período ditatorial brasileiro transcorreu até meados da década de 1980, limitando os direitos civis e políticos, facilitando, dessa forma, o fortalecimento dos grupos políticos ligados aos militares no cenário político brasileiro.

No caso do Piauí, a elite política tradicional do Estado, fortalecida com a entrada de Petrônio Portella no poder, teve sua força política consolidada durante o período ditatorial. Petrônio, que era governador no período em que decorreu o golpe, “esboça uma reação divulgando um documento em favor da legalidade com Jango. No entanto, 24 horas depois aderiu à causa da chamada revolução e passou a receber a confiança dos chefes militares” (SILVA, 1999, p. 209).

O governo militar teve como umas de suas primeiras preocupações o expurgo de tudo que poderia alterar a nova ordem estabelecida, demitindo dos cargos públicos os inimigos políticos e reprimindo todo e qualquer movimento contra a ditadura. Os instrumentos legais, para isso, foram os 17 atos institucionais regulamentados por 104 atos complementares do período, conferindo alto centralismo às ações do governo.

O Ato Institucional nº1 (AI-1), em 1964, cassou os direitos políticos de grande número de líderes políticos, sindicais e intelectuais e de militares, além de forçar a aposentadoria de funcionários públicos civis e militares (CARVALHO, 2007, P. 160). Em

1965, o Ato Institucional nº 2 (AI-2) aboliu a eleição direta para a presidência da República e, através do Ato Complementar nº4 (AC-4), definiu as regras para a reorganização partidária, dissolvendo os partidos políticos criados no regime anterior, dando um prazo de 45 dias aos congressistas para a criação de novas agremiações partidárias.

O AC-4 exigia que as organizações partidárias provisórias registrassem, cada uma, a filiação de no mínimo 120 deputados federais e 20 senadores. Vale lembrar que, naquela legislatura, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal eram integrados por 409 e 66 membros, respectivamente. Do ponto de vista estritamente matemático, até três novos partidos poderiam ter sido organizados na arena parlamentar. Mas essa, claramente, não era a intenção do governo militar. Se, por um lado, o regime autoritário queria evitar a criação de um sistema de partido único, por outro também não queria reproduzir a alegada fragmentação partidária do período precedente. Restava então a alternativa do bipartidarismo, característico das democracias anglo-saxãs (Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo) (SCHMITT, 2000, p. 32).

Dessa forma, um sistema bipartidário fora criado artificialmente. Lembra Schmitt que as organizações partidárias provisórias previstas pelo regime militar tiveram atribuições de partidos políticos, mas não receberam na legenda a palavra “partido” (2000, p. 34). Fora criado, do lado governista, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e, do lado oposicionista, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Entre 1965 e 1966, a ARENA recebeu o maior número de filiações, conseguindo obter 62,8% da representação na Câmara dos Deputados e o MDB apenas 32,4%. No Senado, a ARENA obteve 69,2% da representação e o MDB conseguiu 30,8%.

A ARENA dominou as duas primeiras eleições do período ditatorial, vencendo os pleitos para o Congresso com ampla maioria. Contudo, a partir de 1974, houve forte queda da representação do partido, o que indicava um indício do enfraquecimento do regime ditatorial. O MDB, que tinha um papel de oposição quase figurativo, aumentou consideravelmente sua representação, conseguindo 44% das cadeiras na Câmara e 72,7% das cadeiras disputadas para o Senado, nas eleições de 1974. O partido ganharia força, sendo, posteriormente, um dos principais atores políticos no processo de transição ao regime democrático.

No Piauí, a reorganização dos partidos políticos durante o regime ditatorial, como aconteceu no nível federal, consolidou ainda mais a força do grupo político ligado a Petrônio Portella, que se tornou um dos principais nomes da ARENA no nível nacional,

chegando a ocupar, quando era senador, a liderança, a presidência do partido e a presidência do Senado Federal.⁵⁶

Mesmo tendo sido eleito senador, em 1966, o grupo político, comandado por Petrônio, no estado, continua a exercer o poder. Segundo Silva,

[...] o surgimento de novas lideranças políticas no Piauí, até a morte de Petrônio, em 1980, passava pelo seu crivo, em face o prestígio que ele adquiriu nas esferas decisórias do Poder Militar. Nenhuma delas tinha autonomia para conquistar espaços de poder junto aos militares face à sua forte presença no cenário político estadual e nacional. Todas as questões relativas ao Piauí tinham que passar pelo seu crivo (1999, p. 230).

A força política do grupo político de Petrônio foi ampliada, durante o período, pois o ex-governador participava da indicação dos governadores do estado. Aliada à força do político frente à ARENA no nível nacional e estadual, as práticas clientelísticas, baseadas no compadrio, foram meios encontradas para enraizar o poder de seu grupo à frente da máquina estadual piauiense (SILVA, 1999, p. 232). A única exceção do período foi a indicação de Alberto Silva para o Governo do Estado, em 1970, nome este vinculado aos interesses restritos dos militares; pois, segundo Silva, havia certo receio sobre a influência de chefes estaduais na indicação de governadores.⁵⁷

O desempenho eleitoral da ARENA, no Piauí, fortaleceu ainda mais o grupo de Petrônio. Em 1966, conquistou 34 cadeiras (80,95%) na Assembleia contra 08 do MDB (19,04%). Em 1970, o número de cadeiras na Assembleia caiu de 42 para 21, ficando o MDB com apenas 04 cadeiras (19,04%) e a ARENA com 17 (80,95%), mantendo os percentuais da eleição anterior.

A diferenciação com relação ao caso nacional emergiu a partir de 1974, quando a ARENA teve forte declínio na disputa no Congresso, enquanto, no Piauí, a sigla obteve expressivos resultados. A agremiação conseguiu 20 cadeiras (83,33%) e o MDB apenas 04 (16,67%) na Assembleia. Em 1978, a ARENA manteve sua preponderância no Estado, mesmo com o abrandamento do regime, o que evidencia a força do grupo político arenista piauiense. Das 24 vagas para a Assembleia, o MDB conquistou apenas 03 (12,50%) enquanto

⁵⁶ Com a saída de Petrônio, Helvídio Nunes de Barros assume o Governo do Estado através do voto indireto, em 1966.

⁵⁷ “Petrônio sofre a sua primeira derrota política no Estado do Piauí, com a indicação de um Governador de fora de sua área de influência, o ex-prefeito e ex-deputado estadual pela UDN, o engenheiro Alberto Tavares Silva. Apesar dos esforços do Senador Petrônio e do então Governador Helvídio Nunes, o novo Governador foi indicado pelos generais, a partir da indicação do ministro César Cals de Oliveira, do ex-Governador do Ceará, Virgílio Távora e do Senador Flávio Marcílio, que eram casados com irmãs da mulher de Alberto Silva” (SILVA, 1999, p. 236).

a ARENA conseguiu 21 cadeiras (87,50%). A força dos partidos na Assembleia piauiense, durante o período de 1966 a 1978, pode ser observada no Gráfico 3.2.

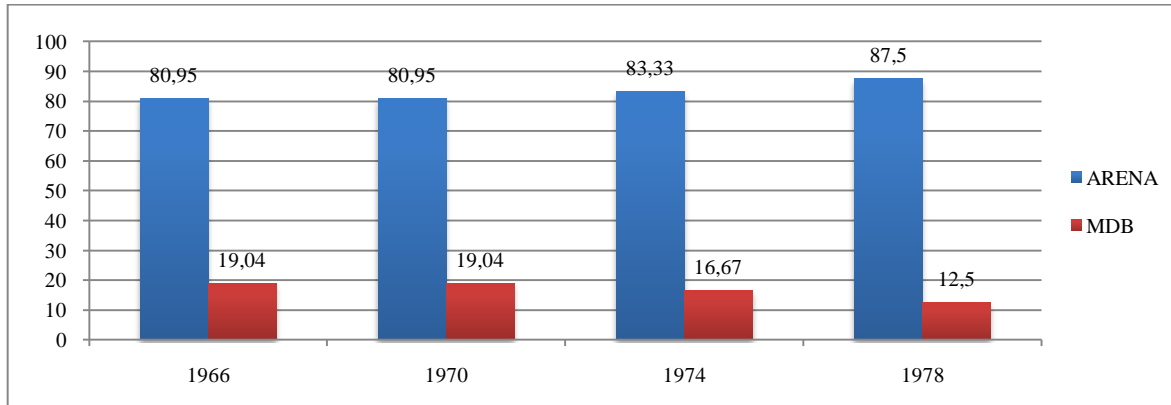


Gráfico 3.2 – Eleições de 1966 a 1978: proporção de cadeiras conquistadas pelos partidos na Assembleia Legislativa do Piauí (%).

Fontes: Tribunal Regional do Piauí (TRE-PI) e Silva (1999).

Não bastasse a força na Assembleia Legislativa, a ARENA ainda obteve elevados resultados eleitorais para Câmara Federal e Senado, tendo em todas as eleições forte domínio. Os eleitos para o Senado e a maioria absoluta dos deputados federais eleitos eram da ARENA, tendo o ápice de sua força, no ano de 1978, no qual todos os deputados federais escolhidos no Estado são arenistas. Somado a isso, a ARENA obteve sua maior bancada, em proporção, na Assembleia Legislativa. O grupo político ligado a Petrônio mantinha o controle do poder no Estado, mesmo estando o regime militar em plena queda e o MDB, em contrapartida, em pleno crescimento no cenário nacional.⁵⁸

Fazendo um balanço da história política do país, percebe-se que, durante o período republicano brasileiro, foi notória a existência de momentos de instabilidade política delineados pela disputa entre os principais grupos, num contexto em que as instituições políticas ainda não eram consolidadas. Essa dinâmica se reproduziu nos estados, onde os grupos tradicionais disputaram e se revezaram nos governos estaduais.

No caso do Piauí, o pouco dinamismo econômico do estado e a relação de dependência estabelecido entre a elite política e as clientelas evitou a entrada de novos atores políticos e grupos na máquina pública. As elites tiveram a seu dispor o capital político necessário para sua continuidade à frente do governo estadual e dos cargos eletivos do estado.

⁵⁸ Os outros governadores arenistas escolhidos, respectivamente, Dirceu Mendes Arcoverde (1975-1978), Djalma Martins Veloso (1978-1979) – primo de Petrônio Portella – e Lucídio Portella Nunes (1979-1983) – irmão de Petrônio.

Portanto, a formação política piauiense lançou as bases para a construção de um subsistema partidário com características conservadoras e excludentes. Nesse sentido, Cleber de Deus afirma que:

[...] mesmo com o advento da criação da estrutura burocrática do Estado brasileiro, as elites piauienses, através da simbiose com o poder público – via política clientelista de distribuição de cargos entre parentes e apaniguados – encontraram as condições para a sua sobrevivência e reprodução (DE DEUS, 2007, p. 97).

Desde o Império, o Piauí foi marcado por uma formação política que tendeu a restringir o acesso ao poder político. A implantação do regime republicano criou as condições propícias para a consolidação do poder dos proprietários rurais. Os latifúndios forneciam a principal base da economia e, com isso, articularam um sistema de dominação política que provocou efeitos duradouros na organização das relações dentro do estado (DE DEUS, 2007, p. 97-98).

O Piauí estabeleceu-se numa forte dependência ao poder central, desde o Império. O reforço do poder de mando das elites piauienses sempre esteve vinculado à debilidade política e ao pouco dinamismo da economia do estado. A relação de dependência ao governo central garantia o poder de mando das elites nas suas localidades. Sobre isso, Bonfim e Silva (2003) afirmam:

Em conseqüência, talvez fosse o caso de afirmar que não poderemos encontrar na história estadual momentos de consolidação de tendências autonomistas diante do poder central, o que, dito de outro modo, implica propor que ao caráter hierárquico e autoritário da formação política – algo compartilhado com a história política brasileira – somou-se uma posição de subserviência e marginalidade da Província e, mais tarde, do Estado, em relação ao governo nacional (BONFIM; SILVA, 2003, p. 111).

A formação de governos no Piauí ao longo da história tem, em sua essência, forte ligação aos grupos que, durante décadas, dependeram diretamente da máquina pública para sua sobrevivência política e manutenção do *status quo*. Os processos políticos atuais, portanto, têm forte ligação com a herança histórica do estado, influenciando na formatação da estrutura política piauiense. Dessa forma, torna-se essencial, para o caso em análise, perceber se as lideranças políticas se mantiveram nos quadros políticos do estado, mesmo no novo contexto democrático.

A hipótese levantada sobre as características conservadoras da história política piauiense pode contribuir no entendimento da lógica de formação de governos no estado pós-

redemocratização. Assim sendo, para compreensão mais acurada desse processo, deve-se analisar como aconteceram os arranjos entre os atores políticos, pois se supõe que, com o surgimento de novos atores no estado, as lideranças políticas ligadas ao antigo regime tenham montado estratégias para perpetuar seu domínio.

A modificação de padrões restritivos de composição dos quadros políticos piauienses depende de mudanças na lógica da correlação de forças no estado, que podem estimular alterações no modo como as instituições se relacionam com a sociedade. Todavia, esse tipo de mudança é muito custoso quanto à mobilização dos recursos sociais e políticos, já que existe certo enraizamento do poderio dos atores tradicionais no estado, estando, desde as origens da República, nos cargos de poder, exercendo o domínio político e consolidando, cada vez mais, sua influência sobre os municípios do estado.

Contudo, a prática política dos grupos, no sentido de manter sua força no estado, não é o foco desta dissertação, pois necessitaria de outro tipo de desenho metodológico não contemplado nesta pesquisa. Portanto, a análise prender-se-á exclusivamente ao exame da composição partidária dos quadros políticos no estado no período pós-redemocratização.

Para a consecução dos objetivos do presente capítulo será analisado, a seguir, o arranjo multipartidário instituído a partir de 1979, e suas consequências para a política piauiense. Este possibilitou a ampliação da disputa para os cargos eletivos, durante a década de 1980, levando ao surgimento de novos arranjos de poder nos cenários políticos estaduais. A compreensão de como se deu a correlação de forças políticas nesse período será fundamental para a discussão realizada no próximo capítulo, que trata da formação de governos estaduais piauienses no período pós-redemocratização.

3.5 ATORES POLÍTICOS ESTADUAIS NO NOVO CONTEXTO MULTIPARTIDÁRIO

A entrada de novos atores no cenário político brasileiro começou a se processar a partir do retorno ao multipartidarismo, com a Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, no momento em que a ditadura militar começou a flexibilizar o regime autoritário, apontando o início do processo de redemocratização. A lei extinguiu a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), possibilitando a criação de novos partidos e, conseqüentemente, o rearranjo do sistema político brasileiro.

A Lei nº 6.767/79, que reforma a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, estabelecia também cláusulas de desempenho. Esta determinava que:

Teriam direito a funcionamento os partidos que, por um lado, conseguissem, na eleição seguinte para a Câmara dos Deputados, 5% dos votos nacionais e 3% em nove estados diferentes e, por outro, tivessem entre os seus fundadores 10% dos deputados federais e 10% dos senadores. O princípio da fidelidade partidária não seria aplicável à fundação de novos partidos. Mas, para possibilitar a organização de partidos que tivessem dificuldades em cumprir os requisitos acima, a Lei nº 6.767 também estipulou que, até o final daquela legislatura, em março de 1983, qualquer número de congressistas poderia se agrupar em blocos parlamentares e requerer o registro de partido político (SCHMITT, 2000, p. 48).

No período entre janeiro e maio de 1980 foram criados seis partidos. O Partido Democrático Social (PDS) foi o sucessor da extinta ARENA, tendo recebido quantidade significativa de integrantes deste partido, que apoiava o governo durante o período militar. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) recebeu o legado do extinto MDB. PDS e PMDB foram os principais partidos até 1985. As outras agremiações criadas foram: o Partido Popular (PP), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) (SCHMITT, 2000, p. 49).

O governo militar continuou a ter maioria no Congresso Nacional, já que o PDS (tendo herdado a estrutura organizativa da ARENA) passou a ter maior número de congressistas dentre os partidos. Com a criação das novas agremiações, a estratégia situacionista foi pautada no sentido de dividir a oposição, fortalecendo o partido do governo.

“A reforma partidária tinha sido, na verdade, uma estratégia de longo prazo do regime militar para controlar a forma pela qual deveria transcorrer o processo de abertura política” (SCHMITT, 2000, p. 52). Segundo Rogério Schmitt (2000), com as eleições de 1982, o governo militar esperava que o eleitorado de oposição fragmentasse seus votos assim como fizera a classe política em torno dos vários partidos criados.⁵⁹

Com um bom desempenho nas eleições de 1982, haveria grande possibilidade de o PDS conquistar a presidência nas eleições indiretas em 1985, pois este teria a maioria no Colégio Eleitoral – órgão responsável pela escolha do presidente, composto por membros da Câmara, do Senado e das Assembleias Legislativas.

⁵⁹ Em 1982 ocorreu a primeira eleição direta desde 1965, para os cargos de governador, senador, deputado federal e estadual, vereador e prefeito, com exceção das capitais, zonas de segurança nacional e estâncias hidrominerais que ainda tiveram eleição indireta. Apenas em 1985, foram restabelecidas as eleições diretas nessas áreas.

O processo de passagem do regime militar para o democrático foi controlado de tal forma que os grupos políticos dominantes ainda conseguiram estender sua permanência nos cargos eletivos, reorganizando-se nos partidos políticos criados, principalmente o PDS. Dessa forma, os limites impostos ao surgimento dos partidos, com a existência de cláusulas de barreira e, conseqüentemente, a força do PDS limitou a mudança abrupta que o retorno ao multipartidarismo poderia promover.

O Pacote de Novembro de 1981 – nome dado às reformas eleitorais aprovadas através da Lei 6.978, de 19 de janeiro de 1982 – impôs a vinculação total do voto, ou seja, o eleitor deveria escolher candidatos de um mesmo partido para os cargos em disputa (vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e governador). Como afirma Schmitt, isso poderia favorecer o PDS por este ter considerável influência nos municípios e estados brasileiros, contribuindo para o fortalecimento da legenda na disputa para o Congresso.

Essa legislação impunha aos partidos que estes apenas poderiam competir nas eleições se lançassem candidatos a todos os cargos eletivos. Com isso, as agremiações com menor força organizacional – o que não era o caso do PDS e do PMDB – não conseguiriam competir em todos os estados brasileiros.

O PP, diante das restrições à participação nas eleições, decidiu se fundir ao PMDB em 1982, não chegando, dessa forma, a competir. Conforme Schmitt, “a imensa maioria dos parlamentares do PP acabou se filiando ao PMDB para poder disputar as eleições de 1982” (2000, p. 55). Com isso, a melhor saída foi a extinção da sigla. Esse tipo de amarras institucionais forçava a continuidade da dinâmica bipartidária do período anterior, já que enfraquecia as agremiações partidárias que possuíam estruturas organizacionais mais frágeis.

Contudo, o pluripartidarismo voltou a ser mantido através da aprovação da Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1982, que determinou a não aplicação da cláusula de desempenho à eleição daquele ano.⁶⁰ Mesmo assim, dos demais partidos que participaram do pleito de 1982, o PT conseguiu concorrer em 23 estados, o PDT em 13 e o PTB em 10 (SCHMITT, 2000, p. 54-56), ou seja, apenas o PDS e o PMDB concorreram às eleições em todos os estados, devido à estrutura política e organizacional herdada da ARENA e do MDB, respectivamente.

Considerando a força política da antiga ARENA, os resultados não foram totalmente favoráveis ao PDS. O partido elegeu 235 cadeiras de um total de 479 na Câmara Federal (49,1% das vagas), tendo o PMDB eleito 200 deputados, acompanhado do PDT com

⁶⁰ O Art. 217 da Emenda à Constituição de 1967 explicita que “o disposto no item II do § 2º do art. 152 não se aplica às eleições de 15 de novembro de 1982.”

23, o PTB com 13 e o PT com 08 (ver Tabela 3.1). No Senado, o PDS conseguiu ocupar 15 vagas de um total de 25 (60%), o PMDB conquistou 09 cadeiras e o PDT apenas uma (ver Tabela 3.2). Quanto ao desempenho nos estados, o PDS conseguiu mais de 50% das cadeiras em 12 Legislativos estaduais das 23 Assembleias Legislativas possíveis (ver Tabela 3.4).

Observe-se que o PDS conseguiu conquistar a maioria no Colégio Eleitoral, com 353 votantes de um total de 686. Essa vantagem apertada apontava para uma tendência de enfraquecimento do partido que tinha o apoio do regime militar, ainda mais considerando-se que o partido teve menor percentual de votos do que todos os partidos da oposição juntos (PMDB, PDT, PTB e PT). Contudo, conseguiu a maioria dos postos na Câmara e nas Assembleias legislativas.

No Nordeste, o desempenho do PDS foi bem superior do que em outras regiões, principalmente quando comparado ao Sudeste. Na eleição para a Câmara dos Deputados, observa-se que o PDS obteve 66,4% das cadeiras contra 33,6% do PMDB, no Nordeste, tendo o partido do governo obtido maioria também na região Norte. Já na Região Centro-Oeste, Sul e Sudeste, o PMDB obteve a maioria das cadeiras. O destaque está por parte da região Sudeste, onde o PDS obteve o menor percentual de número de cadeiras (35,5%) se comparado a outras regiões (ver Tabela 3.1).

Tabela 3.1 - Eleições de 1982: proporção de cadeiras obtidas pelos partidos na Câmara dos Deputados – Brasil (%).

Partidos	Nordeste	Sudeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	BRASIL
PDS	66,4	35,5	59,6	40,6	42,7	49,1
PMDB	33,6	42,6	40,4	59,4	48,8	41,8
PDT	-	9,5	-	-	8,5	4,8
PTB	-	7,7	-	-	-	2,7
PT	-	4,7	-	-	-	1,7

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

No Sudeste, todos os outros partidos conseguiram eleger representantes para a Câmara Federal, diferentemente de outras regiões, onde apenas PDS e PMDB elegeram deputados federais. O Sul é a exceção entre as demais regiões, pois conseguiu eleger deputados pelo PDT. Dessa forma, pode-se concluir que boa parte da representação do PDS na Câmara se deu pela força do partido no Nordeste, pois, mesmo tendo alcançado percentuais mais baixos do que o PMDB nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, continuou tendo maioria na Câmara.

No Senado, o melhor desempenho do PDS foi no Nordeste, já que todos os senadores eleitos da região eram do partido. Na região Sudeste, não conseguiu eleger nenhum

representante. Nas demais regiões, a disputa ficou praticamente entre PDS e PMDB. Dos 15 senadores eleitos pelo PDS, 09 são do Nordeste, de um total de 25 senadores eleitos naquele ano (ver Tabela 3.2). Isso indica, mais uma vez, a força política do PDS nos estados nordestinos.

Tabela 3.2 - Eleições de 1982: número de cadeiras obtidas pelos partidos no Senado – Brasil.

Partidos	Nordeste	Sudeste	Norte*	Centro-Oeste	Sul	BRASIL
PDS	9	-	3	1	2	15
PMDB	-	3	3	2	1	9
PDT	-	1	-	-	-	1
PTB	-	-	-	-	-	-
PT	-	-	-	-	-	-
Total	9	4	6	3	3	25

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

* O estado de Rondônia elegeu três senadores naquele ano. Todos filiados ao PDS.

Quanto às eleições no nível estadual, o PDS conseguiu eleger doze governadores no Brasil, sendo nove só na região Nordeste; ou seja, elegeu todos os governadores da região (ver Tabela 3.3). Assim como ocorreu nas eleições para o Senado, o PDS não conquistou governos no Sudeste. O partido também não elegeu nenhum governador no Norte, tendo elegido um no Centro-Oeste e dois no Sul, totalizando doze em todos os estados brasileiros. O PMDB ficou com 09 governadores, distribuídos, de forma dispersa, em todos os estados da região Sudeste, Norte, Centro-Oeste e Sul.

Tabela 3.3 - Eleições de 1982: número de governadores eleitos nas regiões por partido – Brasil.

Partidos	Nordeste	Sudeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	BRASIL
PDS	9	-	-	1	2	12
PMDB	-	3	3	2	1	9
PDT	-	1	-	-	-	1
PTB	-	-	-	-	-	-
PT	-	-	-	-	-	-
Total	9	4	3	3	3	3

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

É válido também analisar o desempenho do PDS na ocupação de cadeiras nas Assembleias legislativas. Seguindo o padrão das eleições para a Câmara, conquistou 66,6% das cadeiras contra 33,4% do PMDB, no Nordeste, tendo o partido do governo obtido maioria também na região Norte e Centro-Oeste. No Sul e Sudeste, o PMDB obteve a maioria das cadeiras. Na região Sudeste, o PDS obteve, novamente, o menor percentual de número de cadeiras (35,1%) se comparado a outras regiões (ver Tabela 3.4).

Tabela 3.4 - Eleições de 1982: proporção de cadeiras obtidas pelos partidos nas assembleias legislativas – Brasil (%).

Partidos	Nordeste	Sudeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	BRASIL
PDS	66,6	35,1	50,5	50,3	44,2	50,3
PMDB	33,4	44,0	48,6	42,7	48,1	42,7
PDT	-	9,3	-	3,8	7,8	3,8
PTB	-	6,9	-	1,9	-	1,9
PT	-	4,6	0,9	1,4	-	1,4

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

Pode-se observar, a partir das tabelas, que o PDS possuía sua força política extremamente concentrada na região Nordeste, enquanto, no Sudeste, conseguiu seu pior desempenho. Este é o indicativo de que as lideranças ligadas à ditadura militar tinham se consolidado no Nordeste, não sendo abalado, inicialmente, com o advento do multipartidarismo. A formação política, dessa maneira, importa para a compreensão da dinâmica político-eleitoral nos estados nordestinos pós-redemocratização, pois os atores tradicionais ligados à ARENA continuaram a exercer seu domínio nos cenários estaduais na região Nordeste.

No caso do Piauí, o grupo político arenista manteve-se forte ao longo de todo o período ditatorial, como foi visto anteriormente, mesmo com a queda da representação do partido na Câmara e Senado durante a década de 1970. Em 1982, o PDS conseguiu eleger o governador Hugo Napoleão do Rego Neto, 17 deputados estaduais (63% das cadeiras da Assembleia Legislativa), 06 deputados federais (66,7% dos eleitos pelo estado) e o senador. O PMDB foi a outra força no estado, elegendo 10 deputados estaduais (37% das cadeiras) e 03 deputados federais (33,3% dos eleitos pelo estado) (ver Gráfico 3.3).

Hugo Napoleão (PDS) foi eleito com 58,7% dos votos, enquanto Alberto Silva (PMDB) obteve 40,4% do total. Os dois partidos conseguiram quase a totalidade dos votos, assim como ocorreu na maioria dos estados brasileiros.⁶¹ O PT conseguiu uma votação inexpressiva, devido à pequena estrutura organizacional do partido no estado frente à força política dos candidatos do PMDB e, principalmente, do PDS (ver Anexo A).

O candidato derrotado, Alberto Silva, havia sido governador entre 1970 e 1974, com o apoio dos militares, como foi discorrido anteriormente. Alberto Silva era uma liderança política que vinha tentando contrapor-se à força estabelecida pelo grupo ligado a Petrônio

⁶¹ Apenas em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, as eleições para governador tiveram um padrão de competição diferenciado. Em São Paulo, dos partidos com mais expressão, o PT obteve 10,8%, o PTB 13,6%, o PDS 25,7% e o PMDB 40,9. No Rio de Janeiro, o PDT obteve 34,2%, o PDS 30,6%, o PMDB 21,5%, o PTB 10,7% e o PT 3,1%. No Rio Grande do Sul, o PDS obteve 38,2, o PMDB 37,5%, o PDT 22,9% e o PT 1,5%. Houve menor concentração dos votos entre os partidos, diferentemente do que ocorreu em grande parte dos Estados brasileiros, onde a competição basicamente ficou concentrada entre o PMDB e o PDS, obtendo juntos mais de 90% dos votos.

Portella. Com a morte de Petrônio, em 1980, um vácuo político se abriu, e Alberto Silva aparece como alternativa política. Este aparece como ameaça à quebra do poder hegemônico do grupo político arenista no estado (SILVA, 1999, p. 286).

Contudo, o resultado das eleições de 1982 – no qual os pedessistas conquistaram a maioria das cadeiras no Legislativo estadual e federal – levou à vitória de Hugo Napoleão ao governo estadual, reafirmando a hipótese de que a formação política do estado limitou, inicialmente, a entrada de novos atores políticos no cenário estadual.

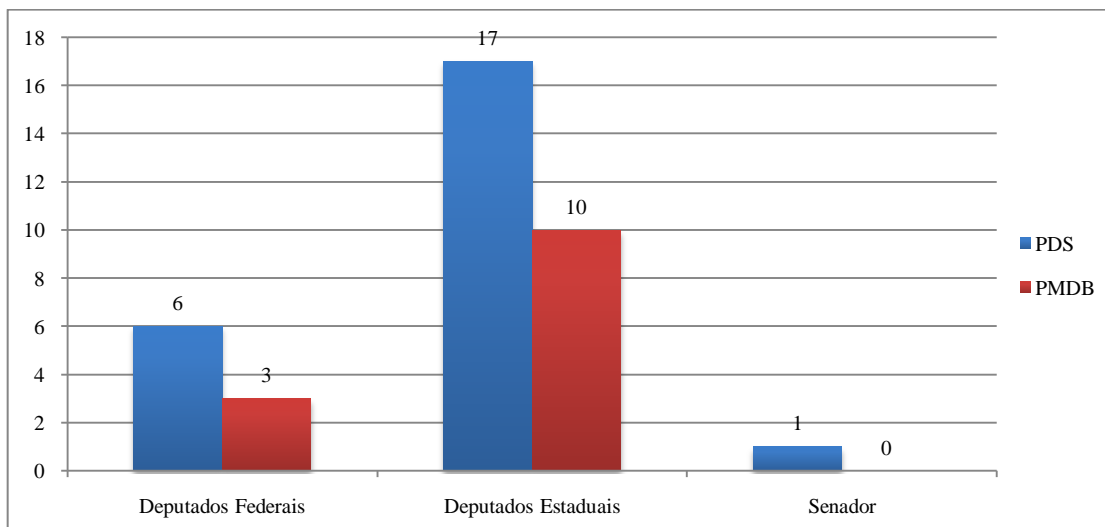


Gráfico 3.3 – Eleições 1982: número de cadeiras obtidas pelos partidos no Legislativo – Piauí.

Fonte: Silva (1999).

O governador eleito, Hugo Napoleão era ligado ao grupo político que dominava há décadas o cenário político estadual, sendo representante de famílias tradicionais do estado (Almendra Freitas e Napoleão do Rego). Tinha, dessa forma, sua origem política vinculada à ARENA e, posteriormente, ao PDS.⁶²

O partido do governador, PDS, entra internamente em atrito e o grupo político que dá sustentação ao partido se divide no nível nacional e estadual. Isso aconteceu diante da formação da Aliança Democrática, que uniu o PMDB a uma facção dissidente do PDS (Frente

⁶² “Hugo Napoleão do Rego Neto pertence a dois troncos familiares tradicionais no Piauí. Os Almendra Freitas e Napoleão do Rego, que dominavam respectivamente os municípios de José de Freitas e União. [...] Ingressou na política piauiense como candidato a Deputado Federal, em 1974, elegendendo-se com boa votação e foi reeleito em 1978. No Parlamento, participou da Comissão de Relações Exteriores da Câmara; liderou a ARENA e depois o PDS e mais recentemente o PFL, na condição de Senador. Em 1982, foi eleito Governador do Estado na primeira eleição direta para Governador pós 1964, e a Senador nas eleições de 1986 e 1994. Exerceu ainda as funções de ministro de Estado da Educação no Governo José Sarney” (SILVA, 1999, p. 279).

Liberal), em prol da candidatura de Tancredo Neves às eleições de 1985.⁶³ José Sarney foi escolhido como candidato à vice-presidência.

No Piauí, houve a divergência entre Hugo Napoleão e Lucídio Portella, ambos do PDS. O primeiro acenava para a Aliança Democrática e o outro apoiava a candidatura de Paulo Maluf do PDS. Em apoio a Hugo, o então Prefeito de Teresina, seu primo Antônio de Almendra Freitas Neto, do PDS, também decidiu apoiar a candidatura de Tancredo Neves (SILVA, 1999, p. 285).

A chapa Tancredo Neves-José Sarney venceu a eleição para presidente, em votação indireta, realizada pelo Colégio Eleitoral. Logo após, Hugo Napoleão assumiu a criação do Partido da Frente Liberal (PFL) no estado, desvinculando-se politicamente de Lucídio Portella (PDS). Com essa divisão, para as eleições de 1986, o PDS passou a apoiar a candidatura do PMDB ao Governo do Estado.

Derrotado no pleito de 1982, Alberto Silva (PMDB), dessa vez, tivera o apoio da principal liderança do PDS, Lucídio Portella (PDS). A chapa teve Alberto como candidato ao governo e Lucídio como vice, tendo o apoio de outras importantes lideranças estaduais, Francisco das Chagas Rodrigues e Helvídio Nunes de Barros (ex-governador do estado). Esse fato consolidou “a ruptura de um esquema político considerado imbatível e que fora montado em 1962 por Petrônio Portella Nunes” (SILVA, 1999, p. 287). Já a chapa pefelista tivera como candidato Freitas Neto, do PFL, apoiado por seu primo, o governador Hugo Napoleão.

Alberto Silva sagrou-se vitorioso, numa eleição que marcou a separação, pelo menos temporária, do grupo político dominante no cenário estadual. Isso dar indícios que o novo formato institucional (apesar de não explicar, por si só, a mudança política) favorece a formação de novos quadros políticos nos estados brasileiros.

Não obstante, as alterações institucionais implementadas não excluem a possibilidade da reprodução do mando de pequenos grupos. Como afirma Manoel Ricardo Arraes Filho, no Piauí, “a instalação do regime democrático após 21 anos de ditadura não foi incompatível com a permanência do regime político oligárquico mesmo após a implantação do regime democrático a partir de 1985” (2000, p. 14). Ou seja, a ampliação da competição política não significa necessariamente que haja maior democratização na formação de governos, porém, pode-se afirmar, também, que o novo arranjo institucional permitiu a

⁶³ A Frente Liberal surgiu como uma facção do PDS, que era contrária ao candidato do Partido às eleições para a presidência – Paulo Maluf. A dissidência tinha como líderes, no nível nacional, Aureliano Chaves, José Sarney e Marco Maciel. A partir disso, tornou-se o Partido da Frente Liberal (PFL), em 1985, transformando-se numa das maiores siglas partidárias do país. O então governador do estado do Piauí, Hugo Napoleão, comandou a criação do PFL no nível estadual.

fragmentação partidária que possibilitou o surgimento de cisões dentro dos grupos políticos dominantes, desaguando na criação de outras siglas partidárias, como no caso do PFL.

Com outros partidos disputando cargos eletivos, maior é a chance de haver alteração no cenário político estadual. O multipartidarismo pode ampliar a expressão das demandas de setores (sociais ou políticos) não inclusos no debate público, diluindo a força das elites política, diversificando, conseqüentemente, a representação política. No caso em análise, portanto, o multipartidarismo foi a inovação institucional que pôde interferir na lógica da disposição dos cargos públicos no estado.

Diante disso, o próximo capítulo tem como proposta analisar a composição dos governos de 1987 a 2007, verificando como os atores políticos irão se conformar dentro dos gabinetes dos Governos estaduais. Para isso, será vital o entendimento da dinâmica política, desde a formação de alianças, na arena eleitoral, à montagem de coalizões na arena governamental. Tentar-se-á, sobretudo, verificar como se deu a diversificação da composição partidária no cenário estadual, a partir das evidências levantadas sobre os governos constituídos.

4 COMPOSIÇÃO DOS GOVERNOS ESTADUAIS PIAUIENSES NO PERÍODO 1987-2007: QUAL RACIONALIDADE?

O objetivo deste capítulo é analisar a formação de governos no estado do Piauí no período de 1987 a 2007, verificando a dinâmica da participação dos partidos políticos na arena governamental. A partir das evidências a serem apontadas, tentar-se-á mostrar como o arranjo institucional implementado com a redemocratização possibilitou mudanças no cenário político estadual, mesmo com a força histórica dos grupos políticos há décadas à frente da máquina pública do estado.

As evidências apontam para mudanças derivadas do rearranjo dos atores políticos no estado. Contudo, uma questão central a ser elucidada é: qual mudança? Para analisar a composição dos quadros políticos estaduais no período pós-redemocratização, deve-se, antes de tudo, observar como os atores políticos formaram alianças com o intuito de obter vitórias nos pleitos para, posteriormente, formar a base político-partidária dos governos. Assim, ao se analisar a mudança política no estado, deve-se ir além das alterações ocorridas nos cargos eletivos (Executivo e Legislativo estadual), verificando-se, também, como se procedeu à composição dos quadros político-administrativos do governo estadual.

Na política estadual, o governador detém as prerrogativas administrativas necessárias para a execução das políticas estaduais, dentre elas, o poder de nomear (e exonerar) dos agentes políticos que compõem os quadros administrativos do estado, dentre eles os Secretários de Estado. A indicação de aliados para a composição desses cargos é fundamental para o cumprimento de acordos estabelecidos na arena eleitoral e na construção de novas alianças essenciais para a manutenção da governabilidade.

Dessa forma, para compreender a dinâmica político-eleitoral do estado, deve-se perceber como os partidos e suas lideranças participam diretamente da formação de governos. Além de implementar determinada agenda política, os partidos objetivam, sobretudo, alavancar carreiras políticas. Para isso, será analisada a dinâmica da composição dos cargos político-administrativos indicados pelo chefe do Executivo no momento de formação de governos.

De todos os cargos não-eletivos com indicação do governador, focou-se, nesta pesquisa apenas naqueles que compõem o primeiro escalão do Poder Executivo estadual na

administração direta⁶⁴, especificamente as Secretarias de Estado. Deixou-se de lado, assim, outros órgãos fundamentais do ponto de vista político e administrativo, também indicados pelo chefe do Executivo estadual.⁶⁵ Dentre eles, pode-se destacar a Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Piauí (AGESPISA), a Empresa de Gestão de Recursos do Piauí (EMGERPI), o Departamento Estadual de Trânsito do Piauí (DETRAN-PI), dentre outros.

Assim sendo, procurar-se-á apontar como se deu a racionalidade dos governantes estaduais e do partido do governador no momento da montagem dos secretariados estaduais (gabinetes). Considerando que o partido do governador tem a maior força política na arena governamental, indaga-se: como os partidos aliados têm participado da composição dos cargos do secretariado no estado? É a partir da análise da composição dos cargos políticos de primeiro escalão que se poderá verificar como se procederam as alterações na correlação de forças políticas estabelecidas no nível estadual, desde a redemocratização.

Este capítulo, assim, apresentará um panorama geral das eleições no nível estadual para o Legislativo e o Executivo, verificando-se a evolução da força eleitoral dos atores políticos no cenário estadual. Isso será fundamental para a análise da formação de governos no estado do Piauí, desde o momento da constituição das alianças na arena eleitoral à composição das coalizões na arena governamental. A partir disso, procurar-se-á compreender qual a relação existente entre a força eleitoral dos partidos e o peso destes no momento de formação de governos. Para isso, tentar-se-á traçar o perfil partidário das alianças constituídas no período em análise.

Nesse sentido, primeiramente, será traçada a composição partidária das bancadas eleitas para o Legislativo piauiense ao longo do tempo. Posteriormente, será evidenciada a composição partidária governo a governo, a fim de verificar como os partidos participam da formação e sustentação de governos. Isso será fundamental para as conclusões do capítulo, na qual, tentar-se-á responder as seguintes indagações: qual padrão de composição dos cargos de primeiro escalão do Executivo estadual? E qual estratégia os atores políticos têm tomado no momento de formação de governos?

⁶⁴ A administração direta, no caso estadual, refere-se aos órgãos integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo, formados pelas Secretarias de Estado e outros órgãos subordinados diretamente ao governador do estado, responsáveis pelo desempenho das funções estatais, através de seus agentes. Nesta pesquisa, considerou-se na análise apenas as Secretarias de Estado.

⁶⁵ O levantamento dos dados referentes aos demais cargos foi impossibilitado diante de dois problemas. Primeiro, observou-se a ausência, no Diário Oficial do Estado, de parte das informações sobre os nomeados e exonerados dos órgãos. Para a consecução dos nomes dos diretores e presidentes destas seria necessário o levantamento nos arquivos em cada órgão, impossibilitado pela ausência de tempo hábil para este mapeamento. Segundo, com a grande quantidade de órgãos públicos da administração indireta (sejam empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista e fundações), haveria a dificuldade de sistematização de todas as informações.

4.1 DESEMPENHO ELEITORAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA FORMAÇÃO DAS BANCADAS ESTADUAIS

O arranjo institucional estabelecido durante o período da redemocratização alargou a competição político-eleitoral, ampliando, substancialmente, a fragmentação parlamentar. Com o aumento do número de partidos com representação no Legislativo, as lideranças partidárias tendem a se associar em torno de alianças, com vista à consecução de maior retorno eleitoral. Os partidos pequenos buscam, nas coligações com grandes agremiações, potencializar a força eleitoral de seus candidatos, rumo à eleição de representantes para o Legislativo, para, por fim, adquirir cargos político-administrativos no governo. As grandes agremiações, por sua vez, angariam apoio junto aos pequenos partidos, de forma a ampliar o escopo da candidatura dos candidatos majoritários, potencializando, também, a força do partido na arena eleitoral.

A formação de alianças políticas no momento eleitoral tem consequências diretas na formação de governos, principalmente, quanto à definição dos indicados para as pastas do gabinete estadual. O chefe do Executivo, apesar de ter a prerrogativa da indicação de todos os nomes, reserva uma parte para os partidos aliados. Em regra, o governador compõe a maior parte do gabinete com pessoas ligadas diretamente ao seu partido, tendo em vista o fortalecimento da agremiação, beneficiando, acima de tudo, aqueles que lhe deram suporte na arena eleitoral. Os partidos, antes de serem apenas siglas, são atores políticos fundamentais no jogo político, definindo os ocupantes dos principais cargos e, conseqüentemente, as políticas a serem implementadas pelo governo.

As agremiações, contudo, possuem forças políticas variadas ao longo do tempo. Desde a redemocratização, houve aumento gradativo da fragmentação partidária, provocada pelo surgimento e difusão de novos atores políticos no estado. Isso resultou numa diversificação do padrão de participação dos partidos na composição dos gabinetes estaduais.

Para evidenciar o desenvolvimento da força eleitoral dos partidos no estado, faz-se necessário, antes de tudo, explicitar a participação dos partidos na formação das bancadas no Legislativo estadual. Isso será fundamental para a percepção do peso dos partidos no momento da formação de governos. Para isso, será apresentada, a seguir, a composição partidária do Legislativo desde as eleições de 1986 (ver Tabela 4.1).

Tabela 4.1 – Eleições de 1986 a 2006: evolução do número de cadeiras obtidas pelos partidos na Assembleia Legislativa do Piauí

Partidos	1986	1990	1994	1998	2002	2006	Total
PFL/DEM	16	12	14	10	9	4	65
PMDB	8	9	5	9	6	8	45
PPR/PPB/PP	-	-	6	3	4	-	13
PDS	6	4	-	-	-	-	10
PT	-	1	2	1	3	5	12
PSDB	-	-	1	4	4	3	12
PDT	-	-	-	2	2	3	7
PL	-	2	1	-	1	1	5
PDC	-	2	-	-	-	-	2
PSB	-	-	-	1	-	2	3
PCdoB	-	-	-	-	-	1	1
PTB	-	-	1	-	1	2	4
PPS	-	-	-	-	-	1	1
Total	30	30	30	30	30	30	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

Verifica-se aumento substancial do número de partidos que passaram a compor a Assembleia Legislativa do Piauí ao longo do tempo. Em 1986, apenas três partidos elegeram representantes (PFL, PMDB e PDS), indicando a influência do bipartidarismo do regime anterior, mesmo com o retorno ao multipartidarismo no ano de 1979. A partir de 1990, observa-se a ampliação do número de partidos com representação no Legislativo estadual, dando indícios do gradual crescimento e fortalecimento das agremiações partidárias no estado.

Os dois partidos que obtiveram maior número de eleitos para a Assembleia no período foram o PFL e o PMDB (64 e 45, respectivamente). Contudo, pode-se notar algumas diferenciações no desenvolvimento dos partidos no estado (ver Gráfico 4.1). Enquanto o PFL diminuiu drasticamente sua representação na Assembleia (principalmente, a partir da eleição de 1998), o PMDB se manteve estável (apesar das variações no tamanho da bancada ao longo do tempo), tendo sido, em 2006, o partido que mais elegeu deputados estaduais. Isto se deve ao perfil governista que PMDB tem adotado, ao longo do tempo, assim como ocorre no caso nacional, onde o partido tem composto a base partidária dos governos federais.

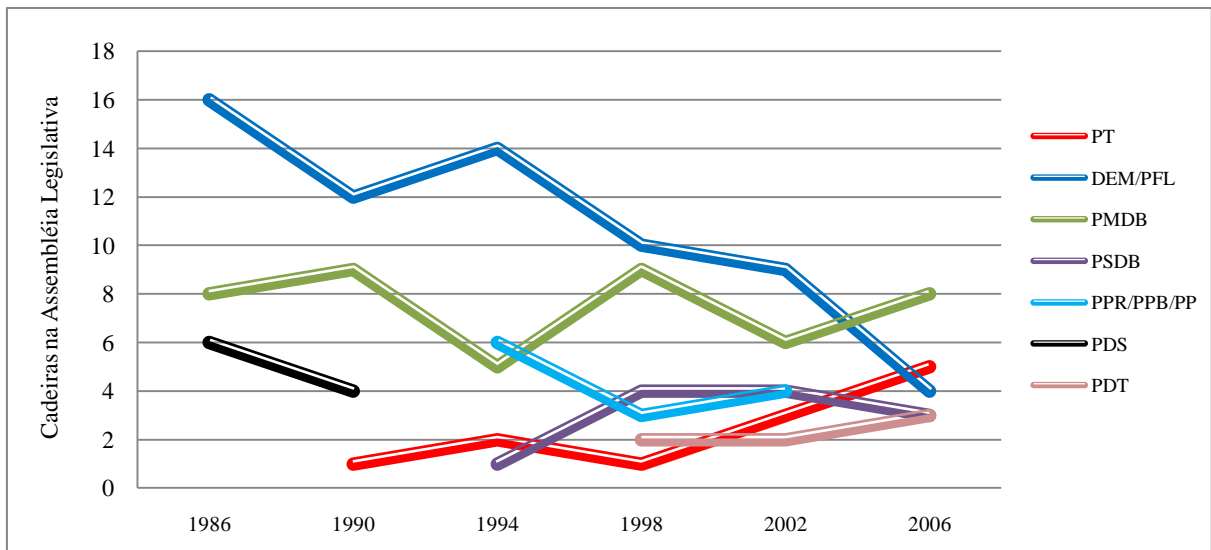


Gráfico 4.1 – Eleições de 1986 a 2006: principais partidos com representação na Assembleia Legislativa do Piauí

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

Conforme o Gráfico 4.1, as eleições em que o PMDB diminuiu o número de eleitos para a Assembleia coincide com o período em que este esteve afastado da base governista no Governo do Estado (nas eleições de 1994, após o governo do pefelista Freitas Neto, e no pleito de 2002, após o governo de Hugo Napoleão, também do PFL). Já nas eleições de 1990, 1998 e 2006, o partido ampliou sua representação. O período de crescimento, assim, se estabelece no momento em que o PMDB governa o estado (após o Governo Alberto Silva de 1987 a 1991 e o governo de Mão Santa de 1995 a 1998) e participa da base aliada do governo (durante o Governo Wellington Dias, do PT, no período 2003-2006).

Além disso, observa-se que, nas eleições de 1990 e 1998, quando o PMDB amplia o número de deputados, o PFL declina fortemente. Em 1994, a bancada do PFL cresce, enquanto do PMDB diminui. Isso pode ser justificado, em grande parte, pelo fato de PFL e PMDB terem polarizado as disputas políticas no estado, desde 1986. Já em 2002, apesar de estar à frente do governo estadual, o PFL perde um representante em relação à eleição anterior, porém, obtém a maior bancada da Assembleia. Acredita-se que a participação do partido na arena governamental seja instrumento fundamental para a consecução dos objetivos eleitorais das organizações partidárias, como se constata no próximo tópico.

Analisando a evolução dos outros partidos com representação no Legislativo estadual no período pós-1986, percebe-se a queda de outra força tradicional da política

piauiense: o PDS-PPR-PPB-PP⁶⁶, assim como ocorreu no caso nacional. Posteriormente, a cisão interna no PDS no processo de transição democrática e a, posterior, criação do PFL, o primeiro partido perdeu força política para o segundo. Por outro lado, surgiram novas forças partidárias que passaram a disputar os espaços políticos com o PMDB e o PFL, dinamizando a competição político-eleitoral no estado, dentre eles o PSDB e o PT.

O PSDB obteve representação a partir de 1994, aumentando-a no período subsequente. Em 1994, conquistou uma cadeira, ampliando para quatro, em 1998, e mantendo o mesmo número em 2002, perdendo uma vaga na última eleição. O PSDB, assim, fortaleceu sua representação na Assembleia durante a década de 1990, diante de sua força no nível nacional⁶⁷ e na capital do estado (Teresina).⁶⁸

O PT, desde o pleito de 1990, obtém representação na Assembleia. Na eleição de 2002, conquistou o Governo do Estado e ampliou de um para três o número de deputados estaduais. Em 2006, além da reeleição do governador, o partido obteve cinco cadeiras no parlamento estadual. O período de fortalecimento desta agremiação partidária no estado coincide com seu avigoramento do partido no nível nacional.⁶⁹ Além do PT e do PSDB, outros partidos passaram a ter representação na Assembleia, como o PL, PDC, PSB, PCdoB, PTB e o PPS.

O declínio da força parlamentar de partidos tradicionais no cenário estadual e a entrada de outros atores políticos podem ser explicados, em parte, pelo aumento da disputa para os cargos eletivos. Quanto maior a disputa, maior a chance de alteração dos quadros políticos no estado. A evidência disso é que houve a ampliação substancial na competitividade eleitoral nas disputas para o Legislativo no período de 1986 a 2006 (ver Tabela 4.2).

⁶⁶ O Partido Progressista Reformador (PPR) foi criado em 1993, originário da fusão do Partido Democrático Social (PDS) com o Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1995, criou-se o Partido Progressista Brasileiro (PPB), que deu origem, em 2003, ao Partido Progressista (PP). Por isso, é tomado, neste estudo, como o mesmo ator político.

⁶⁷ O Governo Federal foi presidido por Fernando Henrique Cardoso (PSDB) de 1995 a 2002.

⁶⁸ Desde 1992, os prefeitos eleitos da capital do estado, Teresina, são do PSDB.

⁶⁹ Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi eleito para a presidência do país em 2002 e reeleito em 2006.

Tabela 4.2 – Índice de competitividade eleitoral na disputa para as Assembleias Legislativas (AL) e Câmara dos Deputados (CD) – Piauí, Nordeste e Brasil (1986-2006).*

	1986		1994		1998		2002		2006	
	AL	CD	AL	CD	AL	CD	AL	CD	AL	CD
Piauí	0,82	1,00	0,98	1,05	1,90	2,15	2,12	3,00	2,00	3,15
Nordeste	1,53	0,58	2,10	1,30	2,72	1,26	3,18	2,24	3,15	2,58
Brasil	2,47	1,61	2,81	1,93	4,04	2,33	4,65	3,19	4,70	3,82

Fonte: Laboratório de Estudos Experimentais - Universidade Cândido Mendes (LEEX-UCAM).

*Não há dados disponíveis para o ano de 1990.

Para medir a competitividade foi utilizado o Índice de Competitividade (IC), que pode ser obtido através da fórmula $IC = N/2W - 1$, onde N é o número real de candidatos e W é o tamanho da bancada. Ou seja, quanto maior o número de candidatos em relação à quantidade de vagas da Assembleia, maior é a competitividade. Segundo a Tabela 4.2, a competitividade tem progredido, saindo em 1986 de 0,82 para 2,00 em 2006. Com o multipartidarismo, houve a ampliação do número de atores políticos no estado disputando os pleitos. Isso também ocorreu no caso das eleições para os representantes do estado na Câmara dos Deputados. A competitividade ampliou, nesse caso, de 1,00 para 3,15.

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (2007; 2002), patamares de competitividade acima de 1,0 indicam alta competitividade ($IC > 1$). Igual ou abaixo de 1,0, considera-se as eleições como de baixa competitividade ($0,6 \leq IC \leq 1$) ou não-competitivas ($0 < IC < 0,6$). Para se considerar uma eleição como altamente competitiva o número real de candidatos tem que ser quatro vezes maior que o tamanho da bancada.⁷⁰

Observa-se, na Tabela 4.2, que a competitividade eleitoral no estado foi baixa em 1986 e 1994, indicando a presença de poucos atores disputando os cargos eletivos, possibilitando a permanência de políticos ligados ao regime anterior. Mesmo assim, percebe-se a ampliação gradual da competição entre as duas eleições citadas. A partir de 1998, houve um salto na competitividade. A ampliação da competição se deu pelo surgimento de novos atores e pelo fortalecimento dos partidos políticos no estado, o que levou à diversificação da representação política no estado.

No entanto, ao se comparar os índices do Piauí com as médias da competitividade dos estados nordestinos e brasileiros, observam-se diferenças substanciais. No caso piauiense, apesar da ampliação da competitividade nas eleições para a Assembleia

⁷⁰ Algumas considerações precisam ser feitas sobre o índice. Primeiro, é que este não mede o acirramento existente entre os candidatos, mas sim a proporção existente entre candidatos e vagas. Podem ocorrer disputas com significativa quantidade de candidatos, mas com considerável desproporção de votos entre eleitos e não-eleitos. Segundo, deve-se observar que o número de candidatos depende do número de coligações e estas dependem, por consequência, dos arranjos políticos estaduais que indicarão a existência de polarização ou não da política estadual.

estadual, este tem mostrado menor número de competidores proporcionalmente em relação à média dos estados nordestinos e dos estados brasileiros. No caso da escolha dos representantes da bancada estadual para a Câmara Federal, observa-se que as médias no estado têm se mostrado maiores do que as médias dos estados nordestinos, mas menores do que as médias de todos os estados brasileiros.

Utilizando o argumento de Olavo Brasil de Lima Júnior (1983), a “racionalidade política estadual” pode explicar as divergências internas no sistema partidário brasileiro, observando a existência de competitividades diferenciadas nos estados brasileiros. Isso pode ser explicado pela forte polarização na política estadual piauiense, apesar do substancial aumento do número de atores políticos estaduais competindo a partir de 1998, tanto para o Legislativo estadual, quanto para o Legislativo Federal.

Os pleiteantes ao Governo do Estado têm suas candidaturas fortemente sustentadas pela articulação de alianças político-partidárias, que permitem maior apoio junto aos candidatos a cargos proporcionais. Quanto maior a polarização política, maior a conformação dos atores políticos em torno das duas candidaturas, o que pode desestimular a maior ampliação do número de competidores nas eleições para os cargos na Assembleia Legislativa. Essa hipótese pode ajudar a explicar a diferenciação existente nos graus de competitividade entre o Piauí e os demais estados brasileiros, mas não a explica totalmente, pois se observa maior competitividade no caso da disputa para a bancada estadual na Câmara Federal, tendo índices superiores à média dos estados nordestinos, aproximando-se, inclusive, da média atingida pelos estados brasileiros.⁷¹

Porém, independentemente da variação existente entre os níveis de competitividade no Piauí e os outros estados brasileiros, observa-se que a competição político-eleitoral tem se alargado, acompanhando a trajetória dos outros estados de ampliação do número de competidores nos pleitos. O Piauí atinge patamares de alta competitividade nas eleições para a Assembleia apenas a partir da eleição de 1998, quando atores políticos tradicionais do estado perdem força eleitoral (PFL e o PDS-PPR-PPB), abrindo espaço para novos agrupamentos político-partidários. Sobre isso, pode-se evidenciar a eleição de representantes políticos ligados a partidos não-tradicionais na política estadual.

⁷¹ O número de vagas para a Assembleia Legislativa do Piauí (30 cadeiras) é três vezes maior do que o número de vagas destinadas aos deputados federais piauienses eleitos (10 cadeiras). Apesar do índice de competitividade ser maior nas eleições para a Câmara Federal, os pleitos disputados para a Assembleia Legislativa tem a presença de um número bem maior de competidores. Como o índice de competitividade utilizado leva em conta a proporcionalidade entre competidores e vagas, os pleitos para a Câmara Federal são, nesse caso, mais competitivos.

A alta competitividade constatada pode levar a mudanças na composição da representação política no estado. Como foi visto anteriormente, observou-se, desde as eleições de 1986, o aumento do número de partidos com representação na Assembleia Legislativa. A mudança política ocorreu de forma lenta e gradual, possibilitado pela abertura política, pelo retorno ao multipartidarismo e pela relativa flexibilização para a criação de partidos políticos no país. Esse quadro proporcionou a entrada de novos atores políticos, com a interiorização da força dos partidos nos estados brasileiros. A fragmentação da representação no quadro político nacional foi acompanhada pela diversificação da composição dos cenários estaduais.

Analisando a evolução do número efetivo de partidos⁷² e do número de partidos parlamentares na Assembleia Legislativa do Piauí (ver Tabela 4.3), percebe-se o aumento substancial da quantidade de partidos com representação política no estado. Em 1986, apenas três partidos tinham representação (PFL, PMDB e PDS), tendo aumentado esse número para seis na eleição seguinte. Nos pleitos de 1994 e 1998, sete partidos passaram a ter representação, aumentando-a para oito em 2002 e dez nas eleições de 2006.

Tabela 4.3 – Evolução do Número Efetivo de Partidos (NE) e do Número de Partidos Parlamentares (NP) nas Assembleias Legislativas – Piauí, Estados do Nordeste e do Brasil (1986-2006).

	1986		1990		1994		1998		2002		2006	
	NE	NP	NE	NP	NE	NP	NE	NP	NE	NP	NE	NP
Piauí	2,5	3	3,2	6	3,4	7	4,2	7	5,5	8	6,7	10
Nordeste	2,9	4,5	4,7	9,0	5,0	9,0	5,8	10,8	7,1	12,2	6,9	12,1
Brasil	2,9	5,3	5,5	9,5	5,9	9,4	6,6	10,3	8,0	12,2	7,9	12,6

Fonte: Laboratório de Estudos Experimentais - Universidade Cândido Mendes (LEEX-UCAM).

A evidência é de que houve aumento do peso dos partidos nas bancadas piauienses, principalmente com as últimas três eleições (1998, 2002 e 2006). Comparando o caso do Piauí às médias atingidas pelos estados nordestinos e brasileiros, observa-se que, em 1986, havia a presença de poucos partidos na composição das Assembleias Estaduais em todos os estados, principalmente no caso piauiense. Apesar da presença de outros partidos na composição das bancadas em diversos estados, a força política continuava concentrada em quantidade reduzida de partidos.

A partir de 1990, o cenário se modifica nos estados brasileiros, inclusive nos estados nordestinos, pois se observa o alargamento do número de partidos eleitos para os parlamentos estaduais, havendo, conseqüentemente, o crescimento do número efetivo de partidos. Entre os estados nordestinos, a média, em 1990 e 1994, foi de 4,7 e 5,0 e, entre os

⁷² Neste caso, o Número Efetivo de Partidos foi utilizado para medir o peso relativo dos partidos nas bancadas das Assembleias Legislativas eleitas. O índice pode ser calculado a partir da seguinte fórmula: $NE = 1 / \sum pe^2$, onde pe é a proporção de cadeiras ocupadas por partido (SANTOS, 2002, p. 14).

estados brasileiros, a média foi de 5,5 e 5,9, respectivamente, indicando uma mudança no padrão partidário de composição das bancadas. No Piauí, apesar da ampliação do número de partidos com representação na Assembleia, o número efetivo de partidos alcançou apenas 3,2 em 1990 e 3,4 em 1994. O PMDB, o PFL e o PDS⁷³ ainda dominavam a cena política no estado, tendo esse padrão se repetido também na eleição de 1994.

O peso dos partidos nas bancadas estaduais começa a ser modificado apenas nas eleições de 1998, quando aumento o número efetivo de partidos passou a ser 4,2, mesmo mantendo o mesmo número de partidos parlamentares da eleição anterior. Em 2002 e 2006, o crescimento é ainda maior, pois elevou o peso dos partidos para 5,5 e 6,7 respectivamente. É na última eleição, em 2006, que o número efetivo de partidos no estado se aproxima da média dos estados nordestinos (6,9).⁷⁴

Percebe-se, então, que o arranjo institucional implementado teve impactos variados no sistema político brasileiro. Em estados, como o Piauí, a ampliação do número de partidos com representação na Assembleia ocorreu de modo gradual, principalmente a partir das eleições de 1998. As diferenciações internas existentes entre os estados podem ser explicadas por fatores contextuais, ou seja, devido às dinâmicas político-eleitorais de cada estado.

Para a melhor identificação das modificações ocorridas na Assembleia Legislativa do Piauí, faz-se necessário a percepção da renovação das bancadas, onde o foco passa a ser propriamente nos políticos e não nos partidos, possibilitando melhor compreensão do padrão de mudança política no estado. Os índices utilizados para se medir a renovação das bancadas foram dois: a renovação bruta⁷⁵ e a renovação líquida⁷⁶ (ver Gráfico 4.2).

⁷³ Em 1993, o PDS se fundiu ao PDC, passando a se chamar Partido Progressista Reformador (PPR).

⁷⁴ O Piauí possui o quarto menor número de deputados estaduais no Nordeste e a décima terceira menor bancada do país. As diferenças existentes entre o tamanho das bancadas podem influenciar no número de partidos eleitos para as bancadas. Quanto maior a bancada, maior a possibilidade da eleição de mais partidos. A Bahia, por exemplo, possui o maior número de deputados estaduais entre os estados nordestinos, com 63 cadeiras, o que possibilita a entrada de maior quantidade de partidos, elevando, por consequência, o número efetivo de partidos presentes na Assembleia Legislativa estadual. Apesar disso, não se pode considerar o tamanho da bancada como a única variável explicativa do peso dos partidos na Assembleia, mas é válido afirmar que, com mais cadeiras disponíveis, um número maior de partidos pode ampliar sua participação e seu peso na bancada estadual. O contrário também pode acontecer. Com um número superior de cadeiras, os partidos fortes no estado podem ocupar mais cadeiras e aumentar seu peso relativo. Dessa forma, a comparação do número efetivo de partidos entre os estados brasileiros deve vir acompanhada da análise da dinâmica político-estadual no período em análise.

⁷⁵ A Renovação Bruta visa calcular o número total de representantes novos em uma legislatura, comparado à composição anterior, sendo calculada a partir da seguinte fórmula: $RB = \frac{(DESIST + DERROT + \#)}{TOT} \times 100$, onde DESIST é o número de deputados que desistiram de concorrer ao cargo, DERROT é o número de derrotados, # é a variação do número de vagas entre as eleições respectivas e TOT é o número de vagas para deputados em cada estado (SANTOS, 2002, p. 15). No caso do Piauí, a variação no número de cadeiras ocorre entre as eleições de

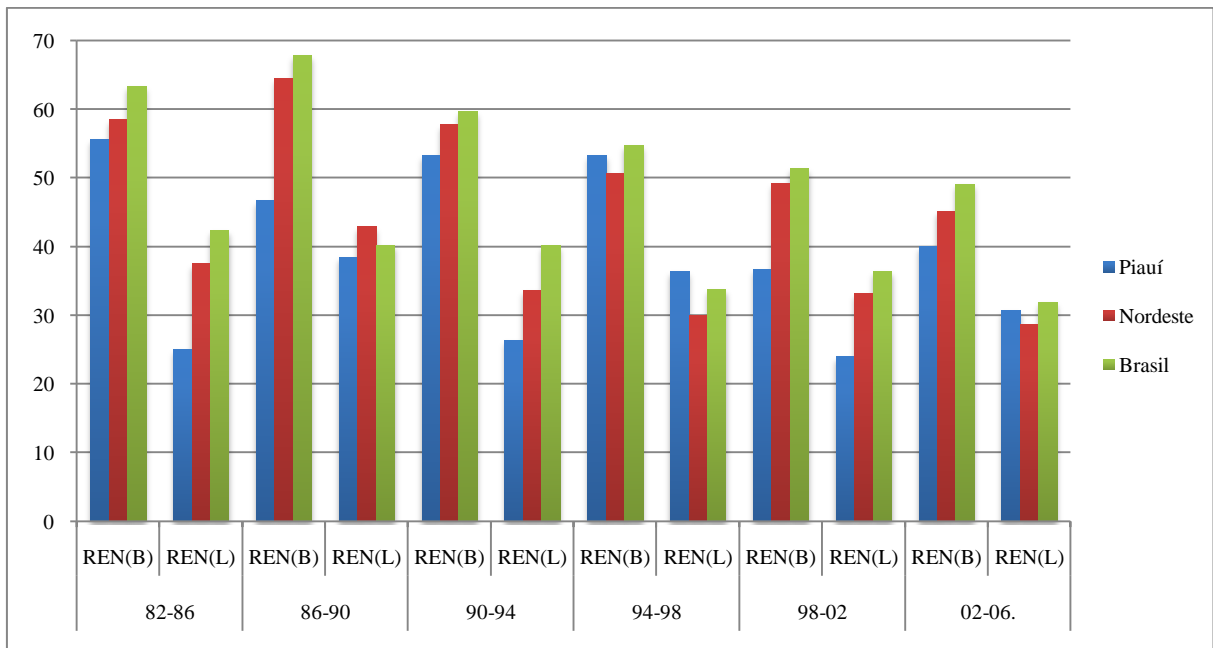


Gráfico 4.2 – Taxas de Renovação Bruta e Líquida na composição das Assembleias Legislativas – Piauí, Nordeste e Brasil (1986-2006).

Fonte: Laboratório de Estudos Experimentais - Universidade Cândido Mendes (LEEX-UCAM).

A renovação bruta é útil para a verificação do padrão de entrada de novos atores na Assembleia, ou seja, consideram-se os deputados que não concorreram à reeleição (desistentes) e os deputados que concorreram à reeleição e não obtiveram êxito (derrotados). Os desistentes optam, em geral, por concorrer a outros cargos eletivos. Já a renovação líquida considera apenas os deputados que concorrem à reeleição e são derrotados e os reeleitos, ou seja, avalia somente a saída dos deputados que não obtiveram êxito na tentativa de recondução. Por isso, a renovação líquida é, em geral, mais baixa que a renovação bruta, pois sempre há desistentes entre os deputados com mandato, que, em geral, buscam outros postos políticos.

Conforme o Gráfico 4.2, observa-se que as Assembleias estaduais brasileiras têm, de modo geral, tendido a renovar menos suas bancadas de uma eleição para outra. Tanto a renovação bruta quanto a renovação líquida apresentam queda. Os estados nordestinos, em média, renovam menos suas bancadas que os estados brasileiros. Acompanhando a tendência dos estados brasileiros, as Assembleias estaduais nordestinas tem se renovado cada vez

1982 e 1986. A Assembleia Legislativa do Piauí passou de 27 para 30 cadeiras nas eleições de 1986, mantendo este número nos pleitos posteriores.

⁷⁶ A Renovação Líquida é composta pelo número de candidatos à reeleição que foram derrotados divididos pelo total de recandidatos (reeleitos e derrotados), sendo calculada a partir da seguinte fórmula: $RL = \frac{(DERROT)}{REELEIT + DERROT} \times 100$, onde DERROT é o número de deputados derrotados e REELEIT é o número de deputados reeleitos (SANTOS, 2002, p. 15).

menos, sendo isto mais acentuado na taxa de renovação bruta, ou seja, quando se consideram os desistentes e os derrotados.

Acredita-se que, apesar da ampliação da competição político-eleitoral, os deputados tendem a construir carreiras políticas cada vez mais sólidas nos legislativos estaduais. Ou seja, na medida em que se ampliou a competitividade, a renovação das bancadas, de um pleito para o outro, declinou. A construção de carreiras no Legislativo indica a consolidação de determinados atores políticos nos cenários políticos estaduais que detêm capital político suficiente para conseguir a recondução no mandato. Este é adquirido devido à força do político junto ao partido e, conseqüentemente, junto aos municípios do estado.

Além disso, a reeleição pode estar ligada a acordos estabelecidos junto aos governos estaduais. Em muitos casos, deputados estaduais ocupam cargos de primeiro escalão no Executivo estadual, de modo a obter recursos políticos para sua recondução. Mesmo que não ocupe cargos no governo, os deputados aliados tendem a participar da indicação dos nomeados para as pastas de primeiro e segundo escalão. Com isso, os parlamentares conseguem participar ativamente da arena governamental, influenciando decisivamente na formulação e implementação de políticas, bem como na destinação de recursos públicos.

No Piauí, observa-se que há variação entre as taxas de renovação no período, diferentemente do que ocorre entre os estados brasileiros e nordestinos. O Piauí, ao longo do tempo, possui menor taxa de renovação do que a média nordestina e nacional. Contudo, é no pleito de 1998 que a taxa de renovação líquida aumenta substancialmente ultrapassando a média dos estados brasileiros e nordestinos. Mesmo a taxa de renovação bruta foi superior a média nordestina e foi muito próxima da média nacional, diferentemente do que ocorreu nos pleitos anteriores.

A possível explicação para isso é a perda de mandatos por parte do PFL e, conseqüentemente, a conquista de cadeiras por parte do PMDB, como foi destacado anteriormente (ver Gráfico 4.1). A ampliação da força do PMDB no estado só ocorreu posteriormente à vitória do partido nas eleições para governador de 1994, derrotando a candidatura pefelista.⁷⁷

O processo de conquista de cadeiras na Assembleia parece, portanto, estar vinculada a força do partido dentro do governo. Como o PMDB era opositor ao governo PFL-PPR, no período 1991-1994, o partido não obtinha a força política necessária para conquistar um número substancial de cadeiras no Legislativo estadual. Em vez disso, perdeu cadeiras e o

⁷⁷ Francisco de Assis de Moraes Souza (Mão Santa), do PMDB, venceu o pleito de 1994 sobre o candidato Átila Lira Freitas do PFL (ver votação no Anexo B).

PFL ampliou sua participação na Assembleia, nas eleições de 1994. Porém, depois da vitória nas eleições de 1995, o PMDB se fortaleceu, por ser o partido do governador, possibilitando retorno eleitoral significativo em 1998.⁷⁸

Em 2002, houve nova queda na renovação das bancadas estaduais. Uma explicação contextual para a queda na renovação das bancadas foi que o governador reeleito do PMDB, em 1998, foi cassado em 2001. Com isso, o PFL assumiu o cargo, pois havia sido o segundo colocado nas eleições de 1998.⁷⁹

O PMDB, de partido governista passou a ser partido de oposição. Com isso, reelegeu seis deputados dos nove, obtendo um número considerável de vagas. Contudo, o partido não conseguiu eleger novos pleiteantes ao Legislativo estadual. Enquanto isso, o PFL, que tinha diminuído sua representação na Assembleia na eleição de 1998, conseguiu reeleger sete dos dez deputados estaduais, além de ter elegido mais dois novos deputados, conquistando novamente a maior bancada, com nove deputados estaduais, contra seis do PMDB.⁸⁰ É evidente que a queda do PMDB nas eleições de 2002 derivou da perda do mandato no Governo do Estado em 2001.

A ampliação da renovação, portanto, está diretamente vinculada à mudança na correlação de forças políticas estabelecidas em torno do Governo do Estado. Por possuir o controle da definição de políticas, bem como da destinação de recursos públicos no estado, o cargo de chefe do Executivo estadual é aquele com maior poder de influência nos destinos dos atores políticos estaduais. A ampliação da competição político-eleitoral, isoladamente, não causou a alteração dos quadros políticos no estado. Esta, conjuntamente com o fortalecimento dos partidos políticos, possibilitou a alteração no cenário piauiense, levando a maior alternância de poder entre as diferenciadas forças políticas estaduais.

Em 2002, o PT conquistou o Governo do Estado⁸¹, mas, em contrapartida, elegeu apenas três deputados estaduais, apesar de ser um número bem maior do que o atingido

⁷⁸ Ademais, analisando o caso do Piauí, observou-se que, de um pleito para o outro, alguns deputados estaduais reeleitos migraram de partido. Segundo o observado nas tabelas de composição das bancadas estaduais, os deputados tendem a migrar para partidos da base governista, de modo a agregar maior capital político. Contudo, essa não é uma regra. Dos reeleitos em 2002, por exemplo, nenhum havia migrado de partido.

⁷⁹ Mão Santa do PMDB foi o primeiro governador cassado no Brasil, no período pós-redemocratização. Perdeu o mandato, em 2001, após julgamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tendo assumido Hugo Napoleão do Rêgo Neto, do PFL, segundo colocado nas eleições de 1998.

⁸⁰ As informações sobre as bancadas eleitas, desde 1982, para a Assembleia Legislativa do Piauí estão nos Anexos desta pesquisa.

⁸¹ José Wellington Barroso de Araújo Dias (Wellington Dias), do PT, foi eleito para o Governo do Estado em 2002, vencendo o pleito sobre o candidato à reeleição Hugo Napoleão do Rêgo Neto do PFL (ver votação no Anexo C).

em 1998, com apenas um deputado eleito. Apesar de não ter conquistado o Executivo estadual, PFL e PMDB elegeram as maiores bancadas na Assembleia.

Em 2006, com a força do PT no Governo do Estado, o partido elegeu cinco deputados, passando a ter a segunda maior bancada do estado. O PMDB foi o partido que mais elegeu representantes para a casa, um total de oito, aumentando, dessa forma, sua representação. O partido, sendo da base aliada do governo estadual, compôs cargos de primeiro escalão do governo estadual, como será evidenciado no próximo tópico. Já as principais lideranças do PFL, distantes do governo estadual, perderam espaço político no estado, conquistando apenas quatro cadeiras na Assembleia.

Com o governo petista, apoiado pelo PMDB e, conseqüentemente, com a queda do PFL, a taxa de renovação de cadeiras no Legislativo estadual aumentou nas eleições 2006, em comparação com 2002. A renovação líquida foi maior no Piauí do que entre os estados nordestinos e esteve bem próximo ao índice alcançado pelos estados brasileiros. Apesar da baixa renovação, no pleito de 2006, partidos da base aliada do governo estadual obtiveram melhor retorno eleitoral, alterando consideravelmente o perfil partidário da Assembleia em relação à bancada eleita em 2002.⁸²

Analisando o padrão de renovação de bancadas estaduais do Piauí, observou-se que, assim como o caso nacional, os deputados estaduais tendem, cada vez mais, a construir sólidas carreiras políticas na Assembleia Legislativa. A possibilidade de recondução ao mandato está fortemente vinculada ao apoio que os políticos possuem nos municípios, que, por consequência, depende da força política que estes possuem junto ao governo, influenciando na composição dos quadros político-administrativos do Executivo estadual.

Assim sendo, parlamentares governistas possuem maior capacidade de se reeleger do que aqueles ligados a partidos de oposição. Partidos de oposição, além de não compor governos, tendem a se enfraquecer nos municípios. Assim, perdem o capital político necessário para a conquista de bons resultados eleitorais. Partidos como o PMDB, por exemplo, devido ao perfil governista, ampliou sua representação na Assembleia na eleição de 2006, apesar de não ser o partido do governador. Seguindo esta lógica, o partido do governador que conseguiu a recondução, o PT, também ampliou sua bancada, fortalecendo ainda mais sua base parlamentar.

⁸² Dos 18 deputados estaduais reeleitos, dois migraram de partidos da oposição para partidos da base aliada ao governo, entre as eleições de 2002 e de 2006. José Icemar Lavor Neri, que era filiado ao PPB (PP), mudou-se para o PTB, enquanto Antônio José de Moraes Souza Filho, então filiado ao PSDB, migrou para o PMDB.

Os partidos governistas se utilizam da estrutura política fornecida pelos cargos de primeiro escalão para fortalecer suas bases eleitorais. Ocupando Secretarias e órgãos públicos estaduais, os partidários conseguem estabelecer relações mais estreitas com as lideranças municipais. Deputados podem ocupar cargos político-administrativos, de modo a garantir maior acesso aos recursos de poder. Além disso, pode-se perceber o surgimento de candidatos que se utilizaram dos cargos de primeiro escalão do governo para adquirem capital político necessários para os pleitos. Mesmo que não consigam a vitória, a votação destes é fundamental para que se atinja o coeficiente eleitoral dos demais candidatos do partido/coligação.

Analisando-se a dinâmica dos pleitos eleitorais ao longo do tempo, observa-se que os quadros políticos no estado têm mudado gradualmente, principalmente devido às disputas travadas nas eleições para o Executivo estadual. São estas que norteiam qualquer mudança política no estado, principalmente pela força que o governador possui na arena governamental e, conseqüentemente, na arena eleitoral. Como foi destacado, no segundo capítulo, o *ultrapresidencialismo estadual* define o governador como o centro de gravidade do sistema político estadual. A correlação de forças estabelecida em torno da disputa para o Executivo estadual, assim, define o padrão de composição político-partidária no estado.

Observou-se que, para a compreensão das mudanças na política estadual piauiense, faz-se necessário perceber como as dinâmicas eleitorais influenciam na composição de governos. O principal aspecto a ser reiterado, neste tópico, é que, no momento eleitoral, partidos governistas (principalmente o partido do governador) tendem a aumentar o número de cadeiras conquistadas no Legislativo estadual. Isto pode ser um indício de que a participação de partidos na arena governamental seja fundamental para a aquisição de força política junto às lideranças locais. Os recursos do poder obtidos pelos partidos governistas, ao longo do mandato, são fundamentais para a consecução de objetivos eleitorais.

Acredita-se, portanto, que a participação de lideranças partidárias na composição de quadros políticos não-eletivos é fundamental para sua permanência no poder. E, para isso, alianças eleitorais são construídas em torno das candidaturas majoritárias, o que pode permitir aos partidos aliados vitoriosos vantagens na indicação de cargos político-administrativos. Os partidos pequenos podem conquistar cargos de segundo escalão na administração pública estadual, enquanto os partidos mais fortes passam a negociar os cargos de primeiro escalão, fundamentais para retornos eleitorais futuros.

Diante disso, no próximo tópico, tentar-se-á apresentar o padrão de composição partidária dos cargos político-administrativos de primeiro escalão dos governadores estaduais

piauienses do período 1987 a 2007. O intuito será analisar o impacto do novo arranjo institucional sobre a composição dos gabinetes do Executivo estadual, no período posterior à redemocratização. Isso será essencial, pois estes são cargos fundamentais para a imposição da agenda política dos partidos governistas, desde a formulação e implementação de políticas públicas, incluindo a destinação de verbas públicas.

Acredita-se que o partido do governador tenha preponderância na nomeação das pastas. Porém, concessões devem ser feitas em nome da governabilidade. Além disso, o desempenho do partido do governador na eleição posterior dependerá da negociação de cargos, principalmente no momento de formação do governo.

Enfim, a seguir será mostrado como se deu a composição dos quadros político-administrativos dos governos estaduais pós-redemocratização. Para isso, consideraram-se apenas os nomeados para as Secretarias de Estado (gabinete). Isso será fundamental para a verificação do padrão estabelecido na montagem de governos ao longo do tempo, tentando perceber como se tem expressado a racionalidade dos governadores no momento da escolha de secretários.

4.2 FORMAÇÃO DE GOVERNOS NO PIAUÍ: DA ARENA ELEITORAL À ARENA GOVERNAMENTAL

A compreensão do funcionamento da dinâmica interna do subsistema político piauiense deve levar em conta a composição partidária dos gabinetes, a correlação de forças estabelecidas no andamento do governo e a relação entre a base parlamentar do governo e a força dos partidos aliados nos gabinetes.

O processo de formação de governos explicita, de forma concreta, a relação existente entre a aliança estabelecida na arena eleitoral (coligação eleitoral e as alianças informais) e a composição político-partidária da arena governamental. É no momento da montagem do governo que o chefe do Executivo eleito comporá, de forma estratégica, o gabinete com aliados, de forma a cumprir acordos estabelecidos nas eleições e ampliar a base de apoio do governo, garantindo apoio no Legislativo e a possibilidade de melhor retorno eleitoral nos pleitos seguintes.

No período da redemocratização, as alianças estabelecidas tenderam a ampliar, cada vez mais, o leque de partidos participantes dos governos, principalmente com o advento

do multipartidarismo. As agremiações partidárias tornaram-se mais fortes e competitivas, o que levou a mudanças constantes nos cenários políticos estaduais. A alteração da correlação de forças nos estados é delineada, em grande parte, pela disputa para o Governo do Estado.

Para a análise da formação de governos no Piauí, no período pós-redemocratização, foram selecionados os oito governos formados desde as eleições de 1986: Governo Alberto Silva (PMDB), Freitas Neto (PFL), Guilherme Melo (PPR), dois governos Mão Santa (PMDB), Hugo Napoleão (PFL) e dois governos Wellington Dias (PT). Além de discorrer sobre a dinâmica eleitoral que elegeu os chefes do Executivo de cada governo, procurou-se compreender como ocorreu a formação do secretariado estadual (gabinete).

Ao se analisar a composição do gabinete estadual, no momento de formação do governo, buscou-se compreender como o Executivo foi receptivo aos partidos aliados, de forma a compreender a dinâmica de mudança política no estado. Sabendo-se da importância dos partidos na arena governamental, em regimes democráticos como o brasileiro, será fundamental, para a compreensão da dinâmica político-eleitoral, verificar de que forma os partidos passam a ocupar os espaços políticos do estado.

Nesse sentido, dividiram-se as secretarias em três áreas: política, econômico-administrativa e social. Apesar de considerar que todas as pastas possuem importância política, as secretarias da área política seriam aquelas estritamente ligadas à articulação do governo internamente (entre as secretarias e outros órgãos do Governo estadual) e externamente (junto aos aliados políticos, Assembleia Legislativa e lideranças locais). As secretarias da área econômico-administrativa estariam vinculadas à atuação no âmbito administrativo da máquina pública e do planejamento econômico estadual. E as secretarias sociais seriam aquelas que visam, especificamente, à prestação de serviços à comunidade, principalmente os considerados básicos, como saúde, educação e segurança pública (ver Quadro 4.1).⁸³

⁸³ Na tentativa de se estruturar a comparação entre os governos estaduais piauienses, viu-se a necessidade de se agrupar as secretarias por área, de modo a se verificar as similaridades e diferenciações entre os governos estaduais formados. Isso será fundamental para a compreensão de como os partidos participaram da composição dos gabinetes formados, observando o peso do partido do governador e dos partidos aliados, por área.

SECRETARIAS POR ÁREA	DEFINIÇÃO
POLÍTICA	São consideradas as Secretarias que têm o papel de articular o governo internamente (entre as secretarias e outros órgãos da própria estrutura administrativa do Governo estadual) e externamente (junto aos aliados políticos, lideranças locais e partidárias, Assembleia Legislativa, entre outros).
ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA	São as Secretarias cuja atuação se dá no âmbito administrativo da máquina pública e do planejamento econômico estadual.
SOCIAL	São as Secretarias que têm como objetivo a prestação de serviços à comunidade, principalmente os considerados básicos, como saúde, educação e segurança pública.

Quadro 4.1 – Classificação das Secretárias de Estado por área.

Nesta parte, portanto, focar-se-á na análise da dinâmica eleitoral para a escolha dos governadores e na composição partidária dos gabinetes estaduais. Por fim, procurar-se-á compreender os padrões de formação de governos no estado do Piauí de 1987 a 2007, evidenciando as similaridades e diferenças estabelecidas na composição partidária dos governos em todo o período em análise.

4.2.1 GOVERNO ALBERTO SILVA (1987-1991)

A dinâmica eleitoral de 1986 para o Governo do Estado do Piauí marcou a ruptura do grupo político formado pelos Almendra Freitas e Portella Nunes, aliança montada e comandada por Petrônio Portella Nunes. A ruptura no nível estadual começou a ser delineada em 1984, quando Paulo Maluf foi escolhido como candidato à Presidência da República pelo PDS. Uma facção do partido foi contrária a esta decisão, formando uma dissidência interna, denominada de Frente Liberal. Isso abriu caminho para a formação da Aliança Democrática, que possibilitou a união do PMDB com a Frente Liberal, possibilitando, assim, a eleição de Tancredo Neves para a Presidência e de José Sarney para a Vice-Presidência⁸⁴.

No Piauí, a divisão surgida dentro do PDS, no nível nacional, levou à cisão do grupo político que dominava o cenário político estadual até o período. Enquanto o governador eleito em 1982, Hugo Napoleão, alinhou-se junto à Aliança Democrática, Lucídio Portella

⁸⁴ Com a doença e a morte de Tancredo Neves, José Sarney (PMDB) assumiu a Presidência da República.

Nunes⁸⁵ apoiou a candidatura de Paulo Maluf. Antônio de Almendra Freitas Neto (Freitas Neto), então Prefeito de Teresina, também aderiu à candidatura de Tancredo, assim como fez seu primo, Hugo Napoleão.

Logo após a eleição de Tancredo Neves à Presidência da República, em 1985, foi criado o Partido da Frente Liberal (PFL). No Piauí, Hugo Napoleão assumiu a criação do partido, desvinculando-se politicamente de Lucídio Portella (SILVA, 1999, p. 285). A composição política do cenário piauiense foi afetada, substancialmente, pela cisão do PDS no nível nacional, gerando, por consequência, a ruptura política entre as duas principais lideranças do partido no estado.

A disputa eleitoral de 1986 foi polarizada entre o PFL (do governador Hugo Napoleão) e o PMDB. O partido desafiante tinha como principal liderança estadual Alberto Tavares Silva, ex-governador do estado e candidato derrotado nas eleições de 1982 para o Governo do Estado. Para o pleito de 1986, Lucídio Portella (PDS), até então adversário político de Alberto Silva, decidiu apoiar a candidatura peemedebista, compondo a chapa como vice.

Alberto Silva (PMDB) e Lucídio Portella (PDS), dessa forma, se uniram contra a chapa formada por Freitas Neto (PFL) e o candidato a vice Deoclécio Dantas (PDT). As eleições marcaram a união do PMDB com o PDS, partidos que até aquela eleição eram adversários políticos no estado. A política de conciliação entre estas forças políticas aponta para uma posição pragmática dos atores políticos envolvidos em busca da vitória no pleito.

O apoio do governador e do PDT (partido com pouca força eleitoral no estado) não foi suficiente para levar o PFL à vitória eleitoral no estado. A diferença de votos foi de apenas 1,6% dos votos válidos. A chapa PMDB-PDS-PCB-PCdoB⁸⁶ conquistou 49,5% dos votos, enquanto a chapa PFL-PDT alcançou 47,9%.⁸⁷ Alberto Silva foi escolhido para ser chefe do Executivo estadual, governando o Piauí de 1987 a 1991.

Apesar da derrota nas eleições para Governo do Estado, o PFL conquistou a maioria no Legislativo estadual, com 16 cadeiras, contra oito do PMDB e seis do PDS. Os

⁸⁵ Lucídio Portella Nunes, irmão de Petrônio Portella, foi governador do estado do Piauí no período 1979-1983.

⁸⁶ A coligação formada em torno da candidatura de Alberto Silva possuía, além de PMDB e PDS, outros dois partidos: PCB e PCdoB. Diferentemente do que ocorreu nas eleições de 1982, nas eleições de 1986 observou-se o aparecimento de coligações eleitorais. O surgimento (e o gradual fortalecimento dos partidos políticos) e a possibilidade de se fazer alianças e coligações eleitorais levaram ao alinhamento dos partidos em torno dos dois candidatos ao Governo do Estado. Isso se repete nas eleições posteriores, principalmente diante do quadro polarizado em que se encontrou o cenário político estadual até o início da década de 2000.

⁸⁷ O PT lançara Nazareno Fonteles como candidato para o Governo do Estado. Este conseguiu 2,6% dos votos válidos.

partidos de oposição coligados, nesse sentido, não possuíam a maioria das cadeiras, o que levaria a dificuldades de negociação do governador junto às votações no Legislativo.⁸⁸

Analisando o primeiro governo peemedebista do estado, observa-se que Alberto Silva teria que conciliar a indicação tanto de peemedebistas quanto de pedessistas para a composição dos cargos político-administrativos no estado. Dentre os aliados, o PDS era o partido de maior peso dentre os partidos coligados ao PMDB. Por isso, acredita-se que o partido deveria ter maior peso na composição do quadro político-administrativo do governo estadual do que PCB e PCdoB. Já o PMDB, por ser o partido do governador, ocuparia a maior parte dos cargos, inclusive aqueles com maior peso político, assim como se constata a seguir.

Diferentemente do ocorreu nas eleições de 1982, na qual PMDB e PDS disputavam a hegemonia política no estado, em 1986 houve a formação de uma aliança com fins eleitorais. Qual seria o impacto desse arranjo político-partidário na formação do gabinete estadual? Como Alberto Silva montou seu governo, observando a necessidade de conciliar interesses políticos até pouco tempo antagônicos?

O primeiro gabinete montado, durante o governo, fora composto, em sua grande parte, por filiados a partidos políticos. Conforme o Quadro 4.2, dos 15 secretários, cinco (33,33%) não eram filiados (Planejamento, Administração, Saúde e Segurança). Os outros dez secretários (66,67%) eram filiados a partidos. Dos partidos coligados, PMDB e PDS compuseram a maioria das pastas. Os peemedebistas foram nomeados para quatro secretarias (26,67%), enquanto os pedessistas para cinco (33,33%). O PSC, que não era formalmente da base coligada durante as eleições, teve um representante nomeado (6,67%).

O partido do governador, o PMDB, apesar de ocupar número significativo de cargos, obteve menos pastas no governo do que o PDS. Contudo, observa-se que secretarias de peso, como Governo e Fazenda, ficaram com filiados ao PMDB. A Secretaria de Governo é a pasta mais importante da área política e é responsável pela coordenação política das atividades governamentais, sendo fundamental na articulação do Governo e dos peemedebistas junto às lideranças locais. Já a Secretaria de Fazenda é a principal pasta na área econômico-administrativa, sendo responsável por toda a gestão tributária, financeira e orçamentária do estado. A pasta mais significativa adquirida pelo PDS foi a de Educação (área social), que no ano seguinte (1988) fora repassada a um membro do PMDB (ver Apêndice A).

⁸⁸ Conforme Roberto John da Silva. “o novo governador [Alberto Silva] teve dificuldade de governabilidade porque era minoritário no Poder Legislativo” (1999, p. 289). Para melhor apreciação deste ponto, seria necessária a verificação das votações nominais de projetos de iniciativa do governo, evidência essa não explicitada na tese do autor.

ÁREA	SECRETARIAS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
POLÍTICA	GOVERNO	PMDB
	REPRESENTAÇÃO DO GOV. EM BRASÍLIA	Sem filiação
ECONÔMICO- ADMINISTRATIVA	FAZENDA	PMDB
	AGRICULTURA	PDS
	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PMDB
	PLANEJAMENTO	Sem filiação
	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	PDS
	ADMINISTRAÇÃO	Sem filiação
	MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO URBANO	PDS
SOCIAL	SAÚDE	Sem filiação
	EDUCAÇÃO	PDS
	TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	PDS
	SEGURANÇA	Sem filiação
	JUSTIÇA	PMDB
	CULTURA, DESPORTOS E TURISMO	PSC

Quadro 4.2 – Composição partidária do primeiro gabinete nomeado no Governo Alberto Silva (1987).

Fonte: Dados contidos no Apêndice A.

Considerando todos os 40 nomeados durante o governo de Alberto Silva, 18 não possuíam filiação (45%), enquanto 22 eram filiados a algum partido (55%), sendo dez do PMDB (25%), oito do PDS (20%), dois do PFL (5%), um do PL (2,5%) e um do PSC (2,5%). Observa-se que o PMDB obteve o maior número de nomeados ao longo do mandato, apesar da força política do PDS. Já quanto à participação de partidos que não eram da base aliada, como o PFL, o governador pode ter optado por outros critérios, que não o partidário, na escolha desses secretários. Apesar disso, as evidências apontam para a formação de um governo partidário, constituído, principalmente, pelo PMDB e o PDS, partidos do governador e do vice, respectivamente.

De acordo com a Tabela 4.4, comparando o peso da coalizão PMDB-PDS entre os eleitos para a Assembleia Legislativa e o primeiro gabinete nomeado por Alberto Silva, observa-se que há um peso maior da coalizão no governo (60%) do que dentre o número de cadeiras ocupadas no Legislativo estadual (46,66%). O maior peso dos partidos na arena governamental do que na arena legislativa indica que a prerrogativa de nomeação do governador o leva a indicar os aliados partidários. O PFL, apesar de possuir a maioria das cadeiras no Legislativo, não conseguiu número significativo de cargos de primeiro escalão no governo, já que representava a oposição ao Governo Alberto Silva.

Tabela 4.4 – Proporção entre composição partidária de aliados no primeiro gabinete nomeado por Alberto Silva e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido (1987).

PARTIDOS	SECRETARIAS	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PMDB	26,67%	26,66%
PDS	33,33%	20,00%
TOTAL	60,00%	46,66%

Fonte: Dados contidos no Apêndice A e no Anexo D.

Participar do governo, dessa forma, pode ser uma ferramenta útil para melhorar ou mesmo alavancar candidaturas nas eleições posteriores. Dentre os secretários nomeados durante todo o mandato, quatro eram deputados estaduais – Kleber Eulálio, Themístocles Filho, Xavier Neto e Marcelo Coelho – sendo dois do PMDB, um do PL e um do PDS, respectivamente (ver Anexo D). Desses quatro, os três primeiros conseguiram a reeleição nas eleições de 1990, o que indica a importância que um cargo de primeiro escalão pode ter no desempenho eleitoral dos deputados. Além disso, João Henrique de Almeida Sousa (PMDB), que ocupou a Secretaria de Governo e, posteriormente, a Secretaria de Educação, conquistou uma cadeira na Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, é válido afirmar que um cargo de primeiro escalão no Governo estadual pode dar a visibilidade política que o Parlamento estadual pode não oferecer. Enquanto secretário, o político pode incrementar sua carreira junto às lideranças locais, especialmente junto à sua *constituency*. Além do mais, ocupar uma pasta do secretariado pode oferecer projeção política para aqueles que não possuem cargos eletivos.

Alberto Silva, desse modo, reuniu-se de aliados na formação do governo, dando forte peso aos indicados pelo PDS, devido, principalmente, à força política do vice-governador Lucídio Portella. Formou-se um governo partidário, apesar da indicação de não-filiados. A coalizão formada, PMDB-PDS, contudo, seria desfeita, principalmente com as articulações que visavam às eleições de 1990. Neste pleito, o PDS se uniu ao PFL para derrotar a chapa apoiada pelo Governo do Estado.

4.2.2 GOVERNO FREITAS NETO (1991-1994)

As eleições de 1990 foram marcadas, novamente, pela disputa polarizada entre PFL e PMDB. Do lado da chapa pefelista, houve a recomposição do grupo formado pelos Portella Nunes e os Almendra Freitas, fortalecendo substancialmente a chapa que contou com

Antônio de Almendra Freitas Neto (Freitas Neto) do PFL, como candidato a governador, e Guilherme Mello (PDS), genro de Lucídio Portella, como vice.

Para enfrentar o PFL e o PDS, o governador do estado Alberto Silva, do PMDB, apoiou a candidatura de Raimundo Wall Ferraz, do PSDB, para o Governo do Estado. Recém saído do PMDB, após divergências com o partido, Wall Ferraz⁸⁹ foi candidato a governador, tendo como vice Paulo Afonso Lages Gonçalves, do PMDB. A disputa foi centrada basicamente entre as duas forças citadas, dando a vitória, em segundo turno, à candidatura pefelista e pedessista.⁹⁰

A chapa PFL-PDS-PSC-PTB venceu o pleito, conquistando 54,8% dos votos válidos contra 45,2% da chapa PSDB-PMDB-PDC-PL-PTR-PRN. O PFL elegeu a maior bancada da Assembleia Legislativa, com doze cadeiras, apesar de ter perdido quatro vagas em relação à eleição anterior, assim como o PDS, que perdeu duas cadeiras, elegendo apenas quatro representantes. O PMDB foi favorecido pelo capital político adquirido durante o período que esteve à frente da máquina pública estadual e elegeu nove deputados estaduais, um a mais do que a eleição anterior.

É a partir dessa eleição que o padrão da composição das bancadas no Legislativo deixa de ser centrada nos três principais partidos da década de 1980 (PMDB, PFL e PDS), indicado pela entrada de novos partidos na arena legislativa estadual: o PT, o PDC e o PL. Os eleitos pelo PL (Adolfo Júnior de Alencar Pires e Guilherme Xavier de Oliveira Neto), contudo, já eram deputados estaduais, porém por outros partidos. Em 1986, Adolfo Pires foi eleito pelo PDS e Xavier Neto pelo PFL.

Apesar da entrada de novos partidos, a base aliada ao Governo Freitas Neto era maioria no Legislativo estadual. Com a governabilidade garantida e o maior peso do PFL na Assembleia, em comparação com seu aliado PDS (respectivamente, doze e quatro deputados), o governador montou o quadro político-administrativo de primeiro escalão formado, em grande parte, por representantes do PFL. Essa estratégia foi importante para o partido, já que a ocupação de cargos no governo é ferramenta necessária para alavancar as candidaturas de seus membros na eleição posterior, como se observou no caso do Governo Alberto Silva.

⁸⁹ Raimundo Wall Ferraz foi prefeito de Teresina entre 1976 e 1979, pela ARENA, e entre 1986 e 1989, pelo PMDB. Após divergências com o PMDB, Wall Ferraz ingressou no PSDB e, com o apoio do então governador Alberto Silva (PMDB), candidatou-se a governador do estado.

⁹⁰ O PT lançara Antônio Neto como candidato para o Governo do Estado, pela coligação PT-PDT-PSB-PCdoB, conseguindo 5,7% dos votos válidos, o que mostra a pouca força eleitoral das agremiações partidárias da coligação naquele período. Francisco Macedo, do PMN, também disputou o pleito, conseguindo 0,5% dos votos válidos.

Conforme o Quadro 4.3, dos 14 secretários nomeados para a composição inicial do secretariado do governo, apenas três (21,43%) não eram filiados.⁹¹ Os outros onze secretários (78,57%) eram filiados a partidos, principalmente ao PFL. Dos partidos coligados, apenas PFL e PDS compuseram as pastas. Os pefelistas foram nomeados para nove secretarias (64,28%), enquanto os pedessistas, para duas (14,29%).

ÁREA	SECRETARIAS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
POLÍTICA	GOVERNO	PFL
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	PFL
	REPRESENTAÇÃO DO GOV. EM BRASÍLIA	PFL
	FAZENDA	PFL
ECONÔMICO- ADMINISTRATIVA	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	PFL
	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PDS
	PLANEJAMENTO	Sem filiação
	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	PFL
	ADMINISTRAÇÃO	Sem filiação
SOCIAL	SAÚDE	Sem filiação
	EDUCAÇÃO	PFL
	TRABALHO E AÇÃO COMUNITÁRIA	PDS
	SEGURANÇA PÚBLICA	PFL
	JUSTIÇA E CIDADANIA	PFL

Quadro 4.3 – Composição partidária do primeiro gabinete nomeado no Governo Freitas Neto (1991).

Fonte: Dados contidos no Apêndice B.

O partido do governador, o PFL, ocupou massivamente as secretarias, evidenciando a preponderância do partido na coligação montada nas eleições de 1990. Os partidários do PDS, que haviam sido indicados para um número mais significativo de cadeiras no Governo Alberto Silva, não tiveram o mesmo espaço político no Governo Freitas Neto, devido, principalmente, à maior força do PFL se comparado ao PMDB na época.

Analisando por área, o PFL conquistou todas as secretarias políticas, a maioria das secretarias econômico-administrativas e das secretarias sociais. A indicação de pefelistas para todo o secretariado da área política era fundamental tendo em vista os objetivos eleitorais do partido, já que, nas eleições de 1990, o PFL perdeu quatro cadeiras na Assembleia Legislativa em relação ao resultado de 1986.⁹²

⁹¹ Na passagem do Governo Alberto Silva para o Governo Freitas Neto, duas pastas foram extintas: a Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Urbano e a Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, conforme a Lei n.º 4.382, de 27 de março de 1991. A Secretaria de Comunicação Social fora criada, passando a compor o quadro de Secretarias de Estado.

⁹² Além disso, ao longo do mandato, mais duas Secretarias, na área política, são criadas. Em 07 de abril de 1992, para a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, foi nomeado Felipe Mendes de Oliveira (PDS), sucedido, meses depois (em 31 de julho de 1992), por Antônio Ferreira Soares Neto (PFL). Para a Secretaria de Articulação com os Municípios, foi indicado o nome do deputado estadual César Ribeiro Melo (PFL), em 10 de agosto de 1993 (ver Apêndice C).

Além disso, secretarias de peso como Governo, Fazenda e Educação ficaram com o PFL. Já o PDS, conquistou duas pastas: uma na área social (Secretaria de Trabalho e Ação Comunitária) e outra na área econômico-administrativa (Secretaria de Obras e Serviços Públicos).

Considerando todos os 26 nomeados durante o Governo Freitas Neto, apenas quatro não eram filiados (15,38%), enquanto 22 secretários possuíam filiação partidária (84,62%), sendo dezessete do PFL (65,39%) e cinco do PDS (19,23%). Observa-se que o governador optou por nomear um secretariado eminentemente partidário, composto, em sua maioria, por membros do seu partido. Isso se deve à força política que o partido tinha no cenário político estadual, evidenciado pelo peso deste na Assembleia Legislativa. Assim, a participação de partidos da base aliada na composição do secretariado era diminuta. As evidências apontam para a formação de um governo partidário, num grau bem maior do que o estabelecido durante o Governo Alberto Silva.

De acordo com a Tabela 4.5, comparando o peso da coalizão PFL-PDS entre os eleitos para a Assembleia Legislativa e o primeiro gabinete nomeado por Freitas Neto, nota-se maior peso da coalizão no governo (78,57%) do que dentre o número de cadeiras ocupadas no Legislativo estadual (53,33%). O governador, apoiado pela maioria na Assembleia e com maior peso de seu partido na arena legislativa, amplia bastante o número de filiados ao PFL na ocupação de cargos de primeiro escalão. A estratégia do partido é pautada na consecução do maior número de secretarias, como forma de melhorar o desempenho de seus filiados na eleição posterior.

Tabela 4.5 – Proporção entre composição partidária de aliados no primeiro gabinete nomeado por Freitas Neto e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido (1991).

PARTIDOS	SECRETARIAS	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PFL	64,28%	40,00%
PDS	14,29%	13,33%
TOTAL	78,57%	53,33%

Fonte: Dados contidos no Apêndice B e no Anexo E.

Dos secretários nomeados durante todo o mandato, seis eram deputados estaduais – Ismar Marques, Antônio de Barros, Antônio Moraes Sousa, César Ribeiro, Wilson Brandão e Luciano Nunes Santos (todos do PFL, com exceção do último que era do PDS) – e dois eram deputados federais – Átila Lira e Mussa Demes, ambos do PFL (ver Anexo E). Desses apenas Luciano Nunes e Átila Lira não se reelegeram. O primeiro assumiu, em 14 de

abril de 1994, o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, enquanto Átila Lira se candidatou ao Governo do Estado.

É válido afirmar também que Júlio César de Carvalho Lima (que ocupou a Secretário de Agricultura e Abastecimento) e Felipe Mendes (ex-Secretário de Programas Especiais), ambos do PFL, elegeram-se para a Câmara dos Deputados. Além disso, Sebastião Rocha Leal Júnior (ex-Secretário de Comunicação Social), do PFL, foi eleito para a Assembleia Legislativa.

A preponderância do PFL na nomeação de secretários, durante o Governo Freitas Neto, mostra, acima de tudo, como o peso do partido do governador pode exercer influência na ocupação dos cargos político-administrativos, principalmente quando, na aliança montada, os partidos coligados possuem menor força eleitoral. O PFL, que havia perdido cadeiras no Legislativo estadual, nas eleições de 1990, visava potencializar o desempenho de seus partidários na eleição seguinte, ao montar um gabinete majoritariamente pefelista.

4.2.3 GOVERNO GUILHERME MELO (1994)

O governador Freitas Neto (PFL) renunciou o cargo, diante da necessidade de sair de candidatar-se ao Senado, nas eleições de 1994. Quem assumiu o governo foi o vice-governador Guilherme Melo (PPR).⁹³ O novo chefe do Executivo assumiu o governo piauiense em 30 de março de 1994, promovendo a alteração da composição dos quadros político-administrativos do estado.

Dos secretários exonerados, com a mudança do governador, uma parte significativa disputou as eleições daquele ano. Dos 16 secretários do último gabinete do Governo Freitas Neto, seis concorreram às eleições e quatro continuaram à frente de alguma pasta do Governo Guilherme Melo. Dos secretários que permaneceram, três eram do PFL e um não possuía filiação. Essa era parte da estratégia do governador em manter a base aliada no novo governo formado. O governador ampliou a proporção de filiados ao PPR, mantendo, ainda, a maioria do secretariado composto por pefelistas. Isso evidencia que, mesmo com a saída de Freitas Neto, o governador do PPR manteve o compromisso partidário com os pefelistas.

⁹³ Em 1993, o Partido Democrático Social (PDS) se fundiu ao Partido Democrático Cristão (PDC) dando origem ao Partido Progressista Reformador (PPR) que se tornaria, em 1995, no Partido Progressista Brasileiro (PPB).

Manter os aliados do PFL no governo era parte da estratégia eleitoral do PPR estadual. Após a cisão interna que levou a criação do PFL, o PDS (transformado, em 1993, em PPR) perdeu força política no nível nacional e estadual, diminuindo substancialmente sua representação na Assembleia.⁹⁴ Obter um número maior de cadeiras no Legislativo estadual era fundamental para as pretensões políticas do partido. Manter a aliança com o PFL (partido eleitoralmente mais forte do estado naquele momento) possibilitava ao PPR alavancar as candidaturas de seus partidários.

Guilherme Melo governou o estado por nove meses, nomeando 16 secretários para a composição inicial do gabinete. Conforme o Quadro 4.4, dos nomeados, sete não eram filiados a partidos políticos (43,75%). Os outros nove secretários (56,25%) eram filiados, em sua maioria, ao PFL e ao PPR. Os pefelistas ocuparam cinco pastas (31,25%), enquanto o partido do governador ficou com quatro (25%).

O PPR, apesar de ter sido o partido do governador, conquistou menos cadeiras do que o PFL, porém ampliou seu peso na composição das pastas. Enquanto no Governo Freitas Neto o partido ocupou apenas duas secretarias, no momento de formação do governo, Guilherme Melo nomeou quatro filiados ao seu partido e diminuiu sensivelmente o número de filiados ao PFL, ampliando a proporção dos não-filiados.

ÁREA	SECRETARIAS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
POLÍTICA	GOVERNO	Sem filiação
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	PPR
	ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS	PPR
	REPRESENTAÇÃO DO GOV. EM BRASÍLIA	PFL
	PROGRAMAS ESPECIAIS	Sem filiação
ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA	FAZENDA	Sem filiação
	AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E RECURSOS HÍDRICOS	PFL
	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PFL
	PLANEJAMENTO	Sem filiação
	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Sem filiação
SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO	PFL
	SAÚDE	PPR
	EDUCAÇÃO	PFL
	TRABALHO E AÇÃO COMUNITÁRIA	PPR
	SEGURANÇA PÚBLICA	Sem filiação
	JUSTIÇA E CIDADANIA	Sem filiação

Quadro 4.4 – Composição partidária do primeiro gabinete nomeado no Governo Guilherme Melo (1994).

Fonte: Dados contidos no Apêndice C.

⁹⁴ O mesmo vinha acontecendo no caso nacional. O PDS elegeu, em 1982, 50,2% das cadeiras para as Assembleias Legislativas nos estados brasileiros. Em 1986 (posterior à criação do PFL), o partido conquistou apenas 9,6% das vagas nos Legislativos estaduais. Em 1990, a queda do partido se acentuou ainda mais, conquistando apenas 8,6% das cadeiras. Houve uma nítida perda de espaço político, inicialmente, para o PFL e, posteriormente, para outros partidos.

Além disso, o PPR ampliou sua proporção de secretários na área política, conquistando, dentre elas, a Secretaria de Articulação com os Municípios, fundamental para a ampliação do capital político do partido junto às lideranças municipais, essencial para os objetivos eleitorais de seus partidários.

O governador mudou apenas dois secretários. Com isso, foram nomeados, ao todo, 18 secretários durante o governo, no qual oito não eram filiados (44,44%). Dos dez filiados indicados (55,55%), seis eram do PFL (33,33%) e quatro do PPR (22,22%). Apesar de possuir uma quantidade significativa de não-filiados, há a presença marcante de filiados no governo. O número sensível de filiados ao PFL no governo se deve à necessidade de reforçar seu capital político no período eleitoral, fundamental para a disputa para o Governo do Estado. Por sua vez, o PPR, que elegera quatro deputados estaduais em 1990, tentava ampliar sua força política na Assembleia.

Comparando o peso da coalizão PFL-PPR(PDS) entre os eleitos para a Assembleia Legislativa e o primeiro gabinete nomeado por Guilherme Melo, observa-se que, com o novo governador, o PPR ocupou mais espaço político no gabinete, em comparação ao pouco peso que possuía na Assembleia (Ver Tabela 4.6). Contudo, a coalizão que dava base de sustentação ao governo, centrada principalmente no PFL e no PPR (PDS), era maioria na Assembleia, principalmente devido ao peso do PFL. Dessa forma, nota-se, novamente, a importância estratégica do PPR em manter compromissos junto aos pefelistas, pois poderia ser decisivo no desempenho eleitoral das candidaturas do partido.

Tabela 4.6 – Proporção entre composição partidária de aliados no primeiro gabinete nomeado por Guilherme Melo e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido (1994).

PARTIDOS	SECRETARIAS	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PFL	31,25%	40,00%
PPR	25,00%	13,33%
TOTAL	56,25%	53,33%

Fonte: Dados contidos no Apêndice C e no Anexo E.

Enfim, para as eleições de 1994, o PFL se estruturara visando manter ou mesmo ampliar o número de cadeiras na Assembleia e Câmara, conquistar as duas vagas para o Senado e eleger o governador do estado. Com o apoio do PPR e por ser a agremiação partidária estadual mais forte eleitoralmente, possuía boas chances de obter êxito na empreitada.

4.2.4 PRIMEIRO GOVERNO MÃO SANTA (1995-1998)

As eleições de 1994 poderiam marcar a supremacia do PFL no estado. O partido se unia novamente ao PPR, partido do governador Guilherme Melo, e ao PTB, PL e PP. Na disputa para o Senado, Freitas Neto (PFL), recém-saído do governo, foi eleito a uma das cadeiras destinadas a casa, assim como seu primo, Hugo Napoleão (PFL), que disputava a reeleição.⁹⁵ Na disputa para a Câmara Federal, o partido manteve a hegemonia, conquistando cinco das dez cadeiras destinadas ao estado. Na Assembleia Legislativa, o partido ampliou ainda mais sua bancada, conquistando quatorze das trinta cadeiras disponíveis.

Esse quadro revela que o PFL firmava sua posição como partido mais forte do estado, o que poderia levar à vitória eleitoral da chapa pefelista na disputa para o Governo do Estado. O candidato pefelista era o ex-secretário de Educação do Governo Freitas Neto e deputado federal Átila de Freitas Lira. Apesar de ter sido derrotado em duas eleições para a Prefeitura de Teresina (1985 e 1988), o candidato tinha sido o deputado federal mais votado do estado nas eleições de 1990 e aproveitando-se do capital político adquirido quando esteve à frente da Secretaria de Educação, possuía boas chances de obter vitória no pleito para governador.

Seguindo a lógica das duas eleições anteriores, o pleito seria novamente polarizado entre uma chapa apoiada pelo PFL e outra apoiada pelo PMDB. O candidato peemedebista seria o ex-prefeito de Parnaíba-PI, Francisco de Assis Moraes Souza (Mão Santa). Segundo Roberto John Silva,

[...] o candidato pelo PMDB já havia sido preterido de se candidatar a Governador no início dos anos 90, quando ao externar sua vontade a Lucídio Portella, Presidente do PDS, foi duramente criticado por este, alegando que “Mão Santa” não tinha condições de governar o Piauí. O pretense candidato tinha sido prefeito de sua cidade, Parnaíba, na década de 70, pela ARENA e deputado estadual, pelo PDS, no início dos anos 80 e, nas duas ocasiões foi liderado por Lucídio Portella. Por conta disso, Moraes Souza rompeu com o PDS e aproximou-se de Alberto Silva, do PMDB. Este partido, por falta de quadros naquele momento, aceita “Mão Santa”, que é candidato praticamente sozinho no interior do partido (SILVA, 1999, p. 298).

Apesar disso, Mão Santa foi candidato por uma coligação ampla, que envolvia, além do PMDB, PSDB, PDT, PPS, PMN e PCdoB. Do outro lado, Átila Lira foi candidato

⁹⁵ Hugo Napoleão conquistou 31,08% dos votos válidos, enquanto Freitas Neto atingiu 27,06%. O terceiro colocado, Francisco das Chagas Rodrigues, alcançou 17,26%, Celso Barros Coelho, 12,62%, Antônio Pereira de Sousa, 5,99% e Gerardo Tibúrcio Dantas, 5,98.

pela coligação que abarcava PFL, PPR, PL, PTB e PP.⁹⁶ A eleição ocorreu em dois turnos, assim como as eleições de 1990. No primeiro turno, Átila Lira conquistou 44,9% dos votos válidos e Mão Santa 37,4%. Além das duas chapas, Nazareno Fonteles do PT (coligação PT-PSB), que já havia sido candidato ao Governo do Estado em 1986, conquistou 15,2% dos votos e Marciano Silveira Neto (PRN) alcançou 2,6%.

Apoiando Mão Santa estavam Alberto Silva do PMDB (ex-governador do estado no período 1987-1991), Wall Ferraz do PSDB (prefeito de Teresina) e Chagas Rodrigues do PSDB (ex-governador no período 1959-1962 e senador no período 1987-1994). Do lado de Átila Lira, estavam a força eleitoral do PFL, o apoio dos prefeitos do interior, além o apoio do governador Guilherme Melo (PPR), Lucídio Portella (PPR) e dos senadores eleitos Hugo Napoleão e Freitas Neto, ambos do PFL.

Contudo, mesmo com a vantagem adquirida no primeiro turno, Átila Lira foi derrotado no segundo turno, atingindo apenas 44,2% dos votos válidos. Apesar disso, o candidato acrescentou mais de cem mil votos aos do primeiro turno (o pefelista conquistou 378.947 votos, no primeiro momento, e 487.635 votos no segundo). Com a diminuição substancial do número de votos em branco e nulo, houve também o aumento da quantidade de votos válidos, reduzindo a porcentagem do candidato pefelista. O número de votos válidos no segundo turno foi de 1.103.580, muito superior ao número atingido no primeiro, 844.791.

No primeiro turno, a quantidade de votos em branco foi de 327.818 e de nulos, 95.544. O número de votos em branco, no segundo turno, foi de 15.112, enquanto a de votos nulos foi de 64.231. A quantidade de votos em branco, no primeiro turno, foi quase 21 vezes superior aos mesmos no segundo turno. Nas eleições de 1990, o número de votos em branco, no primeiro turno, foi de 187.190, consideravelmente menor do que o registrado nas eleições de 1994.

Os indícios apontam que parte significativa dos eleitores indecisos que votaram em branco, no primeiro turno, e parte expressiva do eleitorado que votou na coligação PT-PSB transferiu seus votos para Mão Santa no segundo turno.⁹⁷ Com isso, o candidato partiu

⁹⁶ O vice na chapa de Átila Lira era Marcelo Coelho do PPR e o vice na chapa de Mão Santa era Osmar Araújo do PSDB.

⁹⁷ Conforme Roberto John Silva, “o PT e suas lideranças passam a ser assediados e, em encontro estadual, tira a posição política de não apoiar nenhum dos candidatos, deixando livres seus militantes para fazerem sua escolha no segundo turno. A decisão dos militantes, majoritariamente, mesmo de maneira isolada, é votar em ‘Mão Santa’ como uma forma de derrotar a estrutura política oligárquica que dominava o Estado há mais de 60 anos. O próprio Governador ‘Mão Santa’, admitiu, em palestra que proferiu a alunos de pós-graduação em São Paulo, dia 14 de maio de 1995, que ‘... não teria sido Governador sem o PT, que votou em mim sem negociar nada’” (SILVA, 1999, p. 301). Contudo, é importante frisar que, apesar da importância, não só os votos dados a Nazareno Fonteles do PT (128.054) foram responsáveis pela ampla vantagem conquistada por Mão Santa no segundo turno. Mesmo se a transferência de votos fosse completa, Mão Santa teria atingido 507.001 votos, ou

de 316.200 votos, no primeiro turno, para 615.945, no segundo turno. Mão Santa consagrou-se governador do estado, conquistando 55,8% dos votos válidos.

Como foi descrito, o PFL conseguiu ampla maioria na Assembleia Legislativa, com 14 cadeiras, além das seis vagas obtidas pelo PPR e da única cadeira obtida pelo PL, conquistando, ao todo, uma bancada aliada de 21 deputados. Com isso, Mão Santa obteve número reduzido de aliados no Legislativo estadual. Porém, a força política do governador foi capaz de equilibrar o quadro desfavorável na Assembleia. Uma das evidências disso é que dos secretários nomeados para compor o primeiro gabinete do Governo do Estado, a maioria dos filiados eram do PMDB (ver Quadro 4.5).

ÁREA	SECRETARIAS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
POLÍTICA	GOVERNO	PMDB
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	PSDB
	ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS	PMDB
	REPRESENTAÇÃO DO GOV. EM BRASÍLIA	Registro não encontrado *
	PROGRAMAS ESPECIAIS	PMDB
ECONÔMICO- ADMINISTRATIVA	FAZENDA	Sem filiação
	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	Sem filiação
	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Sem filiação
	PLANEJAMENTO	Sem filiação
	ADMINISTRAÇÃO	PMDB
	INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	PSDB
SOCIAL	SAÚDE	Sem filiação
	EDUCAÇÃO	PSDB
	TRABALHO E AÇÃO COMUNITÁRIA	PMDB
	SEGURANÇA PÚBLICA	PL
	JUSTIÇA E CIDADANIA	PMDB

Quadro 4.5 – Composição partidária do primeiro gabinete nomeado no Governo Mão Santa (1995).

Fonte: Dados contidos no Apêndice D.

* Não foi possível a verificação do primeiro nomeado da pasta.

Segundo os dados explicitados no Quadro 4.5, dos 16 nomeados para a composição do primeiro secretariado do Governo do Estado, em 1995, cinco não eram filiados (31,25%). Desse total, seis eram do PMDB (37,5%), três do PSDB (18,75%) e um do PL (6,25%). Apesar do PL ter composto a chapa adversária, Juarez Piauhyense de Freitas Tapety apoiou a candidatura de Mão Santa, o que possibilitou alçá-lo a um cargo de primeiro escalão no Governo do Estado.⁹⁸ Dessa forma, a coalizão partidária PMDB-PSDB compôs a maioria das secretarias: nove ao todo (56,25%).

seja, 46% dos votos válidos. O candidato peemedebista alcançou 615.945 de votos no segundo turno, bem além da soma das votações de Mão Santa e de Nazareno Fonteles, no primeiro turno. Os indícios apontam que os eleitores indecisos do primeiro turno, que votaram em branco, tiveram papel fundamental na escolha do governador, conforme descrito.

⁹⁸ Em 10 de dezembro de 1995, Juarez Piauhyense de Freitas Tapety migrou do PL para o PMDB, aderindo, formalmente, ao partido do governador Mão Santa.

O PMDB ocupou a maioria das pastas, inclusive secretarias de peso, como a Secretaria de Governo e a Secretaria de Administração. Já o PSDB conquistou importante pasta, a Secretaria de Educação. Dos seis peemedebistas indicados, três foram para pastas na área política, o que significa que o partido do governador ficou com 60% das secretárias dessa área. Isso evidencia a importância de se ocupar as secretárias políticas, principalmente quando se visam retornos eleitorais futuros. Outro fato que reforça esse argumento é que todos os secretários que ocuparam a Secretaria de Governo (pasta mais importante da área política) eram filiados ao PMDB (ver Apêndice D).

Na área social, o governador optou por indicar dois secretários filiados ao PMDB (40% dos indicados da área), sendo as outras três pastas destinadas ao PSDB, PL e a um não-filiado.⁹⁹ Na área econômico-administrativa, dos seis secretários nomeados, quatro não possuíam filiação (66,67% da área). Os outros dois eram do PSDB e do PMDB.

O governador, buscando melhorar o desempenho de seu partido nas eleições posteriores para a Assembleia Legislativa, nomeou um gabinete cuja grande parte dos peemedebistas estava concentrada nas secretarias políticas. Além disso, considerando os 43 secretários nomeados durante o Governo Mão Santa, 24 eram do PMDB (55,81%), cinco eram do PSDB (11,63%), um do PL (2,32%) e outro do PTB (2,32%), totalizando 31 filiados (72,1%). Apenas doze eram não filiados (27,90%).

O alto número de peemedebistas indicados, ao longo do mandato, mostra que o PMDB foi ganhando gradualmente mais espaço frente aos aliados e à indicação de não-filiados. O governo tendeu a ser, cada vez mais, partidário, centrado principalmente no partido do governador. Contudo, desde o primeiro gabinete formado, o PMDB tinha grande preponderância sobre os aliados. O partido do governador, como de praxe, tem participação no governo desvinculada do peso da agremiação na Assembleia Legislativa.

No momento eleitoral, os partidos governistas, principalmente o partido do governador, costumam obter melhores resultados nas eleições. O desempenho eleitoral dos partidos, na ocupação de vagas da Assembleia, depende diretamente da posição que estes ocuparam durante os quatro anos de governo estadual. O PMDB era oposição ao Governo Freitas Neto e Guilherme Melo, por isso teve forte queda no seu desempenho eleitoral, pois deixou de ocupar importantes cargos político-administrativos, que contribuem sensivelmente para alavancar candidaturas.

⁹⁹ Paulo Afonso Lages Gonçalves, quando assumiu a Secretaria de Educação em 1995, não possuía filiação partidária. Filiou-se ao PMDB em 19 de setembro de 1997, quando ainda era secretário.

Segundo a Tabela 4.7, a coalizão PMDB-PSDB ficou com 56,25% das pastas do primeiro gabinete do Governo Mão Santa, proporção bem superior ao peso da coalizão na Assembleia, 20%. O governador, dessa forma, longe de obter a maioria no Legislativo estadual, nomeou peemedebistas e peessedebistas para mais da metade das secretarias disponíveis. Reafirme-se, então, que, no momento de formação de governos, o partido do governador, mesmo que tenha pouco peso no Legislativo, vai compor a maioria dos cargos de primeiro escalão do governo.

Tabela 4.7 – Proporção entre composição partidária de aliados no primeiro gabinete nomeado por Mão Santa e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido (1995).

PARTIDOS	SECRETARIAS	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PMDB	37,50%	16,67%
PSDB	18,75%	3,33%
TOTAL	56,25%	20,00%

Fonte: Dados contidos no Apêndice D e no Anexo F.

Dentre os secretários nomeados, pode-se destacar a presença de cinco deputados estaduais – Kleber Eulálio, Francisco das Chagas Damasceno, Antônio Moraes Sousa, Warton Santos, Raimundo Carboreto e Francisco Donato Filho, todos do PMDB (ver Anexo F). Desses, apenas Francisco das Chagas Damasceno e Raimundo Carboreto não se reelegeram, pois não se candidataram à reeleição. Além disso, observou-se que o peemedebista Themístocles de Sampaio Filho (ex-Secretário de Justiça e da Cidadania) foi eleito para a Assembleia.

A estratégia do governador, em compor seu gabinete com deputados estaduais peemedebistas, foi útil para o partido – já que contribui para a reeleição de seus filiados – e para seus objetivos pessoais de obter êxito nas eleições. O peso do partido do governador, na composição de quadros políticos, indicava que, mais uma vez, o Executivo estadual tinha a capacidade de delinear a dinâmica político-eleitoral no estado.

4.2.5 SEGUNDO GOVERNO MÃO SANTA (1999-2001)

Em 1998, realizaram-se as primeiras eleições no qual o governador poderia se candidatar à reeleição.¹⁰⁰ Dada à possibilidade, Mão Santa lançou-se candidato ao Governo do Estado. Ao lado do governador estava a força política do Governo do Estado, do PMDB e de uma coligação que uniu oito partidos (PMDB, PDT, PTB, PL, PPS, PSDC, PRONA e PCdoB). O vice era do PCdoB, Osmar Ribeiro de Almeida Júnior.

A chapa desafiante teria à frente novamente um candidato do PFL, Hugo Napoleão, político mais tradicional do que o pleiteante anterior do partido, Átila Lira. O pefelista já havia sido governador do estado entre 1983 e 1986, ministro da Educação no governo Sarney e era senador eleito no último pleito. Uniram-se à candidatura sete partidos PFL, PPB (ex-PPR), PSL, PAN, PV, PRP e PT do B. O PPB indicou o vice da chapa, Felipe Mendes de Oliveira.

O PSDB, dessa vez, não se coligou à chapa peemedebista, lançando candidato próprio, Francisco Gerardo, Prefeito de Teresina entre 1995 e 1996.¹⁰¹ Na coligação estavam, além do PSDB, o PT, o PSC e o PSB. Antônio José Medeiros, do PT, era o vice da chapa. Apesar da aliança entre dois partidos emergentes da política brasileira (PSDB e PT), a chapa não obteve os resultados eleitorais esperados, conquistando apenas 13% dos votos válidos.

As eleições seriam novamente polarizadas entre as duas tradicionais forças políticas estaduais: PMDB e PFL. O PMDB, aproveitando o capital político adquirido ao longo da gestão de Mão Santa, alavancou os votos dos candidatos peemedebistas à Assembleia Legislativa e à Câmara dos Deputados. O partido elegeu quatro deputados de dez vagas. Já na Assembleia, o PMDB elegeu nove deputados, quatro a mais do que na eleição anterior. Além disso, elegeu Alberto Silva, do PMDB, ao Senado.

O PFL elegeu o mesmo número de deputados federais que o PMDB (quatro), além de ter elegido dez deputados estaduais, conquistando a maior bancada na Assembleia Legislativa. Todavia, comparando esse desempenho ao de 1994, onde o partido conquistou 14 cadeiras, pode-se afirmar que o partido se retraiu. O declínio da força eleitoral do PFL no estado, por um lado, e o crescimento do PMDB, por outro, é um indicativo da importância do

¹⁰⁰ A Emenda Constitucional nº 16 de 04 de junho de 1997, entre outras alterações, deu nova redação ao Parágrafo 5º do art. 14. Estabeleceu nele que “o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente”. Estava estabelecida a reeleição para os cargos majoritários.

¹⁰¹ Francisco Gerardo era vice-prefeito de Teresina e assumiu a Prefeitura depois do falecimento de Wall Ferraz, em 1995.

chefe do Executivo estadual no sentido de alavancar as candidaturas dos partidos que compõem o governo. Obter o controle do governo estadual, dessa forma, é fundamental para conquistar apoios junto às lideranças políticas estaduais. Eleger o governador do estado é, portanto, fundamental para o desenvolvimento das agremiações que participam do governo. O PSDB, por exemplo, partido do então vice-governador, que obteve pastas no primeiro escalão do governo estadual, ampliou sua bancada de um para quatro deputados estaduais.

O primeiro turno das eleições para governador foi vencido por Hugo Napoleão, com 43,7% dos votos válidos, enquanto Mão Santa alcançou 40,6%. Porém, houve, novamente, grande quantidade de votos em branco e nulos (236.622 e 94.738, respectivamente).¹⁰² No segundo turno, o número de votos em branco e nulo diminuiu substancialmente (14.444 e 42.991, respectivamente), assim como nas eleições anteriores. Além dos votos destinados ao terceiro colocado, Francisco Gerardo do PSDB, os votos em branco foram fundamentais no segundo turno, assim como nas eleições de 1994.

Mão Santa foi, novamente, eleito governador do estado, num pleito bem mais acirrado do que o de 1994. O candidato peemedebista obteve 51% dos votos válidos contra 49% de Hugo Napoleão. Mão Santa partiu de 411.984 votos, no primeiro turno, para 637.232, aumentando em mais de 200 mil o número de votos. Mesmo se os 131.821 votantes que escolheram Francisco Gerardo, no primeiro turno, tivessem votado em Mão Santa no segundo turno, o candidato peemedebista não teria conquistado a vitória. Isso evidencia, mais uma vez, a importância da captação dos votos dos eleitores indecisos, que optaram por votar em branco no primeiro turno.

O resultado das eleições apontou para um quadro bem mais positivo para o PMDB do que nas eleições de 1994. Além disso, o partido, novamente, obteve a maior proporção de pastas no gabinete do governador. Conforme o Quadro 4.6, observa-se que o partido do governador foi indicado para sete secretarias (41,17%), obtendo proporção superior à conquistada no gabinete formado em 1995 (31,5%). Dos partidos coligados, o PPS obteve duas pastas (11,76%), o PTB uma (5,89%), o mesmo número obtido pelo PRONA (5,89%). Do total de 17 secretarias, quatro foram compostas por não-filiados (23,53%). O PSDB, que apoiou Mão Santa no segundo turno das eleições, foi indicado para duas secretarias (11,76%).

¹⁰² A quantidade de votos nulos dados no primeiro turno das eleições de 1998 foi similar ao das eleições de 1994, porém, a quantidade de votos em branco foi bem menor do que a das eleições anteriores. Enquanto, no primeiro turno das eleições de 1998, foram dados 236.622 votos em branco, em 1994 foram 327.818.

ÁREA	SECRETARIAS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
POLÍTICA	GOVERNO	PMDB
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	PMDB
	INTERIOR E ASSUNTOS MUNICIPAIS	PPS
	REPRESENTAÇÃO DO GOV. EM BRASÍLIA	PMDB
	PROGRAMAS ESPECIAIS	PTB
ECONÔMICO- ADMINISTRATIVA	FAZENDA	Sem filiação
	AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E IRRIGAÇÃO	Sem filiação
	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Sem filiação
	PLANEJAMENTO	PSDB
	ADMINISTRAÇÃO	PMDB
	INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	PMDB
	MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	PPS
SOCIAL	SAÚDE	PMDB
	EDUCAÇÃO	PSDB
	TRABALHO E AÇÃO COMUNITÁRIA	PRONA
	SEGURANÇA PÚBLICA	PMDB
	JUSTIÇA E CIDADANIA	Sem filiação

Quadro 4.6 – Composição partidária do primeiro gabinete nomeado no Governo Mão Santa (1999).

Fonte: Dados contidos no Apêndice E.

A coalizão partidária PMDB-PSDB-PPS-PSDB-PRONA-PTB compôs a maioria do secretariado, obtendo, nesse primeiro momento, 13 pastas (76,47%). Porém, o peso do partido do governador na composição do primeiro gabinete foi consideravelmente superior aos dos demais partidos. Secretarias, como Saúde, Administração e Governo foram ocupadas por filiados ao PMDB. O PSDB, apesar de indicar apenas dois secretários, ficou com outras duas secretarias de peso: Saúde e Planejamento. Os demais partidos ocuparam secretarias de menor importância.

Analisando, por área, o PMDB conquistou três secretarias políticas, do total de cinco (60% dos indicados da área), mesma quantidade e proporção de pastas nessa área ocupadas no primeiro gabinete formado em 1995. O mesmo aconteceu com as secretarias da área social, onde o PMDB repetiu a proporção conquistada no primeiro governo, ficando com duas pastas (40%) do total de cinco. Já na área econômico-administrativa, a proporção de filiados foi sensivelmente ampliada. Ao contrário de 1995, onde apenas 33% das secretarias da área foram ocupadas por filiados, em 1999 a proporção alcançou 57,14%, tendo o PMDB ocupado duas pastas das quatro que foram destinadas a filiados a partidos.

Considerando os 23 secretários nomeados durante o governo, onze eram do PMDB (47,83%), três do PSDB (13,04%), dois do PPS (8,69%), um do PTB (4,35%), um do PRONA (4,35%) e outro do PCdoB (4,35%), totalizando 19 filiados (82,61%). Apenas quatro indicados não eram filiados a partidos (17,39%). O governador nomeou alto número de

filiados ao PMDB, mas proporcionalmente inferior ao estabelecido no primeiro governo (55,81%).

Dos nomeados, ao longo do mandato, seis eram deputados estaduais, sendo quatro do PMDB (Themístocles Filho, Marcelo Castro, Francisco Donato Filho e Warton Santos), um do PSDB (José Roncalli) e um do PCdoB (Olavo Rebelo). Na eleição de 2002, Marcelo Castro foi eleito para a Câmara Federal e os outros deputados estaduais foram reeleitos. Apenas Olavo Rebelo não foi reconduzido.

Analisando a relação estabelecida entre a composição partidária do primeiro gabinete nomeado por Mão Santa, em 1999, e o peso da coalizão governamental na Assembleia, observa-se grande desproporcionalidade entre o peso dos partidos no gabinete (76,47%) e o peso dos mesmos na Assembleia (43,33%) (ver Tabela 4.8). Apesar de a coalizão ter obtido número maior de cadeiras se comparado ao governo anterior (20%), verifica-se que a nomeação de secretários não obedece à proporção dos partidos da base do governo na Assembleia.

Tabela 4.8 – Proporção entre composição partidária de aliados no primeiro gabinete nomeado por Mão Santa e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido (1999).

PARTIDOS	SECRETARIAS	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PMDB	41,17%	30,00%
PSDB	11,76%	13,33%
PPS	11,76%	0%
PTB	5,89%	0%
PRONA	5,89%	0%
TOTAL	76,47%	43,33%

Fonte: Dados contidos no Apêndice E e no Anexo G.

Nota-se, então, que o governador ampliou o leque de partidos que passou a compor o gabinete, mantendo elevado número de filiados ao PMDB. O partido do vice-governador (PCdoB) não obteve nenhuma cadeira no gabinete. Já o PSDB, que apoiou Mão Santa no segundo turno da eleição e obteve representação mais expressiva no Legislativo do que nas eleições de 1994, novamente compôs a arena governamental. Outros partidos que formaram a coligação junto ao PMDB, em 1998, como o PPS, PTB e o PRONA, conquistaram secretarias estaduais, mas não elegeram deputados na Assembleia.

4.2.6 GOVERNO HUGO NAPOLEÃO (2001-2002)

Antes mesmo de completarem o mandato, o governador Mão Santa, do PMDB, e o vice Osmar Júnior, do PCdoB, tiveram seus mandatos cassados, após decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 16 de novembro de 2001. A ação foi impetrada pelo candidato derrotado, o senador Hugo Napoleão do PFL, que denunciou abuso de poder econômico por parte de Mão Santa, durante a campanha eleitoral em 1998, quando se reelegeu. Hugo Napoleão assumiu o cargo de governador do estado em 19 de novembro de 2001, tendo como vice Felipe Mendes, do PPB.

Hugo Napoleão, que assumiu o governo faltando menos de um ano para as eleições seguintes, utilizou os cargos político-administrativos como forma de alavancar as candidaturas dos aliados, principalmente dos pefelistas. Conforme o Quadro 4.7, nota-se que filiados ao PFL foram indicados para dez secretarias (58,82%), incluindo secretarias de peso, como Governo, Saúde e Educação. O partido do vice-governador, PPB, conquistou duas secretarias (11,77%), sendo consideradas de peso: Planejamento e Administração. A coalizão PFL-PPB conquistou, assim, doze secretarias (70,59%). As outras cinco pastas (29,41%) foram compostas por não-filiados.

ÁREA	SECRETARIAS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
POLÍTICA	GOVERNO	PFL
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Sem filiação
	INTERIOR E ASSUNTOS MUNICIPAIS	PFL
	REPRESENTAÇÃO DO GOV. EM BRASÍLIA	PFL
	PROGRAMAS ESPECIAIS	Sem filiação
ECONÔMICO- ADMINISTRATIVA	FAZENDA	Sem filiação
	AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E IRRIGAÇÃO	PFL
	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PFL
	PLANEJAMENTO	PPB
	ADMINISTRAÇÃO	PPB
	INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Sem filiação
SOCIAL	MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	PFL
	SAÚDE	PFL
	EDUCAÇÃO	PFL
	TRABALHO E AÇÃO COMUNITÁRIA	PFL
	SEGURANÇA PÚBLICA	Sem filiação
	JUSTIÇA E CIDADANIA	PFL

Quadro 4.7 – Composição partidária do primeiro gabinete nomeado no Governo Hugo Napoleão (2001).

Fonte: Dados contidos no Apêndice F.

Examinando a composição das secretarias por área, pode-se perceber que o PFL focou na composição das secretarias políticas e sociais. O partido ficou com três das cinco pastas da área política (60%) e com quatro das cinco pastas da área social (80%). A presença de outro partido é encontrada na área econômico-administrativa, no qual o PPB indicou dois secretários (28,57%) e o PFL, três (42,85%).

Considerando os 33 secretários nomeados durante o Governo Hugo Napoleão, quatorze eram do PFL (42,42%), dois do PPB (6,06%), um do PT do B (3,03%), um do PTC (3,03%) e um do PPS (3,03%), totalizando 19 filiados (57,57%).¹⁰³ O PFL, dessa forma, obteve um número de secretários expressivamente maior do que dos outros partidos.

Dentre os nomeados, cinco eram deputados estaduais, sendo quatro do PMDB (Sebastião Leal Júnior, Wilson Brandão, Fernando Monteiro e Homero Castelo Branco Neto) e um do PPB (Judas Tadeu Maia). Todos conseguiram se reeleger para a Assembleia Legislativa, nas eleições de 2002. Assumir um cargo de primeiro escalão, dessa forma, é determinante para os fins eleitorais, principalmente daqueles que se candidatam à reeleição.¹⁰⁴

Verificando a composição partidária do primeiro gabinete do Governo Hugo Napoleão e o peso da coalizão na Assembleia, observa-se que 76,60% do gabinete foi formado pela coalizão PFL-PPB, enquanto a mesma possuía 43,33% na Assembleia (ver Tabela 4.9). Isso evidencia, mais uma vez, que, em geral, há desproporção entre o peso dos partidos na arena legislativa e na arena governamental.

Tabela 4.9 – Proporção entre composição partidária de aliados no primeiro gabinete nomeado por Hugo Napoleão e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido (2001).

PARTIDOS	SECRETARIAS	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PFL	58,82%	33,33%
PPB	11,77%	10,00%
TOTAL	70,60%	43,33%

Fonte: Dados contidos no Apêndice F e no Anexo G.

Com a saída de Mão Santa (PMDB), em 2001, seu adversário político, Hugo Napoleão (PFL), organizou seu gabinete de modo a possibilitar retornos eleitorais positivos para o partido e para seus aliados. Observa-se que, tendo a mudança do chefe do Executivo

¹⁰³ PPS e PTC, apesar de não terem composto a coligação eleitoral em 1998, tiveram partidários compondo o governo. Paulo de Tarso Tavares Silva (PPS), filho do ex-governador Alberto Tavares Silva (PMDB), foi secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, durante o Governo Mão Santa e, também, durante alguns meses do Governo Hugo Napoleão (ver Apêndices E e F).

¹⁰⁴ Dos parlamentares que assumiram alguma secretaria, o deputado federal do PFL e senador eleito em 2002, Heráclito Fortes, assumiu a Secretaria de Defesa Civil – que fora criada em 13 de dezembro de 2002 – ficando à frente da pasta até o final do mandato de Hugo Napoleão (ver Apêndice F), sendo secretário, portanto, num período posterior às eleições.

estadual, o governo geralmente altera seu perfil partidário. Os indícios reforçam, ainda mais, que a mudança política nos estados está ligada, portanto, ao desempenho dos partidos nas disputas eleitorais para o Governo do Estado.

4.2.7 PRIMEIRO GOVERNO WELLINGTON DIAS (2003-2006)

A dinâmica eleitoral em 2002 apresentou algumas diferenças em relação às eleições anteriores. A cassação de Mão Santa gerou a formação de nova correlação de forças na disputa para o Governo do Estado. O PMDB passou por grave desarticulação interna, o que ocasionou desempenho pífio na disputa para governador¹⁰⁵. Dessa forma, o partido deixara o caminho aberto para uma chapa de oposição melhor estruturada.

O PFL, que havia se enfraquecido nas eleições de 1998, tentou reocupar os espaços perdidos no cenário político estadual, aproveitando-se da projeção política que o Governo do Estado poderia dar. O partido, assim, lançou o governador Hugo Napoleão como candidato, apoiado pelo PSDB, PPB, PRTB, PSDC e PRP.¹⁰⁶

Dos partidos mais fortes que compuseram a coligação governista, estavam o PSDB e o PPB. O PSDB, que havia lançado candidato nas eleições de 1998 com apoio do PT e, posteriormente, apoiado o Governo Mão Santa, coligou-se ao PFL na disputa para o Governo do Estado.¹⁰⁷ O PPB, cujas lideranças eram aliadas ao PFL desde as eleições estaduais de 1990, manteve o apoio também nas eleições de 2002.

Desde as eleições de 1982, há a presença de candidatos do PT nas eleições para o Governo do Estado, com exceção do pleito de 1998, na qual o partido apoiou a candidatura peessedebista de Francisco Gerardo. Para as eleições de 2006, Wellington Dias, inicialmente, foi lançado como candidato ao Senado. Contudo, o bom desempenho como deputado federal o fez obter intenções de voto favoráveis nas pesquisas eleitorais, o que fez o partido realocar

¹⁰⁵ Jônathas Nunes do PMDB, candidato pela coligação PMDB-PST obteve apenas 41.881 votos, o equivalente a 3,1% dos votos válidos.

¹⁰⁶ O vice da chapa era Fernando Fortes Said do PSDB.

¹⁰⁷ O prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB), apoiou publicamente Mão Santa (PMDB), quando este fora cassado, em 2001. Naquele período, o prefeito estava sendo cotado como possível candidato ao Governo do Estado, apoiado pelo ex-governador peemedebista. Entretanto, no ano seguinte, o PSDB se coligou ao PFL (principal adversário de Mão Santa e de seu partido), que lançou o governador Hugo Napoleão como candidato à reeleição.

sua candidatura ao Governo do Estado.¹⁰⁸ A coligação contava com oito partidos: PT, PTN, PCdoB, PL, PT do B, PAN, PCB e o PMN. O PT, apesar de ter organizado uma aliança ampla, não se aliara formalmente a grandes partidos.¹⁰⁹ Porém, aproveitou o espaço de oposição deixado pelo PSDB e, principalmente, pelo PMDB, para fortalecer sua candidatura.

O grande acirramento entre as chapas pefelista e petista, mostrado pelas pesquisas eleitorais do período, indicava um possível segundo turno. Entretanto, a ausência de outras candidaturas fortes e a excessiva polarização em torno das duas chapas, levou a decisão ainda no primeiro turno, dando a vitória à Wellington Dias do PT, com 51% dos votos válidos, contra 44,1% do governador Hugo Napoleão, do PFL.¹¹⁰

Mesmo com a derrota para o Governo do Estado, o PFL conquistou a maior bancada na Assembleia Legislativa, com nove deputados. Dos partidos aliados, o PSDB elegeu quatro parlamentares, assim como na eleição anterior, o mesmo número conquistado pelo, também aliado, PPB. A coligação, dessa forma, elegeu 17 cadeiras das 30 disponíveis.

O PMDB obteve a segunda maior bancada da Assembleia, com seis cadeiras, três a menos do que nas eleições anteriores. Conquistou apenas duas vagas para a Câmara Federal, mas elegeu Mão Santa ao Senado. Claramente, a saída do PMDB do governo teve efeito negativo para o partido nas eleições. Outro fator que pode ter contribuído para isso foi a ausência de uma candidatura majoritária que possibilitasse melhor desempenho eleitoral.¹¹¹ O partido se coligou somente com o PST.

O PT elegeu três deputados estaduais e, dentre os partidos aliados, o PL obteve uma cadeira. A bancada aliada ao governador eleito, dessa forma, era de apenas quatro deputados, o que poderia aumentar os custos de negociação de Wellington Dias junto às demais lideranças partidárias. A formação dos quadros político-administrativos do Governo

¹⁰⁸ O primeiro nome cotado para a candidatura ao Governo do Estado foi de Roberto John da Silva. Posteriormente, o PT o indicou para a candidatura do Senado e Wellington Dias ao Governo do Estado. Essa estratégia foi fundamental para a vitória do partido nas eleições para governador, já que Wellington Dias era um nome com mais peso eleitoral que o de Roberto John. Wellington Dias havia construído uma carreira parlamentar bem sucedida, tendo sido vereador, deputado estadual e deputado federal. Roberto John, não foi eleito ao Senado, conquistando 17,5% dos votos válidos (433.517 votos). Os eleitos ao Senado foram Heráclito Fortes do PFL, com 27% dos votos válidos (617.076 votos) e Mão Santa do PMDB, com 26,8% (664.600 votos). Freitas Neto do PSDB com 22,5% (559.786 votos) não foi eleito, ficando em terceiro, acompanhado pelo candidato petista, na quarta colocação.

¹⁰⁹ O vice da chapa era Osmar Júnior do PCdoB, que havia sido vice-governador no período 1998-2001.

¹¹⁰ Os demais candidatos somaram apenas 4,9% dos votos válidos, indicando a ausência de uma terceira candidatura majoritária com mais peso eleitoral.

¹¹¹ Wellington Dias ainda contou com o apoio não-formal de outros candidatos e partidos, como no caso do PMDB. Segundo Washington Bonfim, “os demais candidatos a governador de oposição, à exceção do representante do PSB [Joaquim Saraiva, que obteve 0,7% dos votos válidos], apoiaram veladamente Wellington Dias quando constataram suas possibilidades de vitória no primeiro turno. No caso do PMDB, grande parte da infra-estrutura na reta final, em termos de transporte e arrecadação financeira, foi fornecida pelo partido” (2002, p. 4).

do Estado incluiu a presença de outros partidos, mas com participação predominante do partido do governador.

Conforme o Quadro 4.8, dos partidos coligados, apenas o partido do governador, PT, e o partido do vice-governador, PCdoB, ocuparam pastas do gabinete do governo. Das 18 secretarias, o PT conquistou oito pastas (44,44%), seguido pelo PCdoB, que obteve duas (11,11%). Filiados a outras agremiações participaram da formação do governo, como do PSDB que obtiveram duas pastas (11,11%), do PFL uma (5,55%) e do PDT também uma (5,55%). Isso evidencia que o governador ampliou o leque de aliados, no momento de formação de governos.

ÁREA	SECRETARIAS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
POLÍTICA	GOVERNO	PT
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	PT
	INTERIOR E ASSUNTOS MUNICIPAIS	PT
	REPRESENTAÇÃO DO GOV. EM BRASÍLIA	Sem filiação
	PROGRAMAS ESPECIAIS	PSDB
ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA	FAZENDA	PT
	AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E IRRIGAÇÃO	PT
	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PFL
	PLANEJAMENTO	PT
	ADMINISTRAÇÃO	PT
	INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Sem filiação
	MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	PCdoB
SOCIAL	SAÚDE	PT
	EDUCAÇÃO	Sem filiação
	TRABALHO E AÇÃO COMUNITÁRIA	PSDB
	SEGURANÇA PÚBLICA	PCdoB
	JUSTIÇA E CIDADANIA	Sem filiação
	DEFESA CIVIL	PDT

Quadro 4.8 – Composição partidária do primeiro gabinete nomeado no Governo Wellington Dias (2003).

Fonte: Dados contidos no Apêndice G.

Além do partido do governador ter conquistado a maior parte do gabinete, conseguiu ocupar todas as secretarias de peso: Governo, Fazenda, Planejamento, Administração e Saúde. Ademais, analisando por área, filiados ao PT estiveram à frente, principalmente, das secretarias políticas e econômico-administrativas. Na área política, o partido ficou com três pastas (60% dos indicados da área) e, na área econômico-administrativa com quatro (57,14%). Na área social, o partido obteve apenas uma pasta (16,66%). O PSDB, o PCdoB e o PDT ocuparam cada qual uma secretaria.

No primeiro momento, portanto, o partido do governador tinha a preocupação de ampliar a força política do partido no interior do estado, centrando seus indicados nas

secretarias de maior peso e nas áreas onde são articulados acordos com as lideranças políticas locais. Adquirir capital político era essencial para os objetivos eleitorais do partido.

A presença de partidos que não se coligaram ao PT indica que não se pode considerar todos os partidos aos quais os secretários se vinculam como parte da coalizão governamental. Isso se aplica, especialmente, ao caso do PFL e do PSDB, que foram adversários do PT nas eleições, mas tiveram secretários nomeados pelo governador. Isso decorreu do fato de que a dinâmica eleitoral de 2002, que possibilitou a vitória da chapa comandada pelo PT (partido com reduzida força política no estado, até então) e a derrota da chapa conduzida pelo PFL (partido composto por atores tradicionais que vinham perdendo espaço no cenário político estadual) gerou um novo reordenamento de forças no estado.

Analisando o caso do PFL, observa-se que o único pefelista indicado – Bertolino Madeira Campos – foi nomeado Secretário de Obras e Serviços Públicos, ficando a frente da pasta até o final do governo, em 2006.¹¹² No caso do PSDB, nota-se que os dois peessedebistas nomeados – Rodrigo Ferraz e Luiz Ubiraci Carvalho – migraram, posteriormente, para partidos da base do governo (ver Apêndice G). Além disso, destaca-se, também, a presença de filiados ao PDT, PSB e PTB, que passaram a participar da base de apoio do Governo estadual, além do PMDB, que também participou da composição de secretarias, ao longo do governo.

Considerando os 49 secretários nomeados durante o Governo Wellington Dias, vinte e um eram do PT (42,86%), sete do PCdoB (14,29%), quatro do PMDB (8,16%), quatro do PSDB (8,16%), um do PFL (2,04%), um do PTB (2,04%), um do PTB (2,04%) e um do PL (2,04%), totalizando filiados a partidos (81,63%). Do total, nove não eram filiados a partidos (18,37%). O peso do partido do governador foi, portanto, bem superior ao peso dos outros partidos durante todo o mandato.

Dos partidos aliados ao governo, PCdoB e PMDB obtiveram o número mais expressivo de secretários indicados. O PMDB, mesmo não tendo tido nenhum secretário no primeiro gabinete nomeado, indicou quatro secretários ao longo do governo. Isso mostra a importância que as lideranças políticas do PMDB possuem na composição de governos no Piauí, principalmente devido ao seu peso no Legislativo.

Pode-se destacar, também, que, dos nomeados ao longo do mandato, cinco eram deputados estaduais, sendo dois do PMDB (Kléber Eulálio e João Henrique Rebêlo), um do

¹¹² Em 09 de junho de 2003, a Secretaria de Obras e Serviços Públicos transformou-se em Secretaria de Infra-Estrutura.

PT (Antônio José Medeiros), um do PSDB (Wilson Martins¹¹³) e um do PDT (Flávio Nogueira). Os dois peemedebistas foram reeleitos, assim como o pedetista. Wilson Martins foi eleito vice-governador, na chapa do governador Wellington Dias, e Antônio José Medeiros tornou-se deputado federal.

Analisando a composição inicial do governo, dentre os partidos da coligação formal, apenas PT e PCdoB participaram da formação do governo no primeiro momento (ver Tabela 4.10). Inclui-se, também, o PDT, que participou da base do governo desde o início do governo. A coalizão estabelecida no primeiro gabinete formado possuía 61,10% das pastas, proporção bem superior ao número de cadeiras ocupadas pelos partidos no Legislativo, 16,33%.

Nota-se que o acordo com as lideranças do PMDB e a inclusão de filiados ao PL e ao PTB foi necessário para ampliar a base de apoio ao governo. A tendência, ao longo do mandato, foi do governador tentar equilibrar o jogo político, fortalecendo aliados, sem deixar seu partido perder espaços na composição das principais pastas do gabinete.

Tabela 4.10 – Proporção entre composição partidária de aliados no primeiro gabinete nomeado por Wellington Dias e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido (2003).

PARTIDOS	SECRETARIAS	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PT	44,44%	10%
PCdoB	11,11%	0%
PDT	5,55%	6,66%
TOTAL	61,10%	16,33%

Fonte: Dados contidos no Apêndice G e no Anexo H.

A composição partidária do gabinete do governo indicou que, mesmo numa situação desfavorável na Assembleia Legislativa, o chefe do Executivo tende a nomear maior quantidade de filiados a partidos para o secretariado estadual. Contudo, com a finalidade de cumprir compromissos eleitorais e, com o intuito de fortalecer a agremiação partidária no estado, o governador incorporou aliados políticos, ampliando o leque de partidos que compuseram o governo.

¹¹³ Wilson Martins desfilou-se do PSDB, em 05 de abril de 2005, filiando-se ao PSB, em 12 de julho de 2005, quando ainda era Secretário de Desenvolvimento Rural.

3.2.8 SEGUNDO GOVERNO WELLINGTON DIAS (2007)

A dinâmica eleitoral do ano de 2006 apontou para um cenário no qual o governador, Wellington Dias possuía grande possibilidade de reeleição. Uma série de fatores poderiam explicar o favoritismo do petista, dentre os quais pode se destacar: 1) a boa avaliação do Governo Federal e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do mesmo partido do governador¹¹⁴; 2) os benefícios de programas sociais, como o Bolsa Família, fortemente vinculados à administração federal petista¹¹⁵; 3) o controle de recursos públicos por parte do governador, fundamentais na articulação de apoios junto às lideranças locais; e, por fim, 4) a fragmentação e desorganização da oposição, o que fortaleceu, conseqüentemente, a candidatura do governador.

Wellington Dias foi candidato, naquele pleito, pela coligação PT-PSB-PTB-PCdoB-PL. O PCdoB era o partido do vice-governador Osmar Júnior que, naquele pleito, disputou e foi eleito para a Câmara Federal. Com isso, o indicado a vice na chapa foi o deputado estadual Wilson Nunes Martins, do PSB.¹¹⁶ Dentre os outros aliados, o PTB tinha eleito, em 2002, um deputado estadual, assim como o PL. Ademais, um apoio fundamental adveio do candidato eleito ao Senado, João Vicente Claudino (PTB).¹¹⁷

No cenário político estadual, dois partidos se enquadravam na oposição ao governo: o PDSB e o PFL. O PSDB lançou Firmino Filho como candidato ao governo, com o apoio do PPS, do PV e do PT do B.¹¹⁸ A chapa optou por não se vincular ao PFL, pois, além da grande rejeição do partido por parte do eleitorado, a agremiação vinha, sistematicamente, perdendo espaço no estado. O PFL, por sua vez, não lançou candidatura própria ao Governo do Estado.

¹¹⁴ Durante a década de 1990 e de 2000 houve clara polarização da política nacional em torno de dois partidos: PT e PSDB. Todas as eleições para a presidência, desde 1994, tiveram votação concentrada em torno dos dois partidos. As duas últimas eleições (em 2002 e 2006) foram vencidas por Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Isso poderia gerar um efeito positivo sobre os candidatos petistas nos estados brasileiros. Sobre esta proposição, Cleber de Deus afirma que “aliadas à tese da nacionalização da competição política entre PSDB e PT neste segundo experimento democrático, tais evidências parecem corroborar a idéia da influência da eleição presidencial no cenário político piauiense. [...] Wellington Dias (PT) pegou carona na ‘performance’ do governo federal” (2009, p. 02). Apesar de esta ser uma variável necessária para compreender a eleição de governadores petistas, deve-se ter em mente as variáveis contextuais que também têm forte poder explicativo.

¹¹⁵ Segundo Cleber de Deus, “o gasto total deste programa em 2006 foi de R\$ 7,524 bilhões. Nos estados da região Nordeste foram aplicados 53,7% deste montante” (2009, p. 02).

¹¹⁶ Wilson Martins foi eleito, em 2002, pelo PSDB, mas durante a gestão de Wellington Dias tornou-se um aliado do Governo do Estado, sendo, inclusive Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural, no período de 29 de março de 2005 a 30 de março de 2006. O deputado deixou o partido de oposição, PSDB, filiando-se ao PSB.

¹¹⁷ João Vicente Claudino é empresário, filho do maior empresário do estado, João Claudino Fernandes.

¹¹⁸ O vice da chapa foi Luiz Meneses, na época filiado ao PSDB.

O PMDB, a exemplo de 2002, estava internamente dividido. O partido lançou o senador Mão Santa, como candidato ao Governo do Estado, tendo o PP (ex-PPR)¹¹⁹, o PSC, o PCB, o PAN e o PTC como aliados.¹²⁰ Todavia, um segmento do PMDB não apoiou a chapa de seu partido, já que compunha a base de apoio do governo petista. Mão Santa (PMDB), por outro lado, tornou-se um crítico da administração petista federal e estadual.

A disputa para o Governo do Estado foi centrada nessas três chapas. O panorama apontado acima se confirmou e Wellington Dias foi reeleito, no primeiro turno, obtendo 61,7% dos votos válidos. O segundo colocado foi Mão Santa, com 25,3% dos votos, seguido pelo, terceiro colocado, Firmino Filho, que alcançou 12,2% dos votos válidos.¹²¹ A desarticulação e fragilidade das candidaturas de oposição frente à força da chapa governista justificam a diferença de votos entre a chapa eleita e as demais candidaturas.

O principal derrotado nas eleições foi o PFL, primeiro por não lançar candidato ao Governo do Estado e por não apoiar formalmente nenhuma chapa. Para a disputa para o Senado, Câmara Federal e Assembleia Legislativa, o partido se coligou ao PRONA. O ex-governador Hugo Napoleão não conseguiu ser eleito ao Senado, conquistando 23,2% dos votos válidos, contra 65,4% obtidos por João Vicente Claudino (PTB). Na Câmara, o partido obteve apenas duas cadeiras (metade das cadeiras conquistadas em 2002) e, na Assembleia, o PFL obteve quatro cadeiras, cinco a menos do que na eleição de 2002.

O PFL, desprovido da máquina estadual, perdeu os recursos de poder necessários à eleição de seus partidários. Além disso, não ocupou devidamente o espaço de oposição no estado, ocasionando um efeito eleitoral negativo ainda maior. Ademais, há de se considerar o enfraquecimento do partido no nível nacional. Sobre isso, Cleber de Deus afirma que:

A política nacional alça ao comando do poder executivo federal o PSDB e PT, isto é, endereça a competição política aos partidos de centro. Esses dois fenômenos, gradativamente, minaram as bases pefelistas na quase totalidade dos Estados brasileiros. Sem renovar seus hábitos e costumes políticos, o PFL entra numa rota decadente. As conseqüências desse fato para o PFL piauiense são imediatas: sem chances ou possibilidades de distribuir cargos, recursos, serviços, etc., inicia-se o esfacelamento dum partido incapaz de sobreviver na oposição. O aparato estatal foi o grande mantenedor da política clientelista norteadora das ações do PFL em toda sua história (DE DEUS, 2009, p. 4).

¹¹⁹ Os partidários do PP, aliados do PFL desde a eleição de 1990, optaram por se coligar ao PMDB.

¹²⁰ O vice na chapa foi Ciro Nogueira Lima (PP), pai do deputado federal Ciro Nogueira Filho, do mesmo partido.

¹²¹ Além das três candidaturas já destacadas, houve outras cinco, sendo estas: a de Edna Nascimento (PSOL-PSTU), José Avelar (PSL-PHS), Francisco Macedo (PMN), José Jonas Moura (PSDC) e Maria de Lourdes Melo (PCO). Estas chapas, juntas, obtiveram apenas 0,8% dos votos válidos.

A perda de força da oposição levou também ao fraco desempenho eleitoral do PSDB. Apesar de estar à frente da Prefeitura de Teresina desde o início da década de 1990, o partido não conseguiu se articular de modo a ocupar maior espaço no cenário político estadual. O partido elegeu três deputados estaduais, um a menos do que na eleição anterior.¹²² Na Câmara, o partido conseguiu apenas uma cadeira, uma a menos do que o pleito de 2002.

Já a parcela governista do PMDB saiu vitoriosa, enfraquecendo, ainda mais, a antiga liderança do partido, Mão Santa.¹²³ O partido, que ocupou alguns cargos político-administrativos estratégicos durante o primeiro mandato de Wellington Dias, conseguiu ampliar o número de cadeiras ocupadas na Assembleia Legislativa, passando de seis, nas eleições de 2002, para oito, no pleito seguinte. Com isso, o PMDB foi o partido que mais elegeu deputados estaduais no Piauí, feito nunca antes alcançado pela agremiação no estado.

Confirmando a hipótese de que partidos governistas obtêm votações mais expressivas nas eleições, o PT, que havia elegido três deputados estaduais em 2002, conquistou cinco cadeiras no Legislativo estadual, passando a ser, assim, o segundo maior partido na Assembleia. Com o apoio do PMDB, o governador obteve a maioria no Legislativo estadual, já que os partidos coligados ao PT (PSB, PTB, PCdoB e PL) obtiveram juntos seis cadeiras.

A bancada governista seria, a princípio, de 19 deputados, das 30 cadeiras disponíveis. No cálculo, ainda podem ser considerados os três deputados eleitos pelo PDT, que apesar de não comporem a coligação com o PT, eram da base aliada do governo durante o primeiro mandato, compondo inclusive algumas Secretarias de Estado¹²⁴.

Contudo, o gabinete do Governo estadual montado por Wellington Dias continuou tendo o PT como principal força, com cinco pastas (41,67%), acompanhado por uma cadeira ocupada pelo aliado, PCdoB (8,33%) (ver Quadro 4.9). Além disso, novamente houve a presença de um filiado ao PFL (8,33%), apesar das principais lideranças do partido

¹²² Antônio José de Moraes Souza Filho foi eleito deputado estadual pelo PSDB, em 2002. Após migração para o PMDB, o deputado se reelegeu no pleito seguinte. Assim como foi destacado em outra nota, Wilson Nunes Martins, deputado estadual eleito em 2002 pelo PSDB, migrou para o PSB, em 2005, e é o atual vice-governador do estado, eleito em 2006.

¹²³ O senador Mão Santa, percebendo a perda de espaço dentro do partido, pediu desfiliação do PMDB, em 2009, e se filiou ao PSC. Sendo um crítico das administrações petistas no âmbito estadual e federal, o PMDB (aliado político de ambos os governos) dificilmente escolheria seu nome para a disputa ao Senado, em 2010.

¹²⁴ Luiz Ubirací Carvalho (PDT) esteve à frente da Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Comunitária e Flávio Rodrigues Nogueira (PDT) foi Secretário de Estado de Defesa Civil, no período de janeiro de 2003 a março de 2004.

declararem oposição ao governo estadual.¹²⁵ Das doze secretarias, portanto, sete foram destinadas a filiados (58,33%) e cinco para não-filiados (41,67%).

ÁREA	SECRETARIAS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
POLÍTICA	GOVERNO	PT
	FAZENDA	PT
ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA	INFRA-ESTRUTURA	PFL
	PLANEJAMENTO	Sem filiação
	ADMINISTRAÇÃO	PT
	TRABALHO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TECNOLÓGICO E TURISMO	Sem filiação
	MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	PCdoB
	SAÚDE	Sem filiação
SOCIAL	EDUCAÇÃO E CULTURA	PT
	SEGURANÇA PÚBLICA	Sem filiação
	JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	Sem filiação
	ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	PT

Quadro 4.9 – Composição partidária do primeiro gabinete nomeado no Governo Wellington Dias (2007).

Fonte: Dados contidos no Apêndice H.

Apesar do grande número de partidos aliados ao governo, como foi destacado anteriormente, o governador compôs o gabinete, em sua maioria, por não-filiados e por petistas. Sugere-se, a partir disso, que as alianças são articuladas não apenas na composição das Secretarias de Estado, mas também na indicação de aliados para outras empresas ou órgãos públicos.

O PT conquistou as pastas mais relevantes do gabinete: Governo, Fazenda, Administração e Educação e Cultura. Além disso, conquistou, ainda, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania que, desde sua criação, em junho de 2003, tem sido ocupada por petistas. Além disso, o partido do governador foi o partido que mais conquistou pastas entre as três áreas.

As secretarias de caráter eminentemente político reduziram e tiveram suas atribuições assumidas pela Secretaria de Governo.¹²⁶ A pasta, assim, que já era fundamental na projeção política do partido do governo, ganhou ainda mais força com as mudanças ocorridas. Na área econômico-administrativa, partidários do PT conquistaram duas pastas (33,33%) das três mais importantes (Fazenda, Planejamento e Administração). PFL e PCdoB ficaram, cada um, com uma pasta neste área. Na área social, os petistas ficaram com duas secretarias (40%) e as outras três foram ocupadas por não-filiados.

¹²⁵ Em 28 de março de 2007, o Partido da Frente Liberal (PFL) decidiu pela mudança da sigla e do nome do partido, passando a ser denominado Democratas (DEM).

¹²⁶ A Lei Complementar nº42, de agosto de 2004, transferiu as competências do Gabinete do Governador, da Secretaria Extraordinária de Representação do Estado do Piauí em Brasília e da Secretaria de Gestão Interna para a Secretaria de Governo.

Em abril de 2007, foram criadas mais cinco secretarias (Defesa Civil, Cidades, Trabalho e Empreendedorismo, Transportes e Turismo) e a de Trabalho, Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Turismo passou a denominar-se Desenvolvimento Econômico e Tecnológico.¹²⁷ Em duas destas pastas, o governador comportou aliados do PDT e do PTB (Cidades e Desenvolvimento Econômico e Tecnológico). O deputado estadual Fernando Monteiro, do DEM, foi nomeado para a Defesa Civil, no momento da saída de Bertolino Madeira Campos (DEM) da pasta de Infra-Estrutura (ver Apêndice H).

Até o final de 2007, foram nomeados, ao todo, 24 secretários, sendo nove do PT (37,50%), dois do DEM (8,33%), dois do PMDB (8,33%), dois do PCdoB (8,33%), dois do PTB 8,33 (%) e um do PDT (4,17%). Do total, seis não eram filiados a partidos (25%). O peso do partido do governador continuou substancialmente superior aos dos outros partidos. Porém, foi possível verificar que, em menos de um ano, o governador teve de recompor o gabinete com indicados de um leque maior de partidos.

Dos partidos da coligação, apenas PT e PCdoB compuseram a formação inicial do gabinete, assim como em 2003. Segundo a Tabela 4.11, enquanto os dois partidos ocuparam metade do gabinete, tiveram apenas 20% das cadeiras da Assembleia. Novamente, verifica-se significativa desproporção entre a composição partidária inicial da coalizão governamental e o peso desta no Legislativo estadual.

Tabela 4.11 – Proporção entre composição partidária de aliados no primeiro gabinete nomeado por Wellington Dias e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido (2007).

PARTIDOS	SECRETARIAS	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PT	41,67%	16,67%
PCdoB	8,33%	3,33%
TOTAL	50,00%	20,00%

Fonte: Dados contidos no Apêndice H e no Anexo I.

Os partidos que dão sustentação ao governo ocuparam as pastas do gabinete, de forma sistemática ao longo do mandato, assim como no primeiro governo de Wellington Dias. Mesmo não tendo contemplado número maior de aliados no primeiro gabinete nomeado, houve, ainda no primeiro ano de governo, a indicação de filiados a outros partidos (PMDB, PDT e PTB) para o gabinete estadual. Com estes, o governador passou a contar com maioria no Legislativo. Wellington Dias, assim como os demais, deu peso maior a seu partido na indicação de secretários, mas teve que formar seu governo com ampla coalizão de partidos, viabilizando politicamente seu governo.

¹²⁷ A Lei Complementar nº 83, de 12 de abril de 2007, estabeleceu a criação das secretarias citadas.

4.3 DESENVOLVIMENTO PARTIDÁRIO E DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS NO EXECUTIVO ESTADUAL: COMO OS PARTIDOS PARTICIPAM DOS GOVERNOS?

Em síntese, ficou constatado que a mudança política no cenário piauiense ocorreu vinculada às alterações ocorridas no Governo estadual. Apesar do retorno ao multipartidarismo, em 1979, apenas dois partidos tiveram preponderância no cenário político piauiense até 1985 (PDS e PMDB), o mesmo ocorrendo no nível nacional. Ambos partidos foram favorecidos pela estrutura organizativa herdada pelas agremiações do período militar, ARENA e MDB.

A partir de 1985, surgiu, no cenário estadual, o PFL, nascido de um grupo dissidente do PDS. Assim sendo, os pedessistas perderam força política para o novo partido, passando a ter, a partir das eleições de 1986, papel coadjuvante na composição de alianças visando às disputas majoritárias. A disputa para o Governo do Estado passou, então, a ser centrada entre pefelistas e peemedebistas, cenário este que se perpetua até a década de 2000, quando em 2002, o PT elegeu o governador do estado.

Com o florescimento de novas agremiações políticas no estado, que permitiu o surgimento de novos atores políticos no estado, as disputas eleitorais tenderam a ser compostas por alianças, cada vez mais, amplas. Como resultado, observou-se gradual ampliação da fragmentação partidária na Assembleia Legislativa piauiense, assim como tem ocorrido em outros estados brasileiros.

Notou-se que os partidos governistas tenderam a ter melhor desempenho na disputa para o Legislativo estadual. Com o advento da reeleição, os partidos governistas e suas principais lideranças tiveram uma chance ainda maior de alavancar suas candidaturas, devido, principalmente, ao apoio do chefe do Executivo, que não necessitava se ausentar do cargo para lançar a candidatura. Com o *status* de governador e o capital político acumulado ao longo do mandato, das duas vezes em que houve a chance de reeleição no estado, os governadores foram reconduzidos (Mão Santa, em 1998, e Wellington Dias, em 2006).

Nesses casos, fica ainda mais evidente o poder que partidos governistas têm de conquistar cargos no Legislativo estadual. O PMDB, por exemplo, que tinha obtido sua menor bancada (com cinco deputados estaduais) no mesmo pleito em que o peemedebista Mão Santa foi eleito ao Governo do Estado em 1994, quase duplicou o número de cadeiras obtidas (nove

parlamentares) no pleito de 1998. No caso do Governo Wellington Dias, do PT, em 2002, o partido tinha conquistado apenas três cadeiras, ampliando para cinco, em 2006.

A dinâmica de mudança no Legislativo estadual está atrelada, diretamente, ao desempenho dos partidos na arena governamental. O PMDB, partido governista durante o primeiro Governo Wellington Dias, por exemplo, mesmo sem ter se coligado ao PT nas eleições de 2006, ampliou sua bancada, o que mostra a relevância da participação do partido na montagem e apoio ao governo, principalmente na busca de melhores resultados eleitorais.

Os partidos, dessa forma, participam ativamente do processo de formação e composição dos cargos político-administrativos do estado, desde a ocupação dos cargos de primeiro escalão à indicação de cargos comissionados de menor porte. O cumprimento de acordos estabelecidos entre o chefe do Executivo e seus aliados, no momento eleitoral, é essencial na condução do governo. Isso será fundamental para os objetivos eleitorais do governador e de seu partido nas eleições posteriores.

Analisando os governos estaduais desde 1987, observa-se que o governador, em geral, tende a nomear para o gabinete um número superior de filiados de seu partido em comparação aos das agremiações aliadas (ver Gráfico 4.3). Os secretários filiados ao partido do governador predominaram em quase todos os governos do período. A exceção foi o Governo Alberto Silva (PMDB), onde o PDS obteve a maior parte do secretariado, devido a sua força política no período.

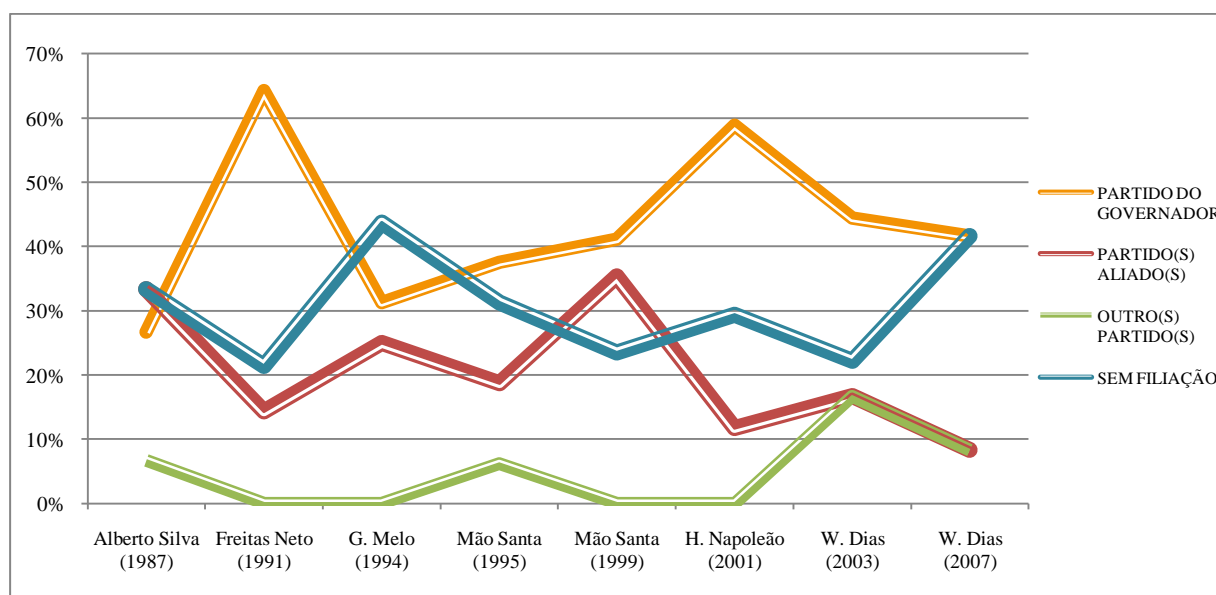


Gráfico 4.3 – Filiação partidária dos secretários do primeiro gabinete estadual nomeado – Piauí (1987-2007).

Fonte: Dados contidos nos Apêndices A, B, C, D, E, F, G e H.

O padrão, entretanto, tem sido da prevalência da agremiação partidária do governador. A maior presença de secretários filiados ao partido do governador, no período em análise, foi constada nos gabinetes formados em 1991 e 2002 (ambos de governadores do PFL). Notou-se também, nesses governos, a menor quantidade de filiados a agremiações aliadas. Isso é justificado pelo fato do PFL ter tido como principal aliado o PDS (transformado em PPR, em 1993, e em PPB, em 1995). A agremiação vinha, paulatinamente, perdendo força política no estado. Além disso, os pefelistas tinham constituído alianças limitadas no estado, contemplado por partidos com baixa projeção eleitoral no estado.

Quanto à presença de filiados a partidos, nota-se que o Governo Guilherme Melo (PPR) teve, em seu primeiro gabinete, mais secretários não-filiados do que de filiados a sua agremiação. Isso pode ser explicado pela saída dos secretários filiados junto com o governador anterior (Freitas Neto), devido à necessidade de se candidatar às eleições de 1994.

Outro momento em que se observa um número alto de não-filiados é na montagem do gabinete do Governo Wellington Dias (PT) em 2007. Observa-se que o gabinete possuía o mesmo número de secretários filiados ao partido do governador. Além da presença de grande quantidade de filiados ao PT, nota-se, no governo petista, a participação, em seu gabinete, de filiados a agremiações não-aliadas ao governo, tendo o mesmo fato ocorrido no Governo Alberto Silva (1987) e no Governo Mão Santa (1995). Contudo, foi no primeiro gabinete montado em 2003 que Wellington Dias nomeou o maior número de secretários filiados a partidos não-aliados, dentre os governos em análise.

A nomeação de não-aliados é o indicativo de que o governador eleito, além de realizar nomeações baseadas em critérios partidários (favorecendo as agremiações aliadas), também pode indicar atores políticos de outras agremiações. No caso da eleição do primeiro governo petista, Wellington Dias estabeleceu alianças informais junto a lideranças ligadas a partidos de oposição, apontado pelo perfil partidário dos secretários nomeados em 2003. Porém, entre os casos analisados, verifica-se que, mesmo havendo a indicação de filiados a agremiações não-aliadas, os governadores tendem a favorecer a base aliada, principalmente o seu partido.

A força dos partidos governistas, no momento de formação dos governos analisados, tem sido superior ao peso dos mesmos na Assembleia Legislativa, conforme pode ser observado no Gráfico 4.4. Sabendo-se que o partido do governador, em geral, ocupa quantidade superior de pastas do que as agremiações aliadas, nota-se a existência de grande desproporção entre a força do partido do governador no gabinete estadual e o número de cadeiras conquistadas pelo mesmo no Legislativo estadual.

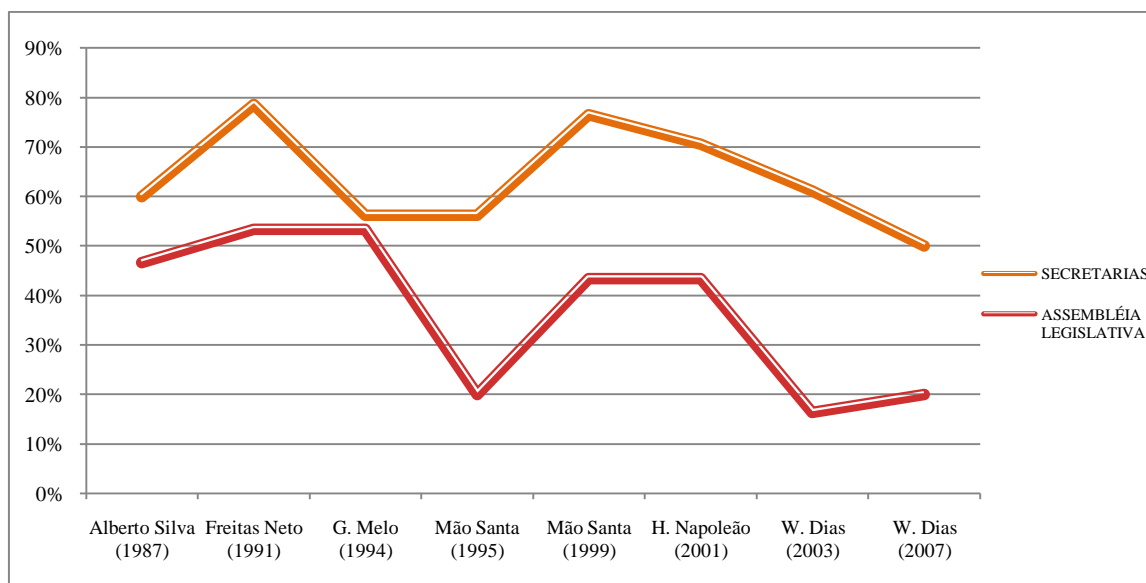


Gráfico 4.4 – Proporção entre o peso dos partidos governistas nos primeiros gabinetes nomeados por governo e os eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí por partido.

Fonte: Dados contidos nos Apêndices A, B, C, D, E, F, G e H e nos Anexos D, E, F, G, H e I.

O governador tende a utilizar as pastas do gabinete como suporte político para os filiados a sua agremiação, por isso o peso de seu partido no governo tem sido maior do que seu peso legislativo. Contudo, nos dois últimos governos, tem-se notado relativa queda do peso dos partidos governistas na composição inicial do gabinete. Em 2003, isso pode ter ocorrido por ter sido nomeado número elevado de lideranças políticas ligadas a partidos não coligados e, em 2007, pela presença de grande quantidade de não-filiados no gabinete estadual. Ademais, sobre o peso dos partidos governistas no Legislativo, notou-se que, nos dois últimos governos, Secretarias de Estado foram ocupadas, ao longo do mandato, por outros partidos aliados, dando maior peso legislativo ao Governo estadual.

As maiores mudanças políticas ocorridas no cenário estadual se deram em razão da alternância dos atores políticos que governavam o estado, sendo estes mais marcantes nos dois períodos em que partidos governistas elegeram número reduzido de deputados. Primeiro, com a eleição de Mão Santa (PMDB) para o Governo do Estado, em 1994, e, posteriormente, com o pleito que elegeu Wellington Dias (PT) governador, em 2002.

A mudança só foi possível devido à emergência de novos atores políticos que dinamizaram as disputas eleitorais no estado. As alianças passaram a compor um número maior de partidos e os governos a se apoiar num leque maior de agremiações. Os partidos, portanto, foram fundamentais na condução da nova ordem democrática no estado, seja na arena eleitoral ou na arena governamental.

5 CONCLUSÃO

O arranjo institucional implementado no novo contexto democrático brasileiro possibilitou a ampliação do número de atores políticos em condição de disputa nos cenários estaduais. Isto permitiu, sobretudo, o alargamento da competição político-eleitoral e o surgimento e desenvolvimento de diversas agremiações partidárias. Por um lado, o multipartidarismo gerou a diversificação da representação política, por outro, o desenho federativo possibilitou a existência de diferentes dinâmicas de poder nos estados.

Enquanto este arranjo estruturou o sistema político brasileiro, fatores contextuais deram diversos formatos aos subsistemas estaduais. Olavo Brasil atribuiu as diferenciações político-partidárias internas à existência de diversas “racionalidades políticas contextuais” nos estados, o que geraria diferentes correlações de força entre os atores nos estados.

Com a existência de um ambiente político mais competitivo, os atores tradicionais tenderam a agir estrategicamente com o objetivo de manter o poderio na localidade. Do lado dos opositores, houve a tentativa de montar alianças com o intuito de potencializar suas candidaturas. Já os atores menos expressivos tenderam a apoiar candidaturas majoritárias com maior peso eleitoral, de modo a angariar capital político na arena governamental em caso de vitória no pleito. Este quadro traça, em linhas gerais, como tem funcionado a dinâmica político-eleitoral no estado do Piauí desde o retorno à democracia.

Mesmo com a implantação do novo formato institucional, a partir de 1979, as lideranças políticas tradicionais, ligadas ao PDS (antiga ARENA), continuaram dominando o subsistema político estadual. Entretanto, com a criação do PFL, em 1985, fruto de uma dissidência de uma facção do PDS com o partido, o cenário estadual passou a contar com três forças: PFL, PDS e PMDB.

O governador do Piauí eleito pelo PDS, Hugo Napoleão, foi um dos fundadores do PFL no nível estadual. A adesão do governador à Frente Liberal levou ao rompimento interno do grupo político estabelecido por Petrônio Portella, no início da década de 1960. Lucídio Portella, do PDS, que havia rompido com Hugo Napoleão, estrategicamente passou a compor a oposição, apoiando a candidatura oposicionista de Alberto Silva, do PMDB, nas eleições de 1986.

O enfraquecimento das forças governistas levou à derrota do candidato pefelista ao Governo do Estado – Freitas Neto, do PFL. Com isso, o PMDB elegeu o governador, tendo como principal aliado o PDS. Por um lado, os pedessistas, de forma pragmática, aliaram-se à

candidatura peemedebista como forma de se manter no poder. Os peemedebistas, por outro, aceitaram o apoio dos pedessistas como meio de obter a vitória eleitoral. O PMDB ambicionava alçar mais degraus na hierarquia política do estado, enquanto o PDS esperava manter a força política, mesmo com a criação do PFL.

A força política do PDS, naquele período, ficou ainda mais evidenciada pelo peso do partido no momento de formação do gabinete do Governo Alberto Silva. O governador eleito teve que ceder diversos cargos aos pedessistas como forma de mantê-los como aliados. Além do PDS ter, naquele período, peso substantivo na Assembleia, o partido ainda seria aliado importante nas eleições seguintes.

Contudo, em 1990, o PDS apoiou a candidatura do PFL ao Governo do Estado. Dessa forma, as antigas lideranças arenistas se juntaram novamente como forma de unificar o grupo que se havia dividido em 1985. A estratégia foi eficaz, levando Freitas Neto, do PFL, à vitória, frente à chapa governista que tinha Wall Ferraz, do PSDB, como candidato.

Dois fatos aconteceram nessas eleições, começando a apontar uma tendência que iria se seguir para os demais pleitos: 1) Os partidos que compõem o governo (principalmente o partido do governador) tendem a conquistar melhores resultados eleitorais na Assembleia Legislativa do que no pleito anterior, enquanto os partidos de oposição tendem a diminuir sua bancada; 2) A ampliação e desenvolvimento dos partidos e a montagem de coligações mais amplas possibilitaram a diversificação da representação política no Legislativo estadual.

Sobre o primeiro ponto, observa-se que o PMDB, apesar de ter sido derrotado no pleito para governador, ampliou sua bancada na Assembleia. O PFL, mesmo tendo conquistado o Governo estadual, diminuiu o número de cadeiras conquistadas no Legislativo estadual. Quanto ao segundo ponto, observa-se que, além dos três partidos que dominavam o cenário político estadual – PFL, PDS e PMDB –, mais três agremiações conquistaram cadeiras em 1990 – PT, PL e PDC. O PT, que havia lançado candidato ao Governo do Estado com uma coligação de quatro partidos, elegeu um deputado estadual, enquanto PL e PDC, que estavam coligados à chapa governista, obtiveram duas cadeiras cada um. O processo de mudança política no estado, assim, não ocorreu de forma abrupta, começou desde as eleições de 1986, quando houve o rompimento interno no PDS, gerando novos rearranjos do poder no estado.

Em 1994, esperava-se que o PFL conquistasse a vitória eleitoral em todos os cargos em disputa: Senado, Câmara Federal, Assembleia e Governo do Estado. A força obtida pelo partido, ao longo do governo estadual, alavancou a candidatura de seus filiados. Com isso, o PFL obteve quantidade expressiva de cadeiras no Legislativo estadual e federal, além

das duas vagas conquistadas no Senado. Contudo, o candidato governista, Átila Lira, foi derrotado para o peemedebista Francisco de Assis Moraes Souza, o Mão Santa.

O PMDB, mesmo tendo eleito o governador, obteve apenas cinco cadeiras na Assembleia, frente à força do PFL e do PPR (antigo PDS), partido do governador do estado em 1994, Guilherme Melo. O PPR, que vinha declinando no cenário nacional, conquistou seis cadeiras, feito este que não seria repetido pelo partido nos pleitos posteriores. Os partidos governistas obtiveram melhor desempenho na disputa para os cargos legislativos, mesmo sendo derrotados na eleição para o Governo do Estado.

Isso evidencia a importância da ocupação de cargos de primeiro escalão pelos partidos, já que são fundamentais para o desempenho eleitoral de seus membros. Ocupando uma Secretaria de Estado, por exemplo, um político pode obter capital político junto a lideranças locais. Participar da composição de governos é, antes de tudo, ferramenta essencial para o desenvolvimento das agremiações partidárias.

O cenário político estadual foi se modificando, juntamente com a dinâmica político-eleitoral em torno da disputa para o Governo do Estado. Com o advento da reeleição para governador, Mão Santa pleiteou novamente o Governo do Estado, em 1998, sendo, reconduzido ao cargo. O PMDB saíra ainda mais fortalecido, já que conseguira obter uma bancada mais expressiva no Legislativo estadual, além de ter assistido à perda de força dos principais partidos opositores na Assembleia.

Em 2001, Mão Santa teve seu mandato cassado e o candidato derrotado, em 1998 – Hugo Napoleão – assumiu o Governo do Estado. Dessa forma, o PFL, que caminhava para uma derrota ainda maior em 2002, obteve a chance de, em pouco menos de um ano, alavancar as candidaturas do partido. As forças políticas tradicionais do estado estavam desarticuladas. De um lado, o PFL, que havia sido derrotado para o PMDB em duas eleições consecutivas para o Governo do Estado e tinha perdido muito de seu peso no Legislativo, reforçado pelo declínio de seu principal aliado, o PPB (ex-PDS e ex-PPR). De outro, estava o PMDB, que depois da saída de Mão Santa do Governo, enfrentava forte desarticulação interna.

O PT aproveitou-se do espaço deixado na oposição à chapa governista e lançou Wellington Dias, que foi eleito ainda no primeiro turno para o Governo do Estado. Além da ampla coligação formada, o partido ainda contou com apoios informais, inclusive de partidários do PMDB. Na Assembleia Legislativa, observou-se que o PFL, mesmo tendo obtido a maior bancada, perdeu uma cadeira. O PMDB, prejudicado pela perda do Governo do Estado, em 2001, e pela desarticulação interna, obteve menos três cadeiras. A perda de

força destes partidos aponta para o aumento da fragmentação partidária na Assembleia, ocasionada pelo fortalecimento das agremiações partidárias.

O PT, partido que compunha a oposição política no estado, deparou-se com a posição governista. E como tal, o partido manteve a postura estratégica dos demais governos estaduais: compôs os cargos de primeiro escalão, em grande parte, com seus partidários. Além disso, observou-se a presença de filiados a agremiações aliadas e não-aliadas na composição das pastas do gabinete. Isso evidencia que as alianças costuradas em 2002 iam além dos limites estabelecidos pela coligação.

Em 2006, o pleito para o Governo do Estado foi marcado pela presença de frágeis candidaturas de oposição. Dentre essas, destacam-se as duas candidaturas de maior peso. De um lado, Mão Santa que não tinha mais o apelo popular que o elegera em 1994 e nem o apoio de parte dos partidários do PMDB aliados ao governo. De outro, o pessedebista Firmino Filho, ex-prefeito de Teresina, que não tinha expressão política no cenário estadual.

Com isso, o governador petista foi reeleito no primeiro turno. Além disso, o PT obtivera melhor desempenho na Assembleia do que na eleição anterior: elegeu cinco deputados, obtendo a segunda maior bancada. O PMDB ampliou o número de cadeiras ocupadas para oito, tirando vantagem do declínio do PFL, que nem lançara candidato ao Governo do Estado. Além disso, o PMDB aproveitou-se do fato de ter sido aliado do Governo ao longo do primeiro mandato petista.

Enfim, verifica-se que o processo de mudança política no estado foi fortemente delineado pelos pleitos para o Governo do Estado, que permitiram aos vitoriosos ampliar o capital político de seus candidatos, alavancando suas candidaturas. Mesmo com a força histórica de alguns atores políticos tradicionais piauienses, o novo contexto democrático influenciou decisivamente na alteração das estruturas do poder no estado. Ao longo de mais de vinte anos, houve revezamento entre os partidos na máquina pública estadual, onde agremiações tradicionais declinaram e outras se desenvolveram.

O PMDB, partido que lançou candidatura de oposição ao PDS em 1982, aliou-se a esta agremiação em 1986, em disputa contra o PFL. Nos pleitos de 1990, 1994 e 1998, o PMDB disputou o Governo do Estado contra o PFL. Já o PDS, que se transformou em PPR e, posteriormente, em PPB, foi o principal aliado do PFL até as eleições de 2002. Contudo, foi patente sua perda de força ao longo do tempo, o que impactou na queda eleitoral das chapas pefelistas ao Governo do Estado, principalmente nas eleições de 1998 e 2002.

Dessa forma, é válido afirmar que os processos políticos atuais possuem forte ligação com a formação política do estado. O cenário político, inicialmente composto por

poucos atores políticos, foi se tornando mais heterogêneo ao longo do tempo. A participação de maior número de agremiações partidárias e a articulação de coligações mais amplas nas disputas para governador nortearam o processo de mudança política no estado.

Compor o secretariado estadual com filiados mostrou ser importante ferramenta para o desenvolvimento partidário. Não houve, no entanto, a transposição do peso dos partidos no Legislativo estadual para o gabinete. O peso de filiados à agremiação do governador foi substancialmente maior. Isso se deve às atribuições do governador frente ao Legislativo estadual. Dentre suas prerrogativas, o chefe do Executivo estadual detém o poder de executar políticas públicas estaduais, possuindo, assim, o controle dos recursos públicos estaduais.

Participar da execução das obras junto aos municípios piauienses é fundamental para os objetivos eleitorais das agremiações e de seus partidários. Com isso, deputados estaduais, que dentro da Assembleia Legislativa possuem acesso a quantidade bem limitada de recursos públicos, passam a ocupar pastas do Governo estadual.

O governador, sendo o centro de gravidade do sistema político estadual, possui as prerrogativas administrativas necessárias para influir, de forma decisiva, nos pleitos eleitorais. Seu partido, em geral, obtém bons retornos eleitorais, motivado pelo papel que este tem na arena governamental, compondo cargos e influenciando diretamente no direcionamento dos recursos públicos. O governador, tendo a prerrogativa de nomear os Secretários de Estado, indica, em sua grande maioria, partidários de sua agremiação, abrindo espaço, quando necessário, para os aliados.

Observou-se, sobretudo, que os gabinetes do governo foram altamente partidarizados. O formato institucional implantado, que flexibilizou a criação de partidos no país, ampliou o leque de agremiações que passaram a ocupar cargos eletivos e não-eletivos, indicando a importância que os partidos passaram a ter nas arenas eleitoral e governamental. Portanto, os partidos assumiram papel central na composição de alianças e coalizões governamentais, participando diretamente da indicação dos ocupantes de cargos no gabinete estadual.

As agremiações partidárias, dessa forma, utilizam-se dos recursos de poder do Estado para obter seu desenvolvimento enquanto organização. Dessa forma, os partidos vitoriosos podem alavancar a carreira política de seus partidários. Os partidos, assim, institucionalizaram-se nos estados brasileiros através de sua atuação na arena governamental. A disputa eleitoral, portanto, passa a não ser interesse apenas dos políticos, mas sim das agremiações como um todo, enquanto organizações que necessitam do Estado como meio

para seu próprio desenvolvimento. A ampliação da disputa nos pleitos eleitorais para o Governo do Estado pode levar, conseqüentemente, à alterações no cenário político estadual.

Enfim, esta pesquisa, antes de apontar, de forma precisa, a lógica da formação de governos no estado do Piauí, procurou compreender as nuances que este processo tem tomado, levando a mudanças significativas no quadro político estadual desde a redemocratização. Em resumo, pode-se afirmar que, a dinâmica político-eleitoral no estado, desde a década de 1980, aponta que a formação política do estado impediu uma mudança abrupta logo após o retorno à democracia. Contudo, o aspecto competitivo do novo formato institucional adotado permitiu que as agremiações partidárias se desenvolvessem e tornassem o subsistema político estadual mais democrático.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, p. 05-33, 1988.

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec/USP, 1998.

ABRUCIO, Fernando Luiz. O ultrapresidencialismo estadual. In: ANDRADE, Regis de Castro (Org.). **Processo de governo no município e no estado**: uma análise a partir de São Paulo. São Paulo: Edusp, 1998, p. 87-116.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

AMORIM NETO, Octavio. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 Out. 2009.

AMORIM NETO, Octávio. O Presidencialismo de coalizão revisitado: novos dilemas, velhos problemas. In: TAVARES, José Antônio Giusti (Org.). **O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

AMORIM NETO, Octávio. O Poder Executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 2º ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. Unesp, 2007, p. 131-141.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias e elites políticas no Piauí**: 1982-1995. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

BENNETT, Andrew; ELMAN, Colin. Qualitative research: recent developments in case study methods. **Annual Review of Political Science**, vol. 9, p. 455-476, fev. 2006.

BOHN, Simone; PAIVA, Denise. A volatilidade eleitoral nos estados: sistema partidário e democracia no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 187-208, jun. 2009.

BONFIM, Washington Luís de Sousa. Contra todas as possibilidades: o primeiro governo petista do Nordeste. **Observadordeste – Análises de Conjuntura**, Recife, n. 3, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observadordeste/obed003g.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2009.

BONFIM, Washington Luís de Sousa; SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista dos. Formação Política. In: SANTANA, Raimundo Nonato de (Org.). **Piauí**: formação, desenvolvimento e perspectivas. Teresina: Halley, 1995, p. 41-54.

BONFIM, Washington Luís de Sousa; SILVA, Irismar Nascimento da. Instituições Políticas, Cidadania e Participação: a mudança social ainda é possível? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 21, p. 109-123, nov. 2003.

BRAGA, Maria do Socorro. O processo político-partidário brasileiro e as eleições de 2006. **Política & Sociedade**, Curitiba, v. 6, p. 53-90, abr. 2007.

BRAGA, Maria do Socorro. Dinâmica de coordenação eleitoral em regime presidencialista e federativo: determinantes e conseqüências das coligações partidárias no Brasil. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon Soares; RENNÓ, Lucio (Orgs.). **Reforma política: lições da história recente**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 228-245.

BUDGE, Ian; KEMAN, Hans. **Parties and democracy: coalition formation and government functioning in twenty states**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2009.

DALTON, Russel. The decline of party identifications. In: DALTON, Russel; WATTENBERG, Martin (Eds.). **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 19-36.

DALTON, Russel; WATTENBERG, Martin. Unthinking democracy: political change in advanced industrial democracies. In: DALTON, Russel; WATTENBERG, Martin (Eds.). **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 03-16.

DE DEUS, Cleber. **O novo arranjo federativo brasileiro, o regime multipartidário e a competição política municipal no Ceará e no Piauí em 1996, 2000 e 2004**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DE DEUS, Cleber. A reeleição de Wellington Dias (PT) em 2006 e o surgimento do neo-conservadorismo na política piauiense. **Observadordeste – Análises de Conjuntura**, Recife, n. 9, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=1459&textCode=14223&date=currentDate>>. Acesso em: 04 jan. 2010.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Path Dependency e os Estudos Históricos Comparados. **BIB**, São Paulo, nº 53, p. 79-102, 1º semestre de 2002.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcántara (Org.). **A Democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p. 147-198.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

FLEISCHER, David. **A Política de Coligações no Brasil** – antes e depois da verticalização (1994 e 1998 vs. 2002 e 2006): impactos sobre os partidos. Brasília: Série Ceppac, 2007.

FLEISCHER, David. Coligações Eleitorais. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 142-146.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, nº 58, p. 193-223, 2003.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party politics**, London/New Delhi, vol. 1, n.1, p. 5-28, 1995.

KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (Orgs.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (Org.). **O sistema partidário brasileiro**: diversidade e tendências (1982-1994). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Partidos políticos brasileiros**: a experiência federal e regional: 1945/64. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

LIMONGI, Fernando. Institucionalização política. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999, p.101-155.

LIMONGI, Fernando. Presidencialismo e Governo de Coalizão. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 237-257.

MAINWARING, Scott. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. **Lua Nova – Revista de Cultura Política**, São Paulo, nº 23/24, p. 25-73, mai/jun. 1993.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 249-286, out. 2005.

MAINWARING, Scott. **Repensando os sistemas partidários na terceira onda da democracia**: o caso do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

MELO, Carlos Ranulfo. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcántara (Org.). **A**

democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p. 267-302.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MENEGUELLO, Rachel. **PT**: a formação de um partido (1989-1982). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. **A revolução de 1930 no Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994.

NICOLAU, Jairo. Notas sobre os quatro índices mais utilizados nos estudos eleitorais. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (Org.). **O sistema partidário brasileiro**: diversidade e tendências (1982-1994). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997, p. 313-320.

NICOLAU, Jairo. **Multipartidarismo e democracia**: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

NICOLAU, Jairo. **Partidos e democracia no Brasil (1985-2008)**. Rio de Janeiro: Mimeo, 2009.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. 5ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NORTH, Douglass. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NUNES, Edson. **A Gramática política do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: Jorge Zahar/ENAP, 2003.

PIERSON, Paul. Increasing returns, path dependence, and the study of politics. **American Political Science Review**, vol. 94, nº 2, p. 251-267, jun. 2000.

PIAÚÍ. **Lei Complementar nº 28**. Teresina: Governo do Estado, 2003.

PIAÚÍ. **Lei Complementar nº 42**. Teresina: Governo do Estado, 2004.

PIAÚÍ. **Lei Complementar nº 83**. Teresina: Governo do Estado, 2007.

PIAÚÍ. **Lei Complementar nº 117**. Teresina: Governo do Estado, 2008.

PIAÚÍ. **Lei Complementar nº 4.797**. Teresina: Governo do Estado, 1995.

PIAÚÍ. **Lei Complementar nº 5.271**. Teresina, Governo do Estado, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PUTNAM, Robert David. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 5ª Ed. FGV, 2006.

SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

SANTOS, Fabiano (Org.). **O Poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Governabilidade e democracia natural**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Votos e partidos: almanaque de dados eleitorais: Brasil e outros países**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

SARTORI, Giovanni. **Engenharia constitucional**. Brasília: Ed. UnB, 1996.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Ed. UnB, 1982.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, Roberto John Gonçalves da. **Metamorfose das oligarquias: o caso do Piauí**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SNYDER, Richard. Scaling down: the subnational comparative method. **Studies in Comparative International Development**, vol. 36, no. 1, p. 93-110, 2001.

SOARES, Márcia. **Democracia, representação política e federalismo no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SOUSA, Vivaldo. **Eleições brasileiras 2006: será que o direito de reeleição para governadores e presidente da República e a verticalização afetam as coligações na disputa de cargos proporcionais?** Trabalho apresentado no VIII Congresso Internacional da Brazilian Studies Association (BRASA), Nashville, 2006.

SOUZA, Celina; DANTAS, Paulo Fábio (Orgs.). **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

SOUZA, Celina. Democratización, federalismo y gasto social en el Brasil. In: PARLEMO, Vicente (Comp.). **Política brasileña contemporánea: de Collor a Lula en años de transformación**. Buenos Aires: Instituto Di Tella/Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2003, p. 155-194.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Lista das Secretarias de Estado e Secretários do Governo Alberto Silva (1987-1991).

GOV. ALBERTO SILVA (PMDB) / VICE-GOV. LUCÍDIO PORTELA (PDS)				
SECRETARIA	NOME	PERÍODO A FRENTE DA SECRETARIA		FILIAÇÃO PARTIDÁRIA NO PERÍODO
		ENTRADA	SAÍDA	
GOVERNO	JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUSA	15/MAR/87	05/JUL/88	Filiado ao PMDB
	JOSÉ MARIA NASCIMENTO DE MEDEIROS	05/JUL/88	08/SET/88	
	(DEP. ESTADUAL) KLEBER DANTAS EULÁLIO	09/SET/88	08/JUN/89	Filiado ao PMDB
	ANTONIO DE PÁDUA FRANCO RAMOS	08/JUN/89	SEM REGISTRO	Filiado posteriormente ao PMDB (02/04/1990)
	JOSÉ MARIA NASCIMENTO DE MEDEIROS	SEM REGISTRO	15/MAR/91	
SEGURANÇA	CEL. REINALDO MENDES DE OLIVEIRA	15/MAR/87	09/SET/88	Filiado posteriormente ao PDS (22/03/1990)
	CEL. ADAIL JALES DE CARVALHO	09/SET/88	31/MAR/89	
	(DEP. ESTADUAL) GUILHERME XAVIER DE OLIVEIRA NETO	31/MAR/89	02/ABR/90	Filiado ao PL
	LENILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA	02/ABR/90	SEM REGISTRO	
	RAIMUNDO NONATO LEITE BARBOSA	SEM REGISTRO	31/MAR/91	
JUSTIÇA	PAULO BARBOSA DOS SANTOS ROCHA	15/MAR/87	11/AGO/89	Filiado ao PMDB
	(DEP. ESTADUAL) THEMISTÓCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO	11/AGO/89	02/ABR/90	Filiado ao PMDB
	ROMILDO MACEDO MAFRA	05/ABR/90	15/MAR/91	
FAZENDA	NILO ANGELINE DA SILVA	15/MAR/87	16/SET/88	Filiado ao PMDB
	ROMILDO RODRIGUES NOGUEIRA	23/SET/88	SEM REGISTRO	Filiado ao PMDB em 19/03/1990
	FRANCISCO DE ASSIS MENDES BRAGANÇA	24/MAI/90	15/MAR/91	
EDUCAÇÃO	ANTONIO NORONHA PESSOA FILHO	15/MAR/87	05/JUL/88	Filiado ao PDS
	JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUSA	06/JUL/88	02/ABR/90	Filiado ao PMDB
	BÁRBARA MARIA MACEDO MENDES	02/ABR/90	15/MAR/91	
AGRICULTURA	JOSÉ DE ANCHIETA MOURA FÉ	15/MAR/87	18/MAI/90	Filiado ao PDS em 03/05/1989
	PAULO REIS PEREIRA	18/MAI/90	15/MAR/91	
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MURILO FERREIRA DE REZENDE	15/MAR/87	02/ABR/90	Filiado ao PMDB
	ALCIDES GOMES DA SILVA FILHO	02/ABR/90	15/MAR/91	Filiado ao PFL
PLANEJAMENTO	FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA ¹	15/MAR/87	05/MAI/89	
	DIÓGENES DE MELLO REBELLO	05/MAI/89	15/MAR/91	
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	JOSÉ MARIA GONÇALVES VIANA	15/MAR/87	07/MAI/90	Filiado ao PDS
	CARLOS BENJAMIN REIS KALUME	07/MAI/90	15/MAR/91	
CULTURA, DESPORTOS E TURISMO	ISRAEL JOSÉ NUNES CORREIA	15/MAR/87	SEM REGISTRO	Filiado ao PSC
	ANTONIO NORONHA PESSOA FILHO	05/JUL/88	SEM REGISTRO	Filiado ao PDS
	SUSANA DE MELLO TAVARES SILVA	12/JAN/90	15/MAR/91	
ADMINISTRAÇÃO	MURILO ANTONIO PAES LANDIM	15/MAR/87	15/MAR/91	
TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	LUDGERO RAULINO DA SILVA NETO	15/MAR/87	07/MAI/90	Filiado ao PDS
	AFRÂNIO MESSIAS ALVES NUNES	07/MAI/90	15/MAR/91	Filiado ao PDS
MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO URBANO	(DEP. ESTADUAL) MARCELO DO EGITO COELHO	25/JUN/87	02/ABR/90	Filiado ao PDS
	FRANCISCO DE CASTRO MACEDO	07/MAI/90	15/MAR/91	
SAÚDE	JOSÉ LUÍS DA PAZ	15/MAR/87	SEM REGISTRO	
	FRANCÍLIO RIBEIRO DE ALMEIDA	SEM REGISTRO	09/SET/88	Filiado ao PMDB
	STANLEY BRANDÃO DE OLIVEIRA	13/SET/88	05/ABR/90	
	JOSÉ NOGUEIRA TAPETY JUNIOR	05/ABR/90	15/MAR/91	Filiado ao PFL
SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DO ESCRITÓRIO REGIONAL DO GOVERNO DO PIAUÍ - ERGOPI	OSANDY RIBEIRO TEIXEIRA	15/MAR/87	SEM REGISTRO	

Fontes: Atas de Posse dos Secretários, Diários Oficiais do Estado do Piauí e Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

¹ Não foi possível a verificação da filiação partidária do secretário junto ao TRE-PI.

APÊNDICE B – Lista das Secretarias de Estado e Secretários do Governo Freitas Neto (1991-1994).

GOV. FREITAS NETO (PFL) / VICE-GOV. GUILHERME MELO (PDS)				
SECRETARIA	NOME	PERÍODO A FRENTE DA SECRETARIA		FILIAÇÃO PARTIDÁRIA NO PERÍODO
		ENTRADA	SAÍDA	
GOVERNO	ANFRISIO NETO LOBÃO CASTELO BRANCO	15/MAR/91	30/MAR/94	Filiado ao PFL
COMUNICAÇÃO SOCIAL	SEBASTIÃO ROCHA LEAL JÚNIOR	15/MAR/91	30/MAR/94	Filiado ao PFL
SEGURANÇA PÚBLICA	(DEP. ESTADUAL) ISMAR AGUIAR MARQUES	15/MAR/91	10/AGO/93	Filiado ao PFL
	FRANCISCO ANTÔNIO DE ALENCAR	10/AGO/93	30/MAR/94	Filiado ao PFL
JUSTIÇA E DA CIDADANIA	(DEP. ESTADUAL) ANTONIO DE BARROS ARAÚJO	15/MAR/91	SEM REGISTRO	Filiado ao PFL
	FRANCISCO ANTÔNIO DE ALENCAR	SEM REGISTRO	10/AGO/93	Filiado ao PFL
	(DEP. ESTADUAL) LUCIANO NUNES SANTOS	10/AGO/93	30/MAR/94	Filiado ao PDS
FAZENDA	MOISÉS ÂNGELO DE MOURA REIS	15/MAR/91	30/MAR/94	Filiado ao PFL
EDUCAÇÃO	(DEP. FEDERAL) ÁTILA DE FREITAS LIRA	15/MAR/91	30/MAR/94	Filiado ao PFL
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	JÚLIO CÉSAR DE CARVALHO LIMA	15/MAR/91	SEM REGISTRO	Filiado ao PFL
	ANTÔNIO MANOEL GA YOSO E ALMENDRA CASTELO BRANCO	SEM REGISTRO	30/MAR/94	Filiado ao PFL
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ELÓI PORTELLA NUNES SOBRINHO	15/MAR/91	30/MAR/94	Filiado ao PDS
PLANEJAMENTO	ELMANO FÉRRER DE ALMEIDA	15/MAR/91	30/MAR/94	
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	(DEP. ESTADUAL) ANTONIO JOSÉ DE MORAES SOUZA	15/MAR/91	03/MAI/93	Filiado ao PFL
	JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO	07/MAI/93	30/MAR/94	
ADMINISTRAÇÃO	REINALDO THEODORO MELO KOURY PEREIRA DE SOUSA	15/MAR/91	01/ABR/91	
	(DEP. FEDERAL) MUSSA DE JESUS DEMES	01/ABR/91	19/JAN/92	Filiado ao PFL
	CARLOS BURLAMAQUI DA SILVA	24/JAN/92	30/MAR/94	Filiado ao PFL em 06/09/1993
TRABALHO E AÇÃO COMUNITÁRIA	JUDAS TADEU DE ANDRADE MAIA	15/MAR/91	30/MAR/94	Filiado ao PDS
SAÚDE	ANTÔNIO THOMÁS CAJUBÁ DE BRITO COSTA	15/MAR/91	20/JUN/91	
	BENÍCIO PARENTES DE SAMPAIO	21/JUN/91	30/MAR/94	Filiado ao PDS em 26/10/1993
ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS	(DEP. ESTADUAL) CÉSAR RIBEIRO MELO	10/AGO/93	30/MAR/94	Filiado ao PFL
SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DO ESCRITÓRIO REGIONAL DO GOVERNO DO PIAUÍ - ERGOPI	JOÃO SALDANHA FONTENELLE FILHO	15/MAR/91	30/MAR/94	Filiado ao PFL
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS	FELIPE MENDES DE OLIVEIRA	07/ABR/92	31/JUL/92	Filiado ao PDS
	ANTÔNIO FERREIRA SOARES NETO	31/JUL/92	03/JAN/94	Filiado ao PFL
	(DEP. ESTADUAL) WILSON NUNES BRANDÃO	03/JAN/94	30/MAR/94	Filiado ao PFL

Fontes: Atas de Posse dos Secretários, Diários Oficiais do Estado do Piauí e Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

APÊNDICE C – Lista das Secretarias de Estado e Secretários do Governo Guilherme Melo (1994).

GOV. GUILHERME MELO (PPR)				
SECRETARIA	NOME	PERÍODO A FRENTE DA SECRETARIA		FILIAÇÃO PARTIDÁRIA NO PERÍODO
		ENTRADA	SAÍDA	
GOVERNO	MARINA PIRES OLYMPIO DE MELLO	30/MAR/94	SEM REGISTRO	
	JOSÉ DO RÊGO LOBÃO	12/SET/94	01/JAN/95	Filiado ao PFL
COMUNICAÇÃO SOCIAL	EURÍPEDES DE AGUIAR	30/MAR/94	01/JAN/95	Filiado ao PDS-PPR
SEGURANÇA PÚBLICA	CEL. JOSÉ REGINO PIRES MELO	06/ABR/94	01/JAN/95	
JUSTIÇA E DA CIDADANIA	FILADELFO FREIRE DE CASTRO	30/MAR/94	01/JAN/95	
FAZENDA	OcíLIO PEREIRA DO LAGO NETO	30/MAR/94	29/JUL/94	
	MARINA PIRES OLYMPIO DE MELLO	29/JUL/94	01/JAN/95	
EDUCAÇÃO	ANFRÍSIO NETO LOBÃO CASTELO BRANCO	30/MAR/94	01/JAN/95	Filiado ao PFL
AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E RECURSOS HÍDRICOS	FERDINAND SILVEIRA	30/MAR/94	01/JAN/95	Filiado ao PFL
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JANARY DE MELO LIMA	30/MAR/94	01/JAN/95	Filiado ao PFL
PLANEJAMENTO	ELMANO FÉRRER DE ALMEIDA	30/MAR/94	01/JAN/95	
INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	JESUS ELIAS TAJRA FILHO	30/MAR/94	01/JAN/95	
ADMINISTRAÇÃO	CARLOS BURLAMAQUI DA SILVA	30/MAR/94	01/JAN/95	Filiado ao PFL
TRABALHO E AÇÃO COMUNITÁRIA	Pe. JOSÉ DE ANCHIETA MAURIZ CORTEZ	30/MAR/94	01/JAN/95	Filiado ao PDS-PPR
SAÚDE	ANTÔNIO SILVA DO NASCIMENTO	30/MAR/94	01/JAN/95	Filiado ao PDS-PPR
ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS	JOÃO HENRIQUE FERREIRA DE ALENCAR PIRES REBELO	30/MAR/94	01/JAN/95	Filiado ao PDS-PPR
SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DO ESCRITÓRIO REGIONAL DO GOVERNO DO PIAUÍ - ERGOPI	JOÃO SALDANHA FONTENELLE FILHO	30/MAR/94	01/JAN/95	Filiado ao PFL
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS	JOÃO MENDES NEPOMUCENO NETO	30/MAR/94	01/JAN/95	

Fontes: Atas de Posse dos Secretários, Diários Oficiais do Estado do Piauí e Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

APÊNDICE D – Lista das Secretarias de Estado e Secretários do Governo Mão Santa (1995-1998).

PRIMEIRO MANDATO – MÃO SANTA (PMDB) / OSMAR ARAÚJO (PSDB)				
SECRETARIA	NOME	PERÍODO A FRENTE DA SECRETARIA		FILIAÇÃO PARTIDÁRIA NO PERÍODO
		ENTRADA	SAÍDA	
GOVERNO	CELSE BARROS COELHO	01/JAN/95	16/OUT/95	Filiado ao PMDB
	MARIA EUGÊNIA CELSO COELHO DE SANTANA	16/OUT/95	18/DEZ/95	Filiada ao PMDB em 11/12/1995
	(DEP. ESTADUAL) KLEBER DANTAS EULÁLIO	18/DEZ/95	31/MAI/96	Filiado ao PMDB
	JOÃO MÁDISON NOGUEIRA	31/MAI/96	01/JAN/99	Filiado ao PMDB em 19/09/1997
COMUNICAÇÃO SOCIAL	CARLOS AUGUSTO DE ARAÚJO LIMA	01/JAN/95	20/DEZ/95	Filiado ao PSDB
	NILSON SOARES DE SÁ FILHO	02/JAN/96	04/NOV/97	
	CARLOS AUGUSTO DE ARAÚJO LIMA	04/NOV/97	01/ABR/98	Filiado ao PSDB
	ANDREA ALCÂNTARA DE FIGUEIREDO RÊGO	14/ABR/98	01/JAN/99	
SEGURANÇA PÚBLICA	JUAREZ PIAUHYENSE DE FREITAS TAPETY	01/JAN/95	01/JAN/99	Filiado ao PL , migrou para o PMDB em 10/12/1995
JUSTIÇA E DA CIDADANIA	(DEP. ESTADUAL) FRANCISCO DAS CHAGAS RÊGO DAMASCENO	01/JAN/95	13/AGO/96	Filiado ao PMDB
	THEMÍSTOCLES SAMPAIO PEREIRA FILHO	13/AGO/96	14/OUT/97	Filiado ao PMDB
	CARLOS ALBERTO DE MELO LOBO	14/OUT/97	01/JAN/99	Filiado ao PMDB
FAZENDA	PAULO DE TARSO DE MORAES SOUZA	01/JAN/95	01/JAN/99	
EDUCAÇÃO	LUIZ UBIRACI DE CARVALHO	01/JAN/95	30/MAR/98	Filiado ao PSDB
	JÔNATHAS DE BARROS NUNES	30/MAR/98	01/JAN/99	Filiado ao PTB
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	FRANCISCO HAROLDO ALVES VASCONCELOS	01/JAN/95	01/JAN/99	
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	(GENERAL) LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA	01/JAN/95	12/FEV/96	
	ALCINDO RODRIGUES QUEIROZ	01/ABR/96	01/JAN/99	
PLANEJAMENTO	ANTÔNIO JOSÉ GUERRA	01/JAN/95	29/MAR/96	
	ANTÔNIO CÉZAR CRUZ FORTES	01/ABR/96	13/ABR/98	Filiado ao PSDB
	ANTÔNIO DE PÁDUA FRANCO RAMOS	13/ABR/98	01/JAN/99	Filiado ao PMDB
INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	JOÃO VICENTE DE MACEDO CLAUDINO	01/JAN/95	01/SET/97	Filiado ao PSDB
	GIL BORGES DOS SANTOS	01/SET/97	23/OUT/97	
	(DEP. ESTADUAL) ANTÔNIO JOSÉ DE MORAES SOUZA	23/OUT/97	01/ABR/98	Filiado ao PMDB
	CARLOS ALBERTO TELES DE SOUSA	02/ABR/98	01/JAN/99	Filiado ao PMDB
MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS ¹	LUIZ GONZAGA PAES LANDIM	11/MAR/96	SEM REGISTRO	Filiado ao PMDB em 01/10/1997
ADMINISTRAÇÃO	CARLOS ALBERTO TELES DE SOUSA	01/JAN/95	02/ABR/98	Filiado ao PMDB
	MAGNO PIRES ALVES FILHO	06/ABR/98	01/JAN/99	Filiado ao PMDB
TRABALHO E AÇÃO COMUNITÁRIA	(DEP. ESTADUAL) WARTON FRANCISCO NEIVA DE MOURA SANTOS	01/JAN/95	14/OUT/97	Filiado ao PMDB
	FRANCISCO DA CRUZ CARVALHO ARAÚJO	14/OUT/97	01/JAN/99	
SAÚDE	PAULO AFONSO LAGES GONÇALVES	01/JAN/95	01/JAN/99	Filiado ao PMDB em 30/09/1997
ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS	DOMINGOS BACELAR DE CARVALHO	01/JAN/95	14/DEZ/95	Filiado ao PMDB
	JOÃO MÁDISON NOGUEIRA	14/DEZ/95	31/MAI/96	Filiado posteriormente ao PMDB , em 19/09/1997
	THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA	31/MAI/96	SEM REGISTRO	Filiado ao PMDB
INTERIOR E ASSUNTOS MUNICIPAIS	THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA	SEM REGISTRO	13/AGO/96	Filiado ao PMDB
	(DEP. ESTADUAL) RAIMUNDO NONATO BONA CARBORETO	13/AGO/96	14/FEV/97	Filiado ao PMDB
	(DEP. ESTADUAL) FRANCISCO DAS CHAGAS RÊGO DAMASCENO	14/FEV/97	05/JUL/97	Filiado ao PMDB
	JOSÉ ISAÍAS DA SILVA	05/JUL/97	24/OUT/97	Filiado ao PMDB
	NILSON SOARES DE SÁ FILHO	04/NOV/97	01/JAN/99	
SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DO ESCRITÓRIO REGIONAL DO GOVERNO DO PIAUÍ - ERGOPI	PAULO SÉRGIO CUNHA	07/MAI/97	SEM REGISTRO	Filiado ao PMDB
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS	VALDÍLIO DE SOUZA FALCÃO	19/JAN/95	30/JAN/95	Filiado ao PMDB
	FRANCISCO TOMAZ TEIXEIRA	30/JAN/95	10/ABR/97	Filiado ao PMDB
	(DEP. ESTADUAL) FRANCISCO DONATO LINHARES DE ARAÚJO FILHO	10/ABR/97	SEM REGISTRO	Filiado ao PMDB
	FRANCISCO LOPES DA CRUZ	SEM REGISTRO	01/JAN/99	

Fontes: Atas de Posse dos Secretários, Diários Oficiais do Estado do Piauí e Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

¹ A Lei n.º 4.797, de 24 de outubro de 1995, criou a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí.

APÊNDICE E – Lista das Secretarias de Estado e Secretários do Governo Mão Santa (1999-2001).

SEGUNDO MANDATO – MÃO SANTA (PMDB) / OSMAR JÚNIOR (PCdoB)				
SECRETARIA	NOME	PERÍODO A FRENTE DA SECRETARIA		FILIAÇÃO PARTIDÁRIA NO PERÍODO
		ENTRADA	SAÍDA	
GOVERNO	JUAREZ PIAUHYENSE DE FREITAS TAPETY	04/JAN/99	20/NOV/01	Filiado ao PMDB
COMUNICAÇÃO SOCIAL	JOÃO MÁDISON NOGUEIRA	04/JAN/99	20/NOV/01	Filiado ao PMDB
SEGURANÇA PÚBLICA	CARLOS ALBERTO DE MELO LÔBO	04/JAN/99	20/NOV/01	Filiado ao PMDB
JUSTIÇA E DA CIDADANIA	ANTÔNIO RIBEIRO DIAS	04/JAN/99	03/FEV/99	Filiado posteriormente ao PMDB , em 02/09/1999
	(DEP. ESTADUAL) THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO	03/FEV/99	20/NOV/01	Filiado ao PMDB
FAZENDA	PAULO DE TARSO DE MORAES SOUZA	04/JAN/99	20/NOV/01	
EDUCAÇÃO	LUIZ UBIRACI DE CARVALHO	04/JAN/99	20/NOV/01	Filiado ao PSDB
AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E IRRIGAÇÃO	FRANCISCO HAROLDO ALVES VASCONCELOS	04/JAN/99	18/AGO/99	
	(DEP. FEDERAL) MARCELO COSTA E CASTRO	18/AGO/99	10/JAN/01	Filiado ao PMDB
	(DEP. ESTADUAL) FRANCISCO DONATO LINHARES DE ARAÚJO FILHO	12/JAN/01	20/NOV/01	Filiado ao PMDB
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROBERTO BRODER	04/JAN/99	03/FEV/99	
	(DEP. ESTADUAL) JOSÉ RONCALLI COSTA PAULO	03/FEV/99	20/NOV/01	Filiado ao PSDB
PLANEJAMENTO	ANTÔNIO CEZAR CRUZ FORTES	04/JAN/99	20/NOV/01	Filiado ao PSDB
INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	CARLOS ALBERTO TELES DE SOUSA	04/JAN/99	20/NOV/01	Filiado ao PMDB
MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	PAULO DE TARSO TAVARES SILVA	04/JAN/99	20/NOV/01	Filiado ao PPS
ADMINISTRAÇÃO	MAGNO PIRES ALVES FILHO	04/JAN/99	20/NOV/01	Filiado ao PMDB
TRABALHO E AÇÃO COMUNITÁRIA	GESSIVALDO ISAÍAS DE CARVALHO SILVA	04/JAN/99	03/FEV/99	Filiado ao PRONA
	(DEP. ESTADUAL) WARTON FRANCISCO NEIVA DE MOURA SANTOS	03/FEV/99	20/NOV/01	Filiado ao PMDB
SAÚDE	PAULO AFONSO LAGES GONÇALVES	04/JAN/99	20/NOV/01	Filiado ao PMDB
INTERIOR E ASSUNTOS MUNICIPAIS	VALDEMAR DOS SANTOS BARROS	04/JAN/01	SEM REGISTRO	Filiado ao PPS
SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DO ESCRITÓRIO REGIONAL DO GOVERNO DO PIAUÍ - ERGOPI	JOÃO SILVA NETO	04/JAN/99	SEM REGISTRO	Filiado ao PMDB
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS	ANTÔNIO UCHÔA DE OLIVEIRA	04/JAN/99	28/MAR/00	Filiado ao PTB
	(DEP. ESTADUAL) OLAVO REBELO DE CARVALHO FILHO	30/MAR/00	20/NOV/01	Filiado ao PC do B

Fontes: Atas de Posse dos Secretários, Diários Oficiais do Estado do Piauí e Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

APÊNDICE F – Lista das Secretarias de Estado e Secretários do Governo Hugo Napoleão (2001-2002).

GOV. HUGO NAPOLEÃO (PFL) / VICE-GOV. FELIPE MENDES (PPB)				
SECRETARIA	NOME	PERÍODO A FRENTE DA SECRETARIA		FILIAÇÃO PARTIDÁRIA NO PERÍODO
		ENTRADA	SAÍDA	
GOVERNO	(DEP. ESTADUAL) SEBASTIÃO ROCHA LEAL JÚNIOR	20/NOV/01	05/ABR/02	Filiado ao PFL
	JOSÉ DO RÊGO LOBÃO	08/ABR/02	01/JAN/03	Filiado ao PFL
COMUNICAÇÃO SOCIAL	JASON WILLIAM NORMANDO STONE	20/NOV/01	16/JAN/02	
	CÂNDIDO GOMES NETO	16/JAN/02	01/JAN/03	
SEGURANÇA PÚBLICA	ANTÔNIO JOSÉ RAIMUNDO DE MORAIS	20/NOV/01	01/JAN/03	
JUSTIÇA E DA CIDADANIA	(DEP. ESTADUAL) WILSON NUNES BRANDÃO	20/NOV/01	05/ABR/02	Filiado ao PFL
	FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO	08/ABR/02	01/JAN/03	Filiado ao PTC
FAZENDA	JOSÉ HAROLDO DE ARÊA MATOS	20/NOV/01	05/JUN/02	
	VIRGÍLIO CABRAL LEITE NETO	05/JUN/02	01/JAN/03	
EDUCAÇÃO	CRISTINA MARIA DO VALE E SILVA	20/NOV/01	01/JAN/03	Filiado ao PFL
AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E IRRIGAÇÃO	GASPAR DIAS FERREIRA	20/NOV/01	01/JAN/03	Filiado ao PFL
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOÃO CALISTO LOBO	21/NOV/01	05/ABR/02	Filiado ao PFL
	FERNANDO JOSÉ GUIMARÃES FERREIRA	08/ABR/02	16/JUL/02	
	JOSÉ RIBAMAR BASTOS	18/JUL/02	01/JAN/03	
PLANEJAMENTO	(VICE-GOVERNADOR) FELIPE MENDES DE OLIVEIRA	21/NOV/01	05/ABR/02	Filiado ao PPB
	ELEONORA PARENTES SAMPAIO FERNANDES	08/ABR/02	01/JAN/03	
INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	ANÍSIO DE ALMEIDA NEVES NETO	20/NOV/01	01/JAN/03	
MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	(DEP. ESTADUAL) FERNANDO ALBERTO DE BRITO MONTEIRO	20/NOV/01	06/DEZ/01	Filiado ao PFL
	PAULO DE TARSO TAVARES SILVA	06/DEZ/01	05/ABR/02	Filiado ao PPS
	ANA VIRGÍNIA ESCÓRCIO TAVARES SILVA	09/ABR/02	01/JAN/03	
ADMINISTRAÇÃO	(DEP. ESTADUAL) JUDAS TÁDEU DE ANDRADE MAIA	20/NOV/01	05/ABR/02	Filiado ao PPB
	ANTÔNIO SARMENTO DE ARAÚJO COSTA	08/ABR/02	26/ABR/02	
	JOÃO RODRIGUES FILHO	26/ABR/02	01/JAN/03	
TRABALHO E AÇÃO COMUNITÁRIA	(DEP. ESTADUAL) HOMERO FERREIRA CASTELO BRANCO NETO	20/NOV/01	05/ABR/02	Filiado ao PFL
	LUÍS ALVINO MARQUES PEREIRA	08/ABR/02	01/JAN/03	Filiado ao PT do B
SAÚDE	(DEP. ESTADUAL) PAULO HENRIQUE PAES LANDIM	20/NOV/01	05/ABR/02	Filiado ao PFL
	FERNANDO GOMES CORRÊA LIMA	08/ABR/02	01/JAN/03	Filiado ao PFL
INTERIOR E ASSUNTOS MUNICIPAIS	FRANCISCO DE ASSIS ALCÂNTARA	20/NOV/01	01/JAN/03	Filiado ao PFL
DEFESA CIVIL ¹	(DEP. FEDERAL) HERÁCLITO DE SOUSA FORTES	16/DEZ/02	01/JAN/03	Filiado ao PFL
SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DO ESCRITÓRIO REGIONAL DO GOVERNO DO PIAUÍ - ERGOPI	JOSÉ OVÍDIO DE OLIVEIRA BONA	21/NOV/01	SEM REGISTRO	Filiado ao PFL
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS	FENELON MARTINS DA ROCHA NETO	20/NOV/01	06/DEZ/01	
	(DEP. ESTADUAL) FERNANDO ALBERTO DE BRITO MONTEIRO	06/DEZ/01	05/ABR/02	Filiado ao PFL
	FENELON MARTINS DA ROCHA NETO	08/ABR/02	01/JAN/03	

Fontes: Atas de Posse dos Secretários, Diários Oficiais do Estado do Piauí e Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

¹ Secretaria de Defesa Civil foi criada pela Lei 5.271, de 13 de dezembro de 2002.

APÊNDICE G – Lista das Secretarias de Estado e Secretários do Governo Wellington Dias (2003-2006).

PRIMEIRO MANDATO – WELLINGTON DIAS (PT) / VICE-GOV. OSMAR JÚNIOR (PC do B)				
SECRETARIA	NOME	PERÍODO A FRENTE DA SECRETARIA		FILIAÇÃO PARTIDÁRIA NO PERÍODO
		ENTRADA	SAÍDA	
GOVERNO	JOAQUIM BARBOSA DE ALMEIDA NETO	01/JAN/03	14/DEZ/04	Filiado ao PT
	(VICE-GOVERNADOR) OSMAR RIBEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR	14/DEZ/04	22/MAR/05	Filiado ao PC do B
	(DEP. ESTADUAL) KLÉBER DANTAS EULÁLIO	22/MAR/05	30/MAR/06	Filiado ao PMDB
	MERLONG SOLANO NOGUEIRA	30/MAR/06	01/JAN/07	Filiado ao PT
COMUNICAÇÃO SOCIAL	OSCAR DE BARROS SOUSA	01/JAN/03	02/AGO/04	Filiado ao PT
SEGURANÇA PÚBLICA	FRANCISCO AIRTON FRANCO FILHO	01/JAN/03	14/MAR/04	Filiado ao PC do B
	MENANDRO PEDRO LOPES DA LUZ	14/MAR/04	06/DEZ/04	Filiado ao PC do B
	ROBERT RIOS MAGALHÃES	06/DEZ/04	30/MAR/06	Filiado ao PC do B
	RAIMUNDO NONATO LEITE BARBOSA	30/MAR/06	01/JAN/07	
JUSTIÇA E DA CIDADANIA	NOÉLIA DE CARVALHO E SILVA AMORIM	01/JAN/03	04/FEV/03	
	(DEP. ESTADUAL) JOÃO HENRIQUE FERREIRA DE ALENCAR PIRES REBÊLO	07/FEV/03	09/JUN/03	Filiado ao PMDB
JUSTIÇA E DE DIREITOS HUMANOS ³	(DEP. ESTADUAL) JOÃO HENRIQUE FERREIRA DE ALENCAR PIRES REBÊLO	09/JUN/03	30/MAR/06	
	CLÉIA COUTINHO MAIA	30/MAR/06	01/JAN/07	
FAZENDA	WALBER JOSÉ DA SILVA	01/JAN/03	14/AGO/03	Filiado ao PT
	ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO	14/AGO/03	01/JAN/07	Filiado ao PT
EDUCAÇÃO	MARIA DA CONCEIÇÃO CASTELO BRANCO LEITE	01/JAN/03	04/FEV/03	
	(DEP. ESTADUAL) ANTÔNIO JOSÉ CASTELO BRANCO MEDEIROS	07/FEV/03	09/JUN/03	Filiado ao PT
EDUCAÇÃO E CULTURA ³	(DEP. ESTADUAL) ANTÔNIO JOSÉ CASTELO BRANCO MEDEIROS	09/JUN/03	30/MAR/06	Filiado ao PT
	JOSÉ BARROS SOBRINHO	30/MAR/06	01/JAN/07	Filiado ao PT
AGRONEGÓCIOS ³	JOÃO BATISTA ALVES	13/JUN/03	02/AGO/04	Filiado ao PC do B
AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E IRRIGAÇÃO	SÉRGIO LUIZ DE OLIVEIRA VILELA	01/JAN/03	09/JUN/03	Filiado ao PT
DESENVOLVIMENTO RURAL ³	SÉRGIO LUIZ DE OLIVEIRA VILELA	09/JUN/03	29/MAR/05	Filiado ao PT
	(DEP. ESTADUAL) WILSON NUNES MARTINS	29/MAR/05	30/MAR/06	Filiado ao PSDB até 05/04/2005. Filiou-se ao PSB em 12/07/2005
	ÉLCIO MANOEL PORTELA MARTINS	30/MAR/06	01/JAN/07	Filiado ao PSDB
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BERTOLINO MARINHO MADEIRA CAMPOS	01/JAN/03	09/JUN/03	Filiado ao PFL
INFRA-ESTRUTURA ³	BERTOLINO MARINHO MADEIRA CAMPOS	09/JUN/03	01/JAN/07	Filiado ao PFL
TRANSPORTES ³	ROBERT RIOS MAGALHÃES	13/JUN/03	19/ABR/04	Filiado ao PC do B
	MÁRCIA COSTA SANTOS	19/ABR/04	02/AGO/04	
PLANEJAMENTO	MERLONG SOLANO NOGUEIRA	01/JAN/03	30/MAR/06	Filiado ao PT
	SÉRGIO GONÇALVES DE MIRANDA	30/MAR/06	01/JAN/07	
INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	JORGE ANTÔNIO PEREIRA LOPES DE ARAÚJO	01/JAN/03	09/JUN/03	
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO ³	JORGE ANTÔNIO PEREIRA LOPES DE ARAÚJO	09/JUN/03	02/AGO/04	
	JORGE ANTÔNIO PEREIRA LOPES DE ARAÚJO	02/AGO/04	15/MAR/05	
TRABALHO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TECNOLÓGICO E TURISMO ⁴	ELMANO FÉRRER DE ALMEIDA	15/MAR/05	30/MAR/06	Filiado ao PTB
	ULYSSES GONÇALVES NUNES MORAES	30/MAR/06	01/JAN/07	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA ³	JÔNATHAS DE BARROS NUNES	13/JUN/03	02/AGO/04	Filiado ao PMDB, migrou para o PTB em 29/09/2005
MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	DALTON MELO MACAMBIRA	01/JAN/03	02/AGO/04	Filiado ao PC do B
MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS ⁴	DALTON MELO MACAMBIRA	02/AGO/04	01/JAN/07	Filiado ao PC do B
ADMINISTRAÇÃO	MARIA REGINA SOUSA	01/JAN/03	31/MAI/06	Filiada ao PT
	LUCILE DE SOUSA MOURA	31/MAI/06	01/JAN/07	Filiada ao PT em 07/10/2006
SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO ²	ÉSIO FERNANDES DA COSTA SOUSA	01/JAN/03	04/FEV/03	Filiado posteriormente ao PT (08/07/2003)
	ROBERTO JOHN GONÇALVES DA SILVA	07/FEV/03	09/JUN/03	Filiado ao PT
ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	ROBERTO JOHN GONÇALVES DA SILVA	09/JUN/03	01/AGO/03	Filiado ao PT
	ROSÂNGELA MARIA SOBRINHO SOUSA	01/AGO/03	14/FEV/04	Filiada ao PT
	REJANE RIBEIRO SOUSA DIAS	14/FEV/04	07/ABR/06	Filiada ao PT
	JANAÍNA MAGALHÃES MAPURUNGA BEZERRA	07/ABR/06	01/JAN/07	Filiada ao PT
TRABALHO E AÇÃO COMUNITÁRIA ³	LUIZ UBIRACI CARVALHO	01/JAN/03	09/JUN/03	Filiado ao PSDB, migra para o PDT em 13/09/2003
TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA ⁴	LUIZ UBIRACI CARVALHO	09/JUN/03	02/AGO/04	Filiado ao PSDB, migra para o PDT em 13/09/2003

SAÚDE	JOSÉ NAZARENO CARDEAL FONTELES	01/JAN/03	01/AGO/03	Filiado ao PT
	BRUNO CRISTIANO DE SOUZA FIGUEIREDO	01/AGO/03	08/AGO/03	Filiado posteriormente ao PT (14/08/2003)
	JOSÉ NAZARENO CARDEAL FONTELES	08/AGO/03	01/DEZ/03	Filiado ao PT
	BRUNO CRISTIANO DE SOUZA FIGUEIREDO	01/DEZ/03	20/JAN/05	Filiado ao PT
	TATIANA VIEIRA SOUZA CHAVES	20/JAN/05	01/JAN/07	
INTERIOR E ASSUNTOS MUNICIPAIS ³	ATAELSON SOUSA DE CARVALHO	01/JAN/03	09/JUN/03	Filiado ao PT
CIDADES ⁴	ATAELSON SOUSA DE CARVALHO	09/JUN/03	02/AGO/04	Filiado ao PT
DEFESA CIVIL ⁴	(DEP. ESTADUAL) FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA	04/JAN/03	14/MAR/04	Filiado ao PDT
	ANTÔNIO UCHÔA DE OLIVEIRA	14/MAR/04	02/AGO/04	Filiado ao PTB , migra para o PT em 19/09/2003 e para o PDT em 15/09/2005
GESTÃO INTERNA ³	MARIA DA CONCEIÇÃO MENDONÇA XAVIER DE OLIVEIRA	09/JUN/03	02/AGO/04	Filiada ao PL ¹
SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DO ESCRITÓRIO REGIONAL DO GOVERNO DO PIAUÍ – ERGOPI ³	SEBASTIÃO PATRÍCIO MENDES DA COSTA	01/JAN/03	01/AGO/03	Filiado ao PMDB em 16/04/2003
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO EM BRASÍLIA ⁴	ROBERTO JOHN GONÇALVES DA SILVA	01/AGO/03	01/JAN/07	Filiado ao PT
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS	RODRIGO PARENTES FORTES FERRAZ	01/JAN/03	SEM REGISTRO	Filiado ao PSDB , migrou para o ao PT em 29/09/2003

Fontes: Atas de Posse dos Secretários, Diários Oficiais do Estado do Piauí e Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

¹ Em dezembro de 2006, o Partido Liberal (PL) fundiu-se ao Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), dando origem ao Partido da República (PR).

² O Serviço Social do Estado adquire *status* de Secretaria de Estado, com a Lei Complementar nº 28, de 09 de junho de 2003, quando foi criada a Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania.

³ A Lei Complementar nº 28, de 09 de junho de 2003, reorganizou a estrutura administrativa do estado, modificando o nome de algumas Secretarias de Estado e de outros órgãos. Além disso, foram criadas as Secretaria de Transportes, Agronegócios, Ciência e Tecnologia e Gestão Interna.

⁴ A Lei Complementar nº 42, de 02 de agosto de 2004, transformou a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos em Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais.. A Secretaria das Cidades e a Secretaria de Transportes foram incorporadas à Secretaria de Infra-Estrutura. Já a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, a Secretaria de Trabalho e Geração de Renda e a Secretaria de Ciência e Tecnologia foram transformadas na Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Turismo. A Secretaria Extraordinária de Representação do Estado em Brasília foi transformada em Superintendência de Representação do Piauí em Brasília, tendo as competências transferidas para a Secretaria de Governo, assim como da Secretaria de Gestão Interna. A Secretaria de Defesa Civil teve suas competências transferidas para o Corpo de Bombeiros, o mesmo ocorrendo com a Secretaria de Agronegócios com relação à Secretaria de Desenvolvimento Rural.

APÊNDICE H – Lista das Secretarias de Estado e Secretários do Governo Wellington Dias (2007-2009).

SEGUNDO MANDATO – GOV. WELLINGTON DIAS (PT) / VICE-GOV. WILSON MARTINS (PSB)				
SECRETARIA	NOME	PERÍODO A FRENTE DA SECRETARIA		FILIAÇÃO PARTIDÁRIA NO PERÍODO
		ENTRADA	SAÍDA	
ADMINISTRAÇÃO	MARIA REGINA SOUSA	01/JAN/07	-	Filiada ao PT
ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	JANAÍNA MAGALHÃES MAPURUNGA BEZERRA	01/JAN/07	16/ABR/07	Filiada ao PT
	GILVANA NOBRE RODRIGUES GAYOSO FREITAS	16/ABR/07	-	Filiada ao PT
DEFESA CIVIL ¹	(DEP. ESTADUAL) FERNANDO ALBERTO DE BRITO MONTEIRO	16/ABR/07	-	Filiado ao PFL (DEM) até 29/09/2009. Filiou-se ao PTB , em 02/10/2009
EDUCAÇÃO E CULTURA	JOSÉ BARROS SOBRINHO	01/JAN/07	01/AGO/07	Filiado ao PT
	(DEP. FEDERAL) ANTÔNIO JOSÉ CASTELO BRANCO MEDEIROS	01/AGO/07	-	Filiado ao PT
FAZENDA	ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO	01/JAN/07	-	Filiado ao PT
INFRA-ESTRUTURA	BERTOLINO MARINHO MADEIRA CAMPOS	01/JAN/07	16/ABR/07	Filiado ao PFL (DEM)
	ANTÔNIO AVELINO ROCHA DE NEIVA	16/ABR/07	-	Filiado ao PMDB
JUSTIÇA E DE DIREITOS HUMANOS	CLÉIA COUTINHO MAIA	01/JAN/07	12/ABR/07	
JUSTIÇA	CLÉIA COUTINHO MAIA	12/ABR/07	-	
SAÚDE	TATIANA VIEIRA SOUSA CHAVES	01/JAN/07	16/ABR/07	
	(DEP. ESTADUAL) FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO GONÇALVES	16/ABR/07	-	Filiado ao PT
SEGURANÇA PÚBLICA	RAIMUNDO NONATO LEITE BARBOSA	01/JAN/07	16/ABR/07	
	(DEP. ESTADUAL) ROBERT RIOS MAGALHÃES	16/ABR/07	-	Filiado ao PC do B
CIDADES ¹	(DEP. ESTADUAL) FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA	16/ABR/07	-	Filiado ao PDT
GOVERNO	MERLONG SOLANO NOGUEIRA	01/JAN/07	16/ABR/07	Filiado ao PT
	(DEP. ESTADUAL) KLEBER DANTAS EULÁLIO	16/ABR/07	-	Filiado ao PMDB
MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	DALTON MELO MACAMBIRA	01/JAN/07	12/ABR/07	Filiado ao PC do B
MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	DALTON MELO MACAMBIRA	12/ABR/07	-	Filiado ao PC do B
PLANEJAMENTO	SÉRGIO GONÇALVES DE MIRANDA	01/JAN/07	-	
TRABALHO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TECNOLÓGICO E TURISMO	ULYSSES GONÇALVES NUNES MORAES	01/JAN/07	16/ABR/07	Filiado posteriormente ao PRTB , em 01/08/2007
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO ¹	VALÉRIO JOSÉ DE CARVALHO	23/ABR/07	09/NOV/09	Filiado ao PTB até 23/09/2009. Filiou-se ao PDT , em 28/09/2009.
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO ¹	(DEP. ESTADUAL) PAULO CÉSAR VILARINHO SOARES	09/NOV/09	-	Filiado ao PTB
	(DEP. ESTADUAL) HÉLIO ISAIAS DA SILVA	16/ABR/07	-	Filiado ao PTB
TRANSPORTES ¹	LUCIANO JOSÉ LINARD PAES LANDIM	16/ABR/07	-	Filiado ao PT em 28/09/2007
TURISMO ¹	SÍLVIO ROBERTO COSTA LEITE	16/ABR/07	-	Filiado ao PTB em 01/10/2009
COORD. GERAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	REJANE RIBEIRO SOUSA DIAS	01/JAN/07	16/OUT/08	Filiada ao PT
SECRETARIA ESTADUAL PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA ²	REJANE RIBEIRO SOUSA DIAS	16/OUT/08	-	Filiada ao PT

Fontes: Atas de Posse dos Secretários, Diários Oficiais do Estado do Piauí e Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

¹ A Lei Complementar nº 83, de 12 de abril de 2007, criou a Secretaria de Turismo, Secretaria dos Transportes, Secretaria das Cidades, Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo e a Secretaria de Defesa Civil. Transformou, ainda, a Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Turismo em Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico; a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais em Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais; e a Secretaria da Justiça e de Direitos Humanos em Secretaria da Justiça.

² A Lei Complementar nº 117, de 16 de outubro de 2008, transformou a Coordenadoria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência (CEID) em Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência (SEID).

ANEXOS

ANEXO A – Resultados das eleições para o Governo do Estado do Piauí – 1982 a 1990

1982					
Candidato	Partido	Votação	%	Situação	
Hugo Napoleão	PDS	393.818	58,7	Eleito	
Alberto Silva	PMDB	271.274	40,4	Não Eleito	
José Ribamar dos Santos	PT	5.814	0,9	Não Eleito	
		670.906	100,0		

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

1986					
Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Alberto Silva	PMDB	PMDB/PDS/PCB/PCdoB	440.218	49,5	Eleito
Freitas Neto	PFL	PFL/PDT	425.490	47,9	Não Eleito
Nazareno Fonteles	PT	PT	22.791	2,6	Não Eleito
			888.499	100,0	

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

1990 (Primeiro Turno)					
Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Freitas Neto	PFL	PFL/PDS/PTB/PSC	466.406	50,0	Não Eleito
Wall Ferraz	PSDB	PSDB/PMDB/PDC/PL/PTR/PRN	408.800	43,8	Não Eleito
Antônio Neto	PT	PT/PDT/PSB/PCdoB	53.477	5,7	Não Eleito
Francisco Macedo	PMN	PMN	4.934	0,5	Não eleito
			933.617	100,0	

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

1990 (Segundo Turno)					
Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Freitas Neto	PFL	PFL/PDS/PTB/PSC	571.652	54,8	Eleito
Wall Ferraz	PSDB	PSDB/PMDB/PDC/PL/PTR/PRN	470.660	45,2	Não Eleito
			1.042.312	100,0	

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

ANEXO B – Resultados das eleições para o Governo do Estado do Piauí – 1994 e 1998.

1994 (Primeiro Turno)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Átila Lira	PFL	PFL/PPR/PTB/PL/PP	378.947	44,9	Não Eleito
Francisco Moraes Souza (“Mão Santa”)	PMDB	PMDB/PDT/PPS/PMN/ PSDB/PCdoB	316.200	37,4	Não Eleito
Nazareno Fonteles	PT	PT/PSB	128.054	15,2	Não Eleito
Marciano Silveira Neto	PRN	PRN	21.590	2,6	Não Eleito
			844.791	100,0	

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

1994 (Segundo Turno)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Francisco Moraes Souza (“Mão Santa”)	PMDB	PMDB/PDT/PPS/PMN/ PSDB/PCdoB	615.945	55,8	Eleito
Átila Lira	PFL	PFL/PPR/PTB/PL/PP	487.635	44,2	Não Eleito
			1.103.580	100,0	

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

1998 (Primeiro Turno)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Hugo Napoleão	PFL	PFL/PPB/PSL/PAN/PV/PRP/ PTdoB	444.043	43,7	Não Eleito
Francisco Moraes Souza (“Mão Santa”)	PMDB	PMDB/PDT/PTB/PL/PPS/ PSDC/PRONA/PCdoB	411.984	40,6	Não Eleito
Francisco Gerardo	PSDB	PSDB/PT/PSC/PSB	131.821	13,0	Não Eleito
Francisco Macedo	PMN	PMN	15.861	1,6	Não Eleito
Geraldo Carvalho	PSTU	PSTU	11.529	1,1	Não Eleito
			1.015.238	100,0	

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

1998 (Segundo Turno)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Francisco Moraes Souza (“Mão Santa”)	PMDB	PMDB/PDT/PTB/PL/PPS/ PSDC/PRONA/PCdoB	637.232	51,0	Eleito
Hugo Napoleão	PFL	PFL/PPB/PSL/PAN/PV/PRP/ PTdoB	613.331	49,0	Não Eleito
			1.250.563	100,0	

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

ANEXO C – Resultados das eleições para o Governo do Estado do Piauí – 2002 e 2006.

2002					
Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Wellington Dias	PT	PT/PTN/PCdoB/PL/PTdoB/ PAN/PCB/PMN	688.278	51,0	Eleito
Hugo Napoleão	PFL	PFL/ PSDB/PPB/PRTB/ PSDC/PRP	595.200	44,1	Não Eleito
Jonathas Nunes	PMDB	PMDB/PST	41.881	3,1	Não Eleito
Acilino Ribeiro	PPS	PPS/PDT/PHS/PTB	11.900	0,9	Não Eleito
Joaquim Saraiva	PSB	PSB	9.616	0,7	Não Eleito
Judson Barros	PV	PV/PSD/PSC/PTC/PGT	1.836	0,1	Não Eleito
José Avelá	PSL	PSL	1.038	0,1	Não Eleito
Geraldo Carvalho	PSTU	PSTU	986	0,1	Não Eleito
			1.350.735	100,0	

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

2006					
Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Wellington Dias	PT	PT/ PSB/PTB/PCdoB/PL	954.857	61,7	Eleito
Francisco Moraes Souza ("Mão Santa")	PMDB	PMDB/PP/PSC/PCB/ PAN/PTC	391.083	25,3	Não Eleito
Firmino Filho	PSDB	PSDB/PPS/PV/PTdoB	189.029	12,2	Não Eleito
Edna Nascimento	PSOL	PSOL/PSTU	6.920	0,4	Não Eleita
José Avelá	PSL	PSL/PHS	2.792	0,2	Não Eleito
Francisco Macedo	PMN	PMN	1.985	0,1	Não Eleito
José Jonas Moura	PSDC	PSDC	740	0,0	Não Eleito
Maria de Lourdes Melo	PCO	PCO	715	0,0	Não Eleita
			1.548.121	100,0	

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

ANEXO D – Eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí – 1986.

NOME	VOTAÇÃO	PARTIDO
MARCELO COSTA E CASTRO	26.708	PMDB
SEBASTIÃO DA ROCHA LEAL	22.813	PFL
WALDEMAR DE CASTRO MACEDO	22.607	PFL
GUILHERME XAVIER DE OLIVEIRA NETO	21.726	PFL
WARTON FRANCISCO NEIVA DE M. SANTOS	20.797	PMDB
FRANCISCO DE PAULA GONÇALVES COSTA	20.180	PFL
ROBERT DE ALMENDRA FREITAS	19.231	PFL
SABINO PAULO ALVES NETO	19.196	PFL
MAURICIO RIBEIRO MELO	18.330	PFL
GERARDO JURACY CAMPELO LEITE	18.315	PFL
ANTONIO DE BARROS ARAÚJO	18.063	PFL
HUMBERTO REIS DA SILVEIRA	15.631	PFL
MARCELO DO EGITO COELHO	15.630	PDS
JUAREZ PIAUYENSE DE FREITAS TAPETY	15.474	PFL
ANTONIO JOSÉ MORAES SOUSA	14.961	PFL
WILSON DE ANDRADE BRANDÃO	13.577	PFL
ANTONIO RUFINO SOBRINHO	12.937	PFL
LUIZ GONZAGA PAES LANDIM	12.381	PFL
ADELMAR PEREIRA DA SILVA	12.205	PDS
FERNANDO ALBERTO DE BRITO MONTEIRO	12.080	PFL
LUCIANO NUNES SANTOS	11.749	PMDB
JOÃO SILVA NETO	11.725	PMDB
KLEBER DANTAS EULÁLIO	10.355	PMDB
JOSÉ REIS PEREIRA	10.033	PMDB
GERSON ANTONIO ARAÚJO MOURÃO	9.942	PDS
THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO	9.781	PMDB
ADOLFO JÚNIOR DE ALENCAR NUNES	9.620	PDS
FRANCISCO FIGUEIREDO MESQUITA	8.904	PMDB
GUILHERME CAVALCANTE DE MELO	8.710	PDS
NEWTON DE CASTRO MACÊDO	8.560	PDS

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

ANEXO E – Eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí – 1990.

NOME	VOTAÇÃO	PARTIDO	COLIGAÇÃO
MARCELO COSTA E CASTRO	21.567	PMDB	PMDB/PDC/PL/PTR/PRN/PSDB
ANTONIO JOSÉ DE MORAES SOUSA	20.473	PFL	PDS/PTB/PSC/PFL
LUIZ CAVALCANTE MENESES	17.533	PDS	PDS/PTB/PSC/PFL
LUCIANO NUNES SANTOS	16.892	PDS	PDS/PTB/PSC/PFL
ISMAR AGUIAR MARQUES	16.882	PFL	PDS/PTB/PSC/PFL
FRANCISCO TOMAZ TEIXEIRA	16.493	PMDB	PMDB/PDC/PL/PTR/PRN/PSDB
JESUALDO CAVALCANTE BARROS	15.782	PFL	PDS/PTB/PSC/PFL
KLEBER DANTAS EULÁLIO	15.410	PMDB	PMDB/PDC/PL/PTR/PRN/PSDB
ANTONIO DE BARROS ARAUJO	14.906	PFL	PDS/PTB/PSC/PFL
ROBERT DE ALMENDRA FREITAS	14.574	PFL	PDS/PTB/PSC/PFL
JOSÉ RAIMUNDO BONA MEDEIROS	14.209	PFL	PDS/PTB/PSC/PFL
TEMISTOCLES DE SAMPAIO P. FILHO	13.897	PMDB	PMDB/PDC/PL/PTR/PRN/PSDB
PAULO HENRIQUE PAES LANDIN	13.811	PDC	PMDB/PDC/PL/PTR/PRN/PSDB
GUILHERME XAVIER DE OLIVEIRA NETO	13.716	PL	PMDB/PDC/PL/PTR/PRN/PSDB
JOÃO SILVA NETO	13.675	PMDB	PMDB/PDC/PL/PTR/PRN/PSDB
JOSÉ ISAÍAS DA SILVA	13.562	PDC	PMDB/PDC/PL/PTR/PRN/PSDB
FRANCÍLIO RIBEIRO DE ALMEIDA	13.528	PMDB	PMDB/PDC/PL/PTR/PRN/PSDB
SABINO PAULO ALVES NETO	12.937	PFL	PDS/PTB/PSC/PFL
JOÃO BATISTA DE CASTRO DIAS	12.907	PMDB	PMDB/PDC/PL/PTR/PRN/PSDB
SEBASTIÃO ROCHA LEAL	12.744	PFL	PDS/PTB/PSC/PFL
WILSON NUNES BRANDÃO	12.695	PFL	PDS/PTB/PSC/PFL
WARTON FRANCISCO NEIVA DE M. SANTOS	12.628	PMDB	PMDB/PDC/PL/PTR/PRN/PSDB
ADOLFO JÚNIOR DE ALENCAR NUNES	12.532	PL	PMDB/PDC/PL/PTR/PRN/PSDB
AUGUSTO CÉSAR ABREU DA FONSECA	12.209	PMDB	PMDB/PDC/PL/PTR/PRN/PSDB
CÉSAR RIBEIRO MELO	12.148	PFL	PDS/PTB/PSC/PFL
FERNANDO ALBERTO DE BRITO MONTEIRO	12.061	PFL	PDS/PTB/PSC/PFL
WALDEMAR DE CASTRO MACEDO	11.945	PFL	PDS/PTB/PSC/PFL
PEDRO BORGES DE SOUSA	11.514	PDS	PDS/PTB/PSC/PFL
EURIMAR NUNES DE MIRANDA	11.501	PDS	PDS/PTB/PSC/PFL
JOSÉ NAZARENO CARDEAL FONTELES	9.170	PT	PDT/PT/PSB/PC DO B

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

ANEXO F – Eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí – 1994.

NOME	VOTAÇÃO	PARTIDO	COLIGAÇÃO
ADOLFO JUNIOR DE ALENCAR NUNES	21216	PPR	PPR/PTB/PL/PFL/PP
JOSE NERI DE SOUSA	26045	PPR	PPR/PTB/PL/PFL/PP
MATHIAS OLYMPIO PIRES DE MELLO	24673	PPR	PPR/PTB/PL/PFL/PP
LUIZ CAVALCANTE E MENEZES	18782	PPR	PPR/PTB/PL/PFL/PP
EURIMAR NUNES DE MIRANDA	17893	PPR	PPR/PTB/PL/PFL/PP
POMPILIO EVARISTO CARDOSO	20452	PTB	PPR/PTB/PL/PFL/PP
KLEBER DANTAS EULALIO	13610	PMDB	PDT/PMDB/PPS/PMN/PSDB/PC do B
FRANCISCO DONATO LINHARES DE ARAUJO FILHO	16575	PMDB	PDT/PMDB/PPS/PMN/PSDB/PC do B
RAIMUNDO NONATO BONA CARBORETO	13751	PMDB	PDT/PMDB/PPS/PMN/PSDB/PC do B
WARTON FRANCISCO NEIVA DE MOURA SANTOS	13868	PMDB	PDT/PMDB/PPS/PMN/PSDB/PC do B
GUILHERME XAVIER DE OLIVEIRA NETO	17498	PL	PPR/PTB/PL/PFL/PP
WILSON NUNES BRANDAO	21011	PFL	PPR/PTB/PL/PFL/PP
FERNANDO ALBERTO DE BRITO MONTEIRO	23242	PFL	PPR/PTB/PL/PFL/PP
FRANCISCO DE SOUSA MARTINS NETO	22503	PFL	PPR/PTB/PL/PFL/PP
ISMAR AGUIAR MARQUES	23276	PFL	PPR/PTB/PL/PFL/PP
GERARDO JURACI CAMPELO LEITE	19946	PFL	PPR/PTB/PL/PFL/PP
HUMBERTO REIS DA SILVEIRA	13973	PFL	PPR/PTB/PL/PFL/PP
ANTONIO JOSE DE MORAES SOUZA	22413	PFL	PPR/PTB/PL/PFL/PP
JOSE FERREIRA PAES LANDIM NETO	19884	PFL	PPR/PTB/PL/PFL/PP
SEBASTIAO ROCHA LEAL JUNIOR	23669	PFL	PPR/PTB/PL/PFL/PP
CEZAR RIBEIRO MELO	18088	PFL	PPR/PTB/PL/PFL/PP
ROBERT DE ALMENDRA FREITAS	27566	PFL	PPR/PTB/PL/PFL/PP
WILSON NUNES MARTINS	14513	PSDB	PPR/PTB/PL/PFL/PP
JUDAS TADEU DE ANDRADE MAIA	14429	PP	PPR/PTB/PL/PFL/PP
JOSE WELLINGTON BARROSO DE ARAUJO DIAS	13140	PT	PT/PSB
OLAVO REBELO DE CARVALHO FILHO	5507	PT	PT/PSB
FRANCISCO DAS CHAGAS REGO DAMASCENO	13522	PMDB	PDT/PMDB/PPS/PMN/PSDB/PC do B
JOSE RAIMUNDO BONA MEDEIROS	14328	PFL	PPR/PTB/PL/PFL/PP
PAULO HENRIQUE PAES LANDIM	17256	PFL	PPR/PTB/PL/PFL/PP
JOAQUIM KENNEDY NOGUEIRA BARROS	16936	PFL	PPR/PTB/PL/PFL/PP

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

ANEXO G – Eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí – 1998.

NOME	VOTAÇÃO	PARTIDO	COLIGAÇÃO
JOAO HENRIQUE FERREIRA ALENCAR PIRES REBELO	18.145	PMDB	PMDB / PL
EDSON DE CASTRO FERREIRA	16.526	PFL	PPB / PSL / PRP / PT do B / PV / PAN / PFL
SILAS FREIRE PEREIRA E SILVA	32.386	PMDB	PMDB / PL
MARGARIDA MARIA MELO BONA	12.251	PDT	PDT / PSDC / PC do B / PRONA / PTB
FRANCISCA DAS CHAGAS DA TRINDADE	26.088	PT	PT / PSB
GERARDO JURACI CAMPELO LEITE	32.464	PFL	PPB / PSL / PRP / PT do B / PV / PAN / PFL
ANTONIO JOSE DE MORAES SOUZA	40.490	PMDB	PMDB / PL
PAULO HENRIQUE PAES LANDIM	20.700	PFL	PPB / PSL / PRP / PT do B / PV / PAN / PFL
HOMERO FERREIRA CASTELO BRANCO NETO	16.226	PFL	PPB / PSL / PRP / PT do B / PV / PAN / PFL
JUDAS TADEU DE ANDRADE MAIA	15.968	PPB	PPB / PSL / PRP / PT do B / PV / PAN / PFL
WARTON FRANCISCO NEIVA DE MOURA SANTOS	20.913	PMDB	PMDB / PL
FLAVIO AURELIO NOGUEIRA	14.603	PSDB	PSC / PSDB
ROBERT DE ALMENDRA FREITAS	15.383	PFL	PPB / PSL / PRP / PT do B / PV / PAN / PFL
SEBASTIAO ROCHA LEAL JUNIOR	18.939	PFL	PPB / PSL / PRP / PT do B / PV / PAN / PFL
FERNANDO ALBERTO DE BRITO MONTEIRO	20.697	PFL	PPB / PSL / PRP / PT do B / PV / PAN / PFL
ELIAS XIMENES DO PRADO JUNIOR	12.831	PDT	PDT / PSDC / PC do B / PRONA / PTB
WILSON NUNES MARTINS	24.096	PSDB	PSC / PSDB
OLAVO REBELO DE CARVALHO FILHO	10.202	PSB	PT / PSB
KLEBER DANTAS EULALIO	23.841	PMDB	PMDB / PL
MARCELO DO EGITO COELHO	16.799	PPB	PPB / PSL / PRP / PT do B / PV / PAN / PFL
THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO	21.985	PMDB	PMDB / PL
FRANCISCO DONATO LINHARES DE ARAUJO FILHO	17.874	PMDB	PMDB / PL
JOSE RONCALLI COSTA PAULO	16.806	PSDB	PSC / PSDB
WILSON NUNES BRANDAO	24.997	PFL	PPB / PSL / PRP / PT do B / PV / PAN / PFL
GUSTAVO CONDE MEDEIROS	16.122	PFL	PPB / PSL / PRP / PT do B / PV / PAN / PFL
MAURO EXPEDITO REIS DE FREITAS TAPETY	20.557	PMDB	PMDB / PL
JOSE RIBAMAR PEREIRA	16.327	PMDB	PMDB / PL
POMPILIO EVARISTO CARDOSO	10.669	PSDB	PSC / PSDB
ABEL DE BARROS ARAUJO	15.103	PFL	PPB / PSL / PRP / PT do B / PV / PAN / PFL
ELIAS PEREIRA LOPES	14.793	PPB	PPB / PSL / PRP / PT do B / PV / PAN / PFL

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

ANEXO H – Eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí – 2002.

NOME	VOTAÇÃO	PARTIDO	COLIGAÇÃO
ANTONIO JOSE CASTELO BRANCO MEDEIROS	16.199	PT	PT / PTN / PC do B / PL / PT do B / PAN / PCB / PMN
MARIA JOSE RIBEIRO DE CARVALHO	21.526	PFL	PFL / PSDB / PPB / PRTB / PSDC / PRP
FLORA IZABEL RODRIGUES CARDOSO	24.221	PT	PT / PTN / PC do B / PL / PT do B / PAN / PCB / PMN
ELIAS XIMENES DO PRADO	13.628	PDT	PDT / PHS / PPS / PTB
GERARDO JURACI CAMPELO LEITE	32.948	PFL	PFL / PSDB / PPB / PRTB / PSDC / PRP
PAULO HENRIQUE PAES LANDIM	31.202	PFL	PFL / PSDB / PPB / PRTB / PSDC / PRP
HOMERO FERREIRA CASTELO BRANCO NETO	27.213	PFL	PFL / PSDB / PPB / PRTB / PSDC / PRP
JUDAS TADEU DE ANDRADE MAIA	23.025	PPB	PFL / PSDB / PPB / PRTB / PSDC / PRP
GUILHERME XAVIER DE OLIVEIRA NETO	19.999	PL	PT / PTN / PC do B / PL / PT do B / PAN / PCB / PMN
SEBASTIÃO ROCHA LEAL JUNIOR	36.826	PFL	PFL / PSDB / PPB / PRTB / PSDC / PRP
FERNANDO ALBERTO DE BRITO MONTEIRO	32.913	PFL	PFL / PSDB / PPB / PRTB / PSDC / PRP
FLAVIO RODRIGUES NOGUEIRA	13.387	PDT	PDT / PHS / PPS / PTB
ELIAS PEREIRA LOPES	20.195	PPB	PFL / PSDB / PPB / PRTB / PSDC / PRP
WILSON NUNES MARTINS	36.525	PSDB	PFL / PSDB / PPB / PRTB / PSDC / PRP
KLEBER DANTAS EULALIO	34.199	PMDB	PMDB / PST
MARCELO DO EGITO COELHO	24.415	PPB	PFL / PSDB / PPB / PRTB / PSDC / PRP
THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO	23.075	PMDB	PMDB / PST
FRANCISCO DONATO LINHARES DE ARAUJO FILHO	19.402	PMDB	PMDB / PST
WILSON NUNES BRANDÃO	41.876	PFL	PFL / PSDB / PPB / PRTB / PSDC / PRP
GUSTAVO CONDE MEDEIROS	29.770	PFL	PFL / PSDB / PPB / PRTB / PSDC / PRP
MAURO EXPEDITO REIS DE FREITAS TAPETY	20.099	PMDB	PMDB / PST
JOAO HENRIQUE FERREIRA DE ALENCAR PIRES REBELO	18.850	PMDB	PMDB / PST
EDSON DE CASTRO FERREIRA	29.780	PFL	PFL / PSDB / PPB / PRTB / PSDC / PRP
HELIO ISAIAS DA SILVA	12.076	PTB	PDT / PHS / PPS / PTB
JOSE ICEMAR LAVOR NERI	24.302	PPB	PFL / PSDB / PPB / PRTB / PSDC / PRP
ANTONIO JOSE DE MORAES SOUZA FILHO	30.156	PSDB	PFL / PSDB / PPB / PRTB / PSDC / PRP
LUCIANO NUNES SANTOS FILHO	21.414	PSDB	PFL / PSDB / PPB / PRTB / PSDC / PRP
WARTON FRANCISCO NEIVA DE MOURA SANTOS	18.627	PMDB	PMDB / PST
JOÃO DE DEUS SOUSA	15.109	PT	PT / PTN / PC do B / PL / PT do B / PAN / PCB / PMN
JOSE RONCALLI COSTA PAULO	19.802	PSDB	PFL / PSDB / PPB / PRTB / PSDC / PRP

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

ANEXO I – Eleitos para a Assembleia Legislativa do Piauí – 2006.

NOME	VOTAÇÃO	PARTIDO	COLIGAÇÃO
FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO GONÇALVES	33.877	PT	PT / PSB / PTB / PCdoB / PL
HELIO ISAIAS DA SILVA	29.463	PTB	PT / PSB / PTB / PCdoB / PL
ISMAR AGUIAR MARQUES	21.512	PSB	PT / PSB / PTB / PCdoB / PL
KLEBER DANTAS EULALIO	47.949	PMDB	PP / PMDB / PSC / PCB / PAN / PTC
FLAVIO RODRIGUES NOGUEIRA	25.924	PDT	PDT / PRTB
WILSON NUNES BRANDÃO	39.581	PFL	PFL / PRONA
FERNANDO ALBERTO DE BRITO MONTEIRO	26.833	PFL	PFL / PRONA
OLAVO REBELO DE CARVALHO FILHO	26.328	PT	PT / PSB / PTB / PCdoB / PL
ANTONIO FRANCISCO FELIX DE ANDRADE	17.096	PPS	PPS / PV / PT do B
WARTON FRANCISCO NEIVA DE MOURA SANTOS	29.361	PMDB	PP / PMDB / PSC / PCB / PAN / PTC
ANTONIO JOSÉ DE MORAES SOUZA FILHO	32.547	PMDB	PP / PMDB / PSC / PCB / PAN / PTC
MAURO EXPEDITO REIS DE FREITAS TAPETY	24.348	PMDB	PP / PMDB / PSC / PCB / PAN / PTC
ROBERT RIOS MAGALHÃES	46.522	PCdoB	PT / PSB / PTB / PCdoB / PL
LUCIANO NUNES SANTOS FILHO	28.905	PSDB	(sem coligação)
JOÃO HENRIQUE FERREIRA DE ALENCAR PIRES REBELO	23.195	PMDB	PP / PMDB / PSC / PCB / PAN / PTC
MARDEN LUIS BRITO CAVALCANTE E MENESES	28.648	PSDB	(sem coligação)
ANTONIO UCHOA DE OLIVEIRA	21.938	PDT	PDT / PRTB
THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO	40.010	PMDB	PP / PMDB / PSC / PCB / PAN / PTC
LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS	55.795	PSB	PT / PSB / PTB / PCdoB / PL
JOSE ICEMAR LAVOR NERI	22.032	PTB	PT / PSB / PTB / PCdoB / PL
GERARDO JURACI CAMPELO LEITE	27.370	PFL	PFL / PRONA
EDSON DE CASTRO FERREIRA	29.962	PFL	PFL / PRONA
ANA PAULA MENDES ARAUJO DE CARVALHO	29.922	PMDB	PP / PMDB / PSC / PCB / PAN / PTC
GUILHERME XAVIER DE OLIVEIRA NETO	24.640	PL	PT / PSB / PTB / PCdoB / PL
FLORA IZABEL RODRIGUES CARDOSO	26.890	PT	PT / PSB / PTB / PCdoB / PL
JOÃO DE DEUS SOUSA	21.560	PT	PT / PSB / PTB / PCdoB / PL
CICERO MAGALHAES OLIVEIRA	18.744	PT	PT / PSB / PTB / PCdoB / PL
JOSE RONCALLI COSTA PAULO	23.252	PSDB	(sem coligação)
JOÃO MÁDISON NOGUEIRA	23.164	PMDB	PP / PMDB / PSC / PCB / PAN / PTC
JOSE PINTO DE MESQUITA	16.131	PDT	PDT / PRTB

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).